

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

**CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO EM
TESAUROS: UM ESTUDO ANCORADO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CRÍTICA
DO CONHECIMENTO EM DIÁLOGO COM A INTERSECCIONALIDADE E A
DECOLONIALIDADE**

Belo Horizonte

2024

NATHÁLIA LIMA ROMEIRO

**CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO EM
TESAUROS: UM ESTUDO ANCORADO NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CRÍTICA
DO CONHECIMENTO EM DIÁLOGO COM A INTERSECCIONALIDADE E A
DECOLONIALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Escola de Ciência da
Informação da Universidade Federal de Minas Gerais
(PPGCI-UFMG) como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutora em Ciência da
Informação.

Área de concentração: Informação, mediações e
cultura

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e
produção do conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da
Silveira.

Belo Horizonte

2024

R763c

Romeiro, Nathália Lima.

Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesouros [recurso eletrônico] : um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e decolonialidade / Nathália Lima Romeiro. - 2024. 1 recurso online (300 f. : il., color.) : pdf.

Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 286-300.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Gênero – Estudos – Teses. 3. Interseccionalidade (Sociologia) – Teses. 4. Tesouros – Teses. 5. - Teses. I. Silveira, Fabrício José Nascimento da. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 025.43

Ficha catalográfica. Vanessa Marta de Jesus - CRB/6-2419

Biblioteca Prof^ª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ECI - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 14:00 horas do dia 20 de agosto de 2024, no formato híbrido - presencial na sala 1000 da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e virtual pela Plataforma Webconf, realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de **NATHÁLIA LIMA ROMEIRO**, número de registro 2019660894. A presidência da sessão coube ao Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira - Orientador (ECI/UFMG). Inicialmente, o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Profa. Ana Paula Meneses Alves (ECI/UFMG), Profa. Maria Aparecida Moura (ECI/UFMG), Profa. Rosali Fernandez de Souza (IBICT), Prof. Rodrigo de Sales (UFSC), Profa. Rosana Matos da Silva Trivelato (Faculdade Única de Ipatinga) e Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira - Orientador (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua Tese de Doutorado, intitulada: "*Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesouros: um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e a decolonialidade*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após a Comissão reuniu-se sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a tese de doutorado. A banca destacou a relevância do tema para os estudos em Biblioteconomia e em Ciência da Informação, especialmente para a área de Organização Social e Crítica do Conhecimento, ressaltou a profundidade das questões teóricas e conceituais trabalhadas, bem como a qualidade do texto e o rigor metodológico da pesquisa. A banca indicou, também, que a tese deve ser publicada e concorrer aos Prêmios UFMG, ANCIB e CAPES de Teses. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, e aprovada, foi assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 20/08/2024, às 22:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Moura, Professora do Magistério Superior**, em 21/08/2024, às 07:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Meneses Alves, Professora do Magistério Superior**, em 21/08/2024, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosali Fernandez de Souza, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sales, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Matos da Silva Trivellato, Usuário Externo**, em 21/08/2024, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3459885** e o código CRC **C998D8F9**.

À Roberta, minha companheira, cúmplice e meu grande amor.

À minha família amada: Ronaldo, Christiany, Eliane, Cristina, Patrícia, Luciane, Clara, Rodrigo, Ronaldo Jr, Sophia, Gabriel e Cacau.

À Maria Antonieta (*in memorian*), Georgete (*in memorian*), Oldemar (Zico) e Leda.

À Marcos Emílio (*In memorian*).

À todas as pessoas que passam e passarão pela minha sala de aula.

Ao sonho de uma jovem adulta manifestado em 2010, quando entrei pela primeira vez na UNIRIO.

AGRADECIMENTOS

Laroyê! Seguindo a cosmologia que fundamenta a minha fé, inicio meus agradecimentos a Exu e Pombogira, entidades da Umbanda que fazem a sentinela, protegendo os caminhos e facilitando a comunicação através do movimento. Essas são energias fundamentais para a concretização desta pesquisa. Saúdo também as caboclas/os, pretas/os velhas/os, erês e encantados. Saúdo os marinheiros, baianos e boiadeiros. Saravá a todos os orixás da Umbanda: Ogum, Xangô, Oxóssi, Omolu, Oxalá. E um agradecimento especial à sabedoria ancestral feminina: Saluba Nanã. Odoya Iemanjá, Eparrei Iansã e Aieiê mamãe Oxum. Saúdo toda a espiritualidade que me protegeu nesta jornada.

Agradeço à minha família, minha mãe, Christiany Lima Vieira. Você foi meu primeiro lar, meu abrigo seguro. Você me ensinou a ser independente e a lutar pelos meus propósitos. Seu exemplo de força e determinação me inspira a superar as adversidades desta existência. Agradeço ao meu pai amado, Ronaldo Ferreira Romeiro (Jack), que é simplesmente o melhor pai que eu poderia ter, meu "casca de bala", meu porto seguro. Suas palavras de encorajamento me deram forças nos momentos de desespero, assim como seu incentivo potencializa o sabor de qualquer conquista. Obrigada por me fazer sentir importante, forte e decidida. Agradeço à minha madrastra Eliane Maria Correia por ser uma das pessoas que mais compreendem o quanto a ciência, a pesquisa e a docência são importantes para mim. Foi Lia (como carinhosamente a chamo) quem desenvolveu meu gosto pela literatura, pela conversa longa, pela profundidade e beleza das palavras, e isso é imenso. Sem dúvidas, a mulher que hoje sou reflete a criança acolhida e amada por você.

Agradeço às minhas ancestrais, Antonieta Pereira da Silva, Giselda Romeiro, Georgete Ferreira Romeiro e Leda Ferreira Lima, minhas bisavós e avós, respectivamente, por terem semeado a família e o terreno que me fez chegar até aqui. A conquista desse doutorado é histórica para nós, pois só a partir da minha geração que tivemos condições de conquistar a graduação e pós-graduação. Esse é o fruto do solo que vocês fertilizaram. Agradeço às minhas tias Patrícia Romeiro e Sônia Ferreira por transmitirem todo o amor que eu precisava, em conversas, desabafos, defesas e muitos outros sentimentos e ações. Agradeço ao meu tio Marcos Emílio, que ancestralizou enquanto eu escrevia esta pesquisa. Meu tio Marcos foi um dos maiores incentivadores que eu tive em minha jornada, um dos meus maiores exemplos de amor, cuidado e companheirismo, nosso eterno Romeiro honorário. Essa conquista também é para você, meu tio. Agradeço às minhas irmãs Luciane Correia Alves e Clara Lima e aos meus

irmãos Rodrigo Correia Romeiro, Ronaldo Ferreira Romeiro Júnior e ao meu primo/irmão Carlos Henrique Moura Santana de Azevedo pela cumplicidade, risadas, “brigas” e histórias para contar. Vocês trazem para minha vida um brilho tão intenso que é impossível pensar uma existência sem vocês ao meu lado. Agradeço às minhas sobrinhas Sophia e Olívia e ao meu sobrinho Gabriel, por representarem a nossa continuidade, que tenhamos condições de tornar o solo ainda mais fértil para vocês.

Agradeço também à minha sogrinha Cristina da Graça Fernandes, que me trata como uma filha. Destino a ela um amor materno, tendo em vista a nossa relação ser baseada em muito companheirismo, afeto e cuidado mútuo. Agradeço também aos meus cunhados amados, André, Felipe e Daniel. Vocês são um verdadeiro presente que eu ganhei a partir da Roberta.

Agradeço, principalmente à minha companheira e grande amor da minha vida, Roberta Fernandes Francisco. A maior incentivadora dessa jornada, a pessoa que esteve comigo em cada passo, que acolheu minhas tristezas, que não me deixou desistir, que disse "vai com medo mesmo", que reservou o melhor colo, melhores abraços e me faz diariamente sentir a pessoa mais amada do mundo. Todas as pessoas deveriam ter a chance de viver um amor assim, como o nosso, que batalha e conquista junto, que sonha junto e que, acima de tudo, se diverte como ninguém. Hoje eu sinto um imenso orgulho de quem nos tornamos e essa Tese também é reflexo disso. Te amo, minha Tesaura. Agradeço também à minha parente canina Cacau, que trouxe para a minha vida outra forma de experimentar o afeto, sendo verdadeiramente uma parceira de escrita que não saía de perto durante todos os longos dias e meses de produção dessa pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Fabrício José Nascimento da Silveira, por todo o caminho que percorremos juntos ao longo do doutorado. Sem dúvida, a nossa troca modificou minha forma de pensar e escrever, tornando meu pensamento mais complexo e mais questionador. Além de ser um orientador incrível, Fabrício também é um exemplo de professor e pesquisador com quem tive o prazer de compartilhar a sala de aula, tanto como estudante quanto dividindo a disciplina Informação e questões de gênero, onde fizemos brotar as primeiras discussões sobre o assunto desta tese. Obrigada por reacender o brilho no olho e a vontade de abrir as asas e voar a partir da nossa pesquisa.

Agradeço ao colegiado e à secretaria da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais por proporcionarem uma jornada acadêmica de qualidade, tanto nas aulas quanto nos fluxos informacionais e burocráticos que também fazem parte do doutoramento.

Agradeço à banca avaliadora dessa pesquisa, representada pelas Professoras Doutoras Ana Paula Menezes Alves, Maria Aparecida Moura, Lorena Tavares de Paula, Rosali

Fernandez de Souza e Rosana Trivelato e ao Professor Doutor Rodrigo de Sales, com quem tive a oportunidade de aprender não somente no desenvolvimento da pesquisa, mas também a inspiração para os meus futuros caminhos como professora e pesquisadora. Muitas das trocas que tivemos se refletiram neste trabalho, pois desenvolveram substancialmente meu potencial crítico.

Agradeço ao grupo de pesquisa NERSI, por ser um espaço de acolhimento e compartilhamento de saberes do qual me orgulho fazer parte. Aprendo diariamente com vocês a construir uma rede de apoio e colaboração que motivam ainda mais a vontade de seguir a carreira acadêmica.

Direciono um agradecimento especial à irmã que a vida me deu, minha grande amiga Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva, companheira de choros, de alegrias, de conquistas e de ideias mirabolantes, não é à toa que juntas criamos o Selo Nyota, a representação máxima do nosso sonho de tornar a produção científica mais acessível. Fran, sem dúvidas, foi uma das pessoas que mais esteve ao meu lado nos últimos sete anos e quem eu quero que permaneça por toda a minha jornada neste plano, afinal, como sempre brincamos, somos o "Karma" uma da outra.

Agradeço também às minhas amigas e parceiras Dirnéle Carneiro Garcez, Pricila Rufino Frevier, Miriely Souza e Gabriel Vieira por todo acolhimento, parceria, diversão e produções que juntos conquistamos. Nosso grupo é um verdadeiro relicário, obrigada por tudo. Agradeço também às minhas amigas Dandara Gomes, Vanessa Rodrigues, Cíntia Belém, Gabriela Lemos, Luciana dos Santos, Melina Vaz, Mariana Acorse, Bruno Almeida, Fernanda Costa, Daniela Spudeit, Claudia Souza, Janaína Polonini, Amanda Salomão, Marcus Vinícius Martins, Priscila Senna e Daniela Pizarro por todas as vezes que vocês salvaram o meu dia, seja em acolhida, conversa fiada ou me matando de rir. A caminhada sem dúvidas é mais leve com vocês.

Agradeço ao meu terapeuta Diego Dantas Barcelos pelo apoio substancial no desenvolvimento dessa jornada. Foram momentos de intensas e dolorosas descobertas, mas, também, de muito crescimento e conquista, que muito contribuíram para a pessoa que me tornei.

Agradeço ao governo federal representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e às políticas públicas que possibilitaram, neste governo e nos anteriores, o meu desenvolvimento como cientista. É através desse fomento que as universidades se ampliam e incluem pessoas que antes não ocupavam esse espaço. Sinto-me um fruto dessas políticas, desde a graduação, pois venho de um curso no programa REUNI, e na pós-graduação, com o provimento e reajuste de bolsas de incentivo. Estendo esse agradecimento à CAPES, pela concessão de bolsa de doutorado.

Destino meus últimos agradecimentos a todas as pessoas que ao longo dos últimos nove meses fizeram parte da minha sala de aula como estudantes. Vocês foram o grande combustível para a finalização deste trabalho, uma vez que desde o dia que assumi o desafio de ser professora substituta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, encontrei uma força que só é capaz de ser construída em uma sala de aula. Estendo esse agradecimento a todo o corpo docente do Departamento de Biblioteconomia da Unirio. É a partir da experiência docente que enquadro a minha identidade-profissão, a de professora, pois não me vejo mais feliz do que ambientando uma sala de aula. Escolhi essa carreira desde o primeiro dia que pisei na universidade e é incrível poder experienciar esse sonho.

Se somos aquilo que cativamos, eu estou feliz demais com o meu plantio. Com toda essa rede de apoio sinto-me ainda mais motivada a trilhar uma jornada acadêmica cada vez mais alinhada com a justiça social. Que venham os próximos desafios, estou pronta!

O jeito que amo não é importado nem enlatado,
vem sem manual, é artesanal e potável.
É parte de uma teia com gente humana, gente
bicho, vento, água e terra.
Amo ser e fazer parte, e sei: ser parte é infinito
(Geni Núñez, 2023, p. 50).

A cultura do dominador tentou alimentar o
medo dentro de nós, tentou nos fazer escolher a
segurança em vez do risco, a semelhança em
vez da diversidade. Deslocar-se nesse medo,
descobrir o que nos conecta, nos divertir com
nossas diferenças; esse é o processo que nos
aproxima, que nos oferece um mundo de
valores compartilhados, de uma comunidade
significativa.

(bell hooks, 2021, p. 291).

RESUMO

Partindo do entendimento de que gênero é uma construção social e que, em face disso, pode ser lido como um sistema de categorização social, a pesquisa buscou responder à seguinte questão-problema: de que maneira os estudos de gênero podem contribuir para evidenciar os modos de tratamento, conceituação e hierarquização de gênero conferidos pelos Sistemas de Organização do Conhecimento voltados para representação da linguagem? A partir dela, estabeleceu-se como objetivo geral: analisar como "gênero" é conceituado e hierarquizado em tesouros especializados em questões de gênero a partir da lente teórica da Organização do Conhecimento e dos Estudos de Gênero. Enquanto objetivos específicos, a pesquisa se propôs a: a) contextualizar gênero como uma categorização social, para além da binaridade e heteronormatividade e enquanto estruturas hegemônicas; b) categorizar as definições e relacionamentos do vocábulo gênero em tesouros especializados em questões de gênero; c) analisar se as definições e relacionamentos do termo gênero apresentados nos tesouros convergem com a compreensão de gênero a partir da lente analítica da Decolonialidade e Interseccionalidade; e, d) elaborar um pequeno glossário, oferecendo uma atualização conceitual de cada conceito relacionado ao gênero estudado nesta pesquisa. Para delimitação do objeto foram selecionados seis tesouros convergentes à temática gênero, são eles: Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (Brasil); Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero (Brasil); Tesouro de Género: lenguaje con equidad (México); Tesouro Homossaurus (produzido por pesquisadoras/es de diferentes regiões, mas com protagonismo dos Estados Unidos da América (EUA) e Holanda); Women Thesaurus (Holanda); e Family Thesaurus (Austrália). Ao concentrar a investigação nos estudos de gênero, reconhece-se a característica multidimensional da área, haja vista a pluralidade de temas que as questões de gênero envolvem. Assim, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza bibliográfica, descritiva e exploratória. Em convergência com esse enquadramento, utiliza a análise de conteúdo por considerá-la um método que permite investigar de forma sistemática o conteúdo de diferentes tipos de comunicação envolvendo processos de codificação, categorização e análise. Com base nisso, as lentes teóricas da Decolonialidade e da Interseccionalidade foram acionadas como referentes para a análise interpretativa da conceituação e hierarquização de "gênero" em tesouros especializados no assunto, delineando o seguinte desenho metodológico para sua execução: constituição do referencial teórico centrado nos estudos de gênero e em consonância com as lentes analíticas da interseccionalidade e decolonialidade; constituição de referencial teórico centrado na Organização do Conhecimento, especificamente sobre elaboração e caracterização de Tesouros; apresentação de uma releitura das dimensões da Organização Social e Crítica do Conhecimento; sistematização do material coletado e realização de análise de conteúdo na amostra constituída; elaboração de categorias de análise – Conceituação e Hierarquização - dos resultados a partir das lentes teóricas da organização do conhecimento e dos estudos de gênero pelo viés da interseccionalidade e decolonialidade; e, por fim, proposição conceitual ampla e simplificada dos termos. Os resultados mostraram que os tesouros investigados incluem, em parte, uma perspectiva interseccional na conceituação e hierarquização dos termos e que a crítica formulada pela perspectiva decolonial ainda é incipiente nos referidos instrumentos, carecendo, portanto, de uma atualização ou da criação de novos Tesouros pautados por essas vertentes teórico-críticas.

Palavras-chave: gênero; estudos de gênero; organização social e crítica do conhecimento; tesouros – hierarquização e conceituação; interseccionalidade; decolonialidade.

ABSTRACT

Based on the understanding that gender is a social construct and can be viewed as a system of social categorization, the research aimed to address the following problem question: How can gender studies contribute to highlighting the ways in which gender is treated, conceptualized, and hierarchized by Knowledge Organization Systems focused on language representation? From this, the general objective was established: to analyze how the term "gender" is conceptualized and hierarchized in specialized thesauri on gender issues through the theoretical lens of Knowledge Organization and Gender Studies. The specific objectives of the research were: a) to contextualize gender as a social categorization, beyond binarity and heteronormativity, and as hegemonic structures; b) to categorize the definitions and relationships of the term "gender" in specialized gender thesauri; c) to analyze whether the definitions and relationships of the term "gender" presented in the thesauri converge with the understanding of gender from the perspectives of Decoloniality and Intersectionality; and d) to develop a small glossary, offering a conceptual update of each gender-related concept studied in this research. To delimit the object, six thesauri relevant to the theme of gender were selected: Thesaurus for Gender Studies and Women (Brazil); Thesaurus on Sexual Orientation and Gender Identity (Brazil); Thesaurus of Gender: Language with Equity (Mexico); Homossaurus Thesaurus (produced by researchers from different regions, but with significant input from the United States and the Netherlands); Women Thesaurus (Netherlands); and Family Thesaurus (Australia). By focusing the investigation on gender studies, the research acknowledges the multidimensional nature of the field, given the plurality of themes involving gender. Thus, the research is characterized as qualitative, bibliographic, descriptive, and exploratory. Consistent with this framework, content analysis was used as it allows for a systematic investigation of the content of various types of communication involving processes of coding, categorization, and analysis. Based on this, the theoretical lenses of Decoloniality and Intersectionality were employed for the interpretive analysis of the conceptualization and hierarchization of "gender" in specialized thesauri on the subject, modeling the following methodological design for execution: establishing a theoretical referential focused on gender studies and aligned with the perspectives of intersectionality and decoloniality; creating a theoretical referential centered on Knowledge Organization, specifically on the development and characterization of Thesauri; presenting a re-reading of the dimensions of Social and Critical Knowledge Organization; systematizing the collected material and performing content analysis on the sample; developing analysis categories – Conceptualization and Hierarchization – of the results from the theoretical lenses of knowledge organization and gender studies through the perspective of intersectionality and decoloniality; and finally, proposing a broad and simplified conceptualization of the terms. The results showed that the investigated thesauri partially include an intersectional perspective in the conceptualization and hierarchization of terms, and that the critique formulated from a decolonial perspective is still incipient in these instruments, thus requiring an update or the creation of new thesauri based on these theoretical-critical perspectives.

Keywords: gender; gender studies; social and critical knowledge organization; thesauri – hierarchization and conceptualization; intersectionality; decoloniality.

RESUMEN

A partir de la comprensión de que el género es una construcción social y que, en consecuencia, puede ser interpretado como un sistema de categorización social, la investigación buscó responder a la siguiente pregunta-problema: ¿de qué manera los estudios de género pueden contribuir a evidenciar los modos de tratamiento, conceptualización y jerarquización de género conferidos por los Sistemas de Organización del Conocimiento orientados a la representación del lenguaje? A partir de esto, se estableció como objetivo general: analizar cómo el término "género" es conceptualizado y jerarquizado en tesauros especializados en cuestiones de género desde la perspectiva teórica de la Organización del Conocimiento y los Estudios de Género. Como objetivos específicos, la investigación se propuso: a) contextualizar el género como una categorización social, más allá de la binaridad y heteronormatividad y como estructuras hegemónicas; b) categorizar las definiciones y relaciones del término género en tesauros especializados en cuestiones de género; c) analizar si las definiciones y relaciones del término género presentadas en los tesauros convergen con la comprensión de género desde los enfoques de la Decolonialidad y la Interseccionalidad; y d) elaborar un pequeño glosario, ofreciendo una actualización conceptual de cada concepto relacionado con el género estudiado en esta investigación. Para delimitar el objeto, se seleccionaron seis tesauros relevantes para la temática de género, los cuales son: Tesauro para estudios de género y sobre mujeres (Brasil); Tesauro sobre Orientación Sexual e Identidad de Género (Brasil); Tesauro de Género: lenguaje con equidad (México); Tesauro Homossaurus (producido por investigadores/as de diferentes regiones, pero con protagonismo de Estados Unidos de América (EUA) y Países Bajos); Women Thesaurus (Países Bajos); y Family Thesaurus (Australia). Al concentrar la investigación en los estudios de género, se reconoce la característica multidimensional del área, dada la pluralidad de temas que involucran las cuestiones de género. Así, la investigación se caracteriza como cualitativa, de naturaleza bibliográfica, descriptiva y exploratoria. En concordancia con este enfoque, se utiliza el análisis de contenido por considerarlo un método que permite investigar de forma sistemática el contenido de diferentes tipos de comunicación, involucrando procesos de codificación, categorización y análisis. Con base en esto, las perspectivas teóricas de la Decolonialidad y la Interseccionalidad se emplearon como referentes para el análisis interpretativo de la conceptualización y jerarquización de "género" en tesauros especializados en el tema, delineando el siguiente diseño metodológico para su ejecución: constitución del marco teórico centrado en los estudios de género y en consonancia con los enfoques de interseccionalidad y decolonialidad; constitución del marco teórico centrado en la Organización del Conocimiento, específicamente sobre la elaboración y caracterización de Tesauros; presentación de una relectura de las dimensiones de la Organización Social y Crítica del Conocimiento; sistematización del material recogido y realización de análisis de contenido en la muestra constituida; elaboración de categorías de análisis – Conceptualización y Jerarquización – de los resultados a partir de las perspectivas teóricas de la organización del conocimiento y los estudios de género a través del enfoque de interseccionalidad y decolonialidad; y, finalmente, proposición conceptual amplia y simplificada de los términos. Los resultados mostraron que los tesauros investigados incluyen, en parte, una perspectiva interseccional en la conceptualización y jerarquización de los términos y que la crítica formulada desde la perspectiva decolonial aún es incipiente en dichos instrumentos, necesitando, por lo tanto, una actualización o la creación de nuevos Tesauros basados en estas vertientes teórico-críticas.

Palabras clave: género; estudios de género; organización social y crítica del conocimiento; tesauros – jerarquización y conceptualización; interseccionalidad; decolonialidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas para construção de Tesouros descritas por Rosana Trivelato.....	62
Figura 2 - Esquematização da OSCC: dimensões e autorias.....	69
Figura 3 - Arte de Elisa Riemer intitulada “Meu corpo, meu gênero... minha sexualidade”...	94
Figura 4 - Conceituação do termo Mulher.	179
Figura 5 - Conceituação do termo Homem.	187
Figura 6 - Conceituação do termo Patriarcado.	194
Figura 7 - Conceituação do termo Matriarcado.....	202
Figura 8 - Conceituação do termo Binarismo.....	209
Figura 9 - Conceituação do termo Família.	215
Figura 10 - Conceituação do termo Sexo.	224
Figura 11 - Conceituação do termo Sexualidade.....	232
Figura 12 - Conceituação do termo Cisgeneridade.	240
Figura 13 - Conceituação do termo Transgênero.	245
Figura 14 - Conceituação do termo Intersexo ou Intersexualidade.	253
Figura 15 - Conceituação do termo Gênero.	259

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições da palavra gênero em inglês, espanhol e francês.	40
Quadro 2 - Caracterização dos Tesouros.	158
Quadro 3 - Desenho Metodológico de acordo com os objetivos específicos.	162
Quadro 4 - Hierarquização do termo mulher/mulheres.	183
Quadro 5 - Hierarquização do termo Homem.	190
Quadro 6 - Hierarquização do termo Patriarcado.	198
Quadro 7 - Hierarquização do termo Matriarcado.	206
Quadro 8 - Hierarquização do termo Binarismo.	212
Quadro 9 - Hierarquização do termo Família.	219
Quadro 10 - Hierarquização do termo Sexo.	227
Quadro 11 - Hierarquização do termo Sexualidade.	236
Quadro 12 - Hierarquização do termo Cisgênero.	243
Quadro 13 - Hierarquização do termo Transgênero.	248
Quadro 14 - Hierarquização do termo Intersexo ou Intersexualidade.	256
Quadro 15 - Hierarquização do termo Gênero.	267
Quadro 16 - Mini glossário de Gênero.	276

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	<i>Anglo American Cataloguing Rules, 2ª edição</i>
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AIFS	<i>Australian Institute of Family Studies</i>
AWT	<i>A Woman Thesaurus</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertação
BT	<i>Broader Term</i>
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CBBDD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DG	<i>Delimiters groups</i>
DT	<i>Data</i>
DTA	<i>Digital Transgender Archive</i>
ECI	Escola de Ciência da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
HAH	Homens Amando Homens
HN	<i>History Note</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
LD	Linguagens Documentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binários e outras identidades de gênero e sexualidade.
MAM	Mulheres que Amam Mulheres
NA	Nota de alcance
Nêgo Bispo	Antônio Bispo dos Santos
NIESC	Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura
NT	<i>Narrower Term</i>
OC	Organização do Conhecimento
ONU	Organização das Nações Unidas
ORC	Organização e Representação do Conhecimento
OSC	Organização Social do Conhecimento
OSCC	Organização Social e Crítica do Conhecimento
Pagú	Patrícia Galvão
PCdoB-RS	Partido Comunista do Brasil – Rio Grande do Sul

PCD	Pessoa com Deficiência
PDT-MG	Partido Democrático Trabalhista – Minas Gerais
PL	Partido Liberal
PMEST	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROETNO	Programa de Etnoconhecimento para um etnoreconhecimento
PSOL-SP	Partido Socialismo e Liberdade – São Paulo
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RT	<i>Related Term</i>
SG	<i>Subject Groups</i>
Sine	Sistema Nacional de Emprego
SN	<i>Scope note</i>
SN	<i>Scope Note</i>
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUS	Sistema Único de Saúde
TA	Termos Associados
TE	Termo Específico
TE	Término específico
TEG	Tesouro para Estudos de Gênero e Mulheres
TG	Termo Genérico
TG	Término genérico
TJ STJ	Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça
TR	Termos Relacionados
TR	Término relacionado
UF	<i>Used for</i>
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UP	Usado por

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	28
1.2	OBJETIVOS	28
1.3	JUSTIFICATIVA	29
1.4	PRESSUPOSTOS.....	33
1.5	ESTRUTURA DO TEXTO.....	34
2	REFLEXÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: TECENDO CONEXÕES E DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS.....	36
2.1	A PALAVRA GÊNERO E SEUS SIGNIFICADOS: PROBLEMATIZAÇÕES EM TORNO DE UM CONCEITO	37
2.2	TESAUROS: COMPREENDENDO O CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS E DIRETRIZES PARA SUA CONSTRUÇÃO.....	52
2.3	REVISITANDO AS DIMENSÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL A CRÍTICA DO CONHECIMENTO: UM OUTRO OLHAR	63
2.3.1	<i>As formas de autorização terminológica</i>	<i>70</i>
2.3.2	<i>Crítica ao universalismo e reparação epistêmica</i>	<i>76</i>
2.3.3	<i>Ética e vieses.....</i>	<i>86</i>
3	GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: ARGUMENTAÇÃO TEÓRICO-CRÍTICA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL E DECOLONIAL.....	94
3.1	INTRODUZINDO A PROBLEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO: UM OLHAR PARA A POLÍTICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	98
3.2	ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO SOCIAL E NA CULTURA: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES	114
3.3	COLONIALIDADE DE GÊNERO: UMA OPERACIONALIZAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE.....	139
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	156
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	163
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS TESAUROS SOBRE GÊNERO	164
5.1.1	<i>Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres - TEG.....</i>	<i>164</i>
5.1.2	<i>Tesouro de Género: lenguaje con equidad</i>	<i>167</i>
5.1.3	<i>Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero.....</i>	<i>169</i>
5.1.4	<i>Homosaurus</i>	<i>170</i>
5.1.5	<i>Woman's Thesaurus</i>	<i>173</i>
5.1.6	<i>Family Thesaurus</i>	<i>175</i>
5.2	ANÁLISES DA CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DOS TERMOS EM TESAUROS DE GÊNERO	176
5.2.1	<i>Análises da conceituação e hierarquização do termo Mulher / Woman / Mujer</i>	<i>179</i>

5.2.2	Análises da conceituação e hierarquização do termo Homem / Man / Hombre	187
5.2.3	Análises da conceituação e hierarquização do termo Patriarcado / Patriarchy	194
5.2.4	Análises da conceituação e hierarquização do termo Matriarcado / Matriarchy.....	202
5.2.5	Análises da conceituação e hierarquização do termo Binarismo / Binarism	209
5.2.6	Análises da conceituação e hierarquização do termo Família / Family...	215
5.2.7	Análises da conceituação e hierarquização do termo Sexo / Sex.....	224
5.2.8	Análises da conceituação e hierarquização do termo Sexualidade / Sexuality / sexualidad	232
5.2.9	Análises da conceituação e hierarquização do termo Cisgênero / Cisgender	240
5.2.10	Análises da conceituação e hierarquização do termo Transgênero / Transgender	245
5.2.11	Análises da conceituação e hierarquização do termo Intersexo / Intersex ou Intersexualidade / Intersexuality.....	253
5.2.12	Análises da Conceituação e hierarquização do termo Gênero / Gender / Genero.....	259
5.3	PROPOSIÇÃO CONCEITUAL: MINI GLOSSÁRIO DE GÊNERO ANCORADOS NOS VIÉSES DA INTERSECCIONALIDADE E DA DECOLONIALIDADE	276
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	280
	REFERÊNCIAS.....	286

1 INTRODUÇÃO

“Nem toda palavra é, aquilo que o dicionário diz”, esses são os primeiros versos da canção “Sonho de uma flauta¹”, escrita por Fernando Anitelli e interpretada pela banda/trupe *O Teatro Mágico*. A escolha deles para iniciar esta tese remete ao fato de que a produção e a transmissão de significados para as palavras e as coisas não se restringem à simples operação de recorrer às definições de um dicionário, instrumento que muitas vezes utilizamos, até intuitivamente, quando desejamos sanar dúvidas sobre os sentidos atribuídos a um conceito específico. Ato justificado quando observamos que, em maior ou em menor medida, fomos ensinados que os dicionários são nossa principal fonte de referência léxico-gramatical. Contudo, ainda que essas obras funcionem como bússolas na busca pelo significado de uma palavra, em certos casos, o sentido agenciado e autorizado por ela pode não ser capaz de transmitir a totalidade de possibilidades léxicas e de usos sociais que a palavra examinada possui.

Isso fica ainda mais evidente quando nos damos conta que os dicionários são criados por pessoas e que as pessoas estão inseridas em contextos sociopolítico e culturais, os quais incidem em seus modos de ver o mundo, o que certamente reverbera na atribuição do significado de cada verbete ali inserido. Não sem razão, a motivação para realização da presente pesquisa está ligada a uma palavra e à busca por compreender seus múltiplos significados e modalidades de aplicação, qual seja: “gênero”. Vocábulo que certamente não pode ser compreendido unicamente pelo viés lexical, posto que seu uso cotidiano faz ressoar diferentes sentidos e inúmeras disputas discursivas materializadas em ações concretas em diferentes contextos sociais. Abaixo explicitamos melhor isso relatando como as questões de gênero foram convertidas em objeto de nossa tese.

O tema desta pesquisa emergiu há três anos e teve como principal inspiração a experiência de estágio docente, componente curricular fundamental para o meu desenvolvimento como pesquisadora e professora. Temática que também explicita os motivos pelos quais escolhi o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG) para realizar a pesquisa de doutoramento em foco, posto verticalizar seu viés didático-científico nas disciplinas ministradas e nas experiências de estágio.

¹ Para ouvir e acessar a letra da música, acesse:
<https://open.spotify.com/track/1fK1Pn2JvPr9rczetl9Caj?si=4509e3085d7c41d9>

Apesar de as discussões sobre gênero e sexualidade não estarem presentes nos meus interesses de pesquisa no início da minha trajetória acadêmica, me conectei com a temática primeiramente em razão da minha experiência como mulher. Experiência que não faz parte de uma escolha, uma vez que se entende que questões de gênero, ao contrário do que estabeleceu a abordagem biológica, são socialmente construídas, ao passo que as performances inventadas sobre o comportamento das mulheres foram agenciadas por meio das relações sociais e da mediação e circulação de produtos culturais que atravessam e modulam nosso cotidiano (Scott, 1995, 2012; Butler, 2018, 2019; Rich, 2010; Rubin, 2017; Lorde, 2020; Segato, 2021).

Ser mulher tem muitos significados a depender do contexto em que se vive. Para mim, a experiência de ser mulher vem desde 1991 e se localiza majoritariamente em duas geografias: Nilópolis (cidade que nasci) e Petrópolis (cidade em que vivi dos quatro aos dezessete anos de idade). Duas cidades nas quais performances de gênero não hegemônicas e dissidências sexuais não costumavam ser bem-vindas, por vezes sendo tratadas como assunto de piadas nos círculos sociais dos quais eu fazia parte.

Até chegar à universidade, as questões de gênero haviam sido pontuadas em minha trajetória formativa, tão somente, no ensino básico no âmbito das aulas de biologia e correlatas aos temas “reprodução humana” e “doenças sexualmente transmissíveis”. Não era um assunto que minha família levantava em nossas reuniões. Não era assunto das conversas com as amigas, ou melhor, até era, desde que o tema estivesse de acordo com as políticas de sexo aceitas naquele contexto: compulsoriamente heterossexual, heteronormativa e cisgênera (Rich, 2010; Rubin, 2017; Witig, 2022), o que Gayle Rubin (2017) nomeou como “sexo bom” em seu texto “Pensando o sexo”, publicado pela primeira vez em 1984.

Estar na universidade, por seu turno, mostrou-se fundamental para que eu ampliasse os horizontes sobre gênero, especialmente porque foi na graduação que participei como bolsista de extensão no Núcleo Intra-transdisciplinar de Educação, Saúde, Sexualidade e Cultura (NIESC) por meio dos projetos de Extensão universitária “Nexus e Sexus na formação continuada do docente” e “Programa de Etnoconhecimento para um etnoreconhecimento (PROETNO)”, ambos coordenados pela Professora Doutora em Educação Maria Amélia Gomes de Souza Reis².

As atividades realizadas no NIESC foram essenciais para a minha formação, não somente na dimensão do desenvolvimento curricular, mas pelo contraste que essas ações representavam em paralelo às experiências anteriores. Para exemplificar, destaco duas

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0334448997937512>

atividades nas quais foi possível observar que é necessário ampliar o olhar para além das bibliografias e direcioná-los ao contexto das populações circunscritas, uma vez que as realidades de cada grupo são construídas em marcos geográficos e simbólicos específicos.

A primeira foi uma palestra realizada no Instituto Superior de Educação em um município da região norte do estado do Rio de Janeiro (RJ) cujo tema era “*Nexus e sexus: gênero e sexualidade na formação continuada do docente*”. O objetivo dessa ação era questionar o sistema sexo/gênero e os estereótipos sociais direcionados às mulheres, tais como a “obrigação” na realização de tarefas domésticas, das pretensas habilidades naturalizadas que as mulheres teriam para cuidar das crianças, além de movimentar o debate sobre o direito reprodutivo. Também fez parte da palestra a apresentação da diversidade de sexualidades que naquele momento era representado pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)³ e a importância de se acolher, proteger e desconstruir estereótipos pejorativos direcionados às pessoas pertencentes a essa comunidade.

Aquela foi a primeira vez que travei contato com uma realidade bastante diferente da que eu experienciava, especialmente quando perguntamos, a professora Maria Amélia e eu, o que significava ser mulher para aquela comunidade. Dentre as respostas estavam “sofrer”, “menstruar”, “casar e ter filhos”, “cuidar do lar”, “usar maquiagem”, “usar roupas de mulher”, palavras, expressões e representações que posicionavam aquelas mulheres em um lugar de subserviência ao contexto familiar e comunitário. Foram muitas as participações do público em relação a essa parte da apresentação, foi como se houvesse uma demanda reprimida em direção àquela reflexão em prol da formação das futuras pedagogas e dos pedagogos ali presentes.

Além disso, quando o assunto sexualidade foi apresentado na palestra, percebemos o quanto aquelas informações atravessaram o público, entretanto, não com o mesmo engajamento de antes. Sentimos o silêncio das pessoas interlocutoras, alguns pigarros e olhares absortos, gestos de negação com a cabeça e com as mãos. Percebemos, ainda, cochichos ao pé do ouvido e olhares incomodados em nossa direção. A rejeição também foi observada com a saída voluntária de parte do público, demonstrando que naquele momento esse assunto não seria bem-vindo.

Era necessário construir, pois, outra abordagem pedagógica para sensibilização daquele contexto, tal como orienta bell hooks na obra “Ensinando pensamento crítico: teoria e prática” (2020), na qual a autora apresenta, valendo-se de uma linguagem simples e em pequenos textos,

³ Atualmente inclui outras identidades de gênero e sexualidade redimensionando a sigla para LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais entre outras identidades).

reflexões para educar com responsabilidade social, especialmente no que tange ao enfrentamento do sexismo, do racismo e dos efeitos da colonialidade.

Apesar de frustrante, por eu estar mobilizada pelo entusiasmo da minha primeira vez representando o NIESC, esse evento foi de grande importância para que eu percebesse como gênero e sexualidade possuem significados diferentes em contextos distintos. Se por um lado foi fácil falar sobre gênero na perspectiva feminista, questionando estereótipos sexistas, o peso da dupla e, por vezes, tripla jornada, a ausência de mulheres em posição de destaque entre outros assuntos comuns à realidade daquelas mulheres; por outro, falar sobre a diversidade de sexualidades, violência contra a população LGBTQIAPN+ e a importância da educação sexual no currículo escolar desde o início da educação básica foi algo que aquela comunidade ainda não se mostrava aberta para ouvir.

O segundo aprendizado a ser destacado se deu em uma atividade realizada junto a uma comunidade indígena parceira do projeto que vivia em bairro famoso pelas mansões na cidade de Niterói, o que, à época, impactava significativamente na permanência daqueles sujeitos, uma vez que eles viviam constantemente pressionados a sair de suas terras. Não por acaso, dois meses após a visita do grupo, a comunidade indígena seria realocada em Maricá, na região dos lagos do Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo da ação do grupo era levar estudantes do curso de Pedagogia da UNIRIO e integrantes do NIESC (bolsistas e voluntários) de diferentes cursos para conhecer a comunidade e trocar saberes, especialmente relacionados à educação das crianças e jovens indígenas. Conversamos sobre diversos assuntos envolvendo a luta dos povos indígenas e questões básicas de acesso à cidadania. Também perguntamos a percepção da comunidade sobre educação, trabalho, renda e saúde, entre outros temas. O equívoco aconteceu quando perguntei ao líder da comunidade sobre como era o acolhimento a pessoas homossexuais, indagação respondida por ele nos seguintes termos: “Não tem isso aqui, isso é coisa de branco”.

Naquele momento eu não imaginava que esse questionamento revelaria a limitação de meus conhecimentos sobre gênero na perspectiva anticolonial/decolonial. Se essa visita fosse realizada no atual momento, provavelmente a indagação não seria feita, especialmente após o avanço nos estudos sobre a temática na perspectiva de Gení Nuñez Longhini (2023), pesquisadora que defende não haver indígena homossexual por não existir indígena heterossexual, determinações construídas sob a imposição colonial.

Nas ciências, ao considerar as estruturas de dominação impostas pelo sistema colonial, nota-se que métodos, epistemologias e práticas de compartilhamento dos saberes em muitos cenários privilegiam o protagonismo de homens brancos ocidentais e norte-hemisféricos,

consolidando uma hegemonia de pensamento e estruturando injustiças epistêmicas nesses espaços. Constatação a que também chegaram Anibal Quijano (2010), Walter D. Mignolo (2020), Maria Lugones (2020) e Rita Segato (2021) ao problematizarem a colonialidade do saber estabelecida por uma abordagem epistêmica eurocentrada. Cenário questionado a partir da segunda metade do Século XX, quando os estudos críticos feministas, os estudos críticos da raça e os estudos decoloniais avançaram nas discussões sobre a condição humana (protagonizado por pessoas com deficiência), a diversidade de sexualidade e o alargamento no modo de se compreender as questões de gênero (Connel; Pierce, 2015; Silva, 2020).

No campo dos estudos informacionais brasileiro, o desenvolvimento de estudos de gênero tem como marco os anos 2000, sendo o artigo de Patrícia Espírito Santo (2009) um de seus primeiros produtos. Nele a autora apresentou os resultados de um levantamento sobre as pesquisas de gênero na Ciência da Informação em contexto nacional e internacional observando que, naquele momento, existia pouco interesse por parte de pesquisadoras/es pelos estudos de gênero. Não obstante, o estudo identificou apenas 18 produções entre artigos e comunicações sobre a temática e constatou que essas produções reconheciam a necessidade de se investir em estudos de gênero a fim de reconhecer e enfrentar desigualdades de distintas ordens.

Outro trabalho a ser destacado é a pesquisa de Gilda Olinto e Jaqueline Leta (2014), que realizaram um estudo cientométrico sobre a participação das mulheres na ciência tendo-se em vista observar o efeito do tempo no impacto da produção científica de homens e mulheres na pós-graduação. As autoras constataram, ao comparar a produção anterior a 1999 com o decênio 2000-2009, que havia poucas diferenças no quantitativo de produções realizadas por homens e mulheres ao longo do período investigado. Todavia, concluíram que naquele momento os homens sobressaíam como protagonistas em congressos e que a produção de artigos em periódicos científicos mantinha-se equiparada entre pesquisadoras e pesquisadores.

Embora pioneiros, é oportuno ressaltar que nesses trabalhos gênero é acionado como categoria analítica apenas na dimensão de “marcador de diferenças” entre homens e mulheres, sendo pautado pelo viés da cisgeneridade. Somente nos últimos 10 (dez) anos que esses estudos conquistaram maior visibilidade na área dos estudos informacionais. Um dos fatores que podem ter contribuído para isso foi a ampliação do acesso das mulheres, pessoas não brancas e da população LGBTQIAPN+ à universidade pública a partir da reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esses investimentos, com o intuito de promover justiça social via ampliação do acesso à educação superior, diversificaram

o corpo discente e docente, fomentando maior diversidade de gênero, raça, classe e condição humana nas universidades públicas brasileiras (Romeiro; Silveira, 2022).

Por conseguinte, entendendo “justiça” como um termo interpretativo que sugere equilíbrio entre diferentes partes nas relações sociais, consideramos a Justiça Social a via argumentativa que mais possibilita a criação, gerenciamento e manutenção de leis justas para todas as pessoas. Raewyn Connel (2016) explica que isso se dá porque:

‘Justiça’ é, em primeira instância, uma reivindicação de reparação” e complementa que a “justiça social é uma reivindicação de reparação da desigualdade, que acaba por trazer tanto vantagens quanto desvantagens enquanto características institucionalizadas da vida social (Connel, 2016, p. 14).

Contudo, e essa é uma das grandes críticas dos estudos anticoloniais, julga-se pertinente destacar que o acesso à justiça e a outros serviços públicos voltados à organização social foi direcionado hegemonicamente a quem era reconhecido como sujeito⁴ (Connel, 2016, Quijano, 2010, Segato, 2021). Nesse sentido, é fácil perceber porque grupos considerados vulneráveis⁵ não tinham acesso à justiça. Citamos como exemplo os casos de violências sexuais experienciadas por mulheres, que somente no século XX, com a promulgação do código penal de 1940, passaram a ser consideradas vítimas e não mais o seu cônjuge, pai ou o homem, tidos como “chefes” da família (Brasil, 1940; Romeiro, 2019).

Em complemento a esse exemplo, considera-se que a globalização amplificada na segunda metade do século XX constituiu uma nova gramática nas configurações políticas. Se anteriormente as maiores discussões sobre justiça social estiveram concentradas na redistribuição, especialmente nas questões econômicas e desigualdades de classe, elas agora “perderam” espaço para o que a Nancy Fraser chamou de uma terceira via discursiva, pautada no reconhecimento. Nessa via, “a contestação abarca [...] outros eixos de subordinação, incluindo a diferença sexual, a “raça”, a etnicidade, a sexualidade, a religião e a nacionalidade” (FRASER, 2002, p. 9), pondo em centralidade questões de representação, identidade e diferença. Nesse sentido, valores como solidariedade, respeito e cuidado consolidaram-se como orientações éticas na reivindicação por participação, redistribuição e reconhecimento,

⁴ Gayatri Spivak (2010) no texto “Pode o subalterno falar?” aborda o lugar de reconhecimento e subalternidade aos quais sujeitos são posicionados, especialmente enquanto objetos em espaços hegemônicos de produção e compartilhamento de saberes. Concomitantemente, tece uma crítica específica à colonialidade e à “outrificação” de sujeitos subalternizados.

⁵ Como mulheres, pessoas negras e dissidentes das normas de gênero e sexualidade estabelecidas, que atualmente são representadas na população LGBTQIAPN+. (Quijano, 2010, Connel, 2016, Silva, 2021, Segato, 2021).

especialmente quando quem reivindica luta por emancipação frente a estruturas desiguais como o racismo, as relações de gênero e o apagamento social de pessoas com deficiência.

Torquato Augusto Viglioni (2021) explica que a ciência política defendeu outra leitura sobre a ideia de justiça estruturar-se a partir da redução de injustiças. Nessa nova forma de compreensão, a justiça representaria a ideia de normalidade e a injustiça de anormalidade. Perspectiva pontualmente criticada por Miranda Fricker (2007) ao desenvolver o conceito de injustiça epistêmica. Para ela, a injustiça pode estar constantemente presente na vida social assumindo uma condição de normalidade a tal ponto que torna invisível a identificação de injustiças sociais e epistêmicas como a consideração de uma testemunha ao invés de outra por racismo, sexismo e LGBTQIAPN+fobia, por exemplo.

Incorporando essa perspectiva em nossa pesquisa, naquilo que se refere especificamente às questões de gênero, entendemos que há uma categorização ou organização social que normaliza, agencia e hierarquiza a compreensão e o tratamento das questões de gênero. Assim, à luz dos estudos de gênero e estudos anticoloniais/decoloniais, constatamos que, por se tratar de construções sociais inscritas em contextos específicos, as interpretações e teorizações sobre o assunto não são lineares, e, portanto, não devem ser tratadas como hegemônicas. Concordando com essa modalidade de entendimento, Raewyn Connel (2016) defende que as teorias sobre gênero no Sul Global requerem uma compreensão diferente do Norte por reconhecer que o gênero foi um dos instrumentos coercitivos mais utilizados para controle social em um contexto colonizador. A autora alerta, ainda, que:

[...] questões sobre identidade, sua implantação, suas complexidades e sua fragilidade, têm sido fundamentais para os estudos de gênero em caráter internacional nas últimas duas décadas. Tais preocupações dão pouca atenção à justiça social (Connel, 2016, p. 13).

Tal como foi apontado no início desta tese, apenas com um aprofundamento teórico sobre estudos de gênero tornou-se possível debater alguns desses assuntos na esfera acadêmica. Antes de serem compreendidos como construção social e interseccionalizados sob mais de um eixo de subordinação, os conhecimentos genéricos sobre gênero não se mostraram suficientes para instrumentalizar meu diálogo sobre as vulnerabilidades vividas por pessoas LGBTQIAPN+ na palestra anteriormente mencionada. Da mesma forma, a falta de conhecimento sobre gênero e colonialidade não permitiu que a conversa com o líder da comunidade indígena durasse além da resposta enunciada por meu interlocutor.

Em face disso, reconhecemos a necessidade de alargarmos o conhecimento sobre a temática gênero, considerando, para tanto, sua diversidade de tratamento, bem como os sujeitos

e as fontes de informação que modulam essa categoria, o que será discutido aqui pela via da conceituação. Para isso, recorreremos às teorias da organização do conhecimento, como a teoria do conceito (Dahlberg, 1978); a classificação dos seres e saberes (Pombo, 1998); o desenvolvimento da organização do conhecimento na Ciência da Informação (Souza, 2009); e, o lugar ocupado, nesse cenário, por Tesouros sobre gênero.

Seguindo nessa direção e inspirada pelo contexto até aqui apresentado, bem como reconhecendo que a Ciência da Informação brasileira foi substancialmente orientada pelas teorias do Norte global, nos propusemos, mobilizando as lentes teóricas da organização do conhecimento e dos estudos de gênero, analisar os instrumentos voltados para a linguagem e atividades de organização do conhecimento sendo eles gerais, como os dicionários, e/ou especializados, como tesouros, os quais serão convertidos em objeto de investigação desta pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo do contexto acima apresentado, delimita-se o seguinte problema de pesquisa: *de que maneira os estudos de gênero podem contribuir para evidenciar os modos de tratamento, conceituação e hierarquização de gênero conferidos pelos Sistemas de Organização do conhecimento?*

1.2 OBJETIVOS

Para responder a essa questão problema, definiu-se como objetivo geral da pesquisa: investigar como o gênero é conceituado e hierarquizado em tesouros especializados em questões de gênero a partir da lente teórica da Organização do Conhecimento e dos Estudos de Gênero. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar gênero como uma categorização social, para além da binaridade e heteronormatividade e enquanto estruturas hegemônicas;
- b) Categorizar as definições e relacionamentos do vocábulo gênero em tesouros especializados em questões de gênero;

- c) Analisar se as definições e relacionamentos do termo gênero apresentados nos tesouros convergem com a compreensão de gênero a partir da lente analítica da Decolonialidade e Interseccionalidade;
- d) Elaborar um pequeno glossário, oferecendo uma atualização conceitual de cada conceito relacionado a gênero estudado nesta pesquisa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Avançando na discussão, é relevante observar que assim como no contexto político-jurídico, o âmbito acadêmico é rico em exemplos da predominância de sujeitos masculinos no protagonismo epistêmico e administrativo, reflexo diretamente associado às estruturas hegemônicas que o atravessa.

Na vivência acadêmica em Ciência da Informação, destaco que desde o início me inquietava a pouca presença que tinham os textos escritos por mulheres nas bibliografias das disciplinas da graduação e pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Especialmente porque circulava nos corredores a afirmação de que a área era majoritariamente composta por mulheres, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional, o que por muitas vezes se comprovava em uma sala de aula ou a partir da observação das cadeiras ocupadas em eventos profissionais como o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD). Problemática que foi se acentuando durante a pós-graduação em Ciência da Informação ao perceber a baixa representatividade de mulheres nas ementas das disciplinas cursadas⁶.

Esse questionamento serviu de ponto de partida para investigar se haveria preocupação com outras agendas identitárias como a representatividade de pessoas negras e indígenas quando relacionado a questões étnico-raciais e a representatividade LGBTQIAPN+ que visibiliza a diversidade de gênero e sexualidade. Recordo a estranheza com que percebi essa questão, cuja responsabilidade entendo ser do machismo/sexismo estrutural ao qual as mulheres foram sumariamente submetidas.

Cenário percebido em outras atividades como no impacto da maternidade na produção científica ou a sobrecarga física e emocional experienciadas por mulheres na dupla e por vezes tripla jornada de trabalho. Silvia Federici (2017) nos alerta em “O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva” sobre a exploração das mulheres para manutenção do

⁶ Ao consultarmos o documento intitulado “Quem é quem na Ciência da Informação” produzido pelo Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) em 1991, constata-se o protagonismo majoritários das mulheres na construção e consolidação do campo (IBBD, 1991).

capitalismo, localizando historicamente as raízes dessa violência na Europa e nas Américas, um tipo específico de exploração que se dá na realização de trabalhos domésticos não remunerados. Discussão também realizada pela historiadora Gerda Lerner em “A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” (2019). Tanto Federici quanto Lerner se consideram feministas e discutem, em uma perspectiva histórico-política, a opressão das mulheres marcadamente relacionada à reprodução humana e à exploração sexual.

Não é difícil relacionar a exploração com a falta de reconhecimento de mulheres nas bibliografias. Isso ocorre ao perceber os privilégios que homens tiveram na sociedade em relação ao acesso a bens, serviços e ao desenvolvimento da intelectualidade. Reivindicação amplamente discutida pelas feministas ao enfrentar a violência de gênero em diferentes esferas sociais, inclusive a epistêmica.

Nessa mesma direção, Michele Perrot respondeu, em 1984, ao questionamento se haveria ou não diferenças epistemológicas na produção de conhecimento de homens e mulheres. Ao afirmar que há sim diferença na construção de um olhar a partir das mulheres, não de um olhar específico sobre o assunto mulher, gênero e feminismo, mas da existência de uma percepção das mulheres sobre o conhecimento que considera a diversidade de experiências por elas vivenciadas, a historiadora, assim como Margareth Rago (2019), assinalou que uma epistemologia feminista ou a representação das mulheres no campo científico, político e social é substancialmente necessária para contrapor as narrativas e discursos dominantes na história das ciências.

Apesar das autoras defenderem essa perspectiva em consonância com a teoria feminista, complementa-se que essas visibilidades também são necessárias para incluir outros sujeitos/as/es, suas subjetividades, alianças e participações na ciência. Para isso, infere-se que não é necessário apenas um olhar feminista sobre a epistemologia, mas um olhar diverso que reconhece e intersecciona gênero e relações étnico-raciais em sua produção, tal como é proposto pelas epistemologias e estudos decoloniais, que tencionam romper com as muitas estruturas hegemônicas agenciadoras dos regimes de produção de conhecimento, tal como realiza-se na consolidação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG)⁷ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

No campo biblioteconômico-informacional brasileiro, o desenvolvimento de estudos de gênero tem como marco os anos 2000, entretanto ganhou maior expressão somente na última década e ampla visibilidade no ano de 2022, especificamente com a criação do GT 12 no

⁷ O IEG atualmente é a instituição responsável pelo Seminário Internacional Fazendo gênero, que desde 1994 reúne pessoas que pesquisam gênero no Brasil.

Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Ciência da Informação (ENANCIB), denominado “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades”. Um dos fatores que podem ter contribuído para esse cenário foi a ampliação do acesso das mulheres, pessoas não-brancas e da população LGBTQIAPN+ à universidade pública, conforme citado anteriormente. Em consequência disso, observa-se um aumento gradativo de pesquisas na pós-graduação, com distintos recortes - incluindo-se o recorte informacional – acerca dos efeitos desses investimentos em grupos populacionais específicos, como os aqui descritos.

Mesmo com esse significativo avanço. quando pesquisamos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação (BDTD) do IBICT e no portal Capes as Teses e Dissertações sobre gênero na Ciência da Informação, percebemos a mesma problemática encontrada nos trabalhos do ENANCIB referente ao não uso do termo gênero na indexação dos materiais, ainda que o trabalho enfoque uma ou mais identidades de gênero e/ou sexualidade.

Exemplifico esse não uso com a minha Dissertação de Mestrado intitulada “Vamos fazer um escândalo: a desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição à violência contra mulher no Brasil”. Pesquisa cujo objetivo era compreender se os instrumentos normativos sobre violência sexual e mídias sociais servem como punição, denúncia e formação de redes de apoio contra crimes sexuais sofridos por meninas e mulheres a partir do estudo folksonômico das hashtags #primeiroassédio e #mexeucomumamexeucomtodas. Trata-se, substancialmente, de um estudo de gênero por pesquisar um tipo de violência sofrido por mulheres sob a presunção de que estes corpos podem ser acessados para fins sexuais sem permissão delas. No texto há, inclusive, uma seção sobre o conceito gênero, o que reforça o enquadramento da pesquisa como estudo de gênero, mas que foi invisibilizado por mim mesma pela não inserção do termo como palavra-chave, ou seja, promovendo de forma não proposital uma invisibilização temática a partir da ausência desse elemento indexador.

Para além da indexação, consideramos que essa investigação tem relação com a Organização do Conhecimento, especificamente com a conceituação e classificação, uma vez que entendemos as identidades de gênero como uma classificação social na qual são estabelecidas arbitrariamente hierarquias, tornando algumas identidades mais visíveis que outras. Perspectiva a ser defendida nos capítulos teóricos desta tese.

A fim de entender como gênero vem sendo discutido na Ciência da Informação, serão apresentados alguns exemplos de pesquisas defendidas nos últimos cinco anos na Ciência da Informação brasileira que convergem com a temática. A busca foi realizada na BDTD e no Portal Capes em janeiro de 2023, valendo-se das seguintes palavras-chave: “gênero”, “produção

de conhecimento” e “Ciência da Informação” combinadas. Dentre os 20 trabalhos encontrados, exemplificamos os dois que julgamos mais conectados à nossa proposta de estudo.

A Dissertação de Maria Cristina Félix Luciano intitulada “Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em Ciência da Informação (1994- 2019)” tem como objetivo:

[...] analisar o protagonismo social das mulheres, por meio da produção científica sobre os termos ‘mulheres, gênero e feminismo’, nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), de 1994 a 2019 (Luciano, 2021, p. 19).

Os resultados revelaram que as produções científicas mediadas pelas(os) pesquisadoras(es) da Ciência da Informação sobre mulher, gênero e feminismo visibilizam mulheres e demarcam seu protagonismo como produtoras e usuárias/interagentes da informação. A autora destaca que esse gesto interfere conscientemente em ações informacionais que destacam esse protagonismo e contribui para a redução das desigualdades de gênero na ciência (Luciano, 2021). A abordagem epistêmica utilizada alia-se aos estudos de gênero a partir das mulheres e do feminismo. Nesse sentido, o estudo não discute gênero em uma perspectiva mais abrangente, como o que é proposto nesta tese.

Lacuna também percebida na Dissertação de Nadine da Silva Costa cujo título é “O uso da produção científica de mulheres pelos programas de ciência da informação brasileiros: análise das bibliografias indicadas nos editais de seleção de mestrado”. Pesquisa que tinha o objetivo de “analisar a participação das pesquisadoras na área da CI no Brasil, como autoras das bibliografias recomendadas nos editais para seleção de mestrado nos PPGCIs brasileiros” (Costa, 2022, p. 15), revelando a preocupação da autora em investigar uma desigualdade de gênero desde antes do ingresso na pós-graduação, ainda durante o processo seletivo, o que consideramos um tipo de injustiça epistêmica de gênero que serve como pista para compreendermos outras desigualdades no âmbito acadêmico.

Analisar a produção de conhecimento sobre gênero na ciência da informação brasileira é relevante também para que se identifique as ausências de temáticas relacionadas a gênero no campo. Ausências que, a partir da minha percepção como pesquisadora, se expressam na falta de representatividade de algumas temáticas que envolvem estudos de gênero como a compreensão de que o homem cisgênero também deve ser categorizado como pertencente a uma identidade de gênero e não apenas às representações dissidentes da masculinidade hegemônica. Suspeitamos que a falta de produção sobre esse viés dos estudos de gênero pode,

inclusive, ter influenciado a produção existente e a ausência de compreensão sobre esse aspecto por parte da classe acadêmica e para além dela.

Nesse sentido, inferimos que a produção dessa pesquisa se justifica, pois, além de identificar lacunas a serem elaboradas pelo campo biblioteconômico- informacional, este estudo também pode ser pensado como uma forma de reparação. Reparação que ocorre por meio da conexão entre a Organização Social e Crítica do Conhecimento e os estudos de gênero pelas lentes analíticas da interseccionalidade e decolonialidade.

1.4 PRESSUPOSTOS

A revisão teórica e os levantamentos de dados efetuados indicam haver uma limitação interpretativa sobre gênero na conceituação e hierarquização dos termos em tesouros sobre questões de gênero. Por conseguinte, foram estabelecidos três pressupostos que serviram de guia para a realização desta pesquisa, quais sejam:

1. Gênero pode ser lido como uma categorização social naturalizada a partir de estruturas de poder que hierarquizam sujeitos pertencentes a diversas categorias moduladas no cerne desse sistema de generificação, tais como as identidades de gênero e sexualidade, as políticas do sexo, a colonialidade e suas intersecções com questões de classe, localização geopolítica e pertencimento étnico racial, por exemplo.
2. Tesouros especializados em questões de gênero definem gênero a partir de um enviesamento específico pautado na binaridade e cisgeneridade e precisa ser mais amplo que isso, considerando que é uma construção social que por vezes se estabelece sendo atravessada pelos efeitos da colonialidade e outras intersecções
3. A noção de classificação social de gênero pode ser explicitada via Organização do Conhecimento tanto em termos de sua conceituação e definição (Teoria do conceito), quanto por meio do estudo das dimensões e hierarquias correlatas às categorias de gênero (a partir da sistematização hierárquica). Uma exemplificação dessa problemática revela-se já no contexto da sigla “LGBTQIAPN+”, que agencia em um mesmo universo nominativo de identidades de gênero (cisgênero ou transgênero), sexualidade (representado por pessoas lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais) e vivências quanto à prática sexual, relacionadas à frequência em que ocorrem e ao que movimenta o desejo

(imaginário) de quem está envolvida/o/e (assexualidade, demissexualidade, kink/fetichismo etc.). Disso deriva nossa intuição de que alguns problemas referentes à organização do conhecimento poderão ser revelados, inclusive em termos da apropriação dos estudos de gênero pela produção científica em Ciência da Informação no Brasil, conforme já indicado pelo trabalho de Romeiro & Silveira (2022).

1.5 ESTRUTURA DO TEXTO

No que concerne à sua estrutura, a tese é constituída por esta introdução, que engloba o problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativa, pressupostos e estrutura. A seção 2, intitulada “Reflexões sobre conceituação e organização do conhecimento: tecendo conexões e desconstruindo hierarquias” buscou explorar as intrincadas relações entre a conceituação, a organização social e a crítica do conhecimento, tendo-se em vista tecer conexões e, concomitantemente, desconstruir hierarquias epistêmicas estabelecidas na Organização do Conhecimento, marcadamente aquelas pautadas pela universalidade e neutralidade tomadas como imperativos na produção de conhecimento.

A seção primária 3, cujo título é "Gênero como construção social: argumentação teórico-crítica a partir de uma abordagem interseccional e decolonial", contextualiza o gênero como uma construção social, tratando-o como conceito condicionado pelo contexto social, sendo arbitrariamente atravessado por um sistema reprodutor de desigualdades. Assim, parte-se do entendimento que o gênero é moldado pela imposição de estereótipos que são reflexo do patriarcado. A seção também apresenta a interseccionalidade como via discursiva para interpretar as questões de gênero por mais de um eixo de subordinação; análise aprofundada via crítica à colonialidade, perspectiva mobilizada como eixo operacionalizador da interseccionalidade, definindo essa argumentação como fundamental para se compreender a colonialidade de gênero.

A seção 4, intitulada "Procedimentos Metodológicos", apresenta de forma detalhada os aspectos metodológicos adotados na presente pesquisa. Caracteriza-se, inicialmente, o tipo de estudo desenvolvido, bem como a explicitação dos critérios utilizados para a seleção dos objetos de análise. Em seguida, são abordados os demais elementos que compõem o desenho metodológico, tais como os procedimentos empregados para a coleta, organização e análise dos dados.

Por sua vez, a seção 5, “Análise de resultados”, sistematiza e discute os resultados da pesquisa. Assim, são descritas e analisadas as características dos Tesouros estudados: sua estrutura, abrangência temática e princípios de organização. Realiza-se, ainda, análises referentes à conceituação e hierarquização dos seguintes termos: “gênero”; “homem”; “mulher”; “patriarcado”; “matriarcado”; “sexo”; “sexualidade”; “cisgeneridade”; “binarismo”; “família”; “transgênero”; e “intersexo ou intersexualidade”. Por fim, investiga-se como esses conceitos-chave são definidos, relacionados e organizados em cada um dos instrumentos terminológicos. De forma complementar, foi produzido um mini glossário para a conceituação dos termos selecionados nesta pesquisa, considerando as lentes da interseccionalidade e decolonialidade como atravessamentos inerentes a esses conceitos.

A tese é concluída com as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais achados e contribuições da pesquisa realizada, bem como a apresentação da lista de referências bibliográficas consultadas ao longo da pesquisa.

2 REFLEXÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: TECENDO CONEXÕES E DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS

A Organização do Conhecimento (OC) constitui-se, enquanto campo epistemológico e praxiológico, em um dos alicerces fundamentais de investigação e de atuação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Seu papel é fundamental na estruturação, representação e disseminação do saber, permeando as práticas informacionais e as reflexões teóricas da área. Atentando para isso, este capítulo tem como propósito explorar as intrincadas relações entre a conceituação e a organização social e crítica do conhecimento, objetivando tecer conexões significativas e, concomitantemente, desconstruir hierarquias epistêmicas estabelecidas.

A partir disso, a arquitetura desta seção foi concebida em três subseções interligadas, proporcionando uma análise progressiva das temáticas abordadas. Assim, na subseção 2.1, intitulada “A palavra gênero e seus significados: problematizações em torno de um conceito”, debruçamo-nos sobre a polissemia do termo "gênero", explorando suas múltiplas interpretações e implicações. Análise realizada à luz das teorias da linguagem, da organização do conhecimento e dos estudos de gênero, proporcionando uma perspectiva interdisciplinar. A investigação do conceito gênero explora sua evolução semântica e as implicações de suas múltiplas interpretações no contexto da OC, evidenciando como as nuances conceituais impactam as práticas de conceituação e hierarquização do conhecimento.

A subseção 2.2, nomeada “Tesouros: compreendendo o contexto, características e diretrizes para sua construção, investiga os tesouros como ferramentas essenciais para a estruturação e recuperação da informação. Adotando uma abordagem sócio-histórica e crítica, são examinados o papel dos tesouros na OC, compreendendo o contexto em que foram desenvolvidos, suas características e as diretrizes para sua construção. Essa análise é fundamentada na produção científica da área de organização do conhecimento, permitindo uma compreensão holística desses instrumentos e sua evolução ao longo do tempo.

Para finalizar, a subseção 2.3, cujo título é “Revisitando as dimensões da organização social a crítica do conhecimento: um outro olhar” revisita as dimensões da organização social e crítica do conhecimento, propondo uma perspectiva reflexiva. Esta releitura é alicerçada nas pesquisas que oferecem uma reinterpretação das dimensões da OSCC propostas por Rosana Trivelato (2022), promovendo um diálogo entre a teoria estabelecida e as novas perspectivas emergentes no campo.

Tendo em vista esse percurso. Julgamos pertinente ressaltar que esta tese é fruto direto das discussões e reflexões suscitadas pela Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC), um campo de estudo emergente que tem se mostrado essencial para a promoção de um olhar crítico sobre as práticas tradicionais de organização do conhecimento. A OSCC propõe uma abordagem mais inclusiva e socialmente consciente, questionando as estruturas de poder subjacentes aos sistemas de organização do conhecimento e propondo alternativas que reconheçam a pluralidade epistêmica.

Por conseguinte, a seção visa não apenas apresentar uma revisão teórica dos conceitos abordados, como, também, instigar uma reflexão crítica e propositiva sobre as práticas atuais de Organização do Conhecimento. Ao tecer conexões entre diferentes áreas do saber e propor a desconstrução de hierarquias epistêmicas estabelecidas, busca-se contribuir para o avanço de uma Biblioteconomia e Ciência da Informação mais inclusiva e socialmente engajada. Em face disso, a abordagem constituída visa responder aos desafios epistemológicos e ontológicos da contemporaneidade, promovendo uma compreensão mais profunda e crítica das pesquisas e práticas de organização e representação do conhecimento.

2.1 A PALAVRA GÊNERO E SEUS SIGNIFICADOS: PROBLEMATIZAÇÕES EM TORNO DE UM CONCEITO

Gênero é um conceito polissêmico cujos significados variam de acordo com o contexto e o campo teórico em que é discutido. Historicamente a palavra emergiu do latim e denota origem ou família na formação gramatical das palavras, classificando-as entre masculino, feminino e neutro. Independente da aplicação dada ao termo, observa-se a existência de uma classificação, isto é, define-se um sistema, cria-se uma estrutura na qual as coisas, palavras, lugares, tempos e seres são nomeados e agrupados a partir de critérios definidos por pessoas, instituições, dispositivos e políticas generificadoras, tal como exemplificaremos nas diferentes áreas do conhecimento (Lima, 2021).

De acordo com a *Oxford Languages* (2023, *on-line*), instituição responsável pela elaboração de dicionários em diferentes idiomas, a palavra gênero possui muitos significados. Na perspectiva lógico-filosófica, gênero é tudo aquilo que possui propriedades em comum e que são passíveis de subdivisões em classes mais específicas (tal como a lógica dos sistemas de classificação bibliográficos) que, ao serem pautadas, se valem de argumentos para se estabelecer uma disputa discursiva. Perspectiva também observada na taxonomia, aqui

compreendida como área da Biologia responsável por nomear e classificar seres vivos filogeneticamente aparentados por similaridades constantes. A geometria básica, por sua vez, utiliza gênero para classificar os polígonos com base em seu número de lados, dando nomes específicos aos que possuem lados e ângulos congruentes como o triângulo equilátero, o quadrado e o pentágono.

Nas artes, gênero está relacionado à categorização de obras artísticas a partir de seu estilo e técnica. Estilo deve ser entendido, aqui, como categorias que agrupam as obras por meio de características constantes que possibilitam sua identificação em um tempo, espaço, movimento artístico, fase ou corrente estética como no caso das artes gótica, barroca e rococó. As técnicas são o conjunto de procedimentos e habilidades por meio das quais a arte se manifesta tal como nas pinturas, desenhos, esculturas, danças, fotografias, entre outras.

Na literatura, o gênero tem o propósito de classificar os diversos tipos de obras literárias que, de forma resumida, são descritos como: **gênero épico/narrativo** – quando o texto tem um enredo, narração e personagens enquadrados em um tempo e espaço – em epopeias, romances, contos e fábulas por exemplo; **gênero lírico** – focado na demonstração das emoções, sentimentos e percepção pessoal de quem escreve – como em poemas, sátiras, odes e *haikai*; e **gênero dramático** – um tipo de texto teatralizado, direcionado a espectadores/as, com o propósito de apresentar diálogos e personagens – como as tragédias, comédias e autos, por exemplo. Também se utiliza gênero na literatura e na gramática para classificar as tipologias textuais que dão forma aos conteúdos redigidos como as notícias, artigos, diários, biografias, entre outras.

Ainda sobre o significado da palavra gênero, citamos a pesquisa de Laís Virgínia Alves Medeiros (2021) que investigou os sentidos dessa palavra em dicionários da língua portuguesa e em dicionários linguísticos especializados. Nessa pesquisa são apresentadas análises acerca do gênero em dicionários da língua portuguesa de amplo acesso, são eles: “dicionários digitais Michaelis e Caldas Aulete e os [...] impressos **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa** (2008), de autoria da Academia Brasileira de Letras, e **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa** (2009), de autoria de Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar” (Medeiros, 2021, p. 75 – grifos da autora), instrumentos comumente utilizados na formação básica e para demais consultas ao longo da vida.

O propósito da investigação dessa autora se conecta à nossa pesquisa, haja vista o objetivo de realizar uma discussão sobre gênero como uma construção social, tal como discutido nos estudos de gênero nas Ciências Humanas e Sociais. Nesse sentido, Medeiros (2021, p. 71) destacou que seu intuito era “investigar como a diferença sexual e a identidade de

gênero são elaboradas (ou silenciadas) em diferentes instrumentos linguísticos”, refletindo quanto ao seu uso linguístico e gramatização.

Sem negligenciar o potencial político e as polêmicas discursivas em torno do termo, como no caso das disputas contemporâneas acerca das ideologias de gênero, Medeiros (2021) busca responder se a relação entre discursos sobre gênero são identificáveis nas definições dicionarizadas e como a noção de gênero (enquanto construção social) e a palavra gênero são explicitadas nesses instrumentos. Assim, tendo por inspiração e referência a obra “*um prêt à parler: le dictionnaire*”, cuja tradução atribuída é “Um empréstimo à fala: o dicionário”, de André Collinot e Francine Maziere (1997, tradução nossa), Medeiros (2021, p. 73) acentua que dicionários são instrumentos de referência criados com base em três aspectos principais, quais sejam: “o discurso dominante e/ou contraditório de uma época”; “a filosofia da época”, e a concepção que o “dicionário representa um engajamento militante, relacionado à ideia que se tem de língua, e também um engajamento social”.

Nesse enfoque, após consulta aos dicionários citados, foi constatado que apenas um deles, o dicionário Caudas Aulete, apresentou alguma relação com questões de gênero nos termos dos estudos de gênero. De acordo com a análise de Medeiros (2021, p. 75), nos outros três dicionários “as definições retomam conhecimentos da biologia, da gramática, das artes plásticas, da literatura, entre outros campos de saber especializados, sem tocar em questões como diferença sexual e subjetividade”. Problematizando essa constatação, a autora ressalta que os três instrumentos mencionados também não apresentam uma relação com as identidades de gênero, tampouco relacionam a definição como parte de algo socialmente construído, atravessado por processos de colonização ou algum tipo de categorização social.

Distendendo as questões levantadas por Medeiros (2021), nos perguntamos: como seria definida a palavra gênero em dicionários de outros idiomas? A fim de responder a esse questionamento, foram consultados os dicionários *Cambridge Dictionary* (2023a, *on-line*) e *Oxford Learner’s Dictionary* (2023b, *on-line*) em língua inglesa; os dicionários *Busca Palavra* (2023c, *on-line*) e *Diccionario de la Lengua Española da Real Academia Española* (2023d, *on-line*) em língua espanhola; e os dicionários *Larousse* (2023e, *on-line*) e *Reverso Dictionnaire* (2023f, *on-line*) em língua francesa. Instrumentos selecionados especificamente por representarem idiomas de povos que colonizaram diferentes territórios no mundo e por serem esses os que majoritariamente fizeram parte do processo de colonização do continente americano. O resultado pode ser visualizado por meio do **Quadro 1**:

Quadro 1 - Definições da palavra gênero em inglês, espanhol e francês.

TERMO/IDIOMA	DICIONÁRIO	DEFINIÇÃO
<i>Gender</i> (inglês)	<i>Cambridge Dictionary</i>	<ul style="list-style-type: none"> – A condição física e/ou social de ser homem ou mulher⁸. – O arranjo gramatical de substantivos, pronomes e adjetivos em tipos masculinos, femininos e neutros em alguns idiomas⁹.
<i>Gender</i> (inglês)	<i>Oxford Learner's dictionary</i>	<ul style="list-style-type: none"> – O fato de ser homem ou mulher, principalmente quando considerado com referência às diferenças sociais e culturais, e não às diferenças biológicas¹⁰. – (em algumas línguas) Cada uma das classes (masculino, feminino e às vezes neutro) em que se dividem substantivos, pronomes e adjetivos; a divisão de substantivos, pronomes e adjetivos nesses diferentes gêneros. [...] ¹¹.
<i>Género</i> (espanhol)	<i>Busca Palabra</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de coisas ou indivíduos que compartilham uma característica ou condição¹². – Biología. em particular, gama de taxonomia biológica, mais ampla do que a espécie e mais restrita do que a família¹³. – Linguística. característica de algumas classes de palavras em muitos idiomas, que rege a flexão do restante que concorda com elas¹⁴. – Arte. cada uma das formas convencionais adotadas por obras literárias ou artísticas¹⁵. – Sociología. conjunto de atributos distintivos que são culturalmente atribuídos a pessoas com base em seu sexo biológico¹⁶. – Classificación dos organismos, sob a família e sobre a espécie¹⁷.

⁸ Tradução do original: “the physical and/or social condition of being male or female”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/gender?q=GENDER>

⁹ Tradução do original: “the grammatical arrangement of nouns, pronouns and adjectives into masculine, feminine, and neuter types in some languages”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/gender?q=GENDER>

¹⁰ Tradução do original: “the fact of being male or female, especially when considered with reference to social and cultural differences, rather than differences in biology; members of a particular gender as a group”. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/gender?q=gender>

¹¹ Tradução do original: “(in some languages) each of the classes (masculine, feminine and sometimes neuter) into which nouns, pronouns and adjectives are divided; the division of nouns, pronouns and adjectives into these different genders. Different genders may have different endings, [...]” Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/gender?q=gender>

¹² Tradução do original: “Conjunto de cosas o individuos que comparte un rasgo o condición”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>

¹³ Tradução do original: “En biología. en particular, rango de la taxonomía biológica, más amplio que la especie y más restringido que la familia. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>

¹⁴ Tradução do original: “En lingüística. rasgo de algunas clases de palabras en numerosos idiomas, que gobierna la flexión de las restantes que concuerdan con ellas”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>

¹⁵ Tradução do original: “En arte. cada una de las formas convencionales que adoptan las obras literarias o artísticas”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>]

¹⁶ Tradução do original: “En sociología. conjunto de atributos distintivos que culturalmente se asignan a las personas a partir de su sexo biológico.” Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>]

¹⁷ Tradução do original: “Clasificación de organismos, bajo la familia y sobre la especie.” Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>].

TERMO/IDIOMA	DICIONÁRIO	DEFINIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> – Gramática. Categoría gramatical arbitraria de una palabra usada en varios idiomas, regendo a concordancia entre as palabras¹⁸. – Conjunto de seres ou coisas com caracteres comuns. Pano. Grupo de pessoas ou coisas com características comuns¹⁹. – Produto que é comercializado. Grupo no qual todos os indivíduos estão idealmente reunidos. conjunto de bens ou produtos²⁰.
Género (espanhol)	<i>Diccionario de la Lengua Española: Real Academia Española.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de seres que possuem um ou mais caracteres comuns²¹. – Classe ou tipo a que pertencem as pessoas ou coisas²². – Grupo a que pertencem os seres humanos de cada sexo, entendido do ponto de vista sociocultural e não exclusivamente biológico²³. – No comércio, mercadoria (coisa móvel)²⁴. – Pano ou tecido. Artigos de algodão, linha, seda²⁵. – Nas artes, especialmente na literatura, cada uma das diferentes categorias ou classes nas quais as obras podem ser organizadas de acordo com características comuns de forma e conteúdo²⁶. – Que agrupa espécies que compartilham determinados caracteres²⁷. – Uma categoria gramatical inerente a substantivos e pronomes, codificada por concordância em outras classes de palavras e que em pronomes e substantivos animados pode expressar sexo. O género dos substantivos²⁸.
Genre (Francês)	<i>Larousse</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Conjunto de traços comuns aos seres ou coisas que caracterizam e constituem um tipo, um grupo, um conjunto; tipo, espécie²⁹. – O jeito de ser de alguém; comportamento, atitude; olhar de algo³⁰.

¹⁸ Tradução do original: “Gramática Categoría gramatical arbitraria para una palabra usada en varios idiomas, que rige la concordancia entre palabras”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>]

¹⁹ Tradução do original: “Conjunto de seres o cosas con caracteres comunes. paño. conjunto de personas o cosas con características comunes”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>]

²⁰ Tradução do original: “Producto que es objeto de comercio. grupo en el que todos los individuos están idealmente reunidos. conjunto de mercancías o productos”. Disponível em: <https://www.buscapalabra.com/definiciones.html?palabra=g%C3%A9nero#resultados>]

²¹ Tradução do original: “Conjunto de seres que tienen uno o varios caracteres comunes” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²² Tradução do original: “Clase o tipo a que pertenecen personas o cosas. Ese género de bromas no me gusta.” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²³ Tradução do original: “Grupo al que pertenecen los seres humanos de cada sexo, entendido este desde un punto de vista sociocultural en lugar de exclusivamente biológico.” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²⁴ Tradução do original: “En el comercio, mercancía (l cosa mueble).” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²⁵ Tradução do original: “Tela o tejido. Géneros de algodón, de hilo, de seda.” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²⁶ Tradução do original: “En las artes, sobre todo en la literatura, cada una de las distintas categorías o clases en que se pueden ordenar las obras según rasgos comunes de forma y de contenido.” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²⁷ Tradução do original: “Taxón que agrupa a 41 espécies que comparten ciertos caracteres.” Disponível em: <https://dle.rae.es/g%C3%A9nero?m=form>

²⁸ Tradução do original: “Categoría gramatical inherente en sustantivos y pronombres, codificada a través de la concordancia en otras clases de palabras y que en pronombres y sustantivos animados puede expresar sexo. El género de los nombres.

²⁹ Tradução do original: “Ensemble de traits communs à des êtres ou à des choses caractérisant et constituant un type, un groupe, un ensemble ; sorte, espèce”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³⁰ Tradução do original: “Manière d'être de quelqu'un ; comportement, attitude ; allure de quelque chose : Il a un genre bizarre. Avoir le genre artiste.” Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

TERMO/IDIOMA	DICIONÁRIO	DEFINIÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> – Categoria de obras literárias ou artísticas definida por um conjunto de regras e características comuns; estilo, tom de uma obra³¹. – Biologia. Conjunto de seres vivos, situados, na classificação, entre a família e a espécie, e agrupamento de espécies estreitamente aparentadas, designadas pelo mesmo nome latino: nome genérico seguido de nome específico, próprio da espécie³². 5 – Artes. Categoria definida pela natureza do assunto tratado pelo artista³³. 6 – Linguística. Categoria gramatical baseada na distribuição dos substantivos em duas ou três classes (masculino, feminino, neutro) de acordo com certo número de propriedades formais (gênero gramatical) às quais mais frequentemente associamos critérios semânticos relativos à representação de objetos no mundo (tipo natural)³⁴. 7 – Filosofia. Na filosofia de Aristóteles, caráter comum a todos os objetos de uma ciência, ou classe desses objetos³⁵. 8 – Sociologia. (Tradução do inglês <i>gender</i>.) Conceito que se refere à dimensão identitária, histórica, política, social, cultural e simbólica das identidades sexuais (esta noção recente está em constante evolução)³⁶.
<i>Genre</i> (Francês)	<i>Reverso Dictionnaire</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Divisão baseada em um ou mais caracteres comuns³⁷. – Tipo, maneira³⁸. – Gramática. Categoria baseada na distinção natural ou convencional dos sexos³⁹. – História natural. Subdivisão familiar⁴⁰. – Categorias de obras definidas por estilo, tom, assunto⁴¹. – Pintura. obras retratando cenas populares⁴².

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

³¹ Tradução do original: “Catégorie d'œuvres littéraires ou artistiques définie par un ensemble de règles et de caractères communs ; style, ton d'un ouvrage”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³² Tradução do original: “Biologie. Ensemble d'êtres vivants, situé, dans la classification, entre la famille et l'espèce, et groupant des espèces très voisines désignées par le même nom latin : nom générique suivi d'un nom spécifique, propre à l'espèce”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³³ Tradução do original: “Arts. Catégorie définie par la nature du sujet traité par l'artiste”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³⁴ Tradução do original: “Linguistique. Catégorie grammaticale fondée sur la répartition des noms en deux ou trois classes (masculin, féminin, neutre) selon un certain nombre de propriétés formelles (genre grammatical) auxquelles on associe le plus souvent des critères sémantiques relevant de la représentation des objets du monde (genre naturel)”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³⁵ Tradução do original: “Philosophie. Dans la philosophie d'Aristote, caractère commun à tous les objets d'une science, ou classe de ces objets.” Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³⁶ Tradução do original: “Sociologie. (Calque de l'anglais *gender*.) Concept qui renvoie à la dimension identitaire, historique, politique, sociale, culturelle et symbolique des identités sexuées. (Cette notion récente est en constante évolution.)”. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/genre/36604>

³⁷ Tradução do original “division qui se base sur un ou plusieurs caractères comuns”. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

³⁸ Tradução do original: “Sorte, manière”. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

³⁹ Tradução do original: “Grammaire. Catégorie fondée sur la distinction naturelle ou conventionnelle des sexes”. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

⁴⁰ Tradução do original: “Histoire naturelle. Subdivision de la famille. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

⁴¹ Tradução do original: “catégorie d'œuvres définies par le style, le ton, le sujet”. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

⁴² Tradução do original: “Peinture) œuvres représentant des scènes populaires. Disponível em: <https://dictionnaire.reverso.net/francais-definition/genre>

Esse quadro contempla objetivo semelhante ao estudo de Medeiros (2021), qual seja: investigar a definição da palavra gênero e apreender os discursos modulados a partir desses instrumentos. De modo correlato, buscou-se entender se a noção de gênero enquanto construção social fora apropriada nas definições validadas pelos dicionários de língua inglesa, espanhola e francesa. Dentre os seis dicionários referenciados, percebemos que os de língua espanhola e francesa apresentaram mais definições sobre a palavra gênero (respectivamente, 9 e 8 em espanhol; 8 e 6 em francês) que os de língua inglesa (2 definições cada). Como ponto de convergência, consideramos que todos os instrumentos indicaram que gênero funciona como aquilo que agrupa determinada coisa, tal como exemplificado no início deste capítulo. Indo além, efetuamos abaixo reflexões sobre as definições que apontam a gramatização e a noção de gênero enquanto construção social.

Percebemos que todos os instrumentos consideram gênero uma flexão de gramatização enquanto masculino, feminino e neutro. Nos dicionários de *Cambridge* (2023a), *Oxford* (2023b) e *Busca palabra* (2023c) foi acrescida a informação de que essa flexão ocorreria em alguns, ou muitos idiomas – porém não todos – o que indica poder haver alterações desses significantes a depender da língua ou dialeto falado em diferentes grupos sociais. No dicionário *Busca Palabra* (2023c) chama a atenção a indicação do uso da palavra “arbitrária” na definição gramatical, pois, como será apresentado posteriormente, a linguagem e a conceituação das palavras se constituem a partir de uma escolha, uma seleção entre outras possibilidades. No *Diccionario de la Lengua Española: Real Academia Española* (2023d) nos chamou a atenção a definição número oito, a qual diz que gênero é “[u]ma categoria gramatical inerente a substantivos e pronomes, codificada por concordância em outras classes de palavras e que em pronomes e substantivos animados pode expressar sexo”. Reforça-se que sexo é uma característica biológica, portanto, apesar de usualmente ter sido apropriada como uma representação do gênero, tal qual utilizado também por Medeiros (2021), consideramos essa definição inapropriada no que diz respeito à sua aplicação nos pronomes e substantivos.

No dicionário francês Larousse (2023e) foi destacada, na definição de número seis, o trecho que categoriza o uso linguístico associado a “critérios semânticos relativos à representação de objetos no mundo”, o que nos faz considerar uma aproximação com a Organização do Conhecimento. O *Reverso Dictionnaire* (2023f) apresenta em sua terceira definição algo que nos chama atenção tanto para a consideração gramatical da definição da palavra quanto para a observação da noção de gênero como construção social, ao defini-lo como “[c]ategoria baseada na distinção natural ou convencional dos sexos”. Mais uma vez

constatamos o equívoco ao utilizar a palavra “sexo” como algo que diferencia gêneros. Problemática também presente no *Busca Palavra* (2023c) e no *Diccionario de la Lengua Española: Real Academia Española* (2023d), que, respectivamente, evocam definições vinculadas à Sociologia ao denotarem gênero como “conjunto de atributos distintivos que são culturalmente atribuídos a pessoas com base em seu sexo biológico”; e ao conceberem que gênero significa “Grupo a que pertencem os seres humanos de cada sexo, entendido do ponto de vista sociocultural e não exclusivamente biológico”.

Apesar de não fazer uma referência direta à determinação biológica, o dicionário de Cambridge (2023) estabelece em uma de suas definições um vínculo com expressões socialmente construídas, entretanto, esse vínculo se dá a partir de um ponto de vista binário, não ultrapassando essas categorizações. Correlação também percebida no dicionário de Oxford por usar as mesmas categorias para definir as diferenças sociais e culturais do gênero, ainda que esta definição aborde uma distinção específica sobre seu significado não estar associado à biologia e sim a uma construção social.

Para finalizar a análise desses dicionários destacamos a definição do dicionário Larousse (2023e) que, ao referenciar a definição da língua inglesa, determina, em uma de suas acepções, que gênero é um “[c]onceito que se refere à dimensão identitária, histórica, política, social, cultural e simbólica das identidades sexuais (esta noção recente está em constante evolução)”. Definição que consideramos a mais próxima da que argumentamos nesta tese, por considerar uma perspectiva mais abrangente sobre o conceito e por ser multifatorial no que tange às suas várias dimensões. Há de se destacar, porventura, que esta é a única definição dentre as citadas no **Quadro 1** que ressalta a fluidez do conceito por meio do entendimento que gênero é um termo cuja definição que está em constante evolução.

Recuperando os três aspectos citados na pesquisa de Medeiros (2021) sobre a criação dos dicionários, concordamos com a perspectiva apresentada pela autora de que esses aspectos são construídos arbitrariamente por representar o discurso dominante e convencionalizado de uma época. Ou seja, a filosofia por trás desse discurso e o engajamento político-social (que a autora chama de militante) relacionado à sua definição.

Trazendo a discussão sobre a definição dos conceitos para o contexto da Ciência da Informação, apresentamos as contribuições de Ingetraut Dahlberg (1978), considerada uma autora clássica da área ao explicar a importância, as funções, técnicas para aplicação e espécies das definições para a conceitualização de palavras e termos. Segundo Dahlberg (1978, p. 106):

[...] [a]lguns chamam definição a explanação do sentido de uma palavra; outros, a simples descrição de um objeto; outros têm a tendência de restringir o conceito de definição aos processos contidos nos sistemas axiomáticos da matemática e da lógica. E entre estes há também métodos diversificados para obtenção de definições. Seja como for, quaisquer que sejam as opiniões a respeito das definições, existe consenso no afirmar que as definições são pressupostos indispensáveis na argumentação e nas comunicações verbais e que constituem elementos necessários na construção de sistemas científicos [e não científicos].

Ao chamar atenção para todos esses aspectos, Dahlberg destaca que na definição de um conceito, promove-se sempre uma restrição, ou seja, se estabelece um limite ao seu significado. Todavia, apesar dessa determinação ocasionar uma limitação, a autora argumenta que a fixação de uma definição não precisa necessariamente ser aplicada a todo conceito existente, uma vez que:

[...] [s]ó os conceitos gerais propriamente necessitam de definições. Só eles necessitam ser bem distinguidos dos demais conceitos a fim de que apareça com clareza a quais objetos se referem. Os conceitos individuais têm os próprios objetos bem determinados em virtude da presença das formas do tempo e do espaço (Dahlberg, 1978, p. 106).

Baseada nessa argumentação, entendemos que, referente ao gênero, cujo significado atribuído compreende **ser uma construção social**, seria apropriado considerá-lo um conceito mais geral no campo dos estudos de gênero. Assim como as identidades de gênero e sexualidade podem ser lidas como categorias mais específicas, que não carecem de uma definição estritamente limitada. Nesse sentido, encontra-se um caminho para tensionarmos o entendimento de que categorias como mulher, homem, heterossexual ou homossexual seriam fixas, ou seja, presas a um único significado, uma vez que essas categorias são dimensionadas por construções sociais. Tais construções podem ser expressas de formas diferentes quando se compreende a relação entre **binarismo** de gênero e **cisgeneridade** enquanto instâncias normativas da ideologia de gênero e **transgeneridade** e a visibilidade da condição **intersexo** como subversão a essas ideologias.

Posicionamento que nos auxilia a problematizar o que significa ser homem ou mulher na sociedade e os mitos segundo os quais essas categorias estariam diretamente conectadas ao sexo biológico. Por conseguinte, concordamos com Simone de Beauvoir (2014), para quem as pessoas não nascem mulher ou homem, tornam-se, assim como quem disside dessas categorias também se tornam – sob um custoso processo de enfrentamento psíquico e sistêmico – não-binárias ou agênero, por exemplo.

Percebido como um contraponto à preocupação de se codificar os sentidos da palavra gênero, Joan Scott, uma das mais conceituadas estudiosas do assunto, considera, em seu texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1995), que ao se lutar por uma codificação ou sentido das palavras, luta-se por uma causa perdida, pois tanto as palavras quanto as ideias ou coisas possuem uma história, ou seja, são enquadradas em um tempo e espaço específico. Scott (1995, p. 2-3) considera que a busca por aprofundamento teórico acerca do significado das palavras quando descolado da perspectiva histórico-social não torna pessoas acadêmicas – e não acadêmicas – capazes de “controlar a maré, de captar e fixar os sentidos livres do ‘jogo da invenção e da imaginação humana’” e reitera que “a relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas”.

Modalidade de entendimento que nos permite, mesmo que de forma oposta à proposta de Scott, retomar os três aspectos defendidos por Medeiros (2021) para demonstrar que esse tipo de instrumentalização reflete o pensamento e interesse da pessoa ou grupo que o criou. Trata-se, portanto, de um traço cultural capaz de enquadrar determinado significante como um limitador, tal como observou Dahlberg (1978). Contudo, funcionando como uma via de mão dupla, apreende-se que esse mesmo movimento também permite – à medida que são desenvolvidos conhecimentos sobre o assunto – uma ampliação de seu significado mais antigo para algo mais adaptado ao contexto do momento em que a proposta se faz vigente.

Essa ideia também fora postulada por Monique Wittig (2022)⁴³ que, anterior a Scott (1995), impôs duras, porém necessárias críticas ao sistema de gênero e à heterossexualidade ao perceber o quanto eram rasas as definições sobre homens e mulheres de seu tempo. Valendo-se da exemplificação de que o sexo biológico descolado da identidade de sexualidade limita a compreensão dessa dinâmica, Wittig compreende que lésbicas não eram (naquele contexto) classificadas como mulheres nos termos hegemônicos pois, apesar de terem o aparato biológico que serve ao sistema sexo/gênero, não “servem” como procriadoras. Portanto, lê-se que a falta de desejo por seu oposto biológico (homem cisgênero), tornaria aquele corpo disfuncional, logo, não mulher. Reflexão que introduz as questões performáticas ligadas aos estereótipos de gênero como instrumentos coercitivos sociais – discussão que será aprofundada em momento oportuno. Por ora nos interessa recuperar as contribuições de Monique Wittig sobre o significado social ocidental (na visão europeia da autora) do gênero em si.

⁴³ Apesar de constar na referência o ano de 2022, o referido texto de Monique Wittig foi primeiramente publicado no ano de 1978, configurando-se, portanto, como anterior ao texto de Joan Scott (1995).

Identificando que o pensamento sobre gênero como sendo socialmente construído sobrepôs a noção de gênero meramente conectado ao sexo biológico, Wittig (2019, p. 116) compreende o termo como “um indexador linguístico da oposição política entre o sexo e da dominação das mulheres”, pois considera que esse termo “é fundamental no discurso político do contrato social”, especialmente se compulsoriamente heterossexual como posteriormente foi explicado por Adrienne Rich em “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica” (2010) e Judith Butler em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2019). Wittig elabora mais profundamente seu entendimento sobre a linguagem ao declarar que:

[...] [a] realidade física ou social e a linguagem são desconectadas. A abstração, os símbolos, os signos não pertencem ao real. De um lado temos o real, o referente, e do outro temos a linguagem. É como se a relação com a linguagem fosse uma relação somente de função, e não de transformação. Por vezes a confusão entre significado e referente é tanta que os termos chegam a ser usados de forma intercambiável em algumas obras críticas. Ou então acontece uma redução do significado a uma série de mensagens que ecoam o referente, considerado único suporte de sentido (Wittig, 2019 p. 116-117).

Nesses termos, concordamos com a autora em sua compreensão de que “a linguagem projeta feixes da realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente” (Wittig, 2019, p. 117) como no uso das expressões “mulherzinhas” – referindo-se a homens que se conectam e expõem suas emoções – ou “vira homem” se estes mesmos homens são percebidos frágeis pelo grupo. São expressões que não determinam o que significa ser mulher, homem ou a dissidência de ambos na sociedade, mas que são usados de forma violenta para corrigir aquilo que distancia o sujeito do pensamento heterossexual hegemônico.

Com o intuito de oferecer uma abordagem mais eloquente acerca da problemática apresentada, nos cabe diferenciar o que significa quando falamos em gênero como palavra, termo e conceito. Enquanto palavra, gênero oferece uma diversidade de significados léxico-gramaticais compatíveis com o contexto e discurso de uma época. Os termos, por sua vez, representam uma unidade conceitual, ou seja, é situado como unívoco, representando uma unidade conceitual. Já o conceito, se refere a definição do termo, a atribuição de um significado a partir de um referente teórico-conceitual.

Dado o contexto apresentado, reforça-se que seja qual for a aplicação do termo gênero, ele está relacionado a um tipo de classificação, de agrupamento ou diferenciação. Constatação também contemplada por Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2015) ao buscarem compreender o gênero da esfera pessoal (individual) à política na contemporaneidade, reforçando que as diferenciações classificatórias das categorias masculino, feminino e neutro permeiam as

culturas e generificam substantivos, adjetivos e pronomes, conforme assinalado a partir da análise dos verbetes dicionarizados. Todavia, as autoras ressaltam que “a língua importa, mas não fornece um arcabouço consistente para compreendermos o gênero” e complementam esse argumento indicando que “a vida humana não se divide apenas em duas esferas, nem o caráter humano se divide em apenas dois tipos. Nossas imagens de gênero são quase sempre dicotômicas, mas a realidade não o é” (Connel; Pearse, 2015, p. 45-46).

Considerando o pensamento de Connel e Pearse (2015), chegamos ao ponto em que a classificação é novamente evocada no plano geral de nossa argumentação. Especificamente no caso dessas autoras, uma vez que elas entendem que a classificação de gênero é apresentada como um aspecto que limitou as possibilidades de expansão da compreensão sobre as existências humanas em apenas duas esferas (homem e mulher). Com o intuito de tensionar um pouco mais o debate, nos questionamos se e como seria possível extrapolar essa concepção meramente binária sobre a existência humana? A realização de um aprofundamento teórico sobre as teorias da classificação e dos sistemas de organização do conhecimento emergem como caminhos possíveis para responder a esse questionamento.

Caminhando nessa direção, vislumbramos que a filósofa Olga Pombo (1998) nos auxilia a compreender a organização do conhecimento a partir da classificação dos seres e saberes. De forma provocativa, a autora inicia o debate a partir de uma citação da prosa de Jorge Luís Borges nomeada “O idioma analítico de John Wilkins”⁴⁴ na qual são expostas categorias classificatórias que parecem ilógicas ou sem critério de agrupamento ou diferenciação para quem as lê isoladamente. De acordo com a autora, tal exercício imaginativo causaria uma sensação ou situação de desamparo dado o nítido embate contra desejo por solidez, estruturação e naturalidade que Olga considera ser intuitivamente inerente às categorias do pensamento humano.

Em face disso, foi defendido que “nada nos parece mais “natural”, óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos” (Pombo, 1998, p. 1), justamente porque tempo, espaço e poder se tornam um tipo de “pé no chão”, uma concretude diante do que desorienta. De forma complementar, recorrendo ao pensamento foucaultiano, Olga Pombo sugere que essa orientação sobre a classificação seria exposta como códigos ordenadores das culturas, o que

⁴⁴ “Os animais dividem-se em a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) amestrados, d) leões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães soltos, h) incluídos nesta lista, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, l) etc, m) que acabam de partir o jarrão, n) que de longe parecem moscas” (Borges, 1985, p. 111).

percebemos impactar na constituição da pessoa, da comunidade e dos povos. Por essa razão, a existência de uma classificação ilógica não cumpriria e não atenderia a satisfação humana inerentemente confortável com estruturas, classes, categorias ou qualquer outra interpretação referente à organização do que existe, do que foi ou pode vir a ser inventado/imaginado. Nesses termos, foi percebido que apenas por meio da classificação seria possível que as pessoas se orientassem no mundo ao seu redor. Isso se revela à medida que se torna tangível criar “hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente” (Pombo, 1998, p. 1).

Posicionamento corroborado e continuado pelas pesquisadoras da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação brasileiras Vera Dodebei (2002) e Rosali Fernandez de Souza (2007). Dodebei (2002, p. 7) é aqui referenciada por argumentar, a luz do pensamento de Paul Otlet, que “toda e qualquer classificação só opera no sentido da arbitrariedade” e por essa razão são feitas escolhas, formas organizadas e intencionadas de organização do conhecimento. Seguidamente, quando Souza (2007) explica - apoiada no pensamento de Derek Langrigde (1977) - a classificação como uma atividade inerentemente humana, também reconhece as estratégias de indexação, recuperação e sistematização da informação como recursos indispensáveis à tarefa de classificar o conhecimento à medida que o uso dessas estratégias torna mais organizado, visível e/ou recuperável determinado material informativo e, conseqüentemente, mais acessível a quem pretende se conectar a este material.

Tendo por base os sistemas de classificação bibliográficos enumerativos, considerados universais dada a abrangência das áreas reunidas nesses instrumentos, Souza (2007) explica que esse tipo de classificação é aplicado para indicar a localização fixa de uma obra em um acervo. A autora complementa que mesmo sendo estabelecidas as classes principais – conectadas a disciplinas – não é possível afirmar que um sistema de classificação teria o poder de classificar todo e qualquer conhecimento existente, o que nos permite interpretar que alguns itens, seres, informações e conhecimentos podem estar em situação de não-lugar, ou agrupados em uma categorização meramente por não ser semelhante a nenhuma outra dentro da mesma estrutura padronizada.

Nesse sentido, Sousa (2007) observa que até mesmo em classificações de renome como é o caso da Classificação Decimal de Dewey (CDD) – classificação bibliotecária -, e da Classificação Decimal Universal (CDU) – classificação bibliográfica - há um espaço específico

para o que não pertencia às outras categorias como é o caso das classes 000 na CDD e 0 na CDU, que fora nomeada nos dois sistemas como **Generalidades**.

Modalidade de compreensão que extrapola a direção de organização da informação bibliográfica, pois assume-se - recorrendo ao pensamento de Rosali Fernandez de Sousa (2007) – ser comum que os instrumentos não deem conta de agrupar todos os elementos envolvidos. Isso foi exemplificado na minha pesquisa de mestrado ao determinar à categoria “outros” no agrupamento de postagens indexadas sob as *hashtags* #primeiroassedio e #mexeucomumamexeucomtodas, diferenciando essa categorização de “notícias”, “fotos”, “vídeos” e “relatos” no processo de construção das estratégias de mapeamento e organização dos dados quantitativos (Romeiro, 2019). Nesse sentido, recorreu-se à mesma lógica utilizada na argumentação de Rosali para preencher a lacuna que torna “impossível” classificar todo o conhecimento existente em uma sistematização capaz de ser aplicada a outras possibilidades de organização da informação e do conhecimento para além da discussão da classificação bibliográfica em si.

É pertinente destacar que ao utilizar a terminologia “Sistema de Organização do Conhecimento (SOC)”, Souza (2007, p. 112) entende que “Sistema compreende um conjunto de componentes apresentando uma estrutura organizada, havendo entre eles um relacionamento tal que permita ao sistema alcançar os objetivos para os quais foi criado”. Definição que também nos permite – de forma pretenciosa ou ousada - contemplar outros tipos de sistematizações como as estruturas sociais sistêmicas tal como o sistema sexo/gênero, a classificação étnico-racial, os sistemas de castas e outras tantas estruturas.

Em vista disso, corroboramos o pensamento de Rosali segundo o qual a organização do conhecimento, independente do aporte utilizado se estabelece através de dois referenciais fundamentais: “o que” em termos informacionais e “para quem” como finalidade/destino. Assim, permanecem válidos os parâmetros essenciais da criação e continuidade de um SOC, que nas palavras da autora são envolvidos pela “[n]atureza da Informação (o que) Recuperação de Informação (para que), Tratamento e Processamento da Informação (como), O Papel Social da Informação (contexto de uso)” (Sousa, 2007, p. 117). A autora finaliza sua argumentação em defesa da continuidade e revisão das classificações propondo que

[...] [o] que se vislumbra como ideal em curto prazo não deixa de ser o caminhar da direção de estabelecimento de padrões internacionalmente aceitos e de riqueza de significados que permitam recuperação refinada da informação desejada para satisfazer necessidades cada vez mais complexas e diversificadas de um ‘universo’ de informação e de um ‘universo’ de usuários (Sousa, 2007, p. 118-119).

À vista disso e tendo por base o pensamento de Ingetraut Dahberg (1978), Olga Pombo (1995) e Rosali Fernandez de Sousa (2007) foram pensadas as seguintes características inerentes aos Sistemas de Organização do Conhecimento, sendo elas:

- a) Arbitrariedade;
- b) Construção de hierarquias;
- c) Estruturação sistemática/esquemática;
- d) A noção de domínio de uma realidade;
- e) A continuidade dos sistemas de organização do conhecimento - ou a criação de novo - inspiradas em modelos já existentes.

Com base nessas características, a criação de instrumentos classificadores (como as taxonomias, ontologias e classificações bibliotecárias e bibliográficas) é entendida como algo inventado por pessoas que ocupam determinada posição de poder – e privilégio – permitindo, dessa forma, a ordenação do mundo a partir do ponto de vista de uma idade, grupo social (identidade) e geografia específicas. Nessa ótica, classificar é tratado aqui como uma escolha entre outras organizações possíveis dos seres, saberes, lugares e coisas com o intuito de encontrar e induzir a convicção de que as razões para a formação das categorias ou classes são suficientemente satisfatórias.

Percepção que, pela ótica da teoria da diferença e pelo reconhecimento de desigualdades sociais, não são aceitáveis, uma vez que induzem o pensamento normalizador, voltado para a criação de padrões que ao serem questionados podem reproduzir inúmeras violências, especialmente no que envolve a diferenciação a partir de características visíveis como a identidade étnico-racial por fenótipo ou subjetivas como a construção social das identidades de gênero e sexualidade.

Em face disso e dos objetivos que amparam a realização desta pesquisa, nossas análises privilegiam os Tesouros como instrumentos de organização do conhecimento que orientam a linguagem e seu controle terminológico. Por essa razão, dedicaremos a próxima subseção a aprofundar a discussão sobre os tesouros ressaltando aspectos específicos de sua função, estruturação e características.

2.2 TESAUROS: COMPREENDENDO O CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS E DIRETRIZES PARA SUA CONSTRUÇÃO

Vera Dodebei (2002), uma importante teórica das linguagens documentárias, contextualiza em seu livro “Tesouro: Linguagem de Representação da Memória Documentária” o momento em que profissionais da Ciência da Informação começaram a questionar o livro como seu principal objeto de estudo. Por volta da década de 1940 o processo de especialização do conhecimento ganhou força, principalmente devido aos efeitos das guerras mundiais. Cenário no qual se testemunhou a popularização de avanços científicos e tecnológicos que introduziram outras formas de comunicação científica e mídias já sujeitas à documentação, como artigos de periódicos, cadernos de pesquisa, relatórios de pesquisa e concessões de patentes, por exemplo.

Nesse contexto, tornou-se necessário desenvolver ferramentas de representação do conhecimento adequadas para organizar informações que Dodebei denominou como “ultraespecializadas”. Isso ocorreu em função da dificuldade de representar conhecimentos específicos apenas com base nas classificações, como é comumente incentivado na prática bibliotecária. Portanto, foi necessário construir uma nova forma de representação, denominada pela autora como memória documentária, para facilitar a recuperação de informações e documentos. Essas novas formas de representação passaram a ser conhecidas como Linguagens Documentárias (LD). Com base nisso, infere-se que o Tesouro é, portanto, um tipo de LD que emergiu da necessidade da criação de um sistema auxiliar de organização do conhecimento, não o principal, para organizar grande quantidade de documentos especializados (Dodebei, 2002).

Ao analisar a origem e a evolução dos estudos sobre tesouros na área da Organização do Conhecimento, Stella Clarke (2016) determinou que esse instrumento se tornou objeto de investigação durante a década de 1950. Nesse contexto, passou a ser fundamental buscar formas de organizar o imenso fluxo de informações, visando aprimorar a Recuperação da Informação para o avanço científico e documental de instituições como universidades, centros de pesquisa, agências de inteligência, centros de documentação, entre outras.

Clarke (2016) ressaltou que, até então, os esforços estavam voltados para superar as limitações percebidas nas atividades de classificação e indexação, como a dificuldade de utilizar eficientemente os índices para distinguir sinônimos e termos semelhantes. Era necessário, então, criar um sistema que evidenciasse as relações semânticas, permitindo que responsáveis

pela classificação e indexação pudessem consultar os termos preferenciais expandindo seu vocabulário e conhecimento sobre determinado assunto ou campo do conhecimento.

Com o objetivo de aprofundar o percurso histórico sobre a origem dos Tesouros como instrumento de controle lexical, as pesquisadoras Vera Dodebei (1979, 2002), Maria Luiza de Almeida Campos e Hagar Espanha Gomes (2006) situam que, em 1852, foi publicado por Peter Mark Roget o “*Thesaurus of English Words and phrases*” (Tesouro de Palavras e Frases em Inglês - tradução nossa). Obra que consistia em uma coleção de termos organizados não em ordem alfabética, como nos dicionários, mas de acordo com as ideias/assuntos que eles representavam. O objetivo de Roget ao criar esse tesouro era permitir que os leitores encontrassem palavras que melhor expressassem suas ideias em textos de diferentes naturezas. No entanto, apesar de ter sido um passo importante para o desenvolvimento posterior dos estudos sobre tesouros, Dodebei (1979, 2002) ressalta que a obra de Roget em si não pode ser considerada um marco expressivo nesse campo.

Naquela época, o Tesouro era tratado como um instrumento de recuperação da informação “capaz de transmitir conceitos e suas relações conforme expressos na linguagem dos documentos, em uma linguagem mais padronizada, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas” (Dodebei, 2016, p. 16). A autora explica que os primeiros estudos sobre o tema foram propostos por Eugene Wall, que, para representar um domínio, listou várias palavras-chave em ordem alfabética, estabelecendo relações entre sinônimos, termos genéricos, termos específicos e termos relacionados, aspectos fundamentais que continuam sendo relevantes para a elaboração de tesouros até os dias atuais.

Ainda em termos de contextualização, é importante mencionar que Vickery, em 1960, inferiu que a origem etimológica da palavra “Tesouro” deriva do grego (Thesaurós), que significa tesouro ou armazém/repositório. O autor defendeu que o desenvolvimento e a adoção desse instrumento pelos pesquisadores e profissionais da informação representaria um novo mundo para a Documentação, pois aprimoraria as atividades de classificação e indexação. Além disso, ao utilizar um tesouro, expandem-se as possibilidades terminológicas e os termos preferidos para representar informações específicas.

Nesse contexto, os tesouros ainda não eram amplamente adotados, pois o debate em torno de seu uso era concentrado em questionamentos como: até que ponto esse instrumento controlaria excessivamente o vocabulário em um determinado domínio, tornando-o restrito? Ou, por outro lado, em relação ao uso do tesouro, de que maneira sua aplicação poderia ampliar as possibilidades de representação de determinado assunto ou informação, levando em

consideração que a elaboração desses instrumentos requer conhecimentos especializados sobre o domínio que eles representam?

Respondendo sucintamente a essas questões, é possível afirmarmos que ambos os cenários são possíveis. Por um lado, o controle vocabular pode ser excessivamente restrito, resultando em uma representação pouco fiel da realidade. Por outro lado, a elaboração de um tesouro pode reunir tantos elementos que acabe perdendo a caracterização de ser um instrumento especializado em um campo específico do conhecimento.

De forma simplificada, podemos dizer que os Tesouros apresentam conceitos de um domínio, expressos por termos (descritores) e as relações entre eles (hierarquias). A recomendação para uso de tesouros é justificada por Dodebei (2002, p. 62) ao salientar que sua aplicação

[...] nas tarefas de indexação e recuperação de informações tenta resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas. Isto permite ao especialista localizar com mais facilidade a palavra-chave requerida para uma busca. Apresenta, ainda, um relacionamento lógico e hierárquico dos descritores, o que contribui para a indexação dos documentos ao nível específico e/ou genérico (modulação).

Posteriormente, na década de 1970, os tesouros começaram a despertar maior interesse entre pesquisadoras/es da área de Organização e Representação do Conhecimento (ORC). Nesse contexto, esses instrumentos apresentavam dupla estrutura, sendo uma delas alfabética - facilitando a busca de termos/descritores específicos - e a outra hierárquica - responsável por qualificar os relacionamentos entre termos/descritores (Clarke, 2016). Entre as pessoas interessadas em pesquisar os tesouros estava Vera Dodebei, que dedicou sua dissertação de mestrado ao desenvolvimento de uma metodologia para a elaboração de tesouros embasada em dois princípios que ela considerava essenciais: a garantia literária e o endosso de usuários para validação dos termos.

Em consonância com Foskett (1972), Dodebei (1979, p. 18) considera que, do ponto de vista funcional, o Tesouro é um dispositivo de controle terminológico que é empregado para traduzir a linguagem natural para a linguagem de um sistema. Dodebei propõe uma sequência de seis passos para a construção de tesouros, sendo elas: a) coleta de termos; b) arranjo alfabético de termos; c) definição dos termos - conceituação; d) elaboração de uma estrutura

preliminar baseada na sinonímia e nos esquemas de classificação – hierarquização; e) elaboração de Índice; f) testagem e reprodução, em colaboração com a comunidade.

Esses seis passos são seguidos tendo por referência os métodos dedutivo e indutivo, chamados respectivamente de empírico (baseado na experiência de especialistas) e consensual (validado pela comunidade). É recomendado, contudo, realizar um estudo preliminar para identificar os interesses dos potenciais usuários do tesouro antes de sua construção. Além disso, a fim de garantir que a coleta de termos represente adequadamente o vocabulário de determinado domínio, é desejável criar um comitê composto por especialistas e potencial comunidade usuária do tesouro para que se desenvolva uma discussão mais aprofundada do assunto, respeitando os princípios da garantia literária e do endosso dos usuários no processo criativo (Dodebei, 1979; 2002).

Antes de prosseguirmos com a caracterização dos tesouros como instrumentos de controle terminológico, é importante abrirmos um parêntese na discussão para abordar um aspecto mencionado tanto por Foskett quanto por Dodebei sobre o que seria considerada uma linguagem natural. Ambos argumentam que a linguagem natural é aquela não controlada por uma linguagem documentária. Essa perspectiva também é corroborada por Haruka Nakayama (1986, p. 16), que descreve a linguagem natural como “aquela falada espontaneamente por um grupo [...], [que] [n]ão possui funções específicas, funciona em muitos contextos diferentes e para propósitos diversos”. Segundo Nakayama, a linguagem natural também é conhecida como linguagem livre ou linguagem não-controlada, diferenciando-se, assim, da linguagem documentária, que é essencialmente controlada. No entanto, divergimos desse pensamento, pois acreditamos que não existe uma linguagem que possa ser considerada natural ou livre. A própria linguagem é um dispositivo pelo qual se manifesta um tipo de poder sobre sujeitos, povos e culturas. Esse dispositivo pode atuar na manutenção de hierarquias sociais que se manifestam na comunicação humana, como argumentado por Raewyn Connel e Rebecca Pearse (2016) e por Monique Wittig (2022).

Sales e Café (2009, p. 100) endossam nosso argumento ao caracterizar a linguagem natural como “linguagem como um todo, usada para comunicação e expressão humana [...] utilizada por um sujeito falante comum, pois, antes de um indivíduo se tornar um especialista em um assunto específico, ele é um sujeito falante natural”. Diferentemente da linguagem natural, as linguagens documentárias são consideradas “metacódigos ou metalinguagens”, pois são construções artificiais ou convenções criadas com o objetivo de facilitar o conhecimento dentro de determinado campo, seguindo regras específicas (Dodebei, 2002).

Campos e Gomes (2006) fornecem uma contextualização mais ampla sobre o assunto ao explicarem que a evolução histórica desses instrumentos ocorreu por meio de duas abordagens principais. A primeira é a abordagem americana, na qual a ideia se baseia na redução dos cabeçalhos de assunto para “unitermos”. O Tesouro do Centro de Informação do Ministério da Defesa dos Estados Unidos é considerado um dos primeiros exemplos desse tipo de instrumento, produzido no ano de 1960. À medida que os Tesouros se tornaram cada vez mais úteis para a Organização do Conhecimento em coleções especializadas, sua criação e uso se fizeram mais populares. Um exemplo disso é a publicação do Tesouro de Engenharia Química produzido pelo Instituto Americano de Engenharia Química em 1961, que foi o primeiro Tesouro a ser comercializado no país.

A segunda é a abordagem europeia, que antecede a americana e inicialmente se concentrava apenas na arrumação alfabética. Foi somente com o estabelecimento do Grupo de Pesquisa em Classificação, dedicado ao desenvolvimento da Classificação Facetada de Ranganathan, em Londres, que a situação mudou. Pesquisadores renomados no campo da organização e representação do conhecimento como Vickery, Foskett, Aitchison, Farradane, Austin e Mills, surgiram desse grupo. As autoras explicam que foi por meio da classificação de Ranganathan que apareceram instrumentos preocupados com a sintaxe, onde a classificação de documentos passou a utilizar um sistema de notação para representá-la.

Embora sejam consideradas abordagens distintas, ambas compartilham a adoção da linguística e das teorias de classificação como disciplinas fundamentais para a construção de Tesouros. O campo da linguística é percebido como essencial para estudar as várias possibilidades léxicas e sintáticas dentro dos conceitos. Nesse sentido, a definição dos conceitos é crucial para sua transformação em termos, que servem como unidades de representação conceitual. Em resumo, com base nos estudos de Dahlberg (1978), Dodebei (2002) e Campos e Gomes (2006), um conceito é estabelecido com base em três elementos: 1) o objeto ou referente, 2) suas propriedades e 3) um termo que forneça uma representação concisa, permitindo o reconhecimento de todas as suas características. Um exemplo disso pode ser observado em nossa crítica em relação à conceitualização limitada do termo “gênero”, que muitas vezes não abrange todo o espectro além das determinações binárias em Tesouros especializados sobre o assunto (Romeiro; Silveira, 2023).

Avançando na análise da natureza dos Tesouros como linguagem documentária, Nakayama (1986) chama nossa atenção para a complexidade dos aspectos linguísticos que se constituem em desafio para a compreensão das nuances da linguagem durante o processo de

tradução e/ou adaptação de tesouros. Esse desafio se manifesta em um contexto específico, no qual a comunidade científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, em termos de Pós-Graduação, era significativamente mais restrita do que nos dias atuais. Nessa época, a maioria dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) utilizados eram em outros idiomas ou traduzidos a partir de outras línguas. Nakayama (1986) reconhece que quando um sistema de informação necessita de um tesouro é comum que os usuários investiguem se existe algum instrumento publicado anteriormente que represente o domínio em questão. Caso não haja um tesouro disponível no idioma utilizado pelo usuário, é comum buscar um instrumento que aborde o mesmo domínio em outra língua. Essa autora evidencia, ainda, as dificuldades linguísticas e tradutológicas resultantes do contato cultural entre as características específicas da língua-fonte e da língua-alvo. Em suas palavras:

[n]a tradução e adaptação de tesouros observa-se a existência de multiplicidade de aspectos a serem considerados no processo de transferência do termo da língua-fonte para um equivalente na língua-alvo. Essa multiplicidade é o fator interdisciplinar que é exigido numa atividade [em que] se faz mister um estudo da terminologia, especificamente dos descritores, à luz da Linguística (semântica, morfologia e lexicologia); da Tradutologia (teórica e prática) e da Terminologia Teórica e Aplicada (Nakayama, 1986, p. 24)

Complementando essa perspectiva, as pesquisadoras Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo, Marilda Lopes Ginez de Lara e Nair Yumiko Kobashi (1992) oferecem uma contribuição valiosa ao enfatizar a importância dos estudos terminológicos – em particular, a Teoria Geral da Terminologia – como parte fundamental da elaboração de tesouros, qualificando-os, portanto, como tesouros-terminológicos. Segundo essas autoras, a construção de tesouros abrange duas características essenciais: a categorização hierárquica do conhecimento em termos de assuntos e o corpus discursivo, do qual são extraídos os termos considerados mais representativos com base na garantia literária. Nesse sentido, elas afirmam que o controle terminológico nos tesouros é realizado por meio do reconhecimento das propriedades de cada termo, mesmo quando esse processo ocorre de forma dedutiva.

As autoras sustentam a expectativa de que os tesouros devam fornecer definições precisas dos termos preferidos, o que nem sempre se concretiza na prática. Isso ocorre porque os tesouros, diferentemente dos dicionários, abrangem três tipos de relações semânticas: **hierarquia** – Termo Genérico (TG), Termo Específico (TE); **equivalência** – Use ou Use para (used for); e **correlação** – Termos Relacionados (TR) ou Termos Associados (TA). Portanto, concentrar-se exclusivamente nas relações hierárquicas não seria uma estratégia

suficientemente satisfatória para representar conceitos fundamentais na compreensão de determinada área do conhecimento.

Ao atentarem para isso, Tálamo, Lara e Kobashi (1986) entendem que um tesouro só cumpriria plenamente sua funcionalidade se apresentasse pelo menos uma definição para os termos. Nesse sentido, o estudo da terminologia, como uma área especializada na análise lexical, permitiria que, por meio do refinamento adotado na busca de termos, fosse possível representar de forma adequada um assunto ou domínio específico. Dessa forma, o tesouro funcionaria como um intermediário entre os documentos e seus usuários.

Rodrigo de Sales e Lígia Café (2009) ampliam nossa compreensão sobre o tema ao delimitar que a terminologia está intrinsecamente ligada à linguagem especializada/documentária, que, por sua vez, faz parte da linguagem natural. Nesse contexto, a linguagem especializada é vista como uma sub-linguagem, ou seja, uma parte integrante da linguagem natural. Em consonância com essa forma de compreensão, Sales e Café (2009) diferenciam os tesouros das ontologias, reconhecendo que estes últimos são os modelos mais adequados na área da Ciência da Informação para configurar o escopo terminológico da representação do conhecimento. As autorias definem os tesouros como “linguagens documentárias caracterizadas pela complexidade inerente nas relações entre os termos que comunicam o conhecimento especializado”. Por outro lado, qualificam as ontologias como modelos de representação do conhecimento utilizados para representar e recuperar informações por meio de estruturas conceituais. Além disso, enfatiza-se que, nas ontologias, é possível compartilhar uma forma de pensar sobre um assunto, fornecendo um “mapa semântico e uma estrutura conceitual de um domínio específico por meio de um vocabulário comum” (Sales; Café, 2009, p. 101).

Por outro lado, os tesouros são compreendidos como linguagens resultantes do processo de indexação. Dodebei (2002) enfatiza que esses instrumentos são singulares devido à organização de um campo terminológico específico. Os tesouros reúnem e hierarquizam conceitos, restringindo seu significado. Cada conceito deve possuir uma única representação simbólica, geralmente denominada termo ou descritor. De acordo com a mesma autora, esses conceitos são estabelecidos por meio de três etapas: 1) redução semântica, 2) identificação da pluralidade de significados e 3) verificação da produção de sentidos, também entendida como redução semiótica.

No contexto em que se busca representar um domínio social, como é o caso da representação de gênero, é recomendável considerar os seguintes aspectos elaborados com base nas recomendações de Dodebei (2002):

- a) É importante reconhecer que qualquer representação de uma realidade social será necessariamente parcial, ou seja, apenas uma amostra limitada dessa realidade;
- b) É crucial compreender que a mesma realidade social pode ser descrita de diferentes formas, dependendo do ponto de vista e/ou dos recursos financeiros disponíveis para a construção do instrumento de representação, uma vez que as formas de representação são subjetivas;
- c) Um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) que inclua representações sociais só faz sentido quando há alguém utilizando, lendo, assistindo ou ouvindo o mesmo.

Ao levar em consideração esses aspectos, a construção de uma representação abrangente e sensível do domínio social em questão é viabilizada, reconhecendo a diversidade de perspectivas e a importância de manter um diálogo contínuo com a comunidade de usuários do instrumento. Essas recomendações destacam a natureza arbitrária dos sistemas de organização do conhecimento, uma característica intrínseca na criação e utilização de qualquer SOC, conforme discutido anteriormente em diálogo com os estudos de Dahlberg (1978), Pombo (1998), Dodebei (2002) e Souza (2007).

O livro de Dodebei é amplamente reconhecido como uma referência importante no campo de pesquisa sobre tesouros. No entanto, vale ressaltar que a autora não tem a intenção de transformar sua obra em um manual completo para a criação desses instrumentos. Além disso, esse esforço já foi realizado no Brasil por Hagar Espanha Gomes (1990) em sua publicação intitulada “Manual para elaboração de Tesouros monolíngues”, que atualmente está disponível em domínio público. Assim, os pesquisadores interessados em elaborar tesouros podem recorrer a essa valiosa obra como um guia prático para auxiliar em suas investigações. Todavia, Dodebei (2002) elegeu alguns princípios imprescindíveis aos Tesouros, são eles:

- **Determinação do universo conceitual** – é um processo essencial na criação de um instrumento terminológico. Para realizar essa determinação é necessário conduzir um estudo preliminar, que aqui denominamos como estudo de comunidades, a fim de

investigar os interesses tanto do público-alvo quanto do público potencial do instrumento. Em seguida, sugere-se que a seleção dos termos seja realizada com base em fontes primárias e secundárias. O universo conceitual é estabelecido por meio de métodos empíricos e consensuais que orientam a seleção dos termos, e esses, por sua vez, são respaldados pela literatura e pelo endosso dos usuários e da comunidade;

- **Formação das relações conceituais (formação de hierarquias)** – entendendo conceito como unidade informacional para linguagens documentárias, compreende-se que as estruturas conceituais obedecem a dois princípios: a monorreferencialidade (relação unívoca do conceito) e a contextualização, pelo qual especifica-se o significado com o intuito de eliminar a ambiguidade inerente a determinadas palavras em um mesmo idioma. Posteriormente, é recomendada a realização de uma divisão lógica, ou seja, a hierarquização dos termos é percebida como um processo analítico que delimita o termo geral e suas especificidades considerando sua abrangência e irredutibilidade;

- **Organização formal do tesouro** – Antes de chegar ao produto, ou seja, do tesouro em si, deve-se fichar a terminologia (extraída da garantia literária) para que a análise de cada termo escolhido represente um conceito e, posteriormente, se possa traçar os relacionamentos entre este e outros termos. Em sequência a essa etapa é estabelecida a estruturação de um tesouro, sendo ela organizada de duas formas: alfabética (para facilitar a recuperação do conceito) e hierárquica (ordenação sistemática que ocorre na formação de termos genéricos, específicos e relacionados). A ordenação hierárquica tem sua relevância justificada por permitir a quem consulta o instrumento escolher um termo que melhor represente o objeto. Ademais, esse tipo de ordenação facilita a compreensão da lógica do relacionamento e da compreensão do conceito representado por determinado termo. A ordenação sistemática facilita ainda a manutenção e posterior inclusão ou exclusão de termos, haja vista que a produção de conhecimento e as composições sociais podem se modificar constantemente por meio de atravessamentos culturais, políticos e do avanço de pesquisas científicas.

Em concordância com a perspectiva de Dahlberg (1978), Dodebei destaca que não é necessário fornecer definições para todos os termos presentes no tesouro, uma vez que apenas os termos mais abrangentes demandam conceituação. Um exemplo disso foi mencionado

anteriormente, ao reconhecer a necessidade de definir o conceito de gênero e não a representação social específica das identidades de gênero e sexualidade.

Além disso, Campos e Gomes (2006) contribuem metodologicamente para a elaboração de tesouros ao fazer referência às normas internacionais, como a UNESCO e a ISO 2788, referências que estabelecem padrões internacionais para a criação de tesouros monolíngues. As autoras também ressaltam a importância da categorização como uma etapa crucial no desenvolvimento dos tesouros, definindo-a como “um processo cognitivo que envolve a subdivisão do mundo da experiência humana em grupos amplos ou categorias, com base em atributos similares em um contexto específico” (Campos; Gomes, 2006, p. 355). Com isso, a categorização é posicionada como essencial para estabelecer as diferenças e semelhanças entre os termos, facilitando a estruturação de classes, subclasses, cadeias e outras formas de hierarquização conceitual. A categorização desempenha um papel fundamental na representação dos conceitos em um tesouro, proporcionando uma compreensão mais clara e diferenciada dos termos. Além disso, quando realizada adequadamente, a categorização permite o crescimento e desenvolvimento orgânico dos tesouros.

Rosana Trivelato (2022) complementa os métodos recomendados para a elaboração de tesouros ao descrever um processo que envolve abordagens por comitê, utilizando estratégias *top down* e *bottom up* (serão detalhadas mais adiante), bem como abordagens empíricas que podem ser dedutivas, indutivas ou uma combinação de ambas. Ela também destaca a assistência de sistemas automatizados para auxiliar na indicação dos termos, na frequência de seu uso e na seleção de termos consultados pela comunidade. As etapas para elaboração de tesouros foram sistematizadas por Trivelato na **Figura 1**.

O questionamento levantado por Campos e Gomes (2006, p. 358) - “Define-se para classificar (categorizar) ou classifica-se (categoriza-se) para definir?” - revela a complexidade inerente aos processos de organização do conhecimento. Essa questão central foi posteriormente endossada por Birger Hjørland (2008) em seu influente texto “What's Knowledge Organization?”, no qual ele determina que a Organização do Conhecimento é um campo de estudo predominantemente protagonizado, embora não exclusivo, pela Biblioteconomia e Ciência da Informação. Segundo Hjørland (2008), o campo se preocupa com a natureza e qualidade da Organização do Conhecimento, visando a representação e recuperação da informação. Essa perspectiva evidencia a natureza multifacetada e relacional do campo, que engloba tanto os aspectos técnicos de representação e recuperação da informação

quanto as dimensões sociais e críticas que permeiam a construção e circulação do conhecimento.

Figura 1 - Etapas para construção de Tesouros descritas por Rosana Trivelato.

ETAPAS	ATIVIDADES
Identificação de termos candidatos	<ul style="list-style-type: none"> ● Analisar conteúdo de documentos; ● Identificar automaticamente, a partir da obtenção automática das informações.
Seleção e definição dos termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar a representatividade do termo; ● Verificar a especificidade do termo; ● Verificar os aspectos gramaticais: usar preferencialmente substantivos ou frases nominais; evitar adjetivos, verbos e advérbios; ● Eliminar as ambiguidades, homonímia (polissemia); ● Controlar os sinônimos quanto o conceito pode ser representado por diferentes termos.
Categorização (ISO 25964-1/2011)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se o termo pertence a categorias que compartilham as mesmas características.
Notas	<ul style="list-style-type: none"> ● Criar notas para contextualizar o termo; ● Notas de uso para esclarecer o uso pretendido do termo no Tesouro.
Relação entre termos (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer as relações semânticas entre termos com a finalidade de expressar o nível de especificidade dos termos; ● Estabelecer relações de equivalência de termos semelhantes; ● Estabelecer relações hierárquicas e associativas.
Registro de termos	<ul style="list-style-type: none"> ● Registrar a inclusão dos termos e os seus relacionamentos.
Avaliação (ANSI/NISO Z39.19/2010)	<ul style="list-style-type: none"> ● Verificar se o tesouro está atendendo às expectativas da comunidade de usuários do Projeto.
Atualização	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecer um comitê editorial para definir a periodicidade da revisão e atualização do Tesouro.

Fonte: Trivelato (2022, p. 74)

No contexto desse enquadramento, a noção de rizoma, proposta por Deleuze e Guattari (1995), emerge como alternativa potente para (des)hierarquizar o conhecimento e promover a pluralidade, a conexão e sua desterritorialização. Essa concepção contrasta com a lógica arborescente e hierárquica tradicionalmente associada aos modelos de pensamento e produção de conhecimento. Diferentemente da estrutura arbórea, o rizoma se caracteriza por uma

organização não linear, heterogênea e multidirecional. Seus princípios incluem: **1) a conexão e heterogeneidade**, em que pode ser conectado a qualquer ponto, sem centro ou hierarquia, sendo composto por elementos heterogêneos interconectados; **2) a multiplicidade**, em que não se constitui de unidades, mas de dimensões e direções móveis, sem sujeito ou objeto, apenas determinações e grandezas; **3) a ruptura assignificante**, em que pode ser rompido e retomar segundo suas próprias linhas e outras linhas; e, **4) a cartografia e decalcomania**, em que não se baseia em um modelo pré-estabelecido, mas em um mapa aberto, conectável, desmontável e reversível.

Essa concepção rizomática privilegia a heterogeneidade, a multiplicidade, a descentralização e a fluidez dos processos, propondo uma forma de organizar o conhecimento de maneira não hierárquica, permitindo novas conexões, rupturas e reconfigurações. Assim, o rizoma surge como um modelo alternativo de compreensão da realidade, inspirando abordagens teóricas e metodológicas na Ciência da Informação, conforme apontado por Igor Amorim no artigo “Rizoma: potência conceitual à Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2020). Portanto, um olhar mais detalhado sobre o campo da Organização do Conhecimento, com ênfase na Organização Social e Crítica do Conhecimento, torna-se necessário, a fim de refletirmos criticamente sobre os mecanismos de poder, hierarquias e estruturas sociais que moldam a sistematização, a valorização e a disseminação do saber e isso será mais bem discutido na subseção abaixo.

2.3 REVISITANDO AS DIMENSÕES DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL A CRÍTICA DO CONHECIMENTO: UM OUTRO OLHAR

O campo da Organização do Conhecimento (OC) tem sido alvo de constantes reflexões e questionamentos quanto aos seus pressupostos e dimensões de atuação. Fundamentado na compreensão abrangente formulada por Hjørland (2008), esta seção investiga a distinção entre a organização intelectual e cognitiva da OC, intimamente associada aos processos de organização para recuperação da informação, e a dimensão social envolvida nesses processos. Buscamos com isso problematizar se os instrumentos de organização do conhecimento de fato representam a realidade pretendida, explorando a natureza interdisciplinar dos domínios de conhecimento. Dessa forma, pretende-se lançar um olhar alternativo sobre as abordagens comumente discutidas na Organização do Conhecimento, identificadas por Hjørland (2008) e da Organização Social e crítica do Conhecimento, estabelecidas por Trivelato (2022).

Hjørland (2008) desenvolve uma compreensão abrangente sobre a distinção entre a organização intelectual e cognitiva da Organização do Conhecimento (OC), essa última mais intimamente associada aos processos de organização para recuperação da informação e a dimensão social envolvida nesses processos. De acordo com o autor, a OC, em seu sentido mais amplo, abrange “tanto a forma como o conhecimento é organizado socialmente quanto como a realidade é organizada” (Hjørland, 2008, p. 87, tradução nossa). Citação que nos leva a investigar se os instrumentos de organização do conhecimento realmente representam a realidade pretendida.

O autor também explica que nenhum domínio de conhecimento está fechado dentro de sua própria área, podendo ser observado em múltiplos domínios. Portanto, enfatizamos que um domínio é distinto de uma disciplina, uma vez que um domínio específico pode abranger diversas áreas do conhecimento. Posteriormente, Hjørland (2008) identifica seis abordagens comumente discutidas na Organização do Conhecimento:

a) A abordagem tradicional - composta pelos sistemas de classificação utilizados em bibliotecas como a CDD, por exemplo. Hjørland tece uma crítica especificamente à classificação de Dewey por esta ser entendida muito mais como sonho de responsáveis pela gestão da biblioteca do que focado na usabilidade de quem a utiliza. Hjørland acentua que essa crítica também foi apontada por Bernd Frohmann (1994) que considerava a classificação de Dewey um código mais empresarial, ou seja, eficiente para gerenciar coleções, do que preocupado com o interesse de usuários/as. Ademais, Hjørland critica o costume de profissionais que apenas copiam a classificação de uma mesma obra do catálogo de outro acervo, uma vez que essa prática meramente reproduz a forma como determinado saber foi classificado sob um único ponto de vista. Por fim, uma das principais críticas à abordagem tradicional está no princípio básico de ordenação – do mais geral para o mais específico – o que por sua vez é considerada uma forma essencialista de compreensão do conhecimento;

b) Abordagem analítico-facetada – tem como principal representação a *Cólon Classification* (Classificação de dois pontos) de Ranganathan e posteriormente as pesquisas desenvolvidas pelo *British Classification Research Group* (Grupo Britânico de Pesquisa em Classificação), considerada moderna em relação à abordagem tradicional. Essa abordagem se caracteriza na divisão de cada assunto em seus conceitos básicos para

determinação dos termos na representação de um conhecimento de forma que assim se constituam categorias (facetas) lógicas, representadas por uma síntese notacional;

c) A tradição da Recuperação da Informação – está associada à Organização do Conhecimento, pois o conhecimento só tem sentido se puder ser recuperado (Souza, 2007). No entanto, Hjørland (2008) argumenta que a Recuperação da Informação é por vezes erroneamente vista como voltada apenas para sistemas, ignorando o fato de que esses sistemas são operados por pessoas. Hjørland destaca que existe uma dimensão social no desenvolvimento desses sistemas, pois o nível de conhecimento ou familiaridade com um campo específico pode levar a representações equivocadas de um documento. Um exemplo disso é quando um livro que aborda a religião Candomblé, de origem africana, é classificado erroneamente como folclore. Isso revela o viés restrito de quem classifica, que não reconhece a natureza religiosa dessa prática. Nas palavras do autor, “nunca é a tecnologia que decide o que é relevante. A tecnologia é construída apenas com base em algumas visões do que é relevante e como isso pode ser medido” (Hjørland, 2008, p. 92). Além disso, destaca a necessidade de explorar diferentes tipos de representação, incluindo os algoritmos, que possam atender a múltiplos pontos de vista e interesses. Romeiro, Garcês-da-Silva e Garcez (2022) exemplificam isso ao discutirem o uso da tecnologia *deepfake*, que manipula informações por meio de programas de edição de imagem, por pessoas insatisfeitas com o término de relacionamentos românticos, conhecido como pornografia de vingança;

d) Visualizações orientadas à usuários/as – de maneira simplificada, todo sistema de classificação possui uma orientação mínima voltada para o usuário. No entanto, ao abordar essa categoria de forma distinta, Hjørland (2008) busca destacar a importância da Psicologia, mais especificamente dos processos cognitivos envolvidos na aplicação de estudos de usuários e comunidades, considerados essenciais para avaliar a usabilidade de um SOC. Para respaldar seu argumento, o autor estabelece os seguintes objetivos para a organização do conhecimento: 1) facilitar a utilização do conhecimento; 2) atender às demandas do mercado; 3) organizar o conhecimento com base nos interesses do público-alvo por meio de estudos de usuários e comunidades; e, diferentemente dos anteriores, 4) ocorre quando a rotulação do conhecimento é realizada pelos próprios usuários, como nas folksonomias. Vale ressaltar que as folksonomias não são consideradas SOC, mas sim o

uso de rotulagem no qual podemos identificar os termos preferidos e os discursos de uma comunidade específica sobre um assunto em particular. Ao estudar a comunidade, é possível perceber os aspectos subjetivos que compõem diferentes visões ou viés daqueles que se expressam em determinado domínio do conhecimento;

e) Abordagem bibliométrica – se baseia no uso de citações e referências bibliográficas para organizar uma quantidade de textos. Essa abordagem é utilizada, geralmente, na organização da comunicação científica, priorizando artigos de periódicos. Em alguns casos, é realizado um mapa bibliométrico para representar um campo específico do conhecimento. Hjørland (2008) argumenta que esses mapas podem complementar os tesouros, já que eles destacam as redes de autores que produzem sobre um assunto específico, enquanto os tesouros representam hierarquias semânticas e ontológicas. Essa abordagem tem a vantagem de organizar e recuperar a produção de conhecimento mais atualizada sobre um tema específico ao longo de um período pré-determinado em um estudo bibliométrico. No entanto, o autor considera uma desvantagem dessa abordagem o fato de que nem sempre a relevância e a quantidade de publicações são proporcionais ao impacto que determinadas pesquisas têm em um campo. Um exemplo disso é a produção de Ranganathan, que é considerada pequena em termos bibliométricos, mas de grande importância e apropriação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação;

f) A análise de domínio – essa abordagem elucidada a perspectiva sócio epistemológica da Organização do conhecimento ou Organização Social do Conhecimento, conforme Hjørland propõe que seja renomeado. Caracteriza-se por qualificar a inexistência de neutralidade nas ações de Organização do Conhecimento e por ser contrária à mera reprodução de padrões de organização desconsiderando a diversidade de grupos-alvo. O autor ilustra isso ao inferir que:

O tipo de informação considerada relevante para uma determinada tarefa depende da teoria da pessoa que faz o julgamento. Se se acredita que a esquizofrenia é causada por uma comunicação problemática entre mãe e filho, então os estudos de interação familiar são avaliados como relevantes. Se, por outro lado, se acredita que a esquizofrenia é causada por fatores genéticos, então o estudo dos genes torna-se mais relevante (Hjørland, 2008, p. 95).

Com base nos exemplos mencionados, Hjørland explica que a Análise de Domínio engloba diferentes abordagens seja qual for o domínio do conhecimento a ser representado.

Inclusive, recomenda que os SOC englobem diferentes pontos de vista para que o sistema seja mais bem representativo e não tenda a representar meramente o que já está estabelecido cientificamente. Reproduzir um sistema sem questionar se ele terá abrangência e diversidade de pontos de vista é considerado um limitador para a representação de documentos e acervos, podendo não ser tão bom também para quem o utilizará.

É importante salientar que, além das seis abordagens identificadas por Hjørland (2008), é plausível considerar a existência de outras abordagens que possam escapar ao conhecimento atual do autor ou que ainda serão descobertas por pesquisadores/as futuros, estando elas sujeitas a mudanças decorrentes do avanço científico, tecnológico e sociocultural. Um exemplo recente de abordagem que surgiu após isso está presente na tese de doutorado defendida por Rosana Matos da Silva Trivelato (2022), intitulada “A Luta das Mulheres tem Muitos Nomes: os Sistemas de Organização do Conhecimento frente a uma Emergência Conceitual”, a qual representa uma ampliação da perspectiva da Organização Social do Conhecimento (OSC) proposta por Hjørland, caracterizando essa expansão como Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC). Trivelato investiga como os sistemas de organização do conhecimento podem enfrentar os desafios conceituais que emergem no contexto da luta das mulheres, oferecendo uma análise reflexiva e crítica das práticas tradicionais de Organização do Conhecimento nesse contexto específico.

A abordagem inovadora de Rosana Trivelato desempenha um papel significativo na progressão do campo da Ciência da Informação, ampliando os limites da compreensão e aplicação dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) em contextos complexos e socialmente relevantes. Demonstrando um compromisso com a reflexão crítica e a sensibilidade sociocultural, a proposta de Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) defendida por Trivelato oferece uma perspectiva valiosa para futuras pesquisas e práticas no campo da organização e representação do conhecimento. Nesse sentido, a autora direciona a atenção da comunidade científica e não científica para a necessidade de se pensar em estratégias e mecanismos que acolham pautas historicamente subalternizadas na criação e utilização dos Sistemas de Organização do Conhecimento. Por essa razão, a pesquisa de Trivelato analisa os seguintes instrumentos: *Homosaurus*, *Library of Congress Subject Headings*, *Tesouro de género: language con equidad*, *Tesouro de Mujeres* e *Tesouro para estudos de género e mulheres*, alguns desses instrumentos também serão objeto de análise nesta tese, sendo descritos nas análises dos resultados.

Em sua pesquisa, Trivelato considera as contribuições de Judith Butler e Michel Foucault como abordagens que reconhecem os Sistemas de Organização do Conhecimento como dispositivos performativos, ou seja, um tipo de dispositivo “que controla as formas de representação no campo do saber, na mediação e na disseminação do conhecimento” (Trivelato, 2022, p.10). Nesse ínterim, para qualificar essa autorização terminológica, a autora justifica a OSCC como a corrente teórica que dá:

[...] visibilidade a temas ignorados, como por exemplo interseccionalidade, em nome de uma neutralidade e universalidade de temas, à procura de uma reparação das formas pelas quais a centralidade da perspectiva masculina, branca estadunidense e/ou europeia se tornaram sistêmicos nos SOC. (Trivelato, 2022, p. 11)

A partir dessa percepção, a autora reconhece a necessidade de estabelecer um referencial teórico que embase a Organização Social e Crítica do Conhecimento enquanto vertente da OC por esta representar uma ruptura com perspectivas hegemônicas de produção de conhecimento. Por considerarmos que nossa pesquisa corresponde ao que foi qualificado por nossa interlocutora como Organização Social e Crítica do conhecimento, direcionamos nossa argumentação tomando por referente caminhos semelhantes. Para transmitir um pouco mais de concretude ao que seria essa nova vertente, Trivelato (2022) elegeu seis dimensões que a caracterizam, são elas: a) As formas de autorização terminológica; b) Crítica ao universalismo e ao subalternizado; c) Ética na Organização do Conhecimento; d) Reparação; e) Vieses; e, f) Recusa da Neutralidade. Dimensões mais bem representadas pelo esquema elaborado pela própria autora na Figura 2.

Para ampliar a acessibilidade em relação à interpretação da **figura 2**, serão descritos os elementos que compõem de forma objetiva o espectro que fundamenta a OSCC. A imagem se trata de uma categorização em níveis, no formato circular, na qual o verbete Organização Social e Crítica do Conhecimento foi posicionado no centro da figura, configurando esse primeiro nível da representação. Por meio dessa posição de centralidade, Organização Social e Crítica do Conhecimento é considerada a categoria mais abrangente e ao mesmo tempo ponto focal das pesquisas em Organização do Conhecimento que questionam hegemonias epistêmicas e/ou sociais. No segundo nível, cujos verbetes estão emoldurados por uma seta azul que aponta para o nível 1, foi delimitada a posição das seis dimensões da OSCC reconhecidas por Trivelato (2022). Por fim, no terceiro nível são indicadas as autorias cujas pesquisas representam epistemologicamente cada uma dessas dimensões, sendo os nomes dessas autorias envolvidos

por uma figura geométrica que aponta para o segundo nível em um formato que diferencia este do nível anterior, agora na cor amarela.

Figura 2 - Esquematização da OSCC: dimensões e autorias.



Fonte: Elaborado por Rosana Trivelato (2022, p. 90)

A seguir, serão apresentadas as dimensões da OSCC, entretanto, de forma a contribuir com um olhar diferente sobre o que foi estabelecido, propomos uma releitura dessas dimensões de forma que se assemelhem mais ao ponto de vista apresentado na nossa pesquisa, considerando, para tanto, as seguintes diferenciações:

- 1) Os verbetes que representam as dimensões podem ser renomeados quando identificarmos a necessidade de um termo unívoco mais representativo;

- 2) Caso seja justificado que uma ou mais categorias sejam semelhantes ou complementares de forma que facilite a compreensão, elas podem ser unificadas ou subtraídas;
- 3) Atendidas as considerações anteriores, as dimensões podem apresentar outros estudos de forma a ampliar e expandir os estudos que representam o campo da Organização Social e Crítica do Conhecimento.

Os estudos que compõem o campo da Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) abrangem não apenas a crítica, atualização ou reconstrução das estruturas sociais existentes, mas, também, o desenvolvimento de novas perspectivas epistêmicas para a OC. Nesse contexto, nosso ponto de vista é influenciado pelo estudo de Trivelato (2022), que nos leva a reexaminar as dimensões propostas pela autora. Em nossa análise, consideramos essencialmente que o campo da OSCC é caracterizado pela recusa à neutralidade. Portanto, entendemos que não é necessário estabelecer uma dimensão no mesmo nível hierárquico que as demais, conseqüentemente, decidimos subtrair essa categoria de nossa representação. Essa decisão é justificada pelo reconhecimento de que toda representação do conhecimento está sujeita a releituras e modificações resultantes das transformações ocorridas nos campos social, cultural, científico, econômico, entre outros. Essa abordagem reflexiva e dinâmica permite uma compreensão mais abrangente e atenta às mudanças contextuais que afetam a organização do conhecimento. Ao adotar uma postura crítica e aberta às transformações, buscamos contribuir para a evolução e o aprimoramento contínuo do campo da OSCC.

2.3.1 As formas de autorização terminológica

A dimensão em questão, mantendo o título e as características estabelecidas por Trivelato (2022), aborda as garantias que regem as formas de autorização dos termos em um SOC, como os Tesouros, por exemplo. Clare Beghtol (1986) é uma das autoras mais citadas quando se busca compreender o significado das garantias para a validade semântica em sistemas de classificação. A relevância de Beghtol nesse contexto é evidenciada pela influência que exerceu sobre pesquisadores como Roger Guedes (2016), que explorou as garantias semânticas nos instrumentos de representação da linguagem, e Mário Barité (2019), cujo estudo se

concentra na conceituação das garantias presentes nas definições de termos nos Sistemas de Organização do Conhecimento.

Guedes e Moura (2016) e Barité (2019) contextualizam os diferentes tipos de garantias e destacam que os estudos nessa área tiveram início no início do século XX, quando Wyundham Hulme apresentou os princípios da classificação de livros”, qualificando que um termo tem seu conceito garantido apenas quando está registrado e documentado em literatura relevante dentro da área à qual está relacionado. Em continuidade a isso, Trivelato (2022) e Gomes (2023) apresentam as diferentes tipologias das garantias, sendo elas: garantia de uso, garantia literária, consenso científico, garantia cultural, garantia de usuário – que Dodebei chamou de endosso de usuário –, garantia semântica, garantia acadêmica, hospitalidade cultural e garantia autopoietica.

Essencialmente, essas tipologias se distinguem pela busca de diferentes fontes de autoridade na coleta de termos em um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC). As fontes de autorização variadas levam em consideração os seguintes aspectos: 1) a valorização da linguagem das comunidades, respeitando suas identidades culturais únicas, conhecida como garantia cultural; 2) a incorporação do vocabulário formal das disciplinas ou domínios específicos do conhecimento; 3) o estabelecimento de consenso entre especialistas do campo; e 4) a consideração das opiniões e expressões utilizadas pelos usuários em suas pesquisas, presente na garantia acadêmica e garantia do usuário, respectivamente (Trivelato, 2022).

Dentre as tipologias mencionadas, nosso foco se volta para a definição daquelas consideradas mais fundamentais para abordar o objeto desta pesquisa, que é a conceituação e hierarquização do termo “Gênero” e outros termos em Tesouros especializados no assunto. Concentração que não se limita apenas a observar se essas garantias foram cumpridas no processo de criação e atualização desses instrumentos. Já adiantamos que a autorização dos termos destacada na apresentação da maioria dos instrumentos analisados envolve principalmente a garantia literária e o consenso científico. Portanto, as garantias selecionadas por nós como mais representativas para a observação do objeto também visam apontar os elementos necessários para que, caso essas garantias não tenham sido contempladas, possam inspirar a atualização dos instrumentos existentes ou até mesmo a criação de novos tesouros sobre gênero. Nossa visão prospectiva é que, no futuro, os Tesouros sobre gênero incorporem a crítica à colonialidade de gênero, a decolonialidade e a interseccionalidade como elementos fundamentais para a compreensão do domínio “Gênero”. Os temas mencionados serão mais bem explicados na análise dos resultados.

A Garantia Literária é considerada como a principal abordagem para coletar e selecionar termos de um vocabulário, baseando-se em obras científicas e não científicas, nas quais o significado de cada termo é referendado por uma autoridade cognitiva, seja ela científica ou determinada por outras vozes, como produções literárias de lideranças políticas, notícias de fontes confiáveis, entre outras. Clare Beghtol (1995) explica que a garantia literária pode ser compreendida como o conjunto de temas em torno dos quais uma literatura foi estabelecida, ou seja, é o que embasa a seleção dos termos. De acordo com Trivelato (2022) e Gomes (2023) a garantia literária não é por si só suficiente para legitimar a autorização dos termos. Por essa razão, ambas as autorias apresentam outras garantias que derivam desta, são elas: a garantia de usuário, garantia cultural e consenso científico, criadas à medida que os estudos sobre linguagens de indexação foram sendo ampliados no campo;

A Garantia Cultural é percebida como uma forma de autorização terminológica que, quando aplicada, pode evitar expressões discriminatórias da linguagem na construção e atualização de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), tais como discursos sexistas, racistas e capacitistas (Barité, 2018). Beghtol (2002) antecede essa ideia ao afirmar que o princípio da garantia cultural assegura que a representação do conhecimento só é possível porque esse conhecimento foi apropriado por pessoas inseridas em um contexto cultural específico, com seus valores e inclinações. Além disso, Guedes (2016) explica que a garantia cultural pode ser compreendida como um conceito amplo que abrange, em maior escala, a garantia literária e a garantia do usuário, incorporando também a filosofia, a fenomenologia, a autopoietica e os aspectos educacionais nesse espectro. Essa explicação está em concordância com Gomes (2023), que afirma que a garantia cultural possibilita uma abordagem comprometida com a veracidade das informações e promove maior diversidade social, cultural e política, evidenciando também os sujeitos que anteriormente foram marginalizados em um contexto de hierarquização dos saberes aceitos em relação aos não aceitos;

A Garantia de Usuários e/ou Comunidades se fundamenta nos termos adotados por uma comunidade de usuários durante o processo de recuperação da informação (Svenonius, 2000; Trivelato, 2022). Essa abordagem é conhecida como “endosso de usuário”, como destacado por Dodebei (2002). Barité (2018) justifica a incorporação dessa garantia na construção e atualização de Tesouros argumentando que os termos mais apropriados e representativos da comunidade de usuários devem ser incluídos por pessoas responsáveis pela criação de determinado Tesouro. Complementar a isso, Gomes (2023) explica que a garantia de usuário se assemelha à garantia cultural, pois leva em consideração fenômenos específicos experienciados

pela comunidade de prática na seleção dos termos. Nesse sentido, Gomes refere-se a Ward (2000), proponente do conceito de garantia fenomenológica, enfatizando a importância de converter as peculiaridades das comunidades de usuários em objetos/fenômenos que embasem a seleção dos termos a partir do vocabulário adotado pelo grupo. A garantia de usuários e comunidades está intimamente relacionada à subjetividade, uma vez que aborda elementos específicos de indivíduos e grupos. Por essa razão, tanto Guedes (2016) quanto Gomes (2023) a consideram semelhante à garantia cultural e, portanto, devem ser trabalhadas de forma unívoca como garantia cultural, visão que compartilhamos a partir de agora;

A Garantia Autopoiética encontra sua fundamentação no conceito de Autopoiese, que se refere à capacidade dos seres vivos de se autoproduzirem. Esse conceito foi desenvolvido no campo da Biologia para descrever organismos que são capazes de se gerar a si próprios por meio de seus próprios componentes. Associada a isso, a Garantia Autopoiética está relacionada à autorização de termos com base nas preferências de uma comunidade de forma autorreferencial. Martínez-Ávila e Budd (2017) afirmam que essa garantia é facilmente aplicável no contexto das Folksonomias, onde a autoridade emerge e se consolida a partir do uso popular. Gomes (2023) concorda, destacando a relação direta entre a garantia autopoiética e a folksonomia, diferenciando, assim, essa categoria da garantia cultural. No entanto, tanto Gomes quanto Zamboni (2018) não consideram essa estratégia a preferida para a criação e atualização de tesouros, sendo esta apenas uma forma de consulta complementar, uma vez que Tesouros são instrumentos que dependem de controle vocabular, o que é difícil de ser sistematizado apenas com o uso espontâneo dos termos. Nesse sentido, na perspectiva folksonômica, a autorização ocorreria por meio da agregação das escolhas da comunidade usuária, estabelecendo os termos mais apropriados de forma autorreferencial.

Diante do contexto apresentado, daremos enfoque nas garantias literária e cultural para observação da conceituação e hierarquização do termo Gênero em tesouros especializados no assunto. Como forma de observação da realidade, serão apresentados, a seguir, alguns estudos sobre Tesouros convergentes à temática de gênero que explicam outras aplicações das formas de autorização terminológica no Brasil.

O artigo intitulado “Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher” de autoria de Miriam Gontijo Moraes (Moraes, 2014), tem como objetivo contextualizar as abordagens metodológicas utilizadas na construção de tesouros conforme a literatura da área e analisar as contradições presentes na elaboração do Tesouro para Estudos de Gênero e Mulheres (TEG). A principal

contradição identificada pela autora está relacionada ao uso da estratégia *top-down* na elaboração de tesouros, em que o processo hierárquico ocorre de cima para baixo. Isso implica que as decisões são tomadas predominantemente pelos especialistas no tema do instrumento em questão e/ou especialistas em elaboração de SOC. A estratégia *top-down* é considerada contraditória, pois é uma forma de representação que exclui a participação da comunidade de não-especialistas como fonte de informação na coleta e organização dos termos e suas relações.

Após situada a fragilidade da estratégia *top-down*, Moraes (2014) recomenda a adoção da estratégia *bottom-up*, na qual o processo privilegia a coleta de informações para construção do tesouro de baixo para cima. Ou seja, trata-se de um investimento no estudo de comunidades para observação da linguagem natural, dos termos preferidos e de outros elementos culturais relacionados ao assunto do instrumento a ser criado, e ainda recomenda que concomitante a isso se consultem especialistas. Ao defender essa estratégia, Moraes (2014) dialoga com as contribuições de Barité e Fernández Molina (2012), que relacionaram a estratégia *top-down* ao método dedutivo para a estruturação conceitual de um SOC, e a estratégia *Bottom-up* ao método indutivo.

Em seguida, em concordância com Lopes Huertas e Ramírez (2005), Moraes (2014) considerou o método indutivo como o mais apropriado para construir uma análise crítica do conhecimento. Isso é relevante para que não sejam construídos instrumentos que pouco considerem ou desconsiderem saberes não acadêmicos – localizados na experiência de vida e na linguagem cotidiana. Tanto Lopez Huertas e Ramírez (2005) quanto Moraes (2014) explicam que na abordagem *bottom-up* os conhecimentos tradicionais – ou hegemônicos – perdem o protagonismo, abrindo espaço para a inclusão de outros saberes na construção de SOC. Moraes (2014) finaliza a comunicação provocando as/os leitoras/es a se deslocarem das formas hegemônicas de produção e representação do conhecimento. Para isso, ressalta a importância de se construir uma comunidade de prática (comunidade usuária ou potencial), incluindo tanto leigos quanto especialistas na construção de Tesouros.

Ampliando nossa compreensão da realidade, outro artigo que aborda as formas de autorização terminológica é o intitulado “A representação do domínio 'gênero' no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos”, escrito pelas pesquisadoras Ana Rosa Pais Ribeiro, Beatriz Decourt e Tatiana de Almeida (2017). As autoras concentraram sua pesquisa nos estudos relacionados ao domínio do “gênero” em instrumentos de organização e representação do conhecimento. Para realizar a análise, utilizaram a indução como método e examinaram os seguintes instrumentos: o Tesouro para

Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e a Classificação Decimal Universal (CDU).

O TEG e o DeCS são empregados no processo de indexação, enquanto a CDU foi desenvolvida para representar documentos por meio de uma classificação bibliográfica. Essa classificação foi concebida para especificar o assunto de uma obra, fornecendo uma notação que serve como endereço fixo nos acervos, respeitando a ordem de arquivamento previamente estabelecida. As autoras buscaram mapear e compreender como o domínio do gênero é representado nesses SOC, contribuindo para uma análise mais aprofundada das estratégias de autorização terminológica adotadas. Em diálogo com a obra “Sistemas de organização do conhecimento para bibliotecas digitais”, de Gail Hodge (2000), e “O que é a organização do conhecimento, de Birger Hjørland (2008), Ribeiro, Decourt e Almeida (2017) destacam a dimensão político-social como inerente ao que Hjørland chamou de Organização Social do Conhecimento (OSC), notadamente naquilo que concerne à elaboração de instrumentos de controle vocabular e localização fixa.

Nesse sentido, Ribeiro, Decourt e Almeida (2017) destacam que para organizar um domínio é necessário adquirir e aprofundar conhecimentos sobre a história e repercussão do assunto dentro e para além dos ambientes científicos. Da mesma forma, é recomendado por elas que se deve destinar atenção aos conceitos fundamentais e complementares acerca da respectiva temática e com isso preencher lacunas que podem surgir ao criar e, posteriormente, ao utilizar esses instrumentos.

Por fim, para complementar essa perspectiva, é importante ressaltar que os SOC geralmente são desenvolvidos para atender a disciplinas, tarefas ou funções específicas. Portanto, dependendo do domínio de aplicação do SOC e de sua complexidade, é possível representar o conhecimento de maneira a abranger tanto a linguagem especializada utilizada na comunicação científica quanto os termos e expressões da linguagem comum que emergem e são adotados por diferentes comunidades.

Um exemplo relevante dessa dinâmica pode ser observado na apropriação do vocabulário Pajubá. Originário do iorubá e nagô, esse vocabulário foi adotado como uma forma de linguagem e discurso pela comunidade LGBTQIAPN+. Assim, o Pajubá representa uma linguagem que reflete a identidade dessa comunidade, tornando-se parte integrante do universo abordado no campo de estudos de gênero. Dessa forma, a inclusão de terminologias e expressões provenientes de comunidades específicas amplia a representação do conhecimento

dentro de um domínio, reconhecendo, assim, a importância da diversidade linguística, literária e cultural na construção de instrumentos mais inclusivos e abrangentes.

2.3.2 Crítica ao universalismo e reparação epistêmica

A dimensão crítica tratada aqui difere do título estabelecido por Trivelato (2022), pois este resulta da fusão das dimensões anteriormente intituladas “Universalismo e o subalterno” e “Reparação”. Essa alteração é justificada pela percepção de que as nomeações anteriores, conforme caracterizadas pela autora, podem ser entendidas como complementares, sendo, portanto, mais coerente considerá-las como uma única categoria. O que Trivelato descreve como universalismo corresponde à crítica das formas hegemônicas de construção e atualização dos sistemas de organização do conhecimento.

A crítica ao universalismo refere-se à crítica das formas hegemônicas de construir e atualizar sistemas de organização do conhecimento, questionando a tendência de impor uma perspectiva única e dominante. Essa proposição emerge pela necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade de vozes, conhecimentos e experiências presentes nas diferentes comunidades e culturas. A reparação epistêmica, por sua vez, consiste em uma abordagem que visa corrigir as desigualdades e injustiças históricas presentes na produção e disseminação do conhecimento. Essa perspectiva busca abordar as lacunas, marginalizações e exclusões resultantes de estruturas de poder assimétricas, com o objetivo de promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades de participação.

Consideramos que as duas dimensões “Universalismo” e “Reparação” estão intrinsecamente interligadas. O reconhecimento das limitações do universalismo e a busca por reparação epistêmica são respostas às desigualdades estruturais e aos efeitos da colonialidade no campo da Organização do Conhecimento (Romeiro, Silveira; 2023). A crítica ao universalismo incentiva a adoção de abordagens mais inclusivas e plurais, que dão espaço para diferentes perspectivas e formas de conhecimento. A reparação epistêmica, por sua vez, busca reequilibrar o acesso, a representação e o poder na produção e disseminação do conhecimento, especialmente para comunidades historicamente marginalizadas.

Portanto, a combinação do universalismo com a reparação no âmbito da Organização do Conhecimento visa construir sistemas mais inclusivos e que reconheçam a diversidade de vozes e experiências, promovendo uma representação mais abrangente e equitativa do conhecimento humano. Por outro lado, devido à compreensão de que a qualificação de

subalternidade se refere à teorização do sujeito subalternizado (Spivak, ano), e reconhecendo que essa definição pertence a uma vertente crítica da colonialidade diferente da proposta desta tese, optamos por não utilizar a palavra “subalterno” no título dessa dimensão. Os estudos que caracterizam essa dimensão, os quais serão apresentados a seguir, fazem parte da pesquisa de Trivelato (2022) e, adicionalmente, serão ampliados por nós com o objetivo de aprofundar e consolidar essa nova proposta de dimensão da OSCC.

A dissertação de mestrado de Rosana Trivelato (2016), intitulada “Formação discursiva e os sistemas de classificação bibliográfica: impactos, desdobramentos e implicações na representação da informação da área da religião” teve por objetivo compreender a composição da formação discursiva em Ciências da Religião, considerando sua relação com as dimensões sócio-históricas e seus efeitos nos sistemas de representação do conhecimento. Para isso, a autora adota o conceito de formação discursiva de Foucault como base teórica para realizar a análise dos esquemas de classificação bibliográfica (CDD e CDU). Nesse contexto, a autora reuniu narrativas de diferentes lideranças religiosas, como um babalorixá, um cientista da religião, um espírita (Kardecista), um evangélico (protestante) e um padre, a fim de refletir sobre o papel de dois sistemas de classificação, a CDD e a CDU, na representação do conhecimento. Os resultados dessa pesquisa revelaram um viés católico e a tendência de esmaecimento, e em alguns casos até exclusão, de crenças e alteridades nos referidos sistemas de classificação.

Na comunicação “A diversidade cultural e os sistemas de representação da informação”, Trivelato e Moura (2017) analisaram as tabelas auxiliares da Classificação Decimal Universal (CDU) nas edições impressas em língua portuguesa dos anos 1976, 1999 e 2007, com foco nas categorias relacionadas a gênero, pertencimento étnico-racial e nacionalidade. A pesquisa evidenciou que, embora a tabela “Etnia e nacionalidade” trate de grupos étnicos, sua abordagem é quase exclusivamente baseada na localização geográfica das pessoas. Por outro lado, na tabela “Pessoas segundo o sexo”, foi observada a presença do “ideal regulatório”, conforme proposto por Foucault e retomado por Butler (2017), o qual promoveu a heteronormatividade e a opressão de gênero em várias edições subsequentes da CDU. Como resultado, as autoras concluem que a ação discursiva pode promover uma hegemonia que silencia discursos e gera conflitos em áreas como nacionalidade, religião, política, raça-etnia, cultura e gênero. Essa análise destaca um movimento hegemônico na descrição da diversidade cultural que influenciou e ainda influencia a construção e atualização de instrumentos para representação do

conhecimento. Esses enquadramentos classificatórios silenciam discursos e representações socioculturais diversas.

Para romper com o cenário descrito, Trivelato e Moura (2017) consideram ser necessário compreender as consequências da formação discursiva em gestos classificatórios, ou seja, no ato de classificar. Concordamos com as autoras que os sistemas de organização do conhecimento estão sujeitos à exclusão de discursos, resultando no apagamento de diferenças socioculturais, que revela, por sua vez, uma limitação da produção de conhecimento. Portanto, é fundamental incorporar reflexões e práticas que conectem diferentes sujeitos sociais de forma a evidenciar a pluralidade de vozes de pessoas e temáticas historicamente subalternizadas.

No artigo intitulado “Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder”, Maria Aparecida Moura (2018) denuncia o papel dos Sistemas de Organização do Conhecimento como potenciais vetores discursivos e institucionais de uma classificação social na qual são estabelecidas as performances de gênero em processos de circulação do conhecimento. Para embasar sua argumentação, a autora apresenta os conceitos de discurso, gênero, interseccionalidade e performatividade de gênero no contexto da Organização Social do Conhecimento. Enquanto objeto, foram analisados dois tesouros internacionais *Eurovoc* e *Gender equality glossary and thesaurus*, ambos amplamente adotados pela comunidade usuária. A fase inicial dessa pesquisa consistiu em conduzir uma análise de conteúdo nos tesouros selecionados, com o intuito de identificar os potenciais oportunidades de performatividade de gênero por meio dos termos presentes em suas estruturas. Termos esses analisados pelas categorias discursivas: acontecimento, série, regularidade e condições de possibilidade. Como resultado, Moura (2018) constatou que os esforços interdisciplinares buscam ampliar a compreensão das relações de poder e saber nos SOC. Por essa razão, é importante estar atento às dobras do discurso na interface com a construção social desses instrumentos, evitando o uso paradigmático e alheio às mudanças sociais que leva a exclusões.

Apresentamos, também, a comunicação publicada no Anais do XIX ENANCIB sob autoria de Gustavo Saldanha, Franciéle Garcês da Silva, Graziela Lima, Dirnéle Garcez e Nathália Romeiro (2018), intitulada “Quem matou Marielle? Organização do Conhecimento e os caminhos do tesouro do mal” (2018, p. 1018) cujo objetivo era “identificar os vestígios de construção de um tesouro do mal, sustentado pelo discurso contrário à luta pelos direitos humanos presente no contexto do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes”. O estudo destaca as dimensões hierárquicas e simbólicas presentes em

estruturas de organização do conhecimento e para explicar como isso ocorre, o grupo examinou termos e expressões utilizadas por interagentes digitais em comentários de reportagens sobre o assassinato de Marielle e Anderson. Para exposição do objeto, foram coletados termos e expressões de interagentes das reportagens selecionadas no contexto pós-crime, ocorrido em 14 de março de 2018. Após essa etapa, foi estabelecido um vocabulário de termos e conduzida uma análise de cruzamento semântico.

Os resultados da pesquisa revelaram o desenvolvimento de uma estrutura linguística orientada para o mal, evidenciada pela atividade intensa e cotidiana de perfis e robôs na web que se concentram na destruição das garantias sociais e na contestação dos elementos mínimos de dignidade das vítimas desse crime. Quanto às conclusões, em oposição ao mito da neutralidade epistêmica, a pesquisa demonstra, por um lado, a emergência da organização do conhecimento não apenas no domínio político, mas fundamentada também na condição política; e, por outro lado, o estudo destaca os potenciais de emancipação teórico-metodológica da organização do conhecimento como um tipo de ferramenta social nos embates da luta de classes, gênero e pertencimento étnico-racial.

A pesquisa de Saldanha, Garcês, Lima, Garcez e Romeiro sobre os algoritmos alcançaram projeção internacional ao ser publicada no *Anais do IV Congreso ISKO España-Portugal*, promovido pela *Internacional Society for Knowledge Organization* (2020). Nesta oportunidade, a investigação se concentrou na construção de uma teoria crítica da organização do conhecimento baseada nos estudos de Hope Olson (2002) e Martínez-Ávila; Semidao e Ferreira (2016). O foco empírico dessa pesquisa, que se trata de uma ampliação da investigação realizada pelas mesmas autorias em (2018) e, portanto, também está relacionada aos comentários gerados após o homicídio da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. Este estudo se concentra na construção teórica da Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos, enfatizando o papel de denúncia que a organização do conhecimento pode desempenhar por meio de suas teorias e métodos. Ao realizar um estudo qualitativo da produção do discurso de ódio em torno do assassinato da vereadora Marielle Franco, ficou evidenciado o risco iminente de um vocabulário prejudicial que pode influenciar e distorcer as linguagens documentárias, caminhando em direção à barbárie.

Com base no pensamento de Capurro (2017), as autorias buscaram ferramentas críticas para promover o que foi nomeado como *ethos* transcultural com componentes democráticos na era digital, defendendo, assim, um tratado internacional para o mundo cibernético no qual as partes interessadas entrem em maior concordância. Os resultados apontam que a organização

do conhecimento como campo que permite analisar e promover as diferenças culturais que fundamentam às regras alfandegárias e comportamentais tanto no mundo físico quanto no digital. O caso de Marielle é emblemático nesse sentido, pois além da crueldade envolvida em todo o processo, revela-se um assassinato, influenciado por uma robótica maliciosa e pela manipulação algorítmica, situação que expõe a dinâmica trágica dos modos de produção, organização e representação do conhecimento na web, ressaltando, dessa forma, a necessidade de ampliar a crítica ao universalismo para promoção de uma reparação epistêmica.

Outra pesquisadora que contribui para a perspectiva de reparação epistêmica no âmbito da OSCC é Melissa Adler (Trivelato, 2022). Em suas diversas comunicações, a autora denuncia a negligência da Organização do Conhecimento referente às questões de gênero, etnia, raça e deficiência neurodivergente. Destacaremos primeiramente sua tese (Adler, 2012), na qual a autora demonstra que as atividades de classificação e indexação têm efeitos nos discursos médicos, sociais, políticos e literários, especialmente em questões de gênero e sexualidade. Essas questões eram anteriormente qualificadas como perversão sexual no catálogo da Biblioteca do Congresso estadunidense. Por essa razão, Adler escolheu o cabeçalho de assuntos da *Library of Congress* como objeto de estudo por este ter sido produzido por uma instituição que centraliza os discursos acadêmicos nos EUA. A autora lança luz à coleção Delta, que reúne obras sobre gênero e sexualidades historicamente subalternizadas. Além disso, Adler denuncia a sub-representação de obras no catálogo, citando o exemplo do romance policial lésbico “*Fingersmith*” de Sarah Waters, cujo cabeçalho de assuntos se resumia a “Londres (Inglaterra) - Ficção”, apagando a visibilidade lésbica na literatura.

Em 2013, Adler amplia seu envolvimento como pesquisadora de gênero na Organização do Conhecimento ao estudar o comportamento informacional da comunidade em relação a livros com a temática transgênero na mídia social digital *LibraryThing*. Nesse estudo, ela reconhece o interesse da comunidade nessa temática e destaca a importância da etiquetagem (*tagging*) das coleções pessoais como uma forma de visibilizar livros produzidos por pessoas transgênero ou obras sobre essa temática. Esse tipo de investigação pode representar uma pista para identificação dos termos preferidos de grupos marginalizados na criação e atualização de instrumentos de Organização e Representação do Conhecimento.

Em 2016, a mesma autora publica o artigo “*The Case for Taxonomic Reparations*” (Adler, 2016), no qual aborda a violência epistêmica presente na OC. Para sustentar sua argumentação, Melissa Adler dialoga com os estudos críticos raciais e estudos *queer*, argumentando que a OC historicamente excluiu grupos vulneráveis. Como resultado, destaca a

necessidade de criar taxonomias reparadoras que promovam a justiça social na produção de teoria e prática da organização do conhecimento. Ademais, Adler rejeita a noção de neutralidade nas práticas de pesquisa e profissão, convocando-nos à ação para reparar, mesmo que parcialmente, as desigualdades sociais relacionadas ao acesso e produção de conhecimento.

Um ano após essa pesquisa, Adler (2017) publica seu livro mais significativo para a Organização Social e Crítica do Conhecimento, intitulado “*Cruising the Library: Perversities in the Organization of Knowledge*”, no qual critica os SOC utilizados pela Biblioteca do Congresso estadunidense. A primeira reparação semântica realizada por Adler é a ressignificação da palavra “*cruising*” no título, fazendo uma referência ao contexto LGBTQIAPN+. Esse uso tensiona o debate crítico no campo e reforça o propósito de confrontar as “verdades difíceis” relacionadas à proibição histórica do acesso à coleção Delta da *Library of Congress*, que privava e ao mesmo tempo espionava publicações sobre gêneros e sexualidades dissidentes. Oferecendo uma perspectiva visual sobre isso, Adler destacou que as estantes são como ruas e a classificação serve como um mapa ou bússola que hierarquiza temáticas, marginaliza algumas e relega outras à periferia, como ocorreu com a Coleção Delta qualificada como leitura perversa. A autora argumenta que pessoas leitoras entram nas bibliotecas em busca de prazer na literatura e que, consciente ou inconscientemente, essas se submetem às leis de classificação e aos “termos de uso” impostos pela instituição, tal subordinação revela o poder na estruturação desse espaço e sistema.

No livro, Adler descreve a consulta aos catálogos como uma atividade emocionante, mas também intimidadora, pois as ameaças de punição e vergonha são uma realidade percebida por ela e pela comunidade. Ela também destaca como as prateleiras refletem a alienação de alguns, iluminando determinados assuntos e marginalizando temas como sexualidade dissidente e obras racializadas. Adler chama atenção, ainda, para a medicalização dos cabeçalhos de assuntos e para a necessidade de incorporar perspectivas críticas nas práticas de classificação e indexação argumentando que a classificação não é apenas um processo técnico neutro, mas uma forma de manifestação do controle e poder, reforçando assim as desigualdades e opressões existentes na sociedade.

Melissa Adler se destaca nessa categoria por propor abordagens alternativas e mais inclusivas para a Organização do Conhecimento com vistas à reparação epistêmica que leve em consideração as perspectivas e experiências dos grupos marginalizados. Isso envolve a incorporação de categorias e termos preferidos por esses grupos, bem como o reconhecimento do contexto social e político em que a organização do conhecimento ocorre. Adler argumenta

que a transformação da OC em direção a uma prática mais inclusiva e justa requer o envolvimento ativo de profissionais da informação, bem como a colaboração com as comunidades representadas nos sistemas de classificação. Além disso, destaca a importância de questionar e desafiar as normas e pressupostos subjacentes nas práticas de classificação e indexação. Isso implica em uma reflexão crítica sobre as hierarquias e relações de poder presentes nos SOC, bem como em uma abertura para a mudança e a inovação. Em suma, Melissa Adler é uma pesquisadora importante na área da organização do conhecimento, especialmente no que diz respeito à reparação e justiça social. Suas contribuições têm sido fundamentais para promover uma compreensão mais crítica e inclusiva da organização do conhecimento, destacando a necessidade de abordagens reparadoras que reconheçam e valorizem as perspectivas dos grupos marginalizados.

Outra busca por reparação é realizada na pesquisa de Briza Pozzi e Vinícius Tolentino (2017), cujo título é “Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários”. O estudo aborda os aspectos machistas encontrados na representação do descritor “mulher” em três instrumentos: o Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG), o Tesouro Jurídico do Superior Tribunal de Justiça (TJ STJ) e *Anglo American Cataloguing Rules*, 2ª edição (AACR2), sendo esta última o principal instrumento de consulta para a representação descritiva de materiais bibliográficos e não bibliográficos. O objetivo dessa investigação era analisar descritores e regras que pudessem gerar representações sexistas nos Tesouros e no AACR2. Consideramos, em concordância com as autorias, ser imprescindível que os profissionais e pesquisadores da Biblioteconomia e Ciência da Informação desenvolvam uma perspectiva crítica em relação ao uso desses instrumentos. Como resultado, foi constatada a necessidade de revisão dos instrumentos a fim de atualizar os termos e sua conceituação, tornando-os mais coerentes com a realidade social atual. Além disso, destacamos a incoerência da sobreposição da representação masculina (homem) sobre a representação feminina (mulher), o que reflete a perpetuação de conhecimentos hegemônicos na elaboração desses Sistemas de Organização do Conhecimento.

O artigo intitulado “Decolonizando a organização do conhecimento: um olhar do periódico *Knowledge Organization* (2000-2020)”, escrito por Dirnéle Garcez e Rodrigo de Sales também pode ser considerado como parte dos estudos da OSCC voltado à reparação epistêmica. Isso se explica, pois, além de assumirem o referido periódico como objeto de estudo, as autorias têm como objetivo investigar se e como a decolonialidade têm sido abordada na OC. O propósito do estudo era verificar a viabilidade de se construir novos caminhos para

estudos críticos da colonialidade e estudos decoloniais, de forma que esses possam ser aplicados em pesquisas futuras no campo. Como resultado, Garcez e Sales (2021, p. [14]) destacam que, nas décadas analisadas, o periódico *Knowledge Organization* abordou a decolonialidade por meio dos seguintes aspectos: 1) a representatividade de povos originários em sistemas de organização do conhecimento; 2) a “deseuropeização” de descrições arquivísticas; 3) o desenvolvimento de um modelo classificatório que também represente teorias do hemisfério sul; 4) classificações multi-religiosas; e, 5) ontologias indígenas e vocabulários controlados de línguas não dominantes. Abordagens que têm como objetivo enfrentar violências epistêmicas e injustiças sociais.

No entanto, não se pode afirmar que esse movimento seja forte em termos de produção de conhecimento, uma vez que as autorias constataram que a quantidade de artigos sobre esse tema ainda é incipiente no campo. Dentre as contribuições destacadas por Garcez e Sales temos: o trabalho de Melissa Adler (2016), que aborda a representatividade e a reparação de povos indígenas em SOCs; o estudo de Bak, Allard e Ferris (2019), que enfrenta a colonização europeia na atividade de descrição de documentos arquivísticos no Canadá; a problematização feita por Balaji e Dhamanjaya (2020) em relação ao uso hegemônico da classificação dos estudos urbanos na Índia; a reflexão de Littletree, Belarde-Lewis e Duarte (2020) sobre as diferenças ontológicas entre os sistemas de organização do conhecimento orientados para o ocidente e os saberes indígenas; a denúncia feita por Broughton e Lomas (2020) sobre como as coleções multidisciplinares foram ignoradas em SOC quando se trata de multirreligiosidade e multiculturalidade; e a atenção chamada por Tharani (2020) para o fato de que a maioria dos SOC utilizados são em língua inglesa, reivindicando justiça social por meio do desenvolvimento de sistemas em diferentes línguas.

Também consideramos relevante citar a pesquisa realizada por Franciéle Garcês-da-Silva, Dirnéle Garcez, Rodrigo de Sales e Gustavo Saldanha (2021), intitulada “Dorothy Porter Wesley e a Organização do Conhecimento Negro na Coleção Especial Moorland-Spingarn Research Center”. Neste artigo, as autorias buscam reparação epistêmica ao apresentarem a bibliotecária estadunidense Dorothy Porter Wesley como responsável por denunciar a abordagem etnocêntrica e preconceituosa da Classificação Decimal de Dewey no processamento técnico de recursos informacionais da Coleção Especial *Moorland-Spingarn Research Center*. As autorias defendem o pensamento e as ações de Dorothy e seu papel metaepistêmico como ações antirracistas ao utilizar a bibliografia como ferramenta de resistência da comunidade negra estadunidense. Pesquisas como esta são importantes na

perspectiva de reparação pois dão visibilidade a um conhecimento historicamente oprimido, como ocorreu com a construção da Coleção Especial sobre a experiência negra na *Howard University*, instituição considerada referência para os estudos negros (*black studies*). Além disso, as autorias destacaram que investigações sobre trajetórias como a da bibliotecária Dorothy Porter Wesley inspiram os esforços de trazer para o Sul (sulear) ações e estudos que visibilizem quem pesquisa e/ou trabalha com os Estudos Negros em Organização do Conhecimento no Brasil e na América Latina.

Dando continuidade à apresentação de trabalhos que refletem a Organização do Conhecimento em uma perspectiva de reparação, destacamos a tese de Pablo Gomes, defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG), intitulada “A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para a justiça de transição”. Essa pesquisa se dedica a uma temática de grande relevância para a historiografia brasileira, que é o período da ditadura militar, e concentra seu foco em duas áreas do conhecimento: a Organização do Conhecimento e a Justiça de Transição. O autor qualifica a justiça de transição como campo multidisciplinar

[...] focado na produção de sentido entre um passado de suspensão da ordem democrática e/ou violações dos Direitos Humanos (DH), seja ele em decorrência de guerras, de conflitos, de governos autoritários ou outros, com um presente de recuperação, ou de restauração, da ordem social e democrática (Gomes, 2023, p. 22).

Nesse contexto, Gomes (2023) empreende uma análise crítica das terminologias consideradas inclusivas, tal como expressas por diferentes atores envolvidos no campo da Justiça de Transição, visando ampliar a representação dos atores e da temática em um Tesouro específico sobre o assunto. Com essa finalidade, o autor propõe o desenvolvimento de uma abordagem com vistas a viabilizar a construção de um Tesouro que incorpore de forma abrangente o contexto cultural, social e político da Justiça de Transição, tensionando os métodos hegemônicos de produção e hierarquização do conhecimento no que tange à construção de instrumentos como Tesouros e Classificações bibliográficas, por exemplo.

Gomes (2023) elaborou uma matriz para a construção de tesouros que considera questões culturais, sociais e políticas, afastando-se de uma perspectiva positivista, pois, segundo ele, esta seria insuficiente para abordar uma temática tão sensível para a sociedade brasileira, especialmente para as vítimas e sobreviventes da Ditadura Militar no Brasil. Assim

como Trivelato (2022), Gomes (2023) também discute a Organização Social do Conhecimento sob a perspectiva foucaultiana, na qual os instrumentos de representação do conhecimento, como os Tesouros, funcionam como dispositivos próprios das dinâmicas informacionais de poder.

Diante disso, rompendo com diretrizes baseadas em uma perspectiva positivista, Gomes (2023) propõe um protótipo de Tesouro para a Justiça de Transição colocando a Garantia Cultural como o principal elemento para a validação dos termos/conceitos no processo de representação. Nessa proposição, foi demonstrado que a aplicação da garantia cultural, por meio do uso de grupos focais (comunidade de prática) como técnica, revelou uma postura subjetiva em relação aos atores de transição (vítimas, parentes de vítimas, especialistas, representantes de movimentos sociais). Isso também ressaltou a necessidade de mudança nos processos e métodos utilizados na construção de tesouros, especialmente em relação às fontes terminológicas (bibliográficas, documentais e outros Tesouros).

A tese de Pablo Gomes pode ser enquadrada na dimensão “Crítica ao universalismo e reparação epistêmica”, devido a diversas razões. Uma delas é a ênfase dada ao caráter humanista na construção de instrumentos terminológicos que priorizam a inclusão e representação dos atores envolvidos. Além disso, a tese se insere no campo teórico-prático da Justiça de Transição, proporcionando uma oportunidade para ampliar a reflexão sobre um momento desafiador da história brasileira que ainda possui múltiplas repercussões socioculturais. Nas palavras do autor,

Num momento em que para CI é tão importante falar sobre big data e Inteligência Artificial, trazer um ponto de vista humanístico para os tesouros é relevante, pois estamos tratando de linguagem, e a linguagem é carregada de signos e de significados, de uma ordem eurocentrada, branca, patriarcal, heterossexual, cisonormativa, cristã que subjuga o outro, levando-o sempre à margem. O esquema de construção de tesouros experimentado nesta pesquisa pode ser reproduzido em outros campos e áreas, desde que levando em consideração primeiramente o contexto social, cultural e político que irá se representar, em toda sua complexidade e, depois, as pessoas, os materiais, os métodos e os procedimentos (Gomes, 2023, p. 175).

Por fim, consideramos que a Tese de Rosana Trivelatto (2022), é, além de uma inspiração para o desenvolvimento dessa nova proposta de categorização, parte integrante desta dimensão da OSCC, uma vez que reconhece a existência de diferentes nomes, termos e conceitos utilizados para representar as lutas das mulheres considerando a interseccionalidade e a decolonialidade como abordagens teóricas que ampliam os conhecimentos e identidades dos

feminismos. Segundo Trivelatto (2022), o encerramento da pesquisa apontou várias direções, entre as quais se destaca a busca por uma maneira de reparar essas ocorrências e assim permitir a estruturação de versões representativas que reconheçam as limitações dos instrumentos por ela analisados. A autora conclui enfatizando que os futuros SOC devem ser construídos e atualizados de acordo com parâmetros elaborados localmente, respeitando a diversidade cultural e as questões sociais, promovendo, desta forma, uma visão igualitária e justa, começando pela ciência (Trivelatto, 2022). A seguir será apresentada a última dimensão dessa releitura.

2.3.3 Ética e vieses

A reflexão sobre ética e os vieses é questão fundamental a ser considerada na Organização Social e Crítica do Conhecimento, e na perspectiva decolonial esses conceitos adquirem uma dimensão ainda mais significativa. A decolonialidade, enquanto instância crítica da colonialidade, busca desafiar as estruturas de poder e conhecimento coloniais questionando as desiguais posições hierárquicas em que conhecimentos e sujeitos foram situados historicamente. Na abordagem decolonial, a ética se baseia em valores de justiça, igualdade e respeito pela diversidade cultural ao reconhecer a importância de ouvir as vozes oprimidas e de inserir essas mesmas vozes nos espaços de produção e circulação do conhecimento. Isso implica estabelecer relações éticas com as comunidades envolvidas, garantindo o consentimento informado, a confidencialidade e a reciprocidade nas relações de poder (Mathiesen, 2015, Segato, 2022).

No entanto, a perspectiva decolonial também chama a atenção para os vieses presentes na pesquisa acadêmica e que eles podem ocorrer em diferentes estágios do processo de pesquisa, desde a formulação das perguntas, a seleção dos participantes, a coleta e análise dos dados, até a interpretação e apresentação dos resultados (Fricker, 2007). Esses vieses podem surgir devido a preconceitos culturais, ideológicos e epistemológicos enraizados nas estruturas do conhecimento dominante.

O Filósofo latino-americano Enrique Dussel (2012), em sua obra “Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão”, discute ética enfatizando a necessidade de superar as hierarquias coloniais. Com isso, o autor fundamenta sua teoria sobre ética da libertação almejando justiça social, de forma que pessoas de diferentes condições tenham direito a uma vida digna e ao pleno desenvolvimento de suas capacidades físicas, intelectuais e afetivas.

Em “*Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*”, Walter Dussel (2000) complementa a crítica levantada por Dussel ao apresentar uma análise das relações de poder coloniais. Para isso, destaca a importância dos conhecimentos marginalizados e propõe o pensamento de fronteira como uma abordagem transformadora para desafiar a hegemonia do conhecimento ocidental norte-hemisférico e assim promover a justiça epistêmica e social.

Caminho também percorrido pelo filósofo e sociólogo peruano Anibal Quijano (2010), o primeiro desses teóricos a proclamar que a colonialidade do ser, saber e poder foram empreendimentos do eurocentrismo na América Latina. A colonialidade, nas três modalidades citadas envolve relações assimétricas de poder, nas quais os colonizadores exerceram e ainda exercem controle, exploração e dominação sobre as regiões colonizadas. Quijano examina o impacto da colonialidade na política, na economia, na cultura e na identidade de territórios da América Latina ao analisar como a exploração de recursos naturais, a dependência econômica, a desigualdade social e a opressão de grupos étnicos e culturais são resultados diretos desse legado colonial.

Outra autora que contribui para essa argumentação é Catherine Walsh (2009) cujo trabalho foca o projeto político, epistêmico e ético da interculturalidade crítica e estudos decoloniais. No texto “*Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*”, a autora aborda a interculturalidade como uma forma de resistência e superação do eurocentrismo redefinindo a interculturalidade, o papel do Estado e as lutas (de)coloniais na sociedade contemporânea. Walsh argumenta a favor de uma interculturalidade inclusiva e transformadora, destacando a importância da participação popular e do reconhecimento dos direitos culturais, destacando as resistências e as estratégias de enfrentamento adotadas por diferentes comunidades e movimentos sociais na busca por justiça social, igualdade e autonomia cultural.

As autorias citadas até aqui nos convidam a repensar a ética e os vieses na pesquisa acadêmica, destacando a importância de descolonizar o conhecimento e promover um engajamento ético e inclusivo com as comunidades envolvidas. Suas obras oferecem perspectivas críticas e alternativas que nos desafiam a enfrentar os vieses e promover uma ética decolonial na produção do conhecimento.

Essa discussão sobre ética e vieses se sedimenta na perspectiva da OSCC quando o campo amplia os limites da organização do conhecimento questionando os vieses dominantes nos instrumentos de organização do conhecimento. De acordo com Milani e Guimarães (2017),

o conceito de viés (*bias*) aplicado à construção de SOC refere-se à propensão ou tendência de evocar as crenças e princípios de quem cria determinado instrumento. Isso resulta em preconceitos ou desvios em relação às normas dominantes, revelando uma perspectiva que se contrapõe a outras.

O artigo intitulado “Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains” escrito por Hope Olson (1998) se enquadra na dimensão crítica Ética e vieses por problematizar os limites de sistemas de organização do conhecimento a fim de incluir domínios de conhecimentos marginalizados, tais como os estudos feministas e estudos *queer*. A autora entende que os sistemas de classificação tradicionais, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), revelam vieses e exclusões que restringem a representação de determinados domínios de conhecimento. Nesse sentido, Olson propõe a criação de espaços que concedam visibilidade e reconhecimento a esses domínios marginalizados e encoraja o desenvolvimento de instrumentos alternativos e complementares que sejam sensíveis às perspectivas culturais, históricas e sociais desses domínios.

Olson (1998; 2002) também apresenta exemplos de domínios de conhecimento subalternizados, como estudos de gênero, estudos étnicos e indígenas, e discute os desafios enfrentados ao tentar classificá-los dentro dos sistemas tradicionais. A autora propõe a construção de sistemas de classificação alternativos e complementares que sejam sensíveis às perspectivas culturais, históricas e sociais. Para isso, enfatiza a importância de uma abordagem crítica da organização do conhecimento, que questione as suposições e hierarquias implícitas nos sistemas existentes. Olson destaca a necessidade de envolver as comunidades afetadas na construção desses sistemas, garantindo uma representação mais precisa e inclusiva. Essa perspectiva também é percebida no texto “How We Construct Subjects: A Feminist Analysis”, no qual Hope Olson (2007) investiga criticamente a construção de identidades e subjetividades por meio de uma perspectiva feminista enfatizando a importância de considerar o contexto social e histórico, desafiar narrativas dominantes e incluir perspectivas interseccionais para combater a opressão e a desigualdade de gênero.

A pesquisa de Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (2007), intitulada “A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD”, aborda a questão do etnoconhecimento e sua representação em sistemas de organização do conhecimento. Miranda considera que o conhecimento é produto de uma construção sociocultural na qual cada grupo étnico possui sua própria maneira de ver, compreender e representar o mundo. O foco desse estudo é analisar a representação do etnoconhecimento de

afrodescendentes nos sistemas de organização do conhecimento, especificamente na Classificação Decimal de Dewey (CDD), que é qualificada pelo autor como um modo eurocêntrico e unívoco de representar os saberes. Marcos Miranda argumenta ainda que esses sistemas não têm as ferramentas necessárias para representar adequadamente os conteúdos do conhecimento acumulado pelos diferentes grupos ao longo da história multicultural e plural da sociedade. Em vez disso, o conhecimento produzido por esses grupos é muitas vezes desqualificado ou submetido aos critérios de uma ciência dominante. Como contraposição a isso, o autor defende que a organização do etnoconhecimento deve ser realizada por meio de sistemas de organização do conhecimento colaborativos construídos de forma participativa. Isso envolve a promoção de uma nova ética para a representação do conhecimento de grupos vulneráveis a fim de evitar a marginalização e a sub-representação desses conhecimentos nos sistemas tradicionais.

Mais tarde, Marcos Miranda, Deniz Costa e Fabio Gomes da Silva (2021) dão continuidade a essa perspectiva no capítulo de livro “A organização do conhecimento religioso: análise da representação do candomblé, do islamismo e da umbanda em sistemas de organização do conhecimento”. O intuito dos autores aqui é abordar a responsabilidade social da Biblioteconomia e Ciência da Informação na organização e representação do conhecimento, com foco nas questões socioculturais, étnico-raciais e religiosas, entendendo a religiosidade como importante aspecto para a construção da subjetividade. O objetivo então torna-se fomentar uma discussão sobre formas de representação das religiões de matrizes africanas e brasileiras como o Candomblé, o Islamismo e a Umbanda. Para isso, foram identificados desafios e perspectivas na representação dessas religiões nos sistemas de classificação, considerando as categorias temáticas, terminologia e estrutura dos sistemas existentes.

A pesquisa revelou que na Classificação Decimal de Dewey (CDD) as religiões supracitadas são sub-representadas, pois as categorias disponíveis não são adequadas para descrever de forma precisa e abrangente essas tradições religiosas, resultando em incoerências e dispersões semânticas. A falta de representação adequada prejudica a recuperação da informação e a compreensão do Candomblé, do Islamismo e da Umbanda uma vez que os termos utilizados nos sistemas de classificação não são capazes de representar a diversidade e especificidade dessas religiões, o que leva a uma compreensão equivocada do seu conteúdo. Os autores ressaltam a importância de desconstruir preconceitos e o viés eurocêntrico nos sistemas de organização do conhecimento, buscando representar de forma mais precisa e inclusiva o conhecimento das religiões de matrizes africanas e brasileiras. Isso envolve superar as

limitações dos sistemas existentes e construir abordagens que valorizem a diversidade cultural e o conhecimento das diferentes comunidades religiosas (Miranda; Costa; Silva, 2021).

A tese intitulada “A representação de Etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal”, de Maria da Graça de Melo Simões (2010), tem como objetivo principal investigar a forma como a Classificação Decimal Universal (CDU) tem abordado a representação da etnia ao longo do tempo. O estudo conduzido pela autora consiste em uma análise abrangente das diferentes edições da CDU, estabelecendo como propósito examinar as mudanças e avanços ocorridos na maneira como a etnia é representada e classificada na CDU.

O maior empreendimento da autora é avaliar a capacidade da Classificação Decimal Universal em representar conceitos complexos e em constante evolução, tanto em termos de seus fundamentos epistemológicos quanto em relação à sua estrutura, buscando analisar até que ponto a CDU possui competências confiáveis para lidar com a representação de conceitos que são intrinsecamente complexos e sujeitos a mudanças ao longo do tempo. Além de destacar as influências sociais, políticas e culturais que influenciaram essas representações, a tese aborda as limitações e desafios encontrados na representação da etnia na CDU, buscando propor caminhos possíveis para aprimorar a abordagem nesse aspecto. O trabalho de Maria Simões desempenha um papel significativo ao contribuir para a compreensão do desenvolvimento histórico da representação étnica na CDU, bem como para a reflexão sobre a importância de uma representação culturalmente sensível e inclusiva na organização da informação.

No Brasil, a dissertação de Suellem Milani (2010) intitulada “Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras” (2010, s.p.) também é um exemplo de como a ética e os vieses fazem parte dos estudos da OC. A autora empreende uma investigação sobre a representação da mulher em linguagens documentárias no contexto brasileiro com um enfoque ético. O estudo enfatiza a importância de considerar as dimensões de gênero na organização e acesso à informação e examina minuciosamente as linguagens documentárias empregadas no processo de catalogação e classificação de documentos com o objetivo de identificar se essas linguagens refletem preconceitos de gênero ou tendem a marginalizar as mulheres, contribuindo, portanto, para uma representação mais justa e equitativa das mulheres nos sistemas de informação.

Nessa mesma direção, o artigo “Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas a gênero e sexualidade em linguagens documentais”, de Fábio Pinho (2017), analisa metáforas presentes em linguagens documentárias relacionadas às questões de gênero e sexualidade. O autor explora como essas metáforas influenciam a representação e o acesso à

informação na Biblioteconomia e Ciência da Informação. A pesquisa de Pinho é considerada pertencente a essa dimensão da OSCC por propor um percurso investigativo para identificar e contextualizar as metáforas utilizadas na construção de sistemas de organização da informação, visando uma compreensão mais crítica e inclusiva.

Com o intuito de provocar maior reflexão sobre a ética no ensino Raimunda dos Santos e Erinaldo Valério (2018) discutem a responsabilidade envolvida no ensino de práticas de organização e tratamento da informação relacionadas à diversidade étnico-racial e de gênero na formação biblioteconômica, defendendo a inclusão dessas questões nos currículos dos cursos de Biblioteconomia. O objetivo das autoras é promover uma formação mais sensível às demandas sociais, refletindo sobre os desafios e possibilidades de abordar essas temáticas no ensino. Dessa forma, visam proporcionar à futura classe profissional conhecimentos que tornem o processamento técnico e atendimento ao público mais inclusivos. Ao propor isso, o trabalho contribui para a discussão sobre a formação profissional em Biblioteconomia, enfatizando a relevância de considerar questões étnico-raciais e de gênero no ensino das práticas de organização e tratamento da informação.

Outro autor que aponta a dimensão ética na Organização do Conhecimento voltada para a religiosidade é Márcio Ferreira da Silva (2018) em sua Tese intitulada “A Questão da Representação das Religiões de Matriz Africana na CDD: Uma Análise Crítica da Umbanda”. A pesquisa tem como objetivo examinar a forma como a Umbanda, uma religião de matriz africana (afro-brasileira), é representada na Classificação Decimal de Dewey (CDD) realizando uma análise crítica dessa representação. Silva (2018) investiga a classificação e representação da Umbanda nos sistemas de organização do conhecimento, com foco na CDD, por ser este um sistema amplamente utilizado em bibliotecas e outras instituições de informação e educação. A análise do autor revela limitações e lacunas na representação da Umbanda na CDD, destacando que as categorias existentes não abrangem toda a diversidade e complexidade da religião, resultando em uma compreensão restrita e equivocada. Com base nisso, o autor propõe recomendações para aprimorar a representação da Umbanda na CDD, incluindo a criação de categorias temáticas, revisão dos termos e sensibilidade às especificidades da religião. Essa pesquisa destaca a importância de uma representação precisa e abrangente das religiões de matriz africana nos sistemas de organização do conhecimento, visando promover a inclusão e o acesso equitativo ao conhecimento religioso.

Em outra direção, Fernanda do Valle Galvão Debetto e Gustavo Saldanha (2023) contribuem para essa dimensão no texto “Transtorno do espectro autista e tautismo: uma

questão de prefixo? Epistemicídio e capacitismo na análise crítica à infocomunicação”, ao qualificarem que o poder da metáfora na organização do conhecimento tem uma longa tradição. Para as autoras, a metáfora é reconhecida como uma ferramenta capaz de mobilizar e construir realidades. Com isso, recorrem à teoria de Emanuele Tesauro que relaciona a metarrepresentação, a semiótica e as práticas metarrepresentacionais na esfera da linguagem, seres, coisas e ações. Ademais, apresentam as possibilidades de uso da metáfora na construção de realidades como na teoria da não-conceitualidade proposta por Hans Blumenberg (2013), autor que critica o conceito revelando os riscos e distorções causados pelo que Debetto e Saldanha chamaram de armadilhas na representação. Crítica que nos leva a compreender o conceito dentro do domínio da metáfora, seus movimentos de socialização no mundo e seus riscos.

Na organização do conhecimento, o papel da metáfora na construção de realidades pode ser observado em estudos sobre gênero e representação, como visto nos trabalhos de Pinho (2010, 2017) e Guimarães, Nascimento e Pinho (2017). Segundo esses autores, a forma como a metáfora atua na demarcação das interações entre ética e inclusão social nas experiências e conhecimentos LGBTQIAPN+ demonstra o impacto da metáfora na ordem dos discursos, políticas e corpos no espaço social.

Sob o entendimento de que catálogos bibliográficos são ferramentas que contêm registros detalhados de obras publicadas, facilitando a busca e recuperação da informação, consideramos que eles se utilizam de princípios e técnicas de Organização do Conhecimento para criar registros consistentes, ao mesmo tempo que a OC se beneficia dos registros bibliográficos para estruturar e relacionar os recursos de informação. Razão que nos leva a incluir aqui o artigo intitulado “A “Bibliografia Lilás: Lesboteca e a Construção de um Catálogo Bibliográfico para Visibilidade Lésbica”, por abordar a criação de um catálogo bibliográfico dedicado à visibilidade lésbica, conhecido como Lesboteca. Para Romeiro e Santos (2020), o objetivo principal era fornecer uma fonte de informação específica que promovesse a representatividade e a visibilidade das experiências lésbicas na literatura. Assim, o trabalho destaca a importância de um catálogo bibliográfico especializado ao reunir obras que abordam questões relacionadas à vivência lésbica, como identidade, afetividade, sexualidade, relações familiares, representações culturais, entre outros temas considerados relevantes. A criação desse catálogo tem como propósito suprir a lacuna existente na representação lésbica nos sistemas tradicionais de organização do conhecimento. Além disso, o estudo aborda a

metodologia utilizada na construção do catálogo, incluindo a seleção de obras, a catalogação e as estratégias de promoção e divulgação.

Em 2021, Romeiro e Santos continuam estudando catálogos bibliográficos no artigo “Bibliografia fora do armário: o que a ciência da informação brasileira revela sobre questões de gênero e dissidência sexual?”. As autorias abordam a representação de questões de gênero e dissidência sexual na literatura científica da Ciência da Informação brasileira com o objetivo de identificar tendências, lacunas e perspectivas de pesquisa. Os resultados revelam uma crescente produção acadêmica sobre gênero e dissidência sexual na Ciência da Informação no Brasil, o que reflete uma maior conscientização e interesse por essas questões no campo. Diante disso, as autorias destacaram a importância de promover maior visibilidade e inclusão das questões de gênero e sexualidade na pesquisa e prática da CI nacional. Isso implica em ampliar a diversidade de perspectivas, incluindo mais sujeitos para promover maior colaboração entre quem pesquisa a temática no campo.

Reconhecendo como urgente essa afirmativa, exploramos neste capítulo a caracterização das diferentes abordagens da Organização Social do Conhecimento (Hjørland, 2008), tendo-se em vista caracterizar e avançar em direção à Organização Social e a Crítica do conhecimento tal como enunciada por Rosana Trivelato. Por meio da caracterização dessas dimensões, examinamos como as estruturas sociais e as relações de poder influenciam a produção, organização e disseminação do conhecimento. Em face disso, entendemos que a organização social desempenha um papel crucial na determinação dos padrões de acesso, representação e distribuição do conhecimento. Ademais, pontuamos que desigualdades sociais como o acesso hegemônico à educação e aos recursos informacionais podem limitar o alcance e a diversidade do conhecimento disponível, perpetuando as assimetrias sociais existentes.

Além disso, as dimensões da OSCC apresentadas evocam a importância de questionarmos as estruturas de poder que modulam o conhecimento dominante. Através das diferentes perspectivas críticas apresentadas, podemos desafiar os discursos hegemônicos e buscar uma gama mais ampla de conhecimentos e perspectivas, incluindo vozes anteriormente sub-representadas nos estudos da OC. Partindo dessa premissa, apresentaremos na próxima seção os marcadores teóricos sobre gênero que amparam nossa pesquisa, privilegiando, nesse movimento, as lentes analíticas da interseccionalidade e da decolonialidade.

3 GÊNERO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL: ARGUMENTAÇÃO TEÓRICO-CRÍTICA A PARTIR DE UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL E DECOLONIAL

Figura 3 - Arte de Elisa Riemer intitulada “Meu corpo, meu gênero... minha sexualidade”.



Fonte: Elisa Riemer na rede social Pinterest, sem data. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/5981411979531430/>. Acesso em: 04 maio 2024.

O propósito central deste capítulo é apresentar gênero enquanto uma construção social, como um conceito que moldado de forma social é definido de maneira arbitrária. Assim, parte do entendimento que Gênero é atravessado pela imposição de estereótipos que são reflexo do patriarcado, situado como um poder que estrutura a sociedade. Para iniciar nossa discussão, optamos por dar espaço à arte, através da colagem artística acompanhada da legenda “Meu corpo, meu gênero... minha sexualidade”, produzida pela artista paranaense Elisa Riemer. A arte de Riemer expõe suas inquietações em relação às questões de gênero e sexualidade e a seleção dessa imagem visa, especificamente, representar as problematizações, referências e diálogos acerca do gênero que serão abordados ao longo do texto.

Ao observarmos a imagem, podemos perceber uma estreita relação entre o corpo e o tempo, ou seja, o corpo inserido no contexto temporal, considerando que os enquadramentos sócio-históricos têm influenciado a cultura ao longo das diferentes épocas. Outra interpretação possível é a conexão com a natureza, especialmente se considerarmos que o gênero já foi concebido como algo atribuído por uma essência ou vontade divina, resultando em uma divisão restritiva do mundo entre homem x mulher; masculino x feminino; força x fraqueza; cisgeneridade x transgeneridade; e muitos outros binarismos que contribuiram/contribuem para interpretações estáticas.

No entanto, o gênero é um assunto que demanda fluidez, assim como as águas. Gênero pode ser comparado a um oceano, uma vastidão que conhecemos superficialmente diante das inúmeras possibilidades. Assim como na natureza, grande parte desse oceano permanece desconhecida para nós, seres humanos. Estima-se que apenas 20% desse oceano, principalmente suas profundezas, tenham sido explorados, compreendidos e reconhecidos pela humanidade. Ao examinarmos mais atentamente a imagem, percebemos que ela carrega diversos elementos simbólicos, retratando a relação entre o corpo, as emoções, a racionalidade, os afetos, as relações sociais e raciais, o território, o sexo e a sexualidade em diferentes contextos temporais e espaciais, sugerindo a ideia de um espectro.

Do ponto de vista científico, um espectro é uma representação das amplitudes ou intensidades dos componentes ondulatórios de um sistema, geralmente relacionados à energia. Essa terminologia mais abrangente estabelece uma conexão entre os diferentes elementos abarcados pelo tema. Portanto, ao considerarmos o gênero como um espectro, chamamos a atenção para suas múltiplas dimensões. Nessa abordagem, percebemos que analisar apenas uma dimensão ou uma categoria específica, como por exemplo o movimento feminista ou o movimento LGBTQIAPN+, seria limitar a compreensão do tema. Por isso, o gênero é visto

como um espectro, socialmente construído e passível de mudanças. Implica, também, em uma noção de inter-relação entre diferentes perspectivas sobre o assunto. É privado, subjetivo, comunitário, político.

A segunda provocação artística evocada é a apresentação da canção “Você não existe” da cantora e performer Potyguara Bardo (2018). O título da música nos provoca a refletir sobre o gênero como uma invenção, como uma indagação sobre as existências e suas subjetividades:

Você não existe e eu também não
 Tudo que tem nessa vida é fruto da imaginação
 A realidade surge na nossa interação
 Suas ideias emanam a luz de toda a criação
 [...]
 A realidade surge na nossa ligação
 Nada é matéria, cê bem poderia tá numa simulação
 (Potyguara Bardo, 2018).

A canção de Potyguara Bardo abraça a noção de que tudo o que percebemos como existente foi inventado, construído e moldado. Assim como algo montado pode ser desmontado ou destruído, também pode ser reconstruído e ressignificado. Quando a artista destaca que a realidade surge da conexão entre as pessoas, ela chama a atenção para a materialidade e para a expressão de uma corporeidade que simula as práticas sociais. Isso é observado na construção social de sujeitos que ainda não possuem autonomia para definir sua própria existência, como a expectativa de ser menino ou menina a criança que irá nascer. A centralidade que enfatizamos aqui é a ideia de “papel de gênero”, uma posição que já foi desconstruída por diversas contribuições que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

Ambas as formas de arte, imagem e música, nos proporcionam uma análise mais aprofundada das questões de gênero que vão além da dimensão da binaridade (relações entre homens e mulheres) e das identidades de sexualidade. Para alcançar esse objetivo, discutiremos não apenas as perspectivas conceituais e históricas, mas também as dimensões socioculturais que influenciam e modulam o gênero na contemporaneidade, incluindo a interseccionalidade e decolonialidade como perspectivas que abrem nossos potenciais interpretativos, construindo e edificando outros percursos de entendimento.

Por se tratar de um tema marcado pelas relações sociais, iniciamos a contextualização do problema partindo da esfera política brasileira, uma vez que diferentes discursos povoam e são responsáveis por produzir inúmeras camadas de representação acerca do tema. Para isso, na subseção 3.1, intitulada “Introduzindo a problematização das questões de gênero: um olhar para a política brasileira no século XXI” apresentamos um panorama sobre as últimas eleições

brasileiras, focando na mediatização das campanhas eleitorais e dos discursos promovidos por políticos com intenção de serem eleitos ou reeleitos. Adicionalmente, a primeira subseção oferece um panorama sobre os instrumentos normativos nos quais gênero foi colocado em discurso desde a constituição de 1988.

Posteriormente, na subseção 3.2 “Enfoque na construção social e na cultura: contextualização dos estudos de gênero e suas interseccionalidades”, são apresentados os conceitos e contextos que contribuíram para a consolidação dos estudos de gênero tanto no âmbito acadêmico quanto nos movimentos sociais. Para tanto, seguimos o percurso histórico que deu forma a esses estudos, considerando-os como valores que orientam as relações sociais. Nesse sentido, a monogamia, a escravidão e a ideia de herança insurgem como “forças” impulsionadoras que solidificaram a criação e expansão desse sistema em nível global. Essa contextualização histórica teve início com o movimento feminista, que apresentou uma abordagem crítico-reflexiva ao englobar a resistência e luta das mulheres. Além disso, são abordados as teorias feministas e os avanços e interseções que caracterizaram as três ondas do feminismo ao longo do tempo.

Complementar a isso, pautamos a interseccionalidade como perspectiva crítica-discursiva que amplia a compreensão das questões de gênero por meio de sua interseção com outros eixos de subordinação. Nesse sentido, apresentamos o conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), juntamente com outras abordagens conceituais como a da pesquisadora brasileira Carla Akotirene (2020), Patrícia Hill Collins e Silma Birge (2021). São exploradas, ainda, as dimensões interseccionais na construção social do gênero, como as relações étnico-raciais, identidades de sexualidade, geografia, condição humana (pessoas com e sem deficiência), etarismo, classe social e violência de gênero, sem esquecer das lutas travadas pelo movimento LGBTQIAPN+, que por meio de reivindicações identitárias, questionou as políticas de sexo e sexualidade, posicionando o gênero como uma construção social performativa. Os estudos gays, estudos lésbicos e a teoria queer são tratados como bases epistemológicas que sustentam essa movimentação na esfera acadêmica. Ademais, damos enfoque aos estudos das masculinidades, considerando-a uma abordagem argumentativa que posiciona e reflete sobre as experiências dos homens também como sujeitos generificados.

A última subseção 3.3, nomeada “Colonialidade de gênero: uma operacionalização da interseccionalidade” aborda a operacionalização da interseccionalidade, destacando a colonialidade de gênero como forma de produção e reprodução de violências presente nas relações coloniais entre nações e povos. São retomados, em face disso, os estudos sobre o

patriarcado e o capitalismo para ilustrar como esse sistema foi transferido para territórios colonizados como o Brasil. Nessa direção, a colonialidade do ser, do saber e do poder é inicialmente apresentada para, em seguida, problematizarmos as relações instituídas entre exploração sexual e relações de gênero, a mestiçagem e o hibridismo social, além da colonização dos corpos por meio da cisgeneridade e da binaridade, que se tornaram imperativos produtores e reprodutores de violência. Por fim, contextualizamos a colonização dos corpos e dos afetos por meio da heterossexualidade e da monogamia, que visam manter heranças e exercer controle social.

Apesar de profundo, convidamos quem nos lê a seguir conosco nesse mergulho.

3.1 INTRODUZINDO A PROBLEMATIZAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÊNERO: UM OLHAR PARA A POLÍTICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Ao concentrar a investigação nos estudos de gênero, assumimos a característica multidimensional da área, haja vista a pluralidade de temas que as questões de gênero envolvem. Se olharmos pelo cenário da política brasileira, especificamente durante as eleições presidenciais de 2010 a 2022, é possível percebermos a posição de centralidade que as temáticas relacionadas a gênero ocuparam nos discursos para as disputas do maior cargo executivo do país.

Por ser mulher, Dilma Rousseff foi tanto ovacionada quanto ofendida. Ser ela a primeira líder do Brasil não foi suficientemente agradável ao contexto político da época, sobretudo ao popularmente conhecido “centrão”, grupo que encorajou o golpe sofrido pela Presidenta em meados do seu segundo mandato. Contudo, antes mesmo da presidenta sofrer o golpe, ela já enfrentava inúmeros desafios. Dilma não tinha governabilidade na Câmara dos Deputados e no Senado, o que a tornou impopular entre os constituintes. Assim, com uma quantidade significativa de oposição no congresso, amplamente inflamada pela mídia, foi percebida a formação de um cenário político não somente injusto, mas profundamente misógino. Simbolicamente, a abordagem contra a presidenta foi violenta a ponto de fazer parte de adesivos de carros⁴⁵, exatamente no local onde veículos automotivos seriam abastecidos, o que interpretamos como uma apologia difamatória sexualizada, na qual a integridade moral foi

⁴⁵ Maiores informações em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/governo-denuncia-adesivo-com-ofensa-sexual-a-dilma,33f5fa7ff225c4a3d42f654bee769de9sgleRCRD.html> Acesso em: 20 jan. 2023.

abalada por uma imagem vulgarizada baseada em um estereótipo de gênero, cenário não experienciado por nenhum dos presidentes anteriores.

Problemática intensificada após o *impeachment*, quando o movimento político reacionário antipetista ganhou popularidade e filiação de novos membros. Movimento este protagonizado por políticos que em outro momento posicionavam-se como aliados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Após o *impeachment*, assumiu interinamente a Presidência da República o vice, Michel Temer e este performava uma imagem de político tradicional, a qual consideramos de interesse de uma elite social que se conforta a partir de uma representação de homem, branco, maduro e conservador.

Outra questão de gênero envolvendo a presidência ocorreu na cerimônia de posse de Temer quando a juventude de sua esposa foi ilustrada como um tipo de troféu pela mídia. É nesse cenário que a Revista Veja⁴⁶ publica, em 2016, uma reportagem intitulada **Bela, recatada e do lar**, referindo-se à primeira-dama Marcela Temer como estereótipo de feminilidade a ser seguido, o que não condizia mais com o perfil de muitas mulheres brasileiras que manifestaram sua indignação e protestaram⁴⁷ contra essa percepção ultrapassada acerca da mulheridade⁴⁸.

Inflamada por um cenário cada vez mais conservador, a representação política brasileira retirou sua agressividade “do armário”, edificando, assim, um cenário reacionário, no qual a política foi disputada de forma polarizada e que teve como principais vítimas as populações em vulnerabilidade. Primeiramente por meio de ataques à abordagem pró diversidade de gênero nas escolas sob a acusação de que haveria uma ideologia de gênero⁴⁹ instigada pela esquerda que ameaçaria a heterossexualidade e a instituição família, configurando-se em um cenário que favoreceu substancialmente a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Ao longo de sua trajetória política, Bolsonaro proferiu diversos discursos atacando grupos sociais vulneráveis como mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes e a população LGBTQIAPN+. Na cerimônia de posse, Bolsonaro disse categoricamente que “as minorias devem se curvar a maioria”⁵⁰, alimentando dessa forma a polarização política que emergiu em

⁴⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 20 jan. 2023.

⁴⁷ Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/bela-recatada-e-do-lar-analises-e-protestos-acerca-do-imaginario-da-mulher-no-contexto-brasileiro/6169> Acesso em: 20 jan. 2023.

⁴⁸ Termo utilizado por Audre Lorde em “Irmã Outsider” (2020) para falar sobre mulheres.

⁴⁹ “No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e subsequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher” (Reis; Eggert, 2017, p. 17).

⁵⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm> Acesso em: 22 jan. 2023.

decorrência do golpe sofrido por Dilma. Nesse contexto, “minorias” referia-se à parcela da população que não votou no então presidente.

Durante a tentativa de reeleição em 2022, Bolsonaro proferiu inúmeros discursos nos quais endossava uma performance masculina heterossexual e viril. Amparado por uma suposta “garantia” de impunidade, devido ao foro privilegiado, o ex-presidente confortavelmente conduziu um discurso eleitoreiro durante cerimônia oficial em comemoração à independência do Brasil⁵¹. Nessa oportunidade, além de comparar sua esposa com a esposa do adversário político, classificando Michele Bolsonaro como princesa e mulher de Deus, o ex-presidente referiu a si mesmo como “imbroxável” e usou essa mesma palavra para puxar um coro durante seu discurso como Presidente da República, verbete que reflete a uma ideia disfuncional/conservadora da virilidade ligada à masculinidade.

Dias depois, Bolsonaro exibiu em seu cercadinho político uma medalha conhecida como medalha dos três “Is” que significa “imorrível, imbroxável e incomível”, demarcando mais uma vez um estereótipo de masculinidade específico a ser seguido por seus admiradores. Um estereótipo falocêntrico, disfuncional/conservador, que é ao mesmo tempo vulgar em sua perspectiva sexualizada e religioso nas alianças, o que facilmente pode ser entendido como uma hipocrisia pois esse tipo de sexualização dos discursos não é considerado bom comportamento pela ética cristã.

Diante dos exemplos citados, tornou-se explícito o quanto as questões de gênero fazem parte do nosso cotidiano. São questões que produzem efeitos e extrapolam o cenário público exposto pela mídia, passando a fazer parte de conversas em outras arenas como a do trabalho, lazer e, também, das reuniões familiares. Machado e Miskolci (2019) corroboram essa observação ao refletirem sobre o papel das redes sociais na política brasileira. Os autores salientam que foi através de uma cruzada moral que o pânico em torno das questões de gênero passou a ser utilizado como estratégia discursiva nas campanhas. Com isso, a chamada ideologia de gênero foi tratada como principal ideal a ser combatida e, para isso, ignorou-se o fato de que a heteronormatividade é por si só uma ideologia de gênero institucionalizada na moral social.

Além dos fatos relacionados à Presidência, as questões de gênero também são amplamente abordadas pelo Poder Legislativo no fazer profissional de deputadas/os/es, senadoras/es e vereadoras/es que tem como função principal a elaboração e a revisão de leis

⁵¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/07/bolsonaro-puxa-coro-de-imbroxavel-e-compara-mulheres-michelle-e-princesa.htm> Acesso em: 22 jan. 2023.

que regem a vida das pessoas e o funcionamento do Estado. No que se refere especificamente às questões de gênero, constata-se que nos últimos 20 anos foram propostos inúmeros projetos e aprovadas algumas leis nas quais as questões de gênero são centrais. Para efeito de exemplificação, citamos alguns desses projetos mais adiante.

Apesar de consideradas centrais, não é possível afirmarmos que as proposições legislativas visam exclusivamente a emancipação das injustiças e opressões de gênero. O que implica assinalar que em alguns desses instrumentos normativos podem ser encontradas propostas tanto para a promoção da equidade e enfrentamento à violência de gênero, alterando inclusive o Código Penal brasileiro, quanto a proibição do assunto gênero nas esferas educacionais, como exposto no projeto “Escola sem partido”.

Conforme afirmado por Gaudêncio Frigotto (2016), propostas com a designação “Escola sem partido” têm ganhado espaço nos âmbitos legislativos municipais, estaduais e federais, sendo adotadas como argumentos políticos por representantes conservadores com o intuito de suprimir a essência da função docente. Seguindo a concepção de Paulo Freire (2014), que curiosamente é criticado pelos proponentes e seguidores da “Escola sem partido”, o ato de educar é compreendido como aquilo que viabiliza estudantes a desenvolverem uma compreensão crítica do mundo ao seu redor. Por outro lado, fundamentalistas do movimento “Escola sem partido” reivindicam a “Liberdade de Ensinar”, enquanto o que está sendo efetivamente combatido e eliminado é justamente essa liberdade, revelando, com isso, um esvaziamento proposital da discussão sobre educação no país. O que anteriormente era uma premissa implícita desde a revolução burguesa – ou seja, a ideia de que é aceitável instruir de forma diferenciada, mas não educar – agora é proclamado como um programa de ação (Frigotto, 2016)

Frigotto advoga, ainda, que a aplicação do projeto “Escola sem partido” opera como um tipo de mordaza a docentes que se opõem a essa ideia que o autor chama de um partido absoluto e único, um partido de um pensamento intolerante com “as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres, etc.” (Frigotto, 2016, p. 12). Além disso, também existem proposições cujo enfoque é a invisibilização das identidades de gênero e sexualidades dissidentes da heteronormatividade sob a justificativa de se tratar de uma ideologia de gênero anti-família, o que aqui é apresentado como pânico moral conforme nos ensinou Rubin (2017), Machado e Miskolci (2019).

Especificamente em relação aos projetos que visam a ampliação e equidade na discussão sobre questões de gênero, serão apresentadas algumas Leis contemporâneas que nos permitem maior compreensão desses instrumentos normativos. A lei nº 11.340/2006 conhecida popularmente como Lei Maria da Penha é considerada um marco para as questões de gênero, notadamente no enfrentamento à violência doméstica, pois:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (Brasil, 2006, *on-line*).

Apesar de referir-se prioritariamente às mulheres (cis ou trans), a referida Lei também amplia a interpretação sobre gênero na medida em que cria mecanismos para o debate de ações integradas de prevenção à violência doméstica e familiar, especialmente nos incisos do Artigo oito que visam coibir a violência a partir de um conjunto de ações da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e ações não-governamentais articuladas, são eles:

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; [...]

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006, *on-line*).

Essas aberturas presentificadas nos referidos artigos encorajam a reflexão e elaboração de ações para debater questões de gênero em diversos níveis que vão desde a educação básica ao ensino superior. Brechas que podem ser utilizadas como justificativa para a inserção de disciplinas sobre questões de gênero e criação de projetos de pesquisa e extensão universitária em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

Cabe ressaltar que a aprovação de um projeto e sua posterior conversão em Lei ou Decreto faz reverberar inúmeros esforços que emergem de demandas populares, ou seja, são impulsionados pela sociedade civil e movimentos sociais e convertidas no interesse de parlamentares em suas campanhas e atuação política. Além da lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), outras oriundas de reivindicações populares foram sancionadas com o intuito de combater a violência de gênero. Citamos como exemplos⁵²:

- **Lei nº 12.015/2009** - trata dos crimes contra a dignidade sexual. Essa legislação estabelece a tipificação e a punição para delitos como estupro, atentado violento ao pudor, corrupção de menores, entre outros. Busca proteger a integridade física e psicológica das vítimas, bem como promover a prevenção, punição e erradicação dos crimes sexuais. A lei também traz atualizações e ajustes em relação ao antigo Código Penal, visando adequar a legislação à realidade social e às necessidades de combate aos crimes sexuais.
- **Lei nº 12.737/2012** - conhecida popularmente como Lei Carolina Dieckman – que criminaliza a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares (Brasil, 2012);
- **Lei do Minuto Seguinte, de nº 12.845/2013** – que oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo Sistema Único de Saúde (SUS), amparo médico, psicológico e social, realização de exames preventivos e informações sobre seus direitos (Brasil, 2013);
- **Lei 12.650/2015** - conhecida como Lei Joana Maranhão – importante especialmente para casos de pedofilia, pois amplia os prazos para prescrição de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes passando a valer após a vítima completar 18 anos. O prazo para denúncia deste tipo de crime aumentou para 20 anos (Brasil, 2015);
- **Lei do Feminicídio de nº 13.104/2015** - prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando o crime for praticado especificamente contra a vítima pela condição de ser mulher (Brasil, 2015);

⁵² Foram citadas leis sancionadas até o final de 2023.

- **Lei nº 13.642/2018** – conhecida popularmente como “Lei Lola”, altera a Lei nº 10.446/2002⁵³ para conferir à Polícia Federal a competência de investigar crimes praticados *on-line* que disseminem conteúdo misógino, envolvendo ódio ou aversão às mulheres. Essa mudança tem como objetivo fortalecer o combate aos crimes virtuais de misoginia, garantindo um ambiente online mais seguro e igualitário (Brasil, 2018).
- **Lei da importunação sexual de nº 13.718/2018** - propõe alterações no Código Penal para incluir a tipificação dos crimes de importunação sexual e divulgação de cena de estupro. Além disso, busca tornar pública e incondicionada a natureza da ação penal para os crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulneráveis. A lei também tem o objetivo de estabelecer causas de aumento de pena para tais crimes, assim como aumentar a pena nos casos de estupro coletivo e estupro corretivo. Como parte dessas mudanças, a lei revoga o dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, a Lei das Contravenções Penais (Brasil, 1941; 2018).
- **Lei nº 13.836/2019** - introduz uma modificação ao artigo 12 da Lei nº Lei Maria da Penha, tornando obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. Essa legislação visa assegurar que a condição de deficiência da vítima seja devidamente registrada e considerada no atendimento e nas medidas de proteção, garantindo uma abordagem mais inclusiva a essas mulheres.
- **Lei nº 13.880/2019** - promove alterações na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), estabelecendo a possibilidade de apreensão de arma de fogo em posse do agressor nos casos de violência doméstica. Essa legislação visa fortalecer as medidas de proteção às vítimas, permitindo que as autoridades competentes apreendam armas de fogo que estejam em posse do agressor, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica (Brasil, 2019).
- **Lei nº 13.871/2019** - promove alterações na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), estabelecendo a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar, bem como aos dispositivos de segurança

⁵³ A Lei nº 10.446/2002 estabelece a competência da Polícia Federal na investigação e repressão de crimes como tráfico de drogas, contrabando, descaminho e delitos cibernéticos, visando fortalecer a segurança e a ordem pública no Brasil (Brasil, 2002).

utilizados por elas. Essa legislação busca garantir que o agressor seja responsabilizado financeiramente pelos danos causados, contribuindo para a proteção das vítimas e para a mitigação dos impactos financeiros decorrentes da violência doméstica (Brasil, 2019).

- **A Lei nº 14.192/2021** - estabelece medidas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Além disso, essa lei promove alterações no Código Eleitoral⁵⁴, na Lei dos Partidos Políticos⁵⁵ e na Lei das Eleições⁵⁶, com o objetivo de abordar os crimes de divulgação de informações falsas durante a campanha eleitoral, criminalizar a violência política contra a mulher e garantir a participação proporcional de mulheres em debates eleitorais, conforme o número de candidatas às eleições proporcionais. Essa legislação tem como propósito promover um ambiente político mais seguro e igualitário, protegendo as mulheres e fortalecendo a democracia (Brasil, 2021).
- **Lei nº 14.245/2021** - conhecida como Lei Mariana Ferrer (Brasil, 2021) – altera o código penal para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade de vítimas e testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso de um processo civil. Destaca-se que esta é a única das leis desse escopo a mencionar o nome da pessoa que inspirou sua criação.
- **Lei nº 14.310/2022** - altera a Lei Maria da Penha para exigir o registro imediato das medidas protetivas de urgência concedidas em favor de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes. Essa mudança tem o objetivo de agilizar a implementação das medidas de proteção, garantindo uma resposta rápida à violência sofrida e fortalecendo a segurança e o bem-estar das vítimas.
- **Lei nº 14.326/2022** - promove alterações na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) com o propósito de garantir tratamento humanitário para mulheres encarceradas que estejam gestantes ou no período pós-parto, assegurando cuidados adequados durante o trabalho de parto, no puerpério e proporcionando assistência integral à saúde da mulher e do recém-nascido. Essa legislação busca garantir a proteção

⁵⁴ A Lei nº 4.737/1965 instituiu o Código Eleitoral no Brasil (Brasil, 1965).

⁵⁵ A Lei dos Partidos Políticos, também conhecida como Lei nº 9.096/1995, estabelece normas e regras para a criação, organização e funcionamento dos partidos políticos no Brasil (Brasil, 1995).

⁵⁶ A Lei das Eleições, também conhecida como Lei nº 9.504/1997, dispõe sobre as normas e regras eleitorais no Brasil, abrangendo diversos aspectos relacionados à realização de eleições, como o registro de candidaturas, propaganda eleitoral, financiamento de campanhas, apuração de votos e outras questões relacionadas ao processo eleitoral (Brasil, 1997).

da saúde e o bem-estar dessas mulheres, considerando as especificidades do período gestacional e pós-parto no contexto prisional (Brasil, 2022).

- **Lei nº 14.540/2023** - institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, em níveis federal, estadual, distrital e municipal. Essa legislação tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas para prevenir e combater o assédio sexual e outras formas de violência sexual no contexto das instituições governamentais. O programa busca criar mecanismos e protocolos para a promoção de um ambiente de trabalho seguro e livre de assédio, além de fornecer orientações, capacitação e suporte às vítimas (Brasil, 2023).
- **Lei nº 14.541/2023** - estabelece a criação e a obrigatoriedade do funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Essa legislação visa fortalecer a estrutura de atendimento às mulheres vítimas de violência, garantindo que haja delegacias especializadas disponíveis e acessíveis a qualquer momento, sem interrupção. A criação e o funcionamento contínuo dessas delegacias têm como objetivo proporcionar um atendimento mais efetivo e sensível às necessidades das mulheres em situação de violência, assegurando um ambiente seguro e acolhedor para denúncias, investigações e acompanhamento dos casos. Essa medida busca reforçar a proteção dos direitos das mulheres e combater a impunidade em relação à violência de gênero (Brasil, 2023).
- **Lei nº 14.550/2023** - promove alterações na Lei Maria da Penha com o objetivo de abordar as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência, bem como a condição do agressor ou da vítima, não excluem a aplicação da referida lei. Essa legislação busca garantir a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha, independentemente das circunstâncias que envolvam o ato de violência, incluindo a motivação e a condição do agressor ou da vítima. Dessa forma, almeja-se assegurar a proteção e o amparo adequados às vítimas de violência doméstica e familiar (Brasil, 2023).
- **A Lei nº 14.542/2023** - promove alterações na Lei nº 13.667/2018, a fim de estabelecer a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Essa legislação visa garantir que as mulheres que enfrentam essa forma de violência recebam atendimento prioritário e

adequado por parte do Sine, com o intuito de facilitar sua reinserção no mercado de trabalho e promover sua independência econômica. Com essa lei, pretende-se fortalecer o suporte e a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, contribuindo para sua autonomia e superação das situações de vulnerabilidade (Brasil, 2023).

- **A Lei nº 14.786/2023** - tem como objetivo principal a criação do protocolo “Não é Não” com a finalidade de prevenir o constrangimento e a violência contra as mulheres, além de proporcionar proteção às vítimas. Essa legislação também estabelece a instituição do selo “Não é Não - Mulheres Seguras” e propõe modificações na Lei Geral do Esporte⁵⁷. O protocolo “Não é Não” tem como propósito combater situações de assédio e abuso, buscando conscientizar a sociedade sobre a relevância do respeito à integridade e à autonomia das mulheres. Por sua vez, o selo “Não é Não - Mulheres Seguras” tem a finalidade de identificar locais e eventos que adotam medidas de segurança e respeito direcionadas às mulheres. No entanto, essa normativa não se aplica a cultos nem a outros eventos realizados em locais de natureza religiosa, o que se configura em uma limitação das ações para a segurança de potenciais formas de assédio e exploração sexual nesses espaços (Brasil, 2023).

A maioria dos casos acima mencionados tiveram como pano de fundo episódios de violência divulgados pela imprensa com repercussão nas discussões sociais. É de fácil constatação que as reivindicações para proteção e ampliação de direitos de mulheres são urgentes, especialmente se relacionados a algum tipo de violência. Constatação que nos permite interpretar que as mulheres estão em uma condição injusta se comparadas à realidade dos homens. Nesse sentido, questionar e repensar estereótipos de gênero torna-se fundamental para o enfrentamento de desigualdades sociais.

Desigualdade também percebida nas vivências impostas e sofridas pela população LGBTQIAPN+ por serem dissidentes da heteronormatividade instituída. Um desses exemplos é a injustiça enfrentada na reivindicação pela união civil homoafetiva que durante muito tempo foi proibida por justificativas morais conservadoras e religiosas, mesmo com a institucionalização do Estado laico. Nesse sentido, motivações religiosas não deveriam impedir a união civil homoafetiva. Pauta que faz parte das discussões parlamentares desde 1995 quando

⁵⁷ A Lei nº 14.597/2023, conhecida como Lei Geral do Esporte, é uma legislação que estabelece normas e diretrizes para a organização e prática de atividades esportivas no país (Brasil, 2023).

a então deputada Marta Suplicy propôs o Projeto de Lei nº1151/1995 (Brasil, 1995) que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo (terminologia usada no projeto), com o intuito de garantir os mesmos direitos patrimoniais e previdenciários que a união civil de pessoas heterossexuais. Projeto que jamais foi aprovado, tendo sido substituído por uma proposta do então relator, deputado Roberto Jeferson, segundo consta no Diário da Câmara dos Deputados de janeiro de 1997 (Brasil, 1997). Proposta aprovada nas comissões da temática, mas nunca outorgada em plenário,

Apenas em 2011, a partir dos esforços do poder judiciário, representado pela Procuradoria Geral da União, Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal que a união civil homoafetiva foi reconhecida em alguns Estados brasileiros. Em 2013, por meio da resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2013), foi proibida em todos os cartórios do País a recusa de celebrar casamentos homoafetivos e a conversão da união estável homoafetiva em casamento.

O reconhecimento da união civil homoafetiva contribuiu para a expansão da interpretação do conceito de família que, por meio desse reconhecimento não está mais centralizado na heteronormatividade. O direito à adoção sem que haja quaisquer impedimentos relacionados à identidade de gênero e sexualidade também pode ser interpretado como um avanço na ampliação do direito à família. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e a Lei da adoção (Brasil, 2017), podem adotar pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, que tenham uma diferença mínima de 16 anos, que não seja irmão nem ascendente da criança ou adolescente que será adotada/o/e. Além disso, devem ser atendidos os requisitos estipulados por profissionais da Psicologia e Serviço Social das respectivas Varas da Infância que intervirão obrigatoriamente em todos os processos adotivos independente da identidade de gênero e sexualidade da pessoa adotante.

Apesar de não haver impedimento para a homoparentalidade adotiva nos instrumentos normativos citados, não era considerado socialmente aceita a adoção por casais homoafetivos. Coitinho Filho (2017, p. 496) explica que isso ocorreu pois “[à] luz desses posicionamentos legislativos e jurídicos estão as estruturas sociais hegemônicas, as quais reificam, a cada geração, a concepção de família a partir do par heterossexual e da parentalidade procriativa”. Nesse sentido, mesmo não havendo impeditivos normativos sobre este tipo de adoção, a aprovação ou negação de uma adoção a uma pessoa ou casal homoafetivo esteve, durante muito tempo sob o filtro de uma moratória social conservadora.

Outra possibilidade para o desenvolvimento de ações socioeducativas referente às questões de gênero consta na Lei nº 12.852/2013 (Brasil, 2013) que Institui o Estatuto da juventude e discute a temática via efetivação do direito à igualdade e diversidade, tal como previsto nos artigos:

- **Art. 18, inciso III** – inclui na formação a inclusão das temáticas étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e violência doméstica e sexual formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública;

- **Artigo 19, inciso IV** - que garante a inclusão dos temas: consumo de álcool, tabaco e outras drogas, saúde sexual e reprodutiva com enfoque de gênero, e direitos sexuais e reprodutivos em projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino (Educação básica, técnica e superior).

Para conseguir que uma reivindicação pautada no interesse de mulheres e da comunidade LGBTIAPN+ seja convertida em direito ou reparação, é necessária uma ampla mobilização social. Especialmente se essas reivindicações questionarem estruturas como a heterossexualidade, a monogamia, a presunção de interesse procriativo e a constituição de famílias nucleares. Nesse sentido, toda reivindicação que venha desses grupos é convertida em reparação de uma injustiça de gênero.

Outra injustiça de gênero reparada a partir da mobilização social que resultou em um instrumento normativo foi a permissão para mudança do nome de pessoas transgênero que passou a ser um direito garantido pela Lei nº 8.727/2016 que “[d]ispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (Brasil, 2016, *on-line*).

No que se refere às medidas de segurança específicas, destacamos que até o momento não existe uma Lei Nacional que tipifique no Código Penal (Brasil, 1940) os casos de violência causados por homo/transfobia. Entretanto, em junho de 2019 foi constatada a omissão do Congresso Nacional por não ter editado e aprovado uma lei que criminalizasse atos de violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Com isso, a corte do Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a morosidade do Congresso para incriminar atos atentatórios à vida de integrantes dessa comunidade, aprovou, por cinco votos a três, o enquadramento da homofobia e transfobia como tipo penal definido na Lei nº 7.716/1989 – Lei de criminalização do racismo (Brasil, 1989) - até que o Congresso Nacional proponha e aprove uma lei específica para a população LGBTQIAPN+.

Proposição que pode demorar a chegar caso a discussão não seja do interesse da maioria dos parlamentares. Cenário desafiador considerando a parcela conservadora das bancadas de direita, especialmente as “bancadas BBB”, popularmente nomeadas assim para caracterizar lideranças pró bíblia (bancada evangélica), bala (bancada que defende o armamento da população) e boiada (bancada ruralista). Bancadas que atualmente têm uma influência expressiva no Congresso Nacional (Silva, 2016).

Atuando nesse cenário e estabelecendo uma estratégia para avançar na solução dessa problemática, o Supremo Tribunal Federal lançou em 2022 uma edição da coleção “Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos” centrada especificamente em informar sobre a ampliação dos direitos dessa população. Assim, o documento intitulado “Direito das pessoas LGBTQIAP+” (Brasil, 2022) orienta sobre o contexto histórico-social que possibilitou a criação de leis e decretos que regulam tanto os direitos dessa comunidade quanto aborda a descriminalização de uniões e práticas sexuais não heteronormativas. O documento justifica a relevância de sua existência no seguinte trecho:

Tanto pela capacidade decisória pautada no Direito como pela institucionalização da cultura do argumento como medida de respeito ao ser humano, o Poder Judiciário tem absoluta relevância na salvaguarda de direitos de valor fundamental. Nessa conjuntura, em março de 2022, foi lançado o Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, com o escopo de tratar a pauta de efetivação de direitos humanos como agenda permanente e prioritária (BRASIL, 2022, p. [8]).

Em função disso, a referida edição do caderno do Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2022) apresenta, além da resolução nº 175/2013 que reconhece a união homoafetiva e a criminalização da homotransfobia via Lei nº 7.716/1989 (Lei contra o racismo), os seguintes instrumentos normativos:

- **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 291 de 2015** – descriminaliza a homossexualidade no âmbito militar, por considerar que fere os direitos básicos definidos pela Constituição Federal ao utilizar termos como “pederastia ou outro” e “homossexual ou não” no Código Penal Militar;
- **Recurso Extraordinário 646.721 de 2017** – dispõe sobre a sucessão em união estável homoafetiva ao reconhecer a inconstitucionalidade da distinção de regime sucessório entre cônjuges e companheiros/as/es;

- **Ação direta de inconstitucionalidade 4.275 de 2018** – reconhece o direito ao nome por pessoas transgênero declarando inconstitucional a proibição da reivindicação desse direito;
- **Recurso Extraordinário 670.422 de 2018** – concede direito ao nome escolhido por pessoas transgênero independente de cirurgias de redesignação sexual ou terapias hormonais, pois reconhece como fundamentais os direitos da pessoa humana, da manifestação da personalidade, intimidade, isonomia, da saúde e da felicidade;
- **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5543 de 2020** – declara inconstitucional a proibição de doação de sangue por pessoas homossexuais;
- **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 461 de 2020** – argumenta sobre o descumprimento de preceito fundamental contra uma Lei municipal (município de Paranaguá-PR) que veda o ensino sobre gênero e sexualidade na educação básica e a utilização desses termos em espaço escolar.

Assim observado, por meio do voto e das ações que movimentam a política, é possível se entender, em múltiplas dimensões, o que pauta determinado contexto político. No que tange especificamente às questões de gênero, percebemos, além dos avanços e conquistas fundamentais mencionados, resistência ao reconhecimento e à ampliação dos direitos de mulheres e da população LGBTQIAPN+, tal como acena os instrumentos normativos e ações exemplificados a seguir:

- **Decreto Nº 10.112, de 12 de Novembro de 2019** – altera o Decreto nº 8.086 (que institui o Programa Mulher: Viver sem Violência) de 30 de agosto de 2013, para dispor sobre o Programa Mulher Segura e Protegida. Esse Decreto desresponsabiliza o Estado em relação à manutenção das Casas da Mulher Brasileira, tornando a agenda objeto de atuação do então Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos que, valendo-se de discursos conservadores como a polêmica frase “menina veste rosa e menino veste azul”⁵⁸ proferida pela ex-Ministra Damarens Alves, camuflou na agenda do ministério ações que poderiam contribuir para o enfrentamento à violência doméstica, dando espaço para ações que pouco contribuíram para a mudança deste cenário como a

⁵⁸ Mais informações disponíveis em: <https://exame.com/brasil/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damarens-em-video/>

proposta de pintar salas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) de rosa⁵⁹ (REVOGADO em 2023);

- **Veto presidencial (Mensagem nº 503, de 6 de outubro de 2021) à ação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214/2021), fruto do Projeto de Lei 4.968/2019 (BRASIL, 2019)** – que dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênico nas escolas públicas, para mulheres apreendidas e apenadas pelo sistema penal, para mulheres em situação de rua ou vulnerabilidade social extrema e internas em cumprimento de medidas socioeducativas (Derrubado em 2022 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado);
- **Redução de mais de 90% da verba destinada ao combate à violência contra mulheres** – Proposta presente no plano orçamentário anual⁶⁰ para 2023, mas que não fizeram parte do documento oficial intitulado Projeto de Lei Orçamentária anual para 2023 PL nº 32/2022 (BRASIL, 2022);
- **Medida Provisória de nº 870/19** – Assinada pelo Ex-presidente Jair Bolsonaro, retirou a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos da organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Em conformidade com o que foi mencionado anteriormente, faz-se evidente que a criação e implementação de instrumentos normativos são resultados de esforços da sociedade civil para reivindicação de direitos fundamentais consoantes à promoção da equidade de gênero. Não obstante, não devemos negligenciar a existência de movimentos resistentes a esses avanços em todos os setores da sociedade, os quais têm apoiado a eleição de representações políticas conservadoras no parlamento e no poder executivo, o que faz recrudescer, sobremaneira, as discussões políticas atinentes a essas pautas ao longo de todo o último governo encabeçado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

A mudança de governo e de representatividade no parlamento também permite a evocação de outras temáticas e outras representações sociais para a esfera política, como a eleição das deputadas transgênero Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP) em

⁵⁹ Conforme na reportagem: <https://oglobo.globo.com/brasil/damares-quer-salinhas-cor-de-rosa-em-todas-as-delegacias-para-atendimento-de-mulheres-1-24100134>

⁶⁰ Mais informações encontradas em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml>

2022, duas parlamentares que, além de incluírem as questões de gênero em seus planos de ação, também participaram de importantes momentos da política brasileira, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) que investiga os atentados do dia 08 de janeiro de 2023⁶¹. Junto a elas, na bancada LGBTQIAPN+ também estão as deputadas Dandara (PT-MG), que declara ser bissexual, e Daiana Santos (PCdoB-RS) que se declara lésbica. Mais informações sobre a representatividade LGBTQIAPN+ podem ser encontradas no portal Vote LGBT⁶², uma organização que atua para aumentar a representação de pessoas LGBTQIAPN+ em diferentes espaços, principalmente na política.

É notório, contudo, o impacto das revogações de projetos de lei, decretos e portarias que não se alinhavam com o atual projeto de governo. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva promoveu 97 revogações de um total de 210 até agosto de 2023, após seus primeiros 200 dias de mandato. Uma dessas ações foi a recriação do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras, por meio da revogação do Decreto 9.883/2019, que estabelecia o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Esse conselho anterior não promovia melhorias nas condições de vida e direitos dessa população, tendo, ao contrário, esvaziado sua agenda durante o período de 2019 a 2022. Outro resultado satisfatório dessas revogações foi a proposta de reconstrução da área de políticas de gênero no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com enfoque na atenção à população LGBTQIAPN+, povos indígenas e quilombolas.

Nesta subseção, analisamos como as questões de gênero foram exploradas pela mídia durante os governos da ex-presidente Dilma Rousseff, dos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, e do atual presidente Lula. Em seguida, examinamos os instrumentos normativos nos quais as questões de gênero foram abordadas, observando que eles variaram entre o apoio às mulheres e à população LGBTQIAPN+ e a resistência às demandas e ampliação de direitos desses grupos. É importante ressaltar que, embora esses instrumentos existam, sua efetiva aplicação no cotidiano não é garantida devido às influências socioculturais que permeiam a concepção de gênero como construção social, tanto a favor quanto contra às diferentes identidades de gênero e ao amplo espectro das identidades de sexualidade. Na próxima subseção, contextualizaremos os Estudos de Gênero na cultura e na ciência, a fim de compreender como essas questões foram abordadas no campo epistemológico, tornando-se tema de estudo cada vez mais presente em diversas áreas do conhecimento.

⁶¹ Para mais informações sobre essa CPMI acesse <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>

⁶² ONG Vote LGBT <https://www.votelgbt.org/>

3.2 ENFOQUE NA CONSTRUÇÃO SOCIAL E NA CULTURA: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E SUAS INTERSECCIONALIDADES

Considerando a sensibilização e a conexão com a realidade princípios orientadores de uma abordagem discursiva e pedagógica, propomos iniciar a discussão sobre gênero evocando um exercício imaginativo inspirado nas obras de bell hooks (2017, 2020) e Romeiro e Silveira (2023). No último trabalho mencionado, foi proposto imaginar duas mulheres sentadas em uma cadeira em períodos diferentes. Uma delas, retratada como branca, estadunidense e cisgênera, personificava a feminilidade de acordo com estereótipos sociais em situação de privilégio. Sua descrição incluía roupas que correspondiam a esses estereótipos e o ambiente em que estava situada era condizente com sua suposta posição financeira privilegiada. Essa mulher era apresentada como um exemplo típico do século XIX, com interesses associados ao papel de gênero que representava. Por outro lado, a segunda mulher foi situada no ano de 2021 e não se encaixava nos estereótipos atribuídos à feminilidade como a primeira. Ela não era branca, não vestia roupas arbitrárias que enfatizavam a feminilidade e estava sentada em seu ambiente de trabalho, um consultório onde atuava como terapeuta.

Na discussão suscitada pelo artigo, direcionamos nossa argumentação a partir da premissa de que as representações e os papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres são moldados por diferentes contextos culturais, dependendo da cultura compartilhada pelo grupo social ou da época em que vivem. Para respaldar essa argumentação, recorreremos a um episódio ocorrido no século XVII durante a “*Women's Rights Convention*” (Convenção sobre os direitos das mulheres), um evento organizado por clérigos com o objetivo de discutir e definir as diferenças entre homens e mulheres, a fim de especificar quais direitos deveriam ser concedidos a estas últimas. Nesse contexto, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, tanto em termos físicos quanto intelectuais, e era comum argumentar que as mulheres deveriam ser “cuidadas” (no sentido de serem tuteladas) pelos homens, que exerciam sobre elas seu “poder paternal”.

Insurgindo contra essa modalidade de compreensão, Sojourner Truth proferiu o discurso emblemático intitulado “*Ain't I a Woman?*” (“Não sou eu uma mulher?”), a partir do qual criticou tanto os problemas inerentes à tutela baseada no poder patriarcal quanto as questões raciais que conferiam direitos distintos para mulheres brancas e negras. Ela enfatizou que as mulheres não-brancas não recebiam cuidado nem gentileza. Embora ambas dessem à luz e compartilhassem características biológicas semelhantes, às mulheres brancas eram reservadas

a gentileza, o cavalheirismo e, ocasionalmente, o amor, enquanto às mulheres negras eram negadas a própria noção de feminilidade (hooks, 2019). O discurso de Sojourner Truth nos permite compreender como as questões de gênero, os papéis sociais associados a essa categoria e suas performances são construções fundamentadas e institucionalizadas pela cultura.

Visando englobar diferentes sujeitos e ampliar as possibilidades de análise e compreensão das diversas realidades sociais, propomos um novo exercício imaginativo que envolve a representação de uma família. Nesse exercício, solicitamos que você visualize duas pessoas adultas e uma criança. Tente imaginar o tipo de vestimenta que cada uma delas está usando. Pense em uma cena específica, como uma sala de estar, e observe a maneira como cada pessoa está sentada. Imagine suas vozes em uma conversa e preste atenção aos gestos que fazem. Tente enquadrar essas pessoas em um contexto determinado: onde elas residem? A qual classe social pertencem? Visualize os elementos (objetos, roupas) que supostamente as distinguem em termos de classes sociais. Concentre-se no ambiente em que essas pessoas se encontram. É um local luxuoso, minimalista ou uma casa típica do subúrbio carioca? Considere também a idade, a origem étnica e a possível ocupação dessas pessoas. Você conseguiu imaginar? Muito bem. Como essas três pessoas foram constituídas em sua imaginação? É fácil supor que todas elas, nesse breve exercício, possam ser apresentadas como pessoas cisgêneras que desempenham papéis de feminilidade ou masculinidade, uma vez que estamos culturalmente inclinados a essa categorização. É possível que tenhamos imaginado que essas pessoas pertencem a uma família nuclear (Oyèwùmí, 2020) sendo a criança descendente desse suposto casal.

Ao situarmos essas pessoas no século XVIII, em uma suntuosa e ampla sala de fazenda no sudeste do Brasil, repleta de obras de arte criadas predominantemente por artistas homens e de origem europeia, presumimos que elas pertençam a uma classe social privilegiada, que sejam de ascendência branca, orientadas para a heterossexualidade e, conseqüentemente, que essas pessoas adotem valores monogâmicos. Imaginamos que uma das pessoas adultas seja uma mulher vestindo um longo vestido que cobre grande parte de seu corpo, enquanto o segundo adulto seja um homem usando um terno. A criança estaria vestida de maneira semelhante a um dos dois adultos. Pressupomos que a mulher exiba traços de delicadeza, provavelmente não esteja envolvida em um trabalho remunerado e que suas mãos revelem dedicação à costura ou à leitura de romances frugais, como um passatempo para preencher seu tempo livre. Intuímos que o homem seja um proprietário de uma fazenda de algodão e que a criança receba aulas em

casa, com o intuito de moldar sua futura representação social, bem como seus gestos performativos.

Se socializada como uma menina, presume-se que ela se vista como sua mãe e aprenda as habilidades que se espera de uma mulher no futuro, como a produção de herdeiros, a administração (mas não a execução) das tarefas domésticas, a capacidade de acompanhar ou obedecer a um homem mais velho da família ou ao futuro marido. Ela aprenderia a agir com delicadeza, a gesticular de forma contida e, na maioria de suas interações, a falar em tom baixo. Se a criança for um menino, ele teria mais liberdade para experimentar outras atividades, inclusive seguindo os passos de seu pai nos negócios e, possivelmente, frequentando uma escola ou universidade no futuro, uma vez que esses espaços eram reservados exclusivamente a eles naquela época. Em nossa imaginação, essa família está acostumada a ser servida em seu cotidiano, explorando o trabalho de outras pessoas sem remunerá-las. Essa família e seus antecessores não abrem mão desse privilégio, acreditando que são merecedores dessa realidade, pois algo em sua aparência e classe social determinou sua sorte, respaldados por uma justificativa divina cristã que reforça essa crença.

Agora, propõe-se uma mudança de contexto para a criação de uma cena que envolve três indivíduos no ano de 2023, residentes na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Os indivíduos são duas pessoas adultas e uma criança, ambas brasileiras. Como hoje a identidade étnico-racial é atribuída por autodeclaração, arbitrariamente enquadrámos suas identidades como pessoas não-brancas, nas quais uma delas tem ascendência indígena, uma é negra de pele retinta e outra birracial de pele mais clara. As pessoas adultas da cena se identificam como pansexuais, ou seja, não limitam seus afetos a um gênero específico e se consideram não-monogâmicos, rejeitando, assim, os estereótipos e padrões sociais da monogamia.

A primeira pessoa descrita veste uma camiseta sem estampa e calça jeans, usando tênis do tipo *All Star*. Não demonstra a necessidade de adotar visualmente estereótipos de feminilidade ou masculinidade, possui cabelos crespos curtos e usa pequenos brincos em formato de argola. Não faz uso de maquiagem e segura uma bolsa de água quente em seu colo para alívio de cólicas menstruais. A segunda pessoa da cena veste uma saia, uma camiseta azul e apresenta uma barba completa no rosto, além de cabelos longos. Está maquiada com batom vermelho e possui unhas longas pintadas de vinho. Apresenta tatuagens coloridas em seu corpo, senta-se com as pernas cruzadas e utiliza alargadores nas orelhas.

A criança veste um macacão do tipo jardineira e uma camisa amarela. Todos estão sentados em uma sala, discutindo sobre a próxima festa de aniversário da criança, que terá como

tema o universo e viagens espaciais. A primeira pessoa imaginada é profissional de Psicologia, atuando no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) no bairro Tijuca. A segunda pessoa da cena trabalha meio período como docente em uma escola de educação infantil e, após o trabalho, desempenha tarefas domésticas devido à sua carga horária fora de casa ser menor do que a da primeira pessoa descrita. A criança frequenta uma escola pública que faz parte de um projeto de desenvolvimento tecnológico, o qual inclui disciplinas de mecânica e robótica em seu currículo pedagógico, inclusive foram essas disciplinas que inspiraram o interesse da criança pelo tema da festa de aniversário. A residência dessas pessoas está localizada no bairro de Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro e está equipada com mobiliário e aparelhos tecnológicos modernos, todos integrados por meio de comandos de voz. Além disso, a sala da cena contém livros, jogos e obras de arte que representam artistas do subúrbio carioca, como reproduções das obras do multiartista Heitor dos Prazeres e um quadro da artista indígena Pataxó Tamikuã Txihí.

Ao fim dessa dinâmica, nos questionamos: o que aproxima e o que distancia as duas famílias representadas? Por que hoje podemos dizer que ambas são “famílias” apesar de tantos elementos diferentes justapostos nos dois cenários? Embora haja muitas explicações para isso, nos concentramos naquelas que desvelam tais enquadramentos pela via da cultura, especialmente em termos das mudanças culturais que atravessamos enquanto sociedade e que amparam a construção dos conhecimentos sobre gênero, sexualidade, arranjos de relacionamentos e performance acionados nesse exercício imaginativo.

Na primeira descrição, os papéis de gênero e classe hegemônicos foram amplamente reforçados, enquanto na segunda descrição esses aspectos não foram considerados, uma vez que nenhuma das pessoas que integram a cena foram rotuladas como homem, mulher, menino ou menina. Na primeira descrição, o acesso ao conhecimento e ao poder estava centralizado nos homens, enquanto na segunda descrição as atividades domésticas e profissionais não foram fixadas em estereótipos específicos. Da mesma forma, o acesso ao conhecimento e a recursos tecnológicos diversos não se restringe a indivíduos de um único grupo étnico-racial ou classe social. Esse fato é possível devido a diversidade de conhecimento científico, empírico e político desenvolvido ao longo do tempo, que ampliou nossa visão para além dos estereótipos que antes faziam parte de nosso imaginário, modulando, assim, a cultura.

Roque de Barros Laraia (2001) explora a construção e a evolução do conceito de cultura ao longo do tempo, buscando explicar em seu livro “Cultura: um conceito antropológico” a natureza e a naturalização da cultura, bem como os mecanismos pelos quais ela opera na

sociedade. A cultura é, porventura, um sistema simbólico compartilhado que tem o poder de moldar o pensamento e o comportamento humano por meio de símbolos como a linguagem, crenças, valores, leis, normas, costumes, rituais e outras formas de expressão simbólica que são transmitidos de uma geração para outra. É importante ressaltar que esses símbolos culturais não são elementos estáticos, mas, sim, dinâmicos, flexíveis e sujeitos a constantes transformações. Laraia destaca ainda que a cultura é etnocêntrica, o que significa que, ao observarmos a cultura de outras pessoas ou grupos em relação à nossa própria, tendemos a mobilizar nossas perspectivas e visões no contexto dessa nova realidade. Como resultado, pessoas de diferentes culturas têm olhares diversos sobre o mundo, o que pode levar a visões desencontradas ou mesmo contraditórias sobre determinados assuntos.

Isso pode ser explicado porque a “cultura” se apresenta, concomitantemente, tanto como “um agente da desordem quanto um instrumento da ordem; um fator tanto de envelhecimento e obsolescência quanto de atemporalidade. O trabalho da cultura não consiste tanto em sua autopropagação quanto em garantir as condições para futuras experimentações e mudanças” (Bauman, 2012, p. [23]). Assim observado, fica nítido que a cultura pode ser construída, legitimada, deslegitimada e transformada de acordo com determinados contextos e interesses.

Justificadamente, definir cultura configura-se como um empreendimento complexo que pressupõe escolhas e demarca posições. Zygmunt Bauman (2012), por exemplo, apresenta 3 (três) possibilidades de entendimento da cultura: como **conceito hierárquico, diferencial**⁶³ e **genérico**⁶⁴. Aqui nos interessa evidenciar seu significado hierárquico para que seja possível, posteriormente, tratar a cultura a partir da sua dimensão como “capital intelectual”. Na perspectiva de Bauman (2012) a cultura pôde ser tratada como um conceito hierárquico porque os referentes que sustentavam essa definição sinalizavam para a ideia de posse. Por conseguinte, as pessoas que “tinham cultura” eram consideradas mais educadas e civilizadas que aquelas que não a possuíam. Distinção que, por sua vez, acentuava estruturas hegemônicas de poder e privilégios, inclusive os étnicos, raciais, de gênero e geopolíticos.

Outro autor que aborda e questiona a dimensão hierárquica da cultura é Roy Wagner (2010) ao apresentá-la como uma construção que revela contextos moldados por relações de poder hegemônicas e estruturas que sustentam formas específicas de desigualdade social. Para Wagner, a cultura é uma invenção que se manifesta por meio de elementos simbólicos capazes tanto de consagrar tradições quanto de promover mudanças e ressignificações. De acordo com

⁶³ Por enfatizar as particularidades e diferenças culturais entre distintos grupos (Bauman, 2012).

⁶⁴ Por entender a cultura como uma capacidade comum a toda a humanidade (Bauman, 2012).

essa compreensão, Wagner (2010) enfatiza que inventamos a cultura para explicar as experiências, vivências e significados que são construídos tanto por nós mesmos quanto pelos outros. Nesse processo, estabelecemos as condições necessárias para a continuidade de qualquer conjunto de convenções culturais, levando em consideração tanto o eu individual quanto a sociedade e o mundo em que estamos inseridos.

Ao considerarmos a cultura como um conceito hierárquico e uma invenção, torna-se relevante discutir as dinâmicas violentas de dominação/submissão que foram perpetradas contra pessoas inseridas em um sistema estrutural de desigualdades conhecido como patriarcado. Para explicar o que isso significa, Gerda Lerner (2019) conduziu um estudo minucioso com o objetivo de investigar o início da história da opressão das mulheres e as razões pelas quais essa opressão histórica se perpetuou em diferentes regiões geográficas ao longo do tempo. A resposta oriunda dessa investigação revelou um processo lento e gradual de quase 2500 anos, durante o qual o patriarcado e tudo o que ele representa foram lentamente instituídos. Essa abordagem desafia a noção de que o sexismo histórico é inato ao expor que o patriarcado é um sistema fundamentado por meio do controle da função sexual e reprodutiva das mulheres. Esse controle coercitivo remonta a uma época anterior à ideia de propriedade privada e, de fato, contribuiu para sua consolidação. Lerner (2019) explica, por exemplo, que antes de qualquer compreensão sobre a participação dos homens na reprodução humana, as mulheres detinham mais poder social, uma vez que se acreditava que apenas elas tinham a capacidade de gerar nova vida. Essa situação mudou drasticamente quando se percebeu que a geração de uma nova vida envolvia a relação sexual entre duas pessoas com aparelhos reprodutivos diferentes.

Foi, portanto, por meio da linguagem, das leis e da formulação de mitos que o patriarcado gradualmente se consolidou de forma a regulamentar a sexualidade seja via instrumentos normativos ou pela cultura. Lerner (2019) descreve alguns dos papéis sociais atribuídos às mulheres ao longo do tempo, dispondo de um vasto detalhamento sobre a importância desses papéis no desenvolvimento das sociedades como na função social das esposas, das concubinas, das deusas e das mulheres escravizadas, todas elas centradas na função de servidão sexual e reprodução, tidas como uma possibilidade de ascensão social (de classe) via sujeição a um patriarca (pai ou marido).

Nesse ínterim, à medida que a propriedade privada, as cidades e os Estados eram fortalecidos, as mulheres foram perdendo o seu poder e antes mesmo do patriarcado se consolidar, já havia vestígios de uma divisão sexual do trabalho injusta para elas. A apropriação

da família patriarcal como unidade básica desse sistema foi responsável por definir de maneira incessante as regras e valores sociais no ocidente (Federici, 2017, Engels, 2020).

Silvia Federici (2017) e Gerda Lerner (2019) fornecem evidências de que o capitalismo e o cristianismo, quando implementados, aceleraram os processos de dominação patriarcal à medida que conquistavam novos seguidores. Ancorados em valores considerados cristãos, como a monogamia, a fidelidade, a castidade e a virgindade, o casamento foi estabelecido como um negócio e um meio de alcançar uma vida “digna”. O casamento e a pertença a uma família patriarcal foram gradualmente consolidados, pois, como os meios pelos quais as sociedades poderiam experimentar poder, formando, assim, uma noção de segurança (Engels, 2020).

Gerda Lerner (2019) reforça, ainda, que a hegemonia masculina sobre sistemas simbólicos assumiu duas formas: a privação do acesso das mulheres à educação e o monopólio sobre sua definição. Essas foram maneiras pelas quais a história foi manipulada em favor do privilégio masculino. No entanto, mesmo reconhecendo esses privilégios, a autora chama nossa atenção para o fato de que, para compreendermos a criação do patriarcado, precisamos retirar as mulheres da posição de vítimas históricas. Isso porque um número significativo de mulheres teve sua parcela de responsabilidade na construção e manutenção dessa estrutura ao formarem alianças que subjugarão outras mulheres e a si mesmas. Em face disso, Lerner (2019) acentua que o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres que ocorreu via repetição de comportamentos e constante adequação estratégica para manutenção “em ritmo e momentos diferentes, em sociedades distintas” (Lerner, 2019, p. 33).

Helleieth Saffioti (2015) complementa a caracterização do patriarcado ao evidenciar o que ela denomina como “nuanças importantes” de serem consideradas. Uma dessas nuances é que esse sistema se fundamenta na forma como os homens asseguram para si e seus dependentes os meios necessários para a produção diária e a reprodução da vida. Para isso, foram estabelecidas hierarquias sociais baseadas em etarismos, classismos e racismos, criando com isso condições interdependentes para definir o destino das mulheres como uma categoria social. Por meio dessa perspectiva, compreendemos – embora discordemos – as razões que historicamente os homens elegeram mulheres de determinado perfil para casar e constituir família (patriarcal), enquanto outras eram procuradas apenas para fins sexuais, sem estabelecimento de quaisquer vínculo ou pretensão de tornar esta relação uma relação monogâmica.

Em continuidade a isso, trazemos o pensamento de bell hooks no livro “Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo” (2020), que tensiona ainda mais a discussão no capítulo

dedicado a refletir sobre o imperialismo do patriarcado. A autora inicia o debate explicando que o patriarcado é essencialmente uma estrutura que privilegia os homens e que homens de diferentes pertencimentos étnico-raciais contribuem para a perpetuação desse sistema. Entretanto, não o fazem da mesma forma, haja vista que, para hooks (2020, p. 165), o “racismo não permitiu uma completa conexão entre homens brancos e homens negros, com base no sexismo compartilhado”. Ou seja, mesmo que exista algum tipo de conexão, o racismo é um elemento que impede uma conexão total, uma vez que os conflitos étnico-raciais muitas vezes se sobrepõem à dominação de gênero.

Diante do contexto apresentado, consideramos que concepções universais acerca do que é gênero, tais como categorizações binárias do tipo homem e mulher, masculino e feminino, foram historicamente naturalizadas no contexto das mais diversas instituições e estruturas sociais. Todavia, apesar de orientarem tanto formas de comportamento quanto instâncias discursivas, elas não são capazes de explicar amplamente a diversidade das existências e relacionamentos humanos, posto que, enquanto uma categorização social, essas concepções de gênero foram concebidas com base em determinações presumidas, pautadas na diferenciação sexual dos indivíduos (Scott, 1995). Com base nisso, nos dedicaremos a responder ao seguinte questionamento: o que significa falar de gênero como uma construção social?

Indagação de natureza complexa, embora não inacessível à compreensão, visto que, assim como todas as entidades existentes, o gênero enquanto manifestação performática também foi inventado e, a partir dessa invenção, foram estabelecidas identidades de gênero e sexualidade empregadas também como estratégias para a aquisição e perpetuação do poder nas estruturas sociais. Ressaltamos que esse poder não se limita exclusivamente ao contexto capitalista, uma vez que as performances binárias de gênero envolvem construções anteriores a esse sistema, como argumentado por Judith Butler (2018), Silvia Federici (2017), Gerda Lerner (2019), Rita Segato (2021) e Geni Núñez (2023).

Como forma de estabelecer um contexto histórico, identificamos que os estudos de gênero emergiram como resultado da luta das mulheres ao organizarem coletivamente suas reivindicações por meio do movimento feminista. Especificamente, fazemos referência à articulação política que se manifestou na Europa no final do século XIX e início do século XX, cujas exigências incluíam o sufrágio (direito ao voto), o acesso à educação e ao trabalho remunerado. Nesse período, o protagonismo das ações estava concentrado em mulheres que faziam parte de uma “elite” social, predominantemente brancas, com o apoio não hierárquico das mulheres empobrecidas e não-brancas.

Situação que nos leva à interpretação de que desde o início das ações, foram observadas assimetrias responsáveis por distinguir os privilégios e vulnerabilidades das mulheres envolvidas. Mais informações sobre isso são apresentadas por Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2019) e Mônica Karawejczyk (2014) ao argumentarem que questões de classe e pertencimento étnico-racial estão presentes nas críticas dirigidas ao feminismo desde os primórdios, uma vez que mulheres não-brancas, empobrecidas e escravizadas eram impostas ao trabalho, porém sem o reconhecimento de direitos civis, trabalhistas, acesso à educação e até mesmo à consideração de sua humanidade, ou seja, sem o reconhecimento delas como sujeitas (hooks, 2020).

Apesar de o sufrágio feminino na Europa e nos Estados Unidos ser comumente considerado como precursor dos estudos de gênero, uma vez que sua conquista possibilitou maior participação das mulheres na esfera pública, é relevante ressaltar que esses debates não se restringiram a esses territórios. De acordo com Monica Karawejczyk (2014), as discussões sobre o sufrágio no Brasil ocorreram em um período semelhante ao europeu, no final do século XIX, durante a transição do império para a república. Nesse contexto, a brasileira Leolinda Daltro destacou-se como uma das principais protagonistas. Além disso, é importante mencionarmos a contribuição intelectual de Nísia Floresta (1989), que publicou a obra “Direito das mulheres e injustiça dos homens” antes de Leolinda Daltro. Essa obra é reconhecida como um marco intelectual nos estudos sobre mulheres no Brasil.

Karawejczyk (2014) defende, também, que o movimento pelo sufrágio feminino no Brasil antecedeu às demandas de movimentos semelhantes nos Estados Unidos. As discussões sobre a possibilidade de conceder o direito de voto às mulheres brasileiras já estavam em andamento no final do século XIX, durante o processo de elaboração da Constituição Republicana. Vale ressaltar que, nessa época, o sufrágio feminino não era reconhecido em nenhum lugar do mundo. Isso estabelece uma distinção em relação a outras nações, como os Estados Unidos, onde a questão só começou a ser debatida no Congresso Nacional na década de 1910.

Nos anos de 1920 diversos movimentos sociais passaram a questionar a república velha e, a partir deles, as questões das mulheres e da classe trabalhadora ganharam cada vez mais visibilidade. No campo intelectual e artístico, a Semana de Arte Moderna em 1922 e a fundação do Partido Comunista do Brasil foram considerados marcos para uma efetiva mudança na organização política e intelectual, o que posteriormente foi revertido em uma ampliação de discussões e reivindicações para ocupação das mulheres nas artes, literatura, ciências e política,

dos quais emergiram Bertha Lutz, Anita Malfatti, Zina Aita, Guiomar Novaes, Regina Gomide Graz, Tarsila do Amaral, Chiquinha Gonzaga, Patrícia Galvão (Pagú), e suas múltiplas vozes pela luta das mulheres.

De fato, a conquista do direito ao voto pelas mulheres no Brasil ocorreu em 1932, por meio do Decreto nº 21.076, assinado por Getúlio Vargas. Posteriormente, esse direito foi incorporado à Constituição brasileira em 1934. Nesse contexto, Antonieta de Barros, uma figura notável na história política brasileira, foi eleita como deputada no estado de Santa Catarina, tornando-se uma das primeiras pessoas negras a assumir um cargo legislativo no país. Sua atuação engajada contra a desigualdade racial e em prol dos direitos das mulheres a torna uma inspiração para muitas outras. Além de sua carreira política, Antonieta de Barros se destacou como professora, jornalista e defensora da educação para todos (Espíndola, 2015).

Paula e Santos (2022) oferecem uma análise abrangente da primeira onda do movimento feminista ocidental, considerando os estudos feministas e a perspectiva lacaniana da psicanálise. As autorias ressaltam a importância de levar em conta o contexto histórico de cada época e as subjetividades envolvidas ao refletir sobre um fenômeno específico. Com base nessa abordagem, é possível compreendermos o feminismo como um movimento social e político que surgiu no final do século XIX com o objetivo de promover os direitos civis, políticos e sociais das mulheres. Esse movimento evoluiu e se adaptou ao longo do tempo, passando da modernidade à pós-modernidade, e adotando diferentes abordagens discursivas, programas e agendas em diferentes lugares, culturas e sociedades.

A filósofa brasileira Ilze Zirbel (2021) entende ser reducionista categorizar que a primeira onda do feminismo se concentra unicamente no sufrágio e complementa que olhar para o movimento apenas sob essa perspectiva o simplifica a apenas um contexto e ponto de vista. Situação que acarretaria no silenciamento de vozes e outras ações de resistência emergentes nessa primeira onda. Reivindicava-se, portanto, a autodeterminação sexual, acesso as profissões e melhores condições de trabalho e ao direito à educação formal, ou seja, uma formação diferente da que costumeiramente era oferecida, orientada para a monogamia e isso inclui os casamentos, geração e criação de crianças. Além disso, desde a primeira onda já se reivindicava uma reforma do direito matrimonial, buscando igualdade de direitos aos bens, responsabilidades no lar e de forma ainda tímida, porém presente, o direito ao divórcio e uma movimentação contra a violência doméstica.

Zorbel (2021, p. 13-14) enfatiza que muitas feministas, em localidades distintas, também estiveram envolvidas em outros movimentos “defendendo causas socialistas ou

liberais, anarquistas, religiosas, higienistas, pacifistas, anti-escravistas”, o que amplia nosso olhar sobre esse contexto sócio histórico. Destacamos, de forma significativa, o protagonismo da polonesa Rosa Luxemburgo na luta de classes, especialmente em sua defesa por mais direitos para as classes trabalhadoras e na busca pela revolução socialista. Luxemburgo era uma crítica contundente do sistema capitalista e argumentava em suas obras que a transformação social deveria ser alcançada por meio de uma revolução liderada pela classe trabalhadora. Além disso, é importante mencionar outra figura de destaque na primeira onda feminista, a jornalista estadunidense Ida B. Wells Barnett, uma mulher negra e feminista, cofundadora da Associação Nacional das Mulheres de Cor (*The National Association of Colored Women*). Ida Barnett defendia o sufrágio como uma estratégia para que mulheres negras se envolvessem na política, elegendo representantes negros.

Posteriormente, na segunda onda, foram ampliadas as reivindicações ao sufrágio para além da Europa, assim como foram ampliadas as ações de luta contra o sexismo tendo como marco a reivindicação pelos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente ligados à concepção, contracepção e aborto legal. Também foi nesse período que emergiram as discussões sobre gênero a partir de uma produção cultural ou questionamento da cultura sexista ao qual aquelas mulheres faziam parte. São discussões comumente demarcadas como ponto de partida a teoria sobre o segundo sexo da filósofa francesa Simone de Beauvoir (2014), que em linhas gerais busca respostas para a pergunta “o que é uma mulher?”, a qual não se obtém uma resposta definitiva, pois, na visão dela, não se nasce mulher, mas torna-se mulher.

Amparada na corrente filosófica existencialista, Simone de Beauvoir tece sua teoria sobre o processo histórico de outrificação da mulher rompendo em absoluto com o essencialismo. Ou seja, superando a crença de que a vida de uma mulher seria determinada pelo sexo biológico, ou ainda, pela crença de que o destino da mulher e do homem eram escritos segundo a vontade de um deus – como o do judaísmo e do cristianismo – cujas representações são baseadas na figura de um pai que cria, cuida e pune quando contrariado.

Zirbel (2021) explica que a segunda onda do movimento feminista é sumariamente atravessada pelo contexto das Guerras Mundiais, especialmente porque nesses contextos as mulheres passaram a ocupar postos de trabalho que antes eram considerados exclusivos dos homens, tais como controle de incêndio (bombeiro/a), condução de transportes (motoristas e maquinistas), na mecânica e na metalurgia, por exemplo. Ocupações que fortaleceram o movimento feminista na medida que a presença delas nesses cargos geraram também a ocupação política e a manifestação do pensamento das mulheres em diferentes instituições e

sistemas governamentais. Um resultado dessas mobilizações é percebido na Declaração Universal de Direitos Humanos ao reconhecer a igualdade entre os gêneros e entre cônjuges⁶⁵. Entretanto, esse avanço não deve ser percebido como uma evolução ou como um processo linear, posto que concomitante às reivindicações por mais igualdade, também crescia o apelo para que mulheres voltassem à condição de submissão, cenário que em muitos contextos deflagrou a acumulação de trabalho, ou seja: permitia-se que as mulheres trabalhassem fora de casa, desde que o trabalho doméstico se mantivesse sob a responsabilidade delas.

A situação resultante, tanto no passado quanto no presente, é caracterizada pela imposição de uma dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho às mulheres, levando-as intencionalmente à exaustão. Isso ocorre como se fosse uma forma de punição pela escolha de sair do ambiente doméstico em busca de autonomia financeira. A ativista feminista Betty Friedan (2020) expôs essa problemática em sua obra “A mística feminina”, ao analisar a insatisfação e o sentimento de vazio vivenciados por muitas mulheres que são privadas da oportunidade de desenvolver todo seu potencial, buscando seus próprios interesses e aspirações.

Foi durante a segunda onda do movimento feminista que ocorreu uma expansão do feminismo para além dos domínios políticos e acadêmicos, manifestando-se também nas formas de arte como música, filmes, peças de teatro e outras expressões artísticas. Zirbel (2021) complementa essa explicação ao destacar que a segunda onda do feminismo foi marcada pela ampliação das demandas das mulheres, que passaram a abordar não apenas questões de gênero, mas também a se conectar com lutas anticoloniais, questionando, dessa forma, o sexismo, a heterossexualidade e o racismo aos quais as mulheres foram submetidas. Nesse contexto, vozes importantes como as da filósofa Angela Davis (2016) e da escritora Audre Lorde (2020) somaram-se à luta feminista. Davis se tornou uma das teóricas mais influentes na abordagem da luta de classes e do antirracismo, enquanto Lorde (2020) tornou-se uma referência fundamental no pensamento lésbico, especialmente do ponto de vista de uma mulher negra.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o período de 1975 a 1985 como a “Década das Mulheres”, o que resultou na organização de diversas iniciativas voltadas para a ampliação dos direitos das mulheres em vários países, incluindo aqueles que estavam sob regimes ditatoriais, como o Brasil. Ilze Zirbel (2021) destaca que entre as pautas da década das mulheres estavam:

⁶⁵ Aqui gênero é percebido como uma perspectiva binária, ou seja, nas existências como homem ou mulher e orientada à monogamia como hegemonia dos afetos.

[o] anticolonialismo, luta anti-racista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos (acesso a métodos contraceptivos, direito a aborto seguro, lutas contra programas de esterilização compulsória de mulheres negras e pobres), violência doméstica, assédio, estupro (Zirbel, 2021, p. 18).

No âmbito do movimento feminista, o objetivo central passou a ser a busca pela libertação da opressão. No entanto, é fundamental reconhecer que as experiências de opressão variam entre as mulheres devido às suas distintas posições sociais e vivências. Para algumas delas, a libertação no contexto da sexualidade representa uma questão central e premente, abrangendo a capacidade de buscar prazer, ter múltiplos parceiros ao longo da vida ou expressar sua orientação não heterossexual. Por outro lado, para outras mulheres, a opressão está principalmente associada ao casamento e ao domínio doméstico, bem como à impossibilidade de buscar educação ou uma carreira profissional. Por sua vez, para as inúmeras trabalhadoras, o cerne do problema reside no sistema econômico capitalista que as explora. Quando essa exploração é agravada pelo racismo como mecanismo de violência, a situação de subalternidade é intensificada ainda mais.

Na terceira onda foram ampliadas as reivindicações sobre o corpo e o direito reprodutivo, entretanto, não restritas a cisgeneridade, ou seja, experiências múltiplas sobre a mulheridade e inclusão da diversidade fizeram parte das pautas. Nesse ínterim, questões de gênero, sexualidade, performance, performatividade e interseccionalidade passaram a fazer parte das discussões acadêmicas e não acadêmicas, ampliando o protagonismo de mulheres negras, periféricas, mulheres cisgêneras e transgêneras no movimento em diversos países (Butler, 2003; Hooks, 2017; Connel; Pierce, 2016; Kilomba, 2019, Romeiro, Silva, 2019).

Não sem razão, o feminismo passa a ser caracterizado por sua heterogeneidade, uma vez que engloba uma variedade de discursos que se entrelaçam no contexto social, levando em consideração diversos elementos como o período histórico, a religiosidade, o pertencimento étnico-racial e econômico em cada nação e cultura. Esses elementos se manifestam de forma não linear, mas rizomática nas diferentes estruturas sociais em que o movimento é invocado. Além disso, o movimento é formado por várias vertentes que estabelecem diálogos e, ao mesmo tempo, apresentam distinções e até mesmo desavenças⁶⁶ entre si. Por essa razão, é apropriado utilizar o termo “movimentos feministas”, no plural, para descrever as diversas formas de expressão e organização social em prol dos direitos das mulheres.

⁶⁶ Tais como as apresentadas pela vertente de feministas radicais que defendem o feminismo trans excludente, nomeadas TERF (*Trans-Exclusionary Radical Feminist*) ou “RadFem” (*Radical Feminists*) (Butler, 2018).

Embora os movimentos feministas sejam comumente explicados em ondas, é importante sublinhar que a transição de um período para outro – ou de uma onda para a outra – não implica necessariamente na superação ou abandono das questões e demandas da onda anterior. Isso ocorre porque os eventos e contextos de determinada época emergem e adquirem intensidade ou novos significados em outros períodos. Essa subdivisão evidencia como os feminismos se adaptam aos diferentes discursos ao mesmo tempo em que influenciam e geram novas formações discursivas. Cada onda do feminismo constrói sobre as conquistas e reivindicações da fase anterior, ao mesmo tempo em que busca expandir e redefinir a luta contra a opressão de gênero. Essa trajetória demonstra a dinâmica dos movimentos feministas, sua capacidade de se adaptar às mudanças sociais e políticas e sua influência na criação de novas formas de discurso e conhecimento, tal como ressaltado por Trivelato (2022) ao defender que a luta das mulheres tem muitos nomes.

Apesar de ter sido o feminismo um dos primeiros movimentos a reivindicar a emancipação das opressões de gênero, este não foi o único. O gênero também é utilizado para questionar as normas sociais que apelam para a heterossexualidade como a sexualidade “correta” e, portanto, aceita. Nesse enquadramento, também merecem destaque as reivindicações dos movimentos gays e lésbicos, pois são eles os principais questionadores da heterossexualidade compulsória, conforme elucidado por Monique Wittig (2022) ao teorizar sobre o pensamento heteronormativo e ao constatar que lésbicas não são mulheres por não corresponderem, em amplo espectro, às expectativas sociais de casamento e procriação. Aspectos também sinalizados por Adrienne Rich (2010), que cunhou o termo “heterossexualidade compulsória”, conceito que explica a naturalização da heterossexualidade nos ensinamentos passados de geração a geração.

A crítica à heterossexualidade também é objeto de investigação de Michel Foucault (2022), um dos filósofos mais influentes do pós-estruturalismo e que denunciou em sua “História da Sexualidade” uma série de questões, incluindo a histerização da mulher como um sujeito que requer contenção e disciplina; a pedagogia do sexo infantil; a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso, este particularmente ligado à homossexualidade.

Em amplo diálogo com Foucault, Judith Butler, no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (2003), escrito em 1990, tece reflexões sobre sexo, corpo e gênero. Para ela, o sexo tem uma história, está vinculado a uma estrutura social tal como o patriarcado, pois “[o] gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de

significado num sexo previamente dado” (Butler, 2003, p. 25). Por consequência, não está relacionado exclusivamente à genitália, o que descredibiliza a dicotomia “sexo x gênero”. Nesse sentido, o sexo e os corpos são reflexos de uma construção social por meio da qual a pessoa foi socializada (como menina ou menino). Ao atentar para isso, Butler crítica a heterossexualidade pois destaca que há estímulos políticos, sociais e religiosos compulsórios para que tal “cistema” seja estabelecido. Sendo assim, a heterossexualidade compulsória se trata de uma estratégia de dominação para controle social e isso impacta na formação ideológica de preconceitos em torno do gênero e sexualidade das pessoas. Nesse sentido, a autora considera que a construção do gênero normativo (homem cis heterossexual e mulher cis heterossexual) é intencional, performativa e produtora de significados. Essa construção explicita que corpos atuam politicamente, seja através da opressão ou resistência, assim, a pessoa que performa fora da conjuntura heteronormativa pode atuar politicamente para subverter a ordem sistêmica, resistindo (Butler, 2003).

As reflexões evocadas nessa subseção nos auxiliam a compreender que gênero não está diretamente conectado ao binarismo, posto relacionar-se a diferentes formas de questionar estruturas que oprimem e direcionam arbitrariamente as pessoas a seguir um caminho heteronormativo, ou seja, voltado à cisgeneridade, monogamia e heterossexualidade. Até mesmo quando se disside a alguma dessas formas de colonização dos corpos e dos afetos, serão mais aceitos os sujeitos que se aproximarem da heteronormatividade por ser essa via considerada um “afrouxamento” das rédeas, entretanto, um afrouxamento que estabelece certos limites entre o que é ou não aceitável pela maioria.

Não sem razão, durante longo período, o conceito de gênero foi empregado nas ciências naturais para distinguir aspectos biológicos (sexo) dos aspectos socioculturais (gênero). A historiadora estadunidense Joan Scott (2012, p. 337), cujas pesquisas têm foco nas mulheres, argumenta que o gênero “não se trata simplesmente de uma questão de biologia versus sociologia. De fato, o conhecimento atual nos indica que é difícil separar o biológico do sociológico, pois essas dimensões estão intrinsecamente interligadas”. Nesse sentido, a autora problematiza as hierarquias e estruturas de poder que permeiam o gênero, em especial aquelas que privilegiam o homem cisgênero, branco e heterossexual no topo da estrutura social em relação aos outros gêneros, sexualidades, pertencimentos étnico-racial e classes.

Em termos conceituais, recorreremos a duas definições de gênero propostas por Joan Scott e Raewyn Connell. Joan Scott (2019, p. 67) apresenta uma definição de gênero baseada em duas proposições. A primeira delas descreve o gênero como elemento constitutivo das

relações sociais ancoradas nas diferenças percebidas entre os sexos. Para explicar essa ideia, Scott discorre sobre quatro aspectos inter-relacionados do gênero, contudo, salientamos que nenhum desses aspectos pode operar de forma isolada, pois estão intrinsecamente ligados entre si, são eles:

- a) Símbolos e representações simbólicas culturalmente disponíveis, que podem ser contraditórios. Um exemplo disso está na representação de Eva e Maria como símbolos da mulheridade, sendo Eva responsabilizada pelo pecado original e Maria uma santa e um modelo de maternidade e subserviência a ser seguido;
- b) Conceitos normativos que correspondem às interpretações dos significados dos símbolos e às suas possibilidades metafóricas. Conceitos esses transmitidos por meio de doutrinação religiosa, educação escolar, ciência, sistemas normativos (leis), entre outros. Tende a abordar gênero por meio de uma oposição binária (masculino x feminino, homem x mulher);
- c) A inclusão da política e das instituições na organização social, com o objetivo de questionar a ideia de gênero como uma entidade fixa;
- d) A identidade subjetiva no processo de formação do sujeito. Scott recomenda que pesquisadoras/es investiguem como as identidades são construídas e relacionem esse processo a uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais, como é feito em algumas biografias.

Posteriormente, Scott (2019, p. 67) introduz sua segunda proposição ao explicar o gênero como “uma forma fundamental de significar as relações de poder”, tomando-a como uma das bases para a problematização, concepção e legitimação do poder político em diversos contextos (temporais e espaciais) devido à intrínseca conexão entre gênero e poder. Joan Scott explica que o gênero, enquanto categoria de análise, oferece uma perspectiva para refletir sobre a realidade social e suscitar novas indagações em um campo que está constantemente em disputa em virtude de sua natureza fluida. Por fim, Scott ressalta que as transformações nas relações sociais estão correlacionadas com as mudanças ocorridas nas representações do poder.

Por sua vez, a socióloga australiana Raewyn Connell (2016, p. 17) amplia essa discussão ao afirmar que o gênero é uma forma de corporificação social que pode ser compreendida tecnicamente como “a estrutura de práticas reflexivas do corpo através das quais os corpos

sexuados são situados historicamente”. Ambos os conceitos, tanto de Scott quanto de Connel são abrangentes, ou seja, não se direcionam apenas a um grupo específico, dado ser aplicável a diversos contextos históricos, uma vez que em todos eles existem pessoas que possuem corpos, e esses corpos produzem significados enquanto as relações entre elas evocam diferentes discursos. Dessa maneira, por se tratar de um conceito amplo, Connel nos ajuda ainda a entender a quantidade de temáticas que as questões de gênero envolvem ao considerar gênero como um assunto “esquisito” por ser:

[...] uma questão de experiência cotidiana, minuto a minuto, para toda a população. Também é tema de uma biblioteca de teorias abstratas, de controvérsias científicas e de confusão teológica. Algumas pessoas pensam que gênero é totalmente fixo, outras pensam que é notadamente fluido. Alguns pensam que gênero é determinado pela anatomia, pelo cérebro ou por hormônios; outros pensam que ele acontece principalmente na linguagem (Connel, 2016, p. 16).

A educadora brasileira Guacira Lopes Louro (2008, p. 18) também considera que a construção social do gênero é “um processo minucioso, sutil, sempre inacabado”. Para ela, família, escola, igreja, instituições de justiça e comunidades médicas desempenham um papel significativo nesse processo construtivo. Com isso, evidenciamos que a pesquisa de Louro reforça a nossa argumentação de que gênero e sexualidade são construções sociais, reconhecendo que essa construção ocorre por meio de diversas aprendizagens e práticas vivenciadas ao longo da vida, posto ser moldada por inúmeras aprendizagens e práticas que ocorrem em diferentes situações, tanto em âmbito público quanto privado, sendo fundamentalmente um efeito cultural de contextos específicos.

Além disso, os estudos sobre sexualidade e identidade de gênero, que vão além da dicotomia masculino-feminino, incluindo as questões de performatividade, performance e direitos civis da população LGBTQIAPN+, têm se expandido, estabelecendo interseções específicas em cada contexto social. Nesse sentido, é relevante destacar a contribuição de Judith Butler (2003, 2018) e Adrienne Rich (2010). Butler trouxe um foco significativo para a não-binaridade no desenvolvimento da Teoria *Queer*, explicando os conceitos de performatividade, performance e cisnormatividade como estruturas de poder. Por sua vez, Rich desempenhou um papel relevante para os estudos lésbicos ao evocar o conceito de heterossexualidade compulsória. Conceito esse que também foi abordado por Judith Butler em continuidade à perspectiva levantada décadas anteriores por Monique Wittig (2022) ao refletir sobre o

pensamento hétero e sobre como as lésbicas não são consideradas mulheres em um mundo que espera delas reprodução humana, cuidado doméstico e familiar.

É importante salientar que o assunto gênero bem como os Estudos de Gênero não estão somente alinhados com as agendas feministas, uma vez que as mulheres, cisgênero ou transgênero, não são as únicas protagonistas dessas discussões. Inclusive, para se compreender diferentes dimensões que o gênero engloba, faz-se necessário generificar também os homens, uma vez que historicamente a binaridade de gênero presente nas categorias homem e mulher nos oferece maior compreensão sobre como o homem foi tornado a norma, o sinônimo de humano e mulheres, pessoas não binárias e agênero posicionados como o outro (Beauvoir, 2014, Romeiro; Silveira, 2023).

Em sua obra mais recente, intitulada “Quem tem medo do gênero” (2024), Judith Butler inicia uma discussão que tensiona o movimento político-cultural contrário à chamada “Ideologia de gênero”, estabelecendo uma associação desse movimento a um tipo de monólito, uma grande estrutura petrificada. A autora observa que o uso desse termo frequentemente carrega um viés conservador, sendo construído e disseminado por aqueles que se opõem ao conceito de Gênero, como uma resposta a pensamentos cristalizados e estereotipados levantados por indivíduos que consideram o gênero como algo abjeto.

Em consonância com as reflexões apresentadas por Joan Scott (2012), Guacira Louro (2008) e Raewyn Connel (2016), acreditamos que Butler (2024) compreende o gênero como um espectro que deve ser observado e debatido discursiva, política, social, histórica e culturalmente a partir de diferentes dimensões conforme podemos observar no trecho abaixo:

Algumas pessoas suspeitam que gênero é uma maneira de discutir a condição de desigualdade das mulheres ou supõem que a palavra seja sinônimo de “mulheres”. Outras pensam se tratar de uma maneira disfarçada de se referir à “homossexualidade”. Outras, ainda, presumem que gênero é uma forma de dizer “sexo”, embora algumas feministas tenham feito a distinção entre as duas coisas, associando o “sexo” à biologia ou à atribuição legal no momento do nascimento e o “gênero” às formas socioculturais do **tornar-se**. Ao mesmo tempo, as feministas e parte dos especialistas em estudos de gênero discordam entre si em relação a quais definições e distinções estão corretas. A miríade de debates em curso a respeito da palavra mostra que nenhuma abordagem para definir ou compreender gênero é dominante (Butler, 2024, p. 9, grifo da autora).

Diante disso, é perceptível que a discussão em torno do gênero está longe de ser concluída, uma vez que ainda existem desafios a serem superados. Consideramos, portanto, ser necessária a realização de conversas em diferentes localidades, centrais ou periféricas desde

que permita a inclusão de diferentes pontos de vista. Por conseguinte, a fim de abranger as diversas nuances do gênero de forma a posicioná-lo como um espectro que inclui a subjetividade das existências (identidades) e a construção dos afetos (sexualidade), evocamos o conceito de interseccionalidade, por ser essa uma das lentes teóricas que atravessa a nossa tese. Trata-se de um conceito essencial para compreender a complexidade das intersecções entre gênero, classe, raça, sexualidade, idade, região e outras perspectivas interpretativas fundamentais para que o assunto seja discutido de forma tanto ampla, considerando as múltiplas vozes a serem incluídas, quanto particular, dada a especificidade de cada realidade.

O conceito de interseccionalidade foi originalmente cunhado e apropriado academicamente para as Ciências Sociais pela advogada e ativista dos direitos humanos Kimberlé Crenshaw (2002). A autora defende a interseccionalidade como uma possibilidade de compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Crenshaw aborda precisamente a maneira pela qual racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades fundamentais que moldam as posições de sujeitos/as a partir de seus pertencimentos étnico-raciais, de classes e outras identidades. Nessa linha argumentativa, a interseccionalidade contribui para as discussões sobre gênero dado ser um conceito que explica como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de diferentes eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento social.

Antes de o conceito de interseccionalidade ser amplamente adotado no cenário acadêmico, a relação entre gênero, raça e classe também havia sido abordada pela Socióloga estadunidense e liderança do movimento negro Angela Davis (2016), pesquisadora que destacou a importância de considerar a classe social, bem como a raça/etnia, no desenvolvimento em diferentes estudos levados a cabo pelas Ciências humanas e Sociais. Davis (2016) investigou as experiências de mulheres não-brancas trazendo reflexões sobre a hipersexualização das mulheres negras originadas durante o período de escravidão. Além disso, deu enfoque ao problema do encarceramento em massa da população negra, bem como destacou a violência do racismo estrutural e da violência sexual como formas de 5. Em nota: ressaltar que a Angela Davis faz uma crítica à interseccionalidade.

Além de Davis (2016), outra autora que também contribuiu para ampliar as análises além das questões de gênero, classe e raça foi a educadora bell hooks. Ela expandiu as possibilidades de interpretação da realidade na prática docente por meio de diferentes ensinamentos. Ao comprometer-se com a pedagogia engajada como estratégia prática para as

discussões em sala de aula, hooks (2020a; 2020b; 2020c; 2021) envolve os estudantes como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem, permitindo que suas experiências individuais sejam compartilhadas e contribuam para a construção do conhecimento. Nesse sentido, diversas subjetividades são trazidas para o centro do debate.

hooks defende, ainda, a diversidade como algo favorável ao assunto em discussão, oferecendo mais de duas possibilidades de interpretação, tanto em relação ao poder quanto aos processos históricos de subordinação. Em seus livros “Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática” (2020) e “Ensinando a comunidade: uma pedagogia da esperança” (2021), hooks reflete de maneira contundente sobre aspectos que interseccionam a experiência humana como feminismo, patriarcado, sexo, amor, pertencimento étnico-racial, colonialidade, espiritualidade e outros atravessamentos. Dessa forma, mesmo sem usar explicitamente o termo “interseccionalidade” em seus textos, sua abordagem teórica e pedagógica solidifica o viés interseccional.

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. [16]) nos auxiliam a pensar, igualmente, de forma simplificada sobre o assunto ao considerarem que a interseccionalidade “é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas”. Para elas, o assunto interseccionalidade passou a ser amplamente discutido no contexto acadêmico, político e social com vistas a ampliar as formas de análise sobre diferentes contextos sociais, sendo inclusive utilizado na elaboração e aplicação de políticas públicas locais e globais. As autoras também destacam que o conceito tem sido acolhido por professores da educação básica, mães e grupos de discussão sobre parentalidade tendo-se em vista promover reflexões sobre a educação e o ensino.

Carla Akotirene (2020, p. 31), por sua vez, complementa essa abordagem ao inferir que a interseccionalidade “exige orientação geopolítica” e por concentrar seus investimentos em uma abordagem centrada no Sul global⁶⁷. A análise de Akotirene concentra-se na realidade das mulheres negras, apresentando uma crítica contundente àquilo que ela denomina de “cisgeneridade branca heteropatriarcal”. Assim, a autora embasa seu ponto de vista evocando deslocamentos epistêmicos que valorizam o conhecimento proveniente de África para a diáspora. Essa abordagem serve como uma lente que nos aproxima da discussão sobre a colonialidade de gênero, tema que será explorado mais adiante.

⁶⁷ Em concordância com Angela Davis, Carla Akotirene oferece uma crítica a apropriação do termo interseccionalidade por investidas neoliberais, sobretudo por considerarem que, se realizada de modo irresponsável, o uso deste aporte teórico pode contribuir para a estigmatização de determinados grupos sociais (Akotirene, 2020).

No livro “Democracia para quem? Ensaio de resistência”, que reúne ensaios de Angela Davis, Patrícia Hill Collins e Silvia Federici (2023), inscreve-se um debate importante sobre violência de gênero, racismo e o mundo do trabalho tencionando alcançar um mundo livre de todas as formas de opressão. Para complementar a discussão, destacamos um trecho do ensaio de Patrícia Hill Collins que faz uma crítica à apropriação do conceito sem uma compreensão adequada do seu verdadeiro significado. Nele a autora ressalta que não vê a interseccionalidade como “uma teoria chique que caiu do céu”, mas sim como uma temática que emergiu a partir de práticas políticas significativas que transformaram a ação social em uma forma de conhecimento.

Nessa perspectiva, a interseccionalidade emerge como um elemento de destaque nas discussões, proporcionando visibilidade às diferentes posições de poder nos discursos. É crucial, portanto, identificar quem enuncia determinado discurso e de qual contexto social essa pessoa fala, pois, conforme elucidado pela filósofa Djamila Ribeiro (2017):

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. No entanto, a posição social que ocupamos nos proporciona experiências distintas e perspectivas diferentes [...]. Ao promover uma multiplicidade de vozes, o objetivo principal é romper com o discurso autorizado e único, que pretende ser universal” (Ribeiro, 2017, [p. 39-40]).

Nesse contexto, a interseccionalidade desafia a concepção de uma única perspectiva dominante e busca ampliar a diversidade de vozes e experiências, reconhecendo que as posições sociais influenciam nossa maneira de enxergar e interpretar o mundo. Conectando a interseccionalidade e o conceito de lugar de fala a gênero, é importante enfatizar que gênero não pode ser percebido como uma forma de evolução, pois o contexto, as linguagens, a cultura e a política estão em constante mudança, o que redefine as disputas em torno dessas questões.

Com base nessa premissa, surge a incerteza quanto à continuidade da conquista dos direitos civis das mulheres e à possibilidade de erradicar completamente casos de feminicídio na sociedade contemporânea. Apesar das medidas adotadas, não se pode garantir a completa erradicação de formas de violência de gênero, tais como estupro, violência doméstica, casamentos precoces e forçados, exploração sexual, tráfico de pessoas e violência contra pessoas LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a implementação de leis de proteção às vítimas e a punição aos agressores, os investimentos em estudos e pesquisas abrangentes sobre o tema, uma maior representação política nos parlamentos e a promoção de discussões transdisciplinares de gênero em instituições educacionais não seriam suficientes isoladamente para resolver a

situação de opressão experienciada por diferentes sujeitos. É imprescindível, para além disso, uma força mobilizadora que olhe as questões de gênero como um espectro e busque soluções integradas para o problema.

Quanto aos sujeitos, é fundamental incluir os homens e as masculinidades nos estudos e nas reflexões sobre gênero em diferentes espaços, sejam eles acadêmicos ou não. Por essa razão a interseccionalidade torna-se uma via discursiva fundamental para olharmos as questões de gênero sob mais de um aspecto. Um exemplo disso foi debatido no artigo intitulado “Categorização das novas masculinidades em ambientes socioinformacionais: reflexões a partir dos estudos de gênero e decolonialidade”, escrito por Romeiro [et al; 2024], no qual foram mencionadas algumas notícias publicadas em diferentes canais de comunicação no ano de 2023 que expõem casos de violência de gênero tendo como ponto de convergência o fato de essas violências terem homens cisgêneros como algozes. Essa realidade é considerada alarmante, pois, ao investigar mais detalhadamente, foi possível observar que a maioria dos algozes compõe um perfil específico de homens cisgêneros, brancos que frequentemente se identificam como heterossexuais (Connell, 2016; Bola, 2021). Nesse sentido, é possível afirmar que diferentes grupos sociais compartilham pautas convergentes, pois têm como premissa a crítica e o enfrentamento do patriarcado, bem como a problematização da cis-heteronormatividade (Butler, 2003; Rich, 2010; Lerner, 2019; Trevisan, 2018).

Além disso, o educador JJ Bola (2021) descreve o patriarcado como um sistema hierarquicamente organizado, uma ideologia que coloca no topo, em uma posição de vantagem e privilégio, o homem cisgênero heterossexual (majoritariamente branco). O autor ressalta que esse sistema foi historicamente construído por meio de mitos e outras formulações culturais, estabelecendo, por meio de diferentes mecanismos, um ideal de masculinidade com o objetivo de impor o que é aceito ou não como comportamento dos homens. Isso resultou, continua resultando e provavelmente continuará sendo um imperativo que solidifica, em ampla escala, a ideia de que ser homem está associada a atributos como virilidade, força, agressividade, poder e controle econômico. Também induz os homens a serem heterossexuais, aspectos que, juntos, caracterizam um padrão de masculinidade. Nesse sentido, qualquer comportamento que dissidente desse imperativo ou que o questione é amplamente atacado, como, por exemplo, as críticas a esse modelo levantadas pelos movimentos feministas, anticoloniais e LGBTQIAPN+ (Connell, 2016; Nuñez, 2023).

Examinar os discursos e comportamentos dos homens por meio do estudo das masculinidades, que de forma simplificada se refere aos modos de ser homem, é crucial para

abordar a violência de gênero de maneira mais efetiva. Segundo Sergio Gomes da Silva (2006), uma chamada “crise da masculinidade” está estreitamente relacionada ao avanço do feminismo e maior visibilidade dos movimentos identitários que defendem a diversidade de gênero e sexualidade. Essa crise emergiu de diversos fatores, incluindo a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a maior visibilidade e pluralidade de identidades de sexualidade não heterossexuais, uma maior preocupação com a estética masculina (metrossexualidade) e uma tentativa de reafirmar a masculinidade hegemônica para preservar o privilégio masculino nas relações sociais. Nessa perspectiva, homens cisgêneros e heterossexuais estariam enfrentando uma crise por não encontrarem formas de refletir sobre sua condição masculina à medida que perdem seu referencial como dominadores, como sujeitos que naturalmente deveriam ter privilégios sociais, somente por serem homens.

Compreendemos que os efeitos dos padrões comportamentais associados à masculinidade hegemônica têm impacto na cultura, na construção da subjetividade, na formação do caráter e no imaginário coletivo (Bola, 2021). Por essa razão, é fundamental examinar os comportamentos que compõem a subjetividade dos homens (Connell, 2016), uma vez que abordagens punitivas isoladas, como estratégias para lidar com a violência, têm se mostrado insuficientes para garantir a não reincidência dos agressores após o cumprimento de suas penas. Isso torna, por exemplo, a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) e o próprio código penal brasileiro (Brasil, 1940) pouco eficazes quando considerados isoladamente.

JJ Bola (2021), ao reconhecer que a maioria dos casos de violência de gênero é cometida por homens e com o objetivo de desmascarar a masculinidade hegemônica, argumenta que a masculinidade não é uma entidade fixa, mas sim um reflexo de construções sociais que orientam as relações entre os gêneros. O autor explica que isso ocorre por meio da formação de crenças rígidas e estereotipadas na idealização do homem e apresenta os dez mitos mais recorrentes sobre a masculinidade. São eles:

1. **O mito do “Homem de verdade”**: refere-se à expectativa socialmente construída sobre como os homens devem ser e agir;
2. **O mito de que os homens são “puro lixo”**: leva os homens a se manterem na defensiva, em vez de questionarem seu comportamento em relação à violência de gênero;
3. **O mito do “cara legal, bonzinho”**: compreendido como o homem que se destaca dos outros e, portanto, merece ser valorizado e diferenciado;

4. **O mito do “Seja Homem”**: uma estratégia de silenciamento emocional dos homens;
5. **O mito do “Claramente gay”**: direcionado a homens que compartilham qualquer tipo de intimidade ou afetividade com outros homens, independentemente de sua orientação sexual;
6. **O mito de que “homem não chora”**: explica a pressão para que os homens mantenham uma postura forte diante das situações, mesmo que isso implique no silenciamento emocional;
7. **O mito de que os homens são mais fortes que as mulheres**: exclui a força como uma característica heterogênea, não exclusivamente vinculada ao gênero;
8. **O mito de que os homens são mais lógicos e as mulheres emocionais**: tem o objetivo de distanciar a vulnerabilidade emocional dos homens;
9. **O mito de que os homens têm mais libido e pensam mais em sexo do que as mulheres**: expõe como o sexo está relacionado ao poder e à dominação física ou psicológica sobre outra pessoa;
10. **O mito de que “meninos são assim mesmo”**: determina as vantagens que os homens teriam por meio da construção e manutenção dos estereótipos de gênero disseminados culturalmente.

Desmascarar a masculinidade hegemônica e promover uma visão mais inclusiva e diversa da masculinidade é essencial para a construção de relações mais equânimes. Isso requer uma reflexão crítica e ações transformadoras em diversos âmbitos da sociedade, incluindo a educação, a mídia, as políticas públicas e as relações interpessoais. Somente assim poderemos avançar na construção de uma cultura que valorize a equidade de gênero e promova o respeito, a empatia e a liberdade de expressão emocional para todas as pessoas. Percebemos com isso que a visibilização de masculinidades negras, de pessoas com deficiência e transmasculinidades tem levantado protagonismos antes silenciados e trazido para a discussão falas de outros lugares, outras existências, entretanto, são, ainda, posicionamentos incipientes, portanto, precisam ser amplificados para a sustentação de um movimento contra hegemônico.

Prosseguindo com a inclusão dos sujeitos nos debates de gênero, é importante incluir as pessoas com deficiência. É necessário, antes disso, fazer um *mea culpa* em relação à produção de conhecimento, pois essa temática só chegou até mim por meio da interação com uma estudante de Biblioteconomia durante a disciplina “Informação e Questões de Gênero”, quando ela questionou a ausência desse tema em nosso programa de ensino. Infelizmente, naquele

momento, eu não tinha respostas para isso, mas agora trago essa reflexão para a tese como forma de reparação. Nesse sentido, reforçamos a importância da construção de uma pedagogia engajada e interseccional com vistas a ouvir o que estudantes têm a dizer, melhorando assim as condições do debate (hooks, 2021)

A visibilidade das pessoas com deficiência nos estudos de gênero e sexualidade é urgente. Conforme evidenciado pela estimativa da Organização Mundial da Saúde, cerca de um bilhão de indivíduos em todo o mundo vivem com algum tipo de deficiência, seja ela física ou intelectual. Ou seja, esse grupo social não deve ser negligenciado, sobretudo quando nos propomos a debater gênero de forma interseccional. Melo e Nuenberg (2012) destacam que pessoas com deficiência frequentemente são subestimadas quando se trata de questões de gênero e sexualidade, argumentando que essas pessoas também têm o direito de ter suas identidades de gênero, desejos e expressões de sua sexualidade respeitados.

Cada vez mais as pessoas com deficiência estão reivindicando seus direitos civis, buscando cargos políticos e exercendo sua capacidade de gerar e criar crianças, apesar dos desafios capacitistas que permeiam a construção de sua subjetividade. Reconhecemos que houve avanços significativos na investigação diagnóstica das deficiências intelectuais e transtornos do desenvolvimento e da personalidade, bem como foram ampliados os tratamentos médicos, terapêuticos e tecnologias assistivas que visam melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Como resposta a essa ampliação de direitos civis, esses avanços possibilitam a inclusão de pessoas com deficiência em diferentes esferas como educação (do ensino básico ao superior), trabalho, lazer, cultura, religião, política e outros, desde que haja acessibilidade, conforme estabelecido no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

No entanto, mesmo com todas essas inovações, não podemos afirmar que o tabu em torno da inclusão tenha sido totalmente superado, nem que essa inclusão seja acessível para pessoas de diferentes classes sociais, origens étnicas, idades e localizações geográficas. O próprio termo inclusão deve ser discutido com cuidado, haja vista que ele não se direciona exclusivamente a pessoas com deficiência, mas sim a diferentes grupos sociais que historicamente foram excluídos do acesso à cidadania, incluindo educação, trabalho, lazer e outros direitos sociais. Em resposta a isso, o termo acessibilidade tem sido associado ao debate de inclusão para ampliar as formas de acesso a diferentes tecnologias e serviços sociais (Espírito Santo; Lobo, 2023)

As desigualdades socioeconômicas e o estigma associado às pessoas com deficiência estão longe de serem efetivamente superados, o que impede uma inclusão verdadeira e

abrangente. Nessa direção, sob uma abordagem interseccional, Moreira, Dias Mello e York (2022) explicam a lógica capacitista – que significa a estigmatização da pessoa com deficiência – como um sistema que estrutura, de maneira disciplinadora, difusa e efetiva, diferentes formas de racionalidade. De acordo com as autoras, essas formas de racionalidade atuam no estabelecimento de autoridades com base em normas corporais capacitistas presentes na linguagem, na corporeidade e em uma moralidade que se reflete nas práticas e nos conhecimentos que buscam corrigir ou defender a correção dos corpos com deficiência.

É inadequado considerar a inclusão sem um investimento contínuo no acesso, uma vez que a inclusão é percebida como uma forma de garantir acesso a políticas públicas. No entanto, na prática, observamos uma falta de continuidade nesse investimento em inclusão. Um exemplo disso pode ser percebido no acesso de pessoas com deficiência à educação, tanto no ensino básico quanto no ensino superior, onde são identificados problemas relacionados à infraestrutura, como a falta de prédios adequados para a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, reconhecemos a falta de investimento na capacitação de docentes para trabalhar com a diversidade de condições apresentadas por PCDs, especialmente no caso de indivíduos com deficiências múltiplas. Isso se deve ao baixo investimento na formação inicial de educadoras/es na criação de ambientes de ensino equitativos para diferentes indivíduos. Com base nisso, deixamos a seguinte questão para reflexão: como ensinar Libras, uma disciplina obrigatória em todos os cursos de Licenciatura e optativa para as demais formações, para uma pessoa cega? Esse é apenas um dos muitos desafios relacionados a essa temática que requerem análises mais aprofundadas para serem respondidos.

Nesta subseção, foi apresentado um panorama histórico, político e social referente às questões de gênero e aos estudos de gênero, abrangendo diferentes dimensões que nos levam a considerar o gênero e a sexualidade como um espectro. Ao reconhecer esses conceitos como espectros, incorporamos as diversas subjetividades, experiências, vivências e outras formas de expressão relacionadas a esse tema mais amplo, alinhando-os às diversas possibilidades de reflexão, com especial ênfase em uma perspectiva interseccional. A seguir, abordaremos o último aspecto de cunho mais teórico a ser considerado nesta tese, que é a discussão do tema gênero enquanto uma construção social sob o viés da decolonialidade.

3.3 COLONIALIDADE DE GÊNERO: UMA OPERACIONALIZAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE

“O primeiro direito de um ser humano é ter um povo”, esta é a epígrafe que abre o capítulo de Rita Segato (2021, p. 165) intitulado “Que cada povo teça o fio de sua história: um diálogo tenso com a colonialidade legislativa “dos salvadores” da infância indígena”. Texto que nos convida a refletir sobre as inúmeras violências e negligências que o Estado brasileiro direcionou aos povos originários desde que este território foi invadido por portugueses em 1500. Segato denuncia as várias violências e estratégias de desinformação utilizadas para difamar as vivências e espiritualidades dos povos indígenas. Violências estas que ainda fazem parte do imaginário de parcela significativa da população não-indígena em estado de alienação inspirada, na maioria das vezes, por discursos cristãos, tal como pôde ser observado em falas e ações da Ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves (2019-2022).

Damares tem uma longa trajetória de ações que desrespeitam às populações indígenas tal como a perversa tentativa de evangelização cristã, considerada por ela uma missão religiosa⁶⁸. Tal proposta tinha como objetivo a suposta luta contra o infanticídio indígena, pauta que a corrente conservadora defende, valendo-se, sobretudo, das igrejas como instâncias de validação discursiva. Essa incessante “caça às bruxas” possui pouca coerência, posto que essa mesma ex-Ministra pediu ao ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro para vetar recursos como leitos de UTI e água potável durante duas grandes crises humanitárias: a pandemia de COVID-19⁶⁹ e o genocídio contra o povo Yanomami⁷⁰.

Ao longo da trajetória brasileira, desde a formação do Estado até os dias contemporâneos, têm surgido diversas iniciativas por parte das comunidades indígenas e seus aliados para reivindicar o acesso à terra e à cidadania. No entanto, devido à escassa representatividade política dos povos indígenas no poder legislativo, que foi amplificada nas últimas eleições, mas ainda se mostra suficiente, as demandas indígenas frequentemente são intermediadas pelo âmbito do direito internacional. Conforme apontado por Yrigoyen (2009) e por Rita Segato (2021), o direito internacional define os povos indígenas como aqueles que descendem de populações pré-existentes aos Estados atuais, preservando, em maior ou menor medida, suas instituições sociais, políticas, culturais ou modos de vida e que possuem consciência de sua própria identidade.

⁶⁸ Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/com-apoio-de-damares-governo-bolsonaro-pagou-missionarios-religiosos-em-terra-yanomami/>. Acesso em: 18 maio, 2024.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/damares-pediu-que-bolsonaro-vetasse-leitos-de-uti-e-agua-potavel-para-indigenas-na-pandemia>. Acesso em: 18 maio, 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/damares-pediu-que-bolsonaro-vetasse-leitos-de-uti-e-agua-potavel-para-indigenas-na-pandemia>. Acesso em: 18 maio, 2024.

Em continuidade a esse contexto, Bragato e Bigolon Neto (2016) ressaltam que, durante o período colonial, políticas indigenistas básicas estavam em vigor, as quais permitiam o acesso à terra desde que as comunidades indígenas fossem consideradas “amigas” da coroa. Nesse período específico, o objetivo era promover uma política integracionista por meio da catequização, casamento ou incorporação como “trabalhadores livres”. Essa política integracionista teve impacto nos códigos civis nos séculos XIX e XX.

Lima (1992, p. 155) explica que, no início do século XX, foi estabelecido o “primeiro aparato de poder governamentalizado destinado a gerenciar a relação entre os povos indígenas, diferentes grupos sociais e demais estruturas de poder”, chamado de Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A filosofia subjacente a essa instituição era a de que ali estavam os “defensores de uma suposta ação salvadora do Estado sobre as populações nativas em território brasileiro”. Embora esse serviço tenha sido apresentado à época como uma estratégia de proteção das comunidades indígenas, na prática, as populações originárias eram tuteladas por uma entidade governamental, sendo consideradas sujeitos em um estado transitório, cujo destino proposto era torná-los trabalhadores rurais ou proletários urbanos. Em outras palavras, buscava-se integrar aqueles que aceitassem compartilhar do projeto civilizatório do governo como “amigos” do Estado.

Em 1928 foi promulgado o Decreto n. 5.484/1928 (Brasil, 1928), com o objetivo de regular a situação das pessoas indígenas nascidas no território nacional, estabelecendo assim a chamada tutela indígena. De acordo com Viegas (2015, p. 37), nesse momento o Estado exerceu “um poder que busca assegurar o controle e a definição das populações indígenas e de seus territórios” por meio de instituições como o SPI, utilizando instrumentos normativos e estabelecendo uma “rede administrativa para governar os indígenas”. Para fins do referido Decreto, os povos indígenas foram classificados no Art. 2º da seguinte maneira:

- 1º, índios nômades;
- 2º, índios arranchados ou aldeados;
- 3º, índios pertencentes a povoações indígenas;
- 4º, índios pertencentes a centros agrícolas ou que vivem promiscuamente com civilizados. (Brasil, 1928)

A classificação presente no sistema de informações brasileiro revela a presença de vocabulários coloniais, como o uso do termo “índio” para referir-se aos povos originários e a palavra “promiscuamente” para descrever as relações entre pessoas indígenas e não indígenas. Essa argumentação, que rotula os não indígenas como “civilizados”, ressalta visivelmente a perspectiva colonialista subjacente aos discursos e práticas hegemônicas de dominação e poder.

Rita Segato (2022) destaca que o olhar pornográfico sobre os povos indígenas foi uma prática dos colonizadores e ressalta que o uso da palavra “promiscuamente” reflete o pacto civilizatório que moldou as relações entre indígenas e não indígenas ao longo da história.

Na Constituição Federal de 1988, código civil em vigência, há o reconhecimento dos povos indígenas como organização social, conforme previsto no Artigo 231, que estabelece o respeito aos seus costumes, línguas, religiosidade, tradições e direitos sobre as terras ocupadas por esses povos. Isso impõe à União o dever de demarcar, proteger e garantir o respeito às pessoas indígenas e suas comunidades (Brasil, 1988). Além disso, o artigo 215 do mesmo instrumento normativo assegura o pleno exercício dos direitos culturais, sendo responsabilidade do Estado proteger as manifestações culturais das populações indígenas e afro-brasileiras, uma vez que essas populações também são reconhecidas como parte do povo brasileiro.

Nesse contexto, as comunidades tradicionais indígenas enfrentam desafios significativos no que diz respeito ao reconhecimento de seus direitos e à preservação de suas culturas. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, a Lei Nº 6.001 de 1973, conhecida como “Estatuto do Índio”, buscou estabelecer diretrizes para a situação jurídica das comunidades indígenas. No entanto, o primeiro artigo dessa lei já apresentava problemas ao estabelecer uma forma de hierarquização social na qual as populações indígenas não eram percebidas de maneira igualitária em relação ao restante da população. Isso pode ser evidenciado no próprio texto do primeiro artigo do Estatuto, que declara: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil, 1973).

O Estatuto do Índio foi concebido como uma tentativa de regulamentar a situação jurídica dessas comunidades e fomentar sua integração à sociedade brasileira. Contudo, é importante notar que o estatuto, apesar de seus propósitos, ainda perpetua a “outrificação” desses grupos ao tratá-los como distintos e não plenamente integrados à teia social. Adicionalmente, ressaltamos a importância de renomear os instrumentos normativos voltados para os povos indígenas, uma vez que o termo “Estatuto do Índio”, além de ser inadequado para se referir a essa população, individualiza a representação social, o que é incoerente considerando que a organização social dessas comunidades é orientada para a coletividade.

Desde a constituição de 1988 houve um grande hiato tanto na demarcação dos territórios indígenas quanto na inclusão desses povos em projetos que de fato os incluíssem nas agendas governamentais. Rita Segato (2021) denuncia esse contexto no texto mencionado acima,

ressaltando, de modo particular, a hipocrisia presente nos discursos cristãos sobre a suposta “luta contra o infanticídio indígena” que, em suma, trata-se de um olhar leviano e enviesado sobre essa população enquanto essas mesmas comunidades cristãs não empenham crítica alguma sobre passagens da Bíblia que reverberam violência como o mandato de extermínio da prole em Levítico, por exemplo.

Em continuidade a isso, ressaltamos que no atual Governo Federal, liderado pelo Presidente Lula, foi percebida uma maior ação em defesa dos povos originários manifestada, sobremaneira, na sua primeira semana como Presidente por meio da criação do Ministério dos Povos Indígenas, atualmente comandado pela Liderança indígena, professora e enfermeira Sonia Guajajara. Como resultado dessa maior visibilidade, percebemos ampliação da mobilização em defesa dos Povos indígenas como, por exemplo, no caso da promulgação da Lei nº 14.701 (Brasil, 2023), que representa uma importante regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal do Brasil, o qual versa sobre os direitos dos povos indígenas ao estabelecer diretrizes específicas relacionadas ao reconhecimento, demarcação, uso e gestão das terras indígenas. Essa lei estabelece procedimentos e critérios para a demarcação dessas terras, garantindo a proteção dos direitos territoriais dos povos indígenas e a preservação de suas culturas. Além disso, a lei visa promover a regularização fundiária das terras indígenas, garantindo maior segurança jurídica.

A nova lei também aborda o uso e a gestão das terras indígenas reconhecendo o direito dos povos originários de utilizarem suas terras de acordo com suas tradições e práticas culturais, garantindo a sustentabilidade ambiental e o respeito aos conhecimentos tradicionais. Além disso, a lei estabelece mecanismos para a participação dos povos indígenas na gestão e no uso dessas terras, buscando promover a autonomia e a autodeterminação dessas comunidades, situação bastante diferente da perspectiva de tutela do ultrapassado Estatuto do índio. Adicionalmente, a Lei nº 14.701 também traz alterações em outras leis relacionadas aos povos indígenas, como a Lei nº 11.460, de 2007 (Brasil, 2007), que trata da assistência técnica e extensão rural para comunidades indígenas, a Lei nº 4.132, de 1962 (Brasil, 1962), que dispõe sobre a política indigenista, e a Lei nº 6.001, de 1973, o “Estatuto do Índio”, que regulava a situação jurídica das comunidades indígenas.

Diante disso, a Lei 14.701/2003 (Brasil, 2003) representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos povos indígenas e na garantia de suas terras e modos de vida. É uma proposta normativa que reafirma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção da diversidade cultural, o respeito aos direitos humanos e a valorização das comunidades indígenas

como parte essencial da identidade e do patrimônio do país, ou seja, como parte do povo brasileiro. Sobre a consideração das populações indígenas como povo, Rita Segato (2021, p. 198) declara ser prioridade “[...] salvar a comunidade onde ainda há comunidade, e salvar o povo onde ainda persista um povo. Porque o direito fundamental de toda pessoa é ter povo, pertencer a uma coletividade”.

Toda essa discussão sobre os instrumentos normativos mencionados é reflexo de intensas mobilizações sociais lideradas por povos indígenas e apoiadas por pessoas não indígenas. Se trata de um movimento contracolonial no qual o protagonismo das ações de resistência aos efeitos da colonização advém de pessoas indígenas. Nessa conjuntura, Nêgo Bispo (2015; 2023) emerge como um intelectual brasileiro que realiza a crítica à colonialidade exaltando a experiência de comunidades tradicionais. Sua atuação como filósofo, poeta, escritor e líder quilombola o coloca como um dos principais expoentes do movimento contracolonial, uma mobilização que visa confrontar os efeitos persistentes da colonização sobre as comunidades indígenas e quilombolas. O movimento contracolonial se configura como uma resposta de resistência às estruturas de poder e às relações de dominação impostas pelo processo de colonização. Seu propósito reside na valorização e fortalecimento das culturas, saberes e identidades das comunidades tradicionais, especificamente indígenas e quilombolas, que historicamente enfrentaram marginalização e opressão.

Sobre o movimento contracolonial, mais claramente sobre o contracolonialismo, Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), explica que:

O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo. [...] Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio. (Bispo, 2023, p. 58 e 59).

Nêgo Bispo explica que o adestramento, ou seja – a subordinação do sujeito por meio de instrumentos coercitivos – e a colonização são ações intrinsecamente semelhantes. Tanto quem adestra quanto o colonizador iniciam um processo de desterritorialização do sujeito adestrado/colonializado, desmantelando sua identidade, o afastando de sua cosmologia, alienando-o de seus elementos sagrados e lhe impondo novas formas de existência, incluindo a imposição de um novo nome, que por vezes representava uma relação de posse entre colonizador e a pessoa colonizada.

Na perspectiva contracolonial indígena, a noção de pertencimento entre a comunidade é manifestada no reconhecimento entre as comunidades. Geni Núñez (2022) explica que uma dessas estratégias de reconhecimento está no uso da palavra “parente” entre a comunidade como forma de evidenciar um tipo de parentesco que se sobrepõe a uma perspectiva genética. Para a autora, o termo parente representa uma forma política e simbólica de designação afetiva sob a justificativa de que os povos originários e seus descendentes habitam a mesma terra, conectados aos rios, matas, animais e ao espírito. Nessa perspectiva, pessoas e natureza possuem uma relação de parentesco.

Ao relacionar essa perspectiva com as questões de gênero, Geni Núñez oferece uma análise mais abrangente, abordando a persistente crença de que o gênero está exclusivamente ligado às mulheres, o que resulta na exclusão dos homens dessa dimensão. Além dessa imposição de desempenho de gênero, é perceptível que, transpondo a cisgeneridade, as pessoas transgênero são vistas como aquelas que possuem essencialmente uma identidade de gênero, enquanto as pessoas cisgênero são consideradas a norma e mais facilmente aceitas devido à sua suposta conformidade com a designação sexual masculina ou feminina e às construções sociais a ela associadas. Para aprofundar ainda mais o debate, a autora amplia esse exemplo de imposição colonial ao destacar a tendência comum de associar características raciais e cor da pele às pessoas não brancas, enquanto as pessoas brancas são consideradas o padrão, o ideal e a referência para a humanidade.

Lia Schucman (2012) também contribui para essa problemática ao argumentar a importância da racialização das pessoas brancas, posicionando a branquitude como um desafio a ser enfrentado. Em complemento a isso, Silva, Saldanha e Pizarro (2018) se dedicaram a distender a compreensão das relações étnico-raciais por meio da análise da branquitude no campo biblioteconômico-informacional. Essa abordagem reconhece a existência de privilégios sociais, políticos e estruturais que colocam as pessoas brancas no topo da hierarquia social. No entanto, as autoras destacam que essas pessoas brancas não estão dispostas a confrontar o racismo, pois isso implicaria renunciar a seus privilégios e explicam que para compreender como uma pessoa se torna racista requer um investimento na compreensão de que as identidades são construídas nas relações sociais e por meio da linguagem no campo das intersubjetividades. Ou seja, a pessoa se constitui e se transforma com base no contexto em que está inserida e na apropriação dos significados socioculturais.

Dessa forma, a análise de Geni Núñez referente à colonialidade e à cisgeneridade, da mesma forma que as abordagens de Schucman (2012) e de Silva, Saldanha e Pizarro (2018)

sobre branquitude contribuem para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais, políticas e estruturais que moldam as relações étnico-raciais e de gênero. Ambas as perspectivas destacam a importância de reconhecer os privilégios e as desigualdades inerentes a essas categorias, bem como a necessidade de promover uma abordagem que desafie e transforme as estruturas opressivas existentes. Nesse sentido, os estudos sobre a branquitude constituem-se como fundamentais para analisar as intersecções que atravessam os conceitos de gênero, pertencimento étnico-racial e território pela lente da crítica à colonialidade.

Ao realizar críticas direcionadas, em especial, à estrutura acadêmica, Geni Núñez revela um impacto significativo dessa tendência na seleção dos grupos de pesquisa, na abordagem adotada e nas pessoas responsáveis pela condução desses estudos. Nesse contexto, o conceito de “lugar de fala” (Ribeiro, 2017) ressurge como uma abordagem teórica que nos coloca dentro do contexto dos estudos sobre a colonialidade de gênero e a decolonialidade. Com base nisso, o conceito de “lugar de fala” é uma forma de posicionar os discursos e reconhecer suas limitações, levando em consideração a identidade daqueles que os enunciam.

Aprofundando a análise no âmbito acadêmico, Aníbal Quijano (2010), um dos pioneiros nos estudos decoloniais na América Latina, propõe uma reflexão sobre o mundo com base em uma contribuição sócio-histórica e conceitual que tem sido negligenciada pelas epistemes dominantes das ciências sociais no Norte Global. O autor questiona diversas abordagens teóricas utilizadas para explicar e justificar os marcadores e as condições associadas à ideia de classes sociais. Quijano argumenta que é necessário e urgente deslocar o foco da perspectiva eurocêntrica das classes sociais a fim de avançar em direção a uma “teoria histórica da classificação social” (Quijano, 2010, p. 93). Esse movimento teria por objetivo questionar os processos de longa duração nos quais os indivíduos competiam pelo controle dos meios fundamentais de existência social.

Em consonância com essa perspectiva, Quijano (2010, p. 68) define a colonialidade como “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”, um sistema que se fundamenta primordialmente na imposição de uma classificação racial. De acordo com o autor, essa classificação resultou na concentração de poder nas mãos de um grupo hegemônico, que impôs sua cultura e estratégias para dominar outros territórios e assim estabelecer relações exploratórias como meio de obter vantagens, seja através de pactos civilizatórios de natureza cultural ou economicamente. Essas práticas contribuíram para a formação das estruturas da colonialidade do poder e do ser, às quais se soma a colonialidade do

saber, que privilegia e consolida determinadas teorias como a das classes sociais, estratégia usada para centralizar a produção de conhecimento no grupo dominante.

Diante dessas considerações, a crítica de Quijano ressalta a imperiosa necessidade de introduzir uma nova abordagem interpretativa da história, capaz de recontextualizar o continente dentro de uma perspectiva global, proporcionando simultaneamente apreensões e representações inovadoras desse mesmo contexto. Ao examinar criticamente as estratégias e estruturas colonizadoras, Anibal Quijano enfatiza a existência de numerosas “revoltas” e movimentos de resistência intelectual contra a forma eurocêntrica de produção de conhecimento. No entanto, ele destaca que essas revoltas só ganharam maior coordenação após a Segunda Guerra Mundial, possivelmente devido à fragilidade experimentada por muitos países considerados dominantes durante os períodos entre as guerras e no pós-guerra. Rita Segato (2021) destaca que o pensamento de Quijano é inovador e poderoso, pois sua análise das estruturas da colonialidade considera a complexidade histórico/estrutural da existência social, evitando a divisão imposta pelo pensamento liberal entre os domínios social, econômico, político e civilizatório. Nesse sentido, pode-se dizer que Quijano abrange todas as dimensões e facetas, resultando em um convite para um debate simultaneamente epistêmico, teórico, ético, estético e político.

Além de Anibal Quijano, Walter Mignolo se destaca como um estudioso influente que contribuiu para fortalecer o debate em torno da colonialidade do poder, especialmente por meio da crítica às estruturas coloniais presentes na produção do conhecimento. Como contemporâneo e interlocutor de Quijano, Mignolo (2020) questiona a relação entre a localização geo-histórica e a produção de conhecimento, contrastando essas dinâmicas com histórias globais, saberes e teorias locais. Ao fazê-lo, argumenta que a geopolítica de dominação-submissão é impulsionada pela estrutura capitalista e patriarcal, uma vez que essa estrutura desempenha um papel determinante no estabelecimento de relações de dependência entre o eu e o outro geopolítico, como é o caso da América Latina.

Frente às teorias percebidas como dominantes, Walter Mignolo problematiza a falta de reconhecimento exibida por várias correntes de pensamento europeias em relação à América Latina, destacando teorias sociais que desafiam o eurocentrismo, como a Teologia da Libertação (na década de 1970) e a Colonialidade do Poder. Embora essas abordagens ampliem a crítica de conhecimento sobre a colonialidade do poder, do ser e do saber, é importante notar que nem Quijano nem Mignolo exploraram amplamente a interseção entre gênero e colonialidade, embora tenham reconhecido a necessidade de problematizá-la. Essa tarefa foi

assumida por outras autorias, como Rita Segato, Dayana Taylor, María Lugones, Geni Núñez, conforme demonstraremos a seguir.

Com o propósito de promover uma reinterpretação da modernidade colonial capitalista, María Lugones (2019, p. 357) elucidou que essa modernidade reorganiza ontologicamente o mundo, dividindo-o em “categorias atômicas, homogêneas e separáveis”. Segundo a autora, essas categorias estabelecem e extrapolam relações de poder na sociedade através de uma suposta interseção entre diferenças. Nesse contexto, Lugones propõe uma ampliação do debate por meio de uma análise aprofundada do sistema colonial de gênero e seus efeitos na modernidade. Além disso, ela apresenta uma subversão a essa estrutura ao utilizar o termo “não moderno” para recuperar a existência de formas pré-coloniais de organização social nas Américas a partir das quais essas comunidades desenvolveram conhecimentos, relações sociais, econômicas, espirituais e ecológicas distintas da visão de mundo moderna baseada em hierarquias categorizadoras. Segundo a autora, essas comunidades valorizavam o cuidado com as pessoas, o grupo e a biodiversidade, contrastando com a lógica destrutiva predominante na modernidade.

Rita Segato, uma das leitoras e críticas mais proeminentes de Quijano, lança reflexões sobre a colonialidade do poder, problematizando o eurocentrismo e defendendo a heterogeneidade como forma plural de existência na qual a hegemonia (política, econômica, cultural) deve ser combatida. Em suas obras, além de abordar as dimensões econômicas, sociais e culturais como impulsionadoras do padrão global de controle do trabalho, que teria facilitado a globalização do capitalismo, Segato expõe uma série de evidências etnográficas que demonstram a gradual conversão do acesso sexual em uma forma de dano ou “mal moral” – como ela chama – que acompanha a intervenção colonial. Esse fenômeno é observado no avanço intrusivo de uma frente “estatal-empresarial-midiática-cristã” sobre o mundo comunitário e coletivista da aldeia (Segato, 2018; 2021).

Ao realizar essa análise, a autora reconhece a miscigenação como projeto de colonização que teve impactos não apenas no “embranquecimento” físico da população e na produção de conhecimento, mas também na perpetuação de diversas formas de violência de gênero, como o estupro, que frequentemente foi utilizado enquanto estratégia de dominação e colonização em diferentes contextos. Nesse sentido, Gení Longhini (2022; 2023) complementa indicando que, para alcançar o objetivo de colonizar o território, além do uso do racismo como método de subordinação, foi necessário empregar outro mecanismo que sustentasse a invasão territorial: a imposição de um sistema sexo/gênero cujo propósito principal era promover a acumulação de

bens e riquezas. Utilizando o cristianismo como estratégia cultural-espiritual de salvação, os colonizadores encontraram meios de colonizar lugares, pessoas e tradições.

A relação entre a imposição do sistema sexo/gênero e a colonialidade pode ser ilustrada por meio de estudos que investigaram a formação do DNA das Américas. Romeiro e colaboradoras (2024) explicam que historicamente, no contexto das Américas, a miscigenação envolveu predominantemente homens brancos e mulheres de origem indígena e africana em termos de parentesco. De acordo com as autoras, os homens indígenas tiveram uma presença pouco expressiva na formação das populações miscigenadas, resultando em uma escassa descendência masculina nessas populações. Fato que está relacionado ao etnogenocídio indígena, resultando na morte desses homens em zonas de guerra, na exploração sexual e escravização de mulheres para o trabalho doméstico, sendo essa a primeira manifestação colonial reconhecida de violência de gênero, conforme argumentaram Silvia Federici (2017) e Geni Núñez (2022).

Dayana Taylor (2013) oferece uma contribuição significativa para a problematização dessas questões. A autora investiga o fenômeno da miscigenação sobre “memória como prática cultural”, considerando-o como um ato de imaginação e uma conexão com a cultura e a história. Taylor (2013) destaca que a paisagem, a cultura, os povos e as pessoas são moldados por práticas sociais violentas que são mutuamente definidas e triplamente codificadas, enraizadas nas relações sociais. Assim, a autora ressalta a opressão racial e de gênero como instâncias que “modulam” a memória cultural. No entanto, é relevante mencionar a afirmação de nossa interlocutora, em que ela observa que:

[...] os corpos que participam da transmissão do conhecimento e da memória são eles próprios produtos de uma determinada taxonomia, de sistemas disciplinares, taxonômicos e mnemônicos. O gênero influencia a maneira como esses corpos participam, assim como influencia a etnicidade (Taylor, 2013, p. 134).

Nos estudos de gênero é comum a problematização dos estereótipos, que inicialmente se baseavam em uma perspectiva binária. No entanto, essa abordagem evoluiu para reconhecer a existência de outras identidades não binárias. A binaridade é apresentada aqui como uma noção de oposição, em que algo é definido como sendo uma coisa ou outra, representando lados opostos, dois mundos desconectados ou territórios onde não se busca estabelecer pontes. Por outro lado, a polarização refere-se à divisão de grupos em extremos opostos, enquanto o binarismo é uma forma de pensamento que classifica o mundo em apenas duas opções opostas.

Embora a polarização possa ser influenciada pelo binarismo, é importante ressaltar que nem toda polarização é necessariamente binária, permitindo assim a existência de nuances e perspectivas intermediárias (Borba; Ferreira; Silva; Amorim, 2024).

A partir desse contexto de representação foram estabelecidos arquétipos nos quais o feminino foi associado à escuridão, à terra e à procriação, enquanto o masculino foi vinculado à iluminação, ao céu, às guerras e à glória. Consciente disso, Diana Taylor destaca que, por muito tempo, as mulheres foram vistas como veículos ou objetos de transmissão não apenas da vida por meio da procriação, mas também da preservação de “bens culturais específicos” (Taylor, 2013, p. 137). Isso condicionou a percepção das mulheres como responsáveis pela produção de mão de obra (no caso das mulheres empobrecidas) ou herdeiras (no caso das mulheres financeiramente abastadas). Nesse sentido, a miscigenação gerou dois horizontes distantes em relação às identidades étnico-raciais, uma vez que rompeu o senso de pertencimento de pessoas que não se reconheciam nem foram reconhecidas em um grupo específico ou originário de forma enraizada.

Ao definir um lugar central para a problemática da miscigenação em seus estudos, Diana Taylor estabelece uma distinção entre dois conceitos que, segundo ela, não devem ser tratados como sinônimos: miscigenação e hibridismo. De acordo com Taylor, embora ambos os conceitos evoquem imagens de reprodução nos contextos humano e botânico, a miscigenação se refere especificamente a relacionamentos heterossexuais inter-raciais que são fundamentados em dinâmicas de poder desiguais e frequentemente envolvem violência sexual, como o estupro. Por outro lado, o hibridismo diz respeito ao enxerto deliberado de entidades díspares, como um projeto para constituir o “outro” (Taylor, 2013).

É notável a maneira pela qual a botânica tem servido, ao longo do tempo, como uma metáfora para processos classificatórios. Essa utilização metafórica se manifesta principalmente na denominação e hierarquização das espécies, mas também se estende de forma significativa ao campo das classificações sociais. Nesse sentido, é relevante ressaltar que Aníbal Quijano (2010) fundamenta sua teoria na noção de colonialidade do poder, destacando que a classificação social das classes e de suas identidades resulta em uma expressão profunda e duradoura da colonização. Essa perspectiva crítica também se reflete nas contribuições de Lugones para os estudos de gênero e decolonialidade, as quais podem ser compreendidas por meio da crítica direcionada à concepção binária de gênero, limitada às categorias de homem e mulher.

Lugones destaca a presença de outros gêneros nas sociedades tradicionais latino-americanas, o que constitui uma importante contribuição em suas obras. Essas contribuições são fundamentais para a proposição de um pensamento insurgente capaz de reconfigurar as estruturas sociais e romper com os ideais colonizadores. A autora argumenta que a concepção binária de gênero é intrinsecamente violenta, uma vez que impõe uma definição oficial de sexo e atribui com base nos genitais o gênero ao qual uma pessoa deve se conformar e se comportar. Essa imposição resulta em opressões e violências, restringindo a liberdade e a expressão daqueles que não se enquadram nos padrões binários estabelecidos.

A partir dessa perspectiva, a colonialidade inventou, em estreita interconexão com o patriarcado e com o apoio de denominações biológicas, uma interpretação de gênero que relaciona o pênis como pertencente ao homem e a vagina como referência do feminino. Ao fazer isso, esse sistema não reconhece, por exemplo, as pessoas intersexo – com genitália ambígua – e estabelece que os corpos intersexuais devem ser corrigidos cirurgicamente, postulando que as expressões diferentes do padrão – o sexo oficial – de cada gênero devem ser tratadas como deformidades e sujeitas à “exploração/dominação capitalista global eurocentrada” (Lugones, 2020, p. 72). Em complemento a isso, Ilana Löwy (2019, p. 131) explica que pessoas intersexo:

[...] desafiam nossas certezas sobre o caráter “duplo e sexuado” da humanidade e sobre a estabilidade das categorias “homem” e “mulher”. Daí vem a tendência a perceber como uma urgência social as crianças nascidas com órgãos sexuais que não permitem uma classificação imediata e unívoca como menino ou menina. A necessidade imperativa de alinhar corpos com categorias sociais legitima a cirurgia corretiva precoce e os tratamentos hormonais para estas crianças (Löwy, 2019, p. 131).

Lugones (2020) e Löwy (2019) evidenciam que, durante muito tempo, os indivíduos intersexuais foram considerados “erros da natureza” juntamente com outras pessoas que possuíam características físicas incomuns. No entanto, a partir do século XIX, os médicos começaram a perceber a intersexualidade como um fenômeno que poderia fornecer informações significativas sobre a sexualidade humana. Essa mudança de perspectiva refletiu uma evolução no entendimento médico da intersexualidade, que passou a reconhecer a variação natural nas características sexuais e a desafiar a visão binária estrita de sexo e gênero. No entanto, é importante ressaltar que essa mudança de perspectiva médica também foi marcada por estereótipos e múltiplas violências. De acordo com as autorias citadas, as pessoas intersexo foram tratadas como objetos de estudo, sem considerar plenamente suas existências,

experiências e necessidades individuais. Diante disso, ressaltamos que a abordagem médica frequentemente se concentrou na normalização dos corpos intersexuais por meio de cirurgias e terapias hormonais com o objetivo de adequar esses corpos ao binarismo de gênero.

Portanto, é crucial adotar uma abordagem respeitosa, inclusiva e centrada nas experiências e direitos das pessoas intersexuais. A intersexualidade não deve ser reduzida a uma mera curiosidade científica, mas, sim, reconhecida como parte da diversidade humana e como uma questão de direitos humanos e justiça social. O entendimento da intersexualidade como uma variação natural da sexualidade humana é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e atenta às complexidades biológicas e do gênero enquanto uma construção social.

Considerando o conjunto de marcadores sócio-históricos aqui apresentados, é possível compreendermos que as relações moldadas pela colonização e pela colonialidade de gênero são estruturalmente condicionadas por meio de processos violentos (Connell, 2016; Löwy, 2019, Segato, 2021). Isso ocorre devido às práticas colonizadoras que influenciam a construção de identidades sociais, tanto por meio da imposição de relações sociais hegemônicas quanto pela disseminação/imposição de uma cultura comum.

A análise desses aspectos em Abya Yala, nome dado ao território das Américas antes da colonização, foi realizada seguindo um roteiro sistematizado com base na leitura de Nêgo Bispo (2015; 2023), Ilana Löwy (2019), Geni Núñez Longuini (2018; 2022; 2023); María Lugones (2020); Franciéle Garcês-da-Silva (2020) e Rita Segato (2021). Nesse sentido, os estudos dessas autorias forneceram uma base teórica e conceitual capaz de tensionar e amplificar a compreensão dos processos coloniais e seus efeitos na construção das identidades de gênero e nas relações sociais na região de Abya Yala, conforme será demonstrado a seguir:

- a) exploração e divisão territorial;
- b) genocídio dos povos originários;
- c) colonialidade do ser, do saber e do poder – incluindo os processos de catequização e escravização, a definição do catolicismo como religião oficial e a imposição do calendário católico;
- d) a obrigatoriedade do idioma do colonizador como oficial e a definição dos sujeitos de direito (majoritariamente homens brancos);
- e) ocupação do território, privatização da terra e instauração das monoculturas;

- f) classificação binária de gênero por meio da consolidação de estereótipos sociais (o que significa ser homem e mulher) e a exploração sexual, reprodutiva e do trabalho doméstico não remunerado das mulheres;
- g) a criação da propriedade privada, da herança e, conseqüentemente, a valorização da família nuclear (cisgênera) e da monogamia como prática socialmente aceita;
- h) a naturalização da heterossexualidade (para estimular a produção de herdeiros e mão de obra); e,
- i) a condenação e demonização de práticas subversivas à cisgeneridade, heterossexualidade e monogamia.

O presente roteiro evidencia a interseção das estruturas sociais como o patriarcado, a colonialidade, o racismo e o capitalismo na produção das desigualdades. Por meio da normalização, que representa um método altamente eficaz para subjugar indivíduos e grupos, estabeleceu-se uma visão de mundo universalizante de natureza colonial, na qual símbolos e sinais, tanto linguísticos quanto culturais, foram institucionalizados e burocratizados. Nesse contexto, ao buscar a colonização de um território, além da utilização do racismo como meio de subordinação, outro mecanismo sustentador dessa estrutura colonial foi a imposição de um sistema binário de sexo/gênero, que reconhece apenas duas possibilidades aceitas: ser homem ou mulher, excluindo, portanto, a existência de pessoas intersexo ou transexuais, entre outras identidades. Esse aparato normativo tinha como objetivo primordial favorecer o sistema econômico capitalista, promovendo a acumulação de bens e riquezas (Federici, 2017; Lugones, 2020, Romeiro; Silveira, 2023).

Como resultado desses processos, foram disseminadas estratégias com o propósito de sustentar a estrutura de dominação por meio da subordinação e da institucionalização da ideia de ordem. Essa conjuntura explica a criação de um sistema colonial moderno que foi agenciado através do racismo, da cisnormatividade como mecanismo normalizador dos corpos e da heteronormatividade como dispositivo ideológico dos afetos. Concepção que posiciona a heterossexualidade como a sexualidade correta, enquanto considera qualquer forma de dissidência como errada ou perversa.

A discussão é ampliada por Rita Segato (2021) e Geni Longhini (2022), pesquisadoras que enfatizam que parte do êxito do empreendimento colonial resultou da exploração das mulheres, uma vez que estas foram percebidas como peças fundamentais no processo de ocupação do território e no desenvolvimento da colônia. Isso se deve ao fato de que as mulheres

eram responsáveis por gerar herdeiros e reproduzir mão de obra escravizada, além de serem encarregadas do trabalho doméstico. Simultaneamente à exploração das mulheres, tornou-se primordial regular a sexualidade, uma vez que práticas sexuais que não se alinhassem com a heteronormatividade não eram consideradas capazes de garantir a reprodução.

Os exemplos mencionados são apenas algumas das estratégias de dominação empregadas na formação do Brasil e de outros territórios colonizados, as quais persistem até os dias atuais. Conforme destacado por Geni Nuñez Longhini (2018, 2022), a colonização não chegou a seu fim e a colonialidade continua renovando constantemente suas práticas, baseando-se nos valores sociais convenientes a uma elite que classifica subjetivamente as pessoas com base em ideologias de gênero em defesa da chamada “família nuclear” ou “família cristã”. Essa mentalidade se consolidou em meio à branquitude, ao racismo, à cisnormatividade, à heterossexualidade e à monogamia (Oyèwùmí, 2020; Longhini, 2018, 2022; Bento, 2022; Collins, 2020). Diante disso, propomos que essas imposições sobre corpos e afetos sejam questionadas por meio do estabelecimento de processos contínuos de desnaturalização ou desclassificação dos dispositivos hegemônicos que moldam as concepções de ser homem ou mulher, heterossexual ou dissidente da heterossexualidade.

Para desafiar a lógica do modelo colonial, Rita Segato (2018, p. 57) propõe a adoção de um giro decolonial, que envolve uma subversão epistêmica (teórica, estética, ética e política) do poder. Esse giro decolonial se baseia na apresentação de uma nova narrativa histórica, fundamentada na reinterpretação do passado e em um projeto de produção democrática para a sociedade. No entanto, surge a pergunta: o que exatamente significa esse giro decolonial? Sobre isso, Segato responde:

O giro decolonial não é um movimento restaurador, mas sim uma recuperação de pistas abandonadas em direção a uma história diferente, um trabalho nas lacunas e fissuras da realidade social existente, nos restos de um naufrágio geral de povos que mal sobreviveram a um contínuo massacre material e simbólico ao longo de quinhentos anos de colonialidade, tanto de esquerda como de direita. (Segato, 2018, p. 57).

Como forma de concluir nossa argumentação sobre gênero como uma construção social à luz da interseccionalidade e decolonialidade discutidas neste capítulo, é importante considerar sua contextualização etimológica, polissemia e aplicação na realidade. Nesse sentido, entendemos que gênero, nos termos socioculturais, históricos e filosóficos da organização da humanidade, constitui um sistema de categorização social no qual são arbitrariamente estabelecidas relações hierárquicas com base na agrupação ou diferenciação de pessoas que

compartilham uma mesma origem ou características semelhantes, sob uma concepção de dominação da realidade.

Nesse ponto de vista, compreendemos que o conceito de gênero não pode ser apreendido de forma fixa e estática, uma vez que se configura como uma construção social atravessada por múltiplos contextos históricos, culturais e políticos. Conforme discutido neste capítulo, o gênero inevitavelmente perpassa e territorializa a existência de cada indivíduo e comunidade, o que demanda, portanto, uma abordagem sensível às suas nuances e interseccionalidades, tal como um rizoma.

Ao longo deste capítulo buscamos analisar gênero a partir de diferentes ângulos, explorando, por meio da análise de instrumentos normativos, sua dimensão política e legislativa, bem como sua compreensão enquanto construção social em diálogo com os estudos de gênero e suas intersecções. Posteriormente, apresentamos a operacionalização da interseccionalidade por meio da crítica à colonialidade de gênero, fundamentada em uma abordagem decolonial. Aportes teóricos que serviram de base para a extração dos termos e a concepção das estratégias de análise que serão aplicadas aos Tesouros sobre gênero selecionados para realização do eixo empírico da pesquisa. Desse modo, a garantia literária desenvolvida no referencial teórico forneceu os subsídios para a análise da conceituação e hierarquização do termo gênero e outros termos nesses instrumentos. Dito isso, indicamos que os procedimentos metodológicos serão apresentados e discutidos no capítulo seguinte.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização das análises que compõem os resultados da pesquisa foram selecionados seis tesouros convergentes à temática gênero, são eles: *Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres* (Brasil); *Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero* (Brasil); *Tesouro de Gênero: linguagem con equidad* (México); *Tesouro Homossaurus* (produzido por pesquisadoras/es de diferentes regiões, mas com protagonismo de Estados Unidos da América (EUA) e Holanda); *Women Thesaurus* (Holanda); e, *Family Thesaurus* (Austrália). A seleção desses instrumentos levou em consideração os seguintes critérios e aspectos:

- a) Se relacionar aos estudos de gênero;
- b) Ter uma quantidade equiparada de abrangência, sendo três deles voltados majoritariamente para temáticas feministas ou sobre mulheres; dois voltados para a diversidade de identidade de gênero e sexualidade e um voltado para o assunto família;
- c) Ter sido produzido por países que colonizaram ou imperializaram (Holanda e EUA) e por países que foram colonizados (Brasil, México e Austrália);
- d) Ter sido publicado nos últimos 30 anos, isso em função dos Estudos de Gênero terem sido amplificados a partir da década de 1990, em ressonância às discussões evocadas nas décadas anteriores como exposto nas pesquisas de Joan Scott (1995), Gayle Rubin (2017) e Judith Butler (2018), consideradas autoras fundamentais para compreensão dos estudos de gênero na contemporaneidade;
- e) Estarem em acesso aberto, ou seja, acessível a qualquer pessoa ou instituição interessadas em consultar esses instrumentos.

Retomando o objetivo geral da tese: *analisar como “gênero” é conceituado e hierarquizado em tesouros especializados em questões de gênero a partir da lente teórica da Organização do Conhecimento e dos Estudos de Gênero*, entendemos que a pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, de natureza bibliográfica, descritiva e exploratória.

Complementar a essa descrição, indicamos que a análise de conteúdo foi utilizada como marco operacional na pesquisa por ser esse um método que permite investigar, de forma

sistemática, o conteúdo de diferentes tipos de comunicação. Para Bardin (2016, p. 44), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 44)

Esse método envolve um processo de codificação, categorização e interpretação do conteúdo – manifesto e latente – presente nos dados analisados, buscando identificar padrões, temas, tendências e significados. As principais etapas da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), envolvem a **pré-análise**, que consiste na organização e preparação do material a ser estudado; a **codificação** para transformar os dados brutos em unidades de registro e categorias; a **categorização**, que agrupa as unidades em categorias analíticas; e, por fim, a **inferência e interpretação**, que consiste nas análises do material selecionado. Com base nisso, as lentes teóricas da Decolonialidade e da Interseccionalidade foram acionadas como referentes para a análise interpretativa da conceituação e hierarquização de “gênero” em tesouros especializados no assunto.

Os instrumentos utilizados na pesquisa foram mapeados e seus dados inseridos em uma planilha eletrônica. Esses dados foram, posteriormente, categorizados com os seguintes metadados: nome do tesouro, autoria/organização, local/país de publicação, instituição responsável ou financiadora, ano de publicação, formato do suporte em que está disponível (e-book, impresso ou em *site html*), idioma publicado e abordagem (estudos feministas, estudos LGBTQIAPN+, estudos sobre famílias). O **Quadro 2** sistematiza os resultados dessa etapa de categorização:

Quadro 2 - Caracterização dos Tesouros.⁷¹

TESAURO	AUTORIA/ ORGANIZAÇÃO	LOCAL / PAÍS	INSTITUIÇÃO	ANO	FORMATO	IDIOMA	CONCENTRAÇÃO DE ABORDAGEM
Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres – TEG	Cristina Bruschini; Danielle Ardaillon; Sandra G. Unbehaum	Brasil	Fundação Carlos Chagas	1998	<i>E-book</i>	Português	Estudos feministas
<i>Tesouro de Género: linguagem con equidad</i>	Nattie Liliana Golubov	México	<i>Instituto de las Mujeres</i>	2006	<i>E-book</i>	Espanhol	Estudos feministas
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	Rodrigo Amorim, Milo Carvalho	Brasil	Não identifica	2016	<i>On-line</i>	Português	Estudos LGBTQIAPN+
<i>Homossaurus</i>	Jack van der Wel; Ellen Greenblatt (idealizadores) e possui um conselho editorial	Holanda e Estados Unidos	<i>IHLIA LGBT Heritage</i>	2021	<i>On-line</i>	Inglês/Holandês	Estudos LGBTQIAPN+
<i>Woman Thesaurus</i>	Não especificada	Holanda	<i>Atria Institute</i>	2023	<i>On-line</i>	Inglês	Estudos feministas
<i>Family Thesaurus</i>	Não especificada	Australia	<i>Australian Institute of Family Studies</i>	2014	<i>E-book</i>	Inglês	Estudos sobre Famílias

Fonte: Elaboração própria (2024).

⁷¹ Um maior detalhamento sobre a produção e as características de cada um desses instrumentos será apresentada na seção de análise dos resultados da pesquisa.

Após seleção dos instrumentos, buscamos analisar como os principais conceitos e hierarquias relacionadas às questões de gênero são representados em suas estruturas terminológicas. Para isso, selecionamos um conjunto de 12 termos considerados centrais, a partir do referencial teórico com o qual dialogamos, para a compreensão das diversas dimensões que compõem as problemáticas de gênero na sociedade. Os vocábulos selecionados são: **gênero; homem; mulher; patriarcado; matriarcado; sexo; sexualidade; cisgeneridade; binarismo; família; transgênero e intersexo ou intersexualidade**. A escolha desses termos se justifica por serem representativos das múltiplas facetas que permeiam as questões de gênero, abrangendo aspectos sociais, culturais, políticos e identitários da expressão dos corpos e dos afetos (relacionamentos), convergindo, assim com o referencial teórico apresentado.

A seleção dos termos acima indicados buscou refletir a forma como o debate sobre “gênero” vem ganhando espaço no contexto acadêmico com a consequente consolidação de uma terminologia específica. Inicialmente, o debate de gênero se concentrou em questionar e reivindicar mais direitos para as mulheres, em uma perspectiva binária. Dessa forma, foram selecionados os termos “mulher” e “homem” como representativos dessa abordagem. Posteriormente, sobretudo a partir da segunda onda do movimento feminista, os esforços se voltaram para a compreensão do sistema estrutural que produz as desigualdades de gênero. Nesse contexto, foram incluídos os termos “patriarcado”, “matriarcado”, “binarismo” e “família”, por serem instâncias que permitem a análise da vida pública e privada. Ainda sob a influência da segunda onda do feminismo, acrescida da influência dos estudos gays, lésbicos e queers das décadas de 1960 e 1970, quando a reivindicação do reconhecimento das identidades de sexualidade emergiu, foram selecionados os termos “sexo” e “sexualidade”. O termo “sexo” é entendido aqui como conectado ao corpo e ao ato sexual, uma vez que a prática sexual foi objeto de moralização, definindo as políticas do sexo socialmente aceitas. Já sob a influência da terceira onda do movimento feminista e dos estudos de gênero para além do feminismo, foram selecionados os termos que questionam a concepção binária em torno do gênero, como “cisgeneridade”, “transgênero” e “intersexo”. Por fim, o termo “gênero” foi selecionado por ser o termo mais abrangente, que engloba os cenários de todos os outros termos descritos.

Além disso, ao vincular nossa argumentação com a releitura das dimensões da Organização Social e Crítica do Conhecimento, apresentamos nosso vínculo com essa abordagem, que para nós é parte da justificativa para a realização da pesquisa. Isso porque nossa abordagem envolve examinar as formas de autorização terminológica, realizar a crítica ao universalismo buscando a reparação epistêmica, bem como assume um posicionamento ético

acerca das lentes analíticas escolhidas (interseccionalidade e decolonialidade) para análise interpretativa dos resultados.

Ao examinarmos a forma como esses conceitos são descritos e estruturados em tesouros, buscamos compreender como a terminologia empregada nessas ferramentas de organização do conhecimento reflete e/ou contribui para a construção de determinadas perspectivas sobre as relações de gênero. Dessa maneira, pretendemos identificar possíveis lacunas, limitações ou enviesamentos na representação desses temas, visando contribuir para o aprimoramento das descrições terminológicas. Isso possibilitará uma melhor compreensão das implicações dessa representação terminológica para a disseminação e o acesso a esse tipo de informação.

Alinhado aos objetivos específicos, o percurso metodológico compreende as seguintes etapas: Para atingir o objetivo específico **A**, que consiste em *contextualizar gênero como uma categorização social, para além da binaridade e heteronormatividade e enquanto estruturas hegemônicas*, foi realizado um levantamento bibliográfico ancorado em literatura científica dos Estudos de Gênero em Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas como Antropologia, Filosofia, História, Sociologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Visando atender ao objetivo específico **B**, cuja proposta é *categorizar as definições e relacionamentos do vocábulo gênero em tesouros especializados em questões de gênero* foram estabelecidas as seguintes categorias:

1. **Conceituação** - se refere às definições, ou seja, como os conceitos se apresentam nas definições, notas de escopo, notas históricas e notas de aplicação dos Tesouros, uma vez que nem todos os instrumentos apresentam os elementos de nota de escopo ou nota histórica para este termo especificamente.
2. **Hierarquização** - envolve a apresentação sistemática do termo a partir de seus relacionamentos. Isso é exposto a partir da observação das hierarquias que envolvem os **termos genéricos, termos específicos e termos relacionados**. Além disso, também podem ser percebida a invisibilização ou não evidência entre alguns termos e relacionamentos. Com isso, fica evidenciado como cada termo é hierarquizado e quais os termos ou assuntos estão presentes quando pesquisamos gênero.

Para tanto, enquanto etapas de elaboração da pesquisa, foram extraídos os conceitos e seus relacionamentos nos tesouros supramencionados, organizando-os, posteriormente, em uma planilha eletrônica (Excel), considerando os seguintes metadados: **título do tesouro, termo,**

conceito e exibição de hierarquização (termo genérico, termo específico e termos relacionados).

O objetivo específico **C** consiste em *analisar se as definições e relacionamentos do termo gênero apresentado nos tesouros convergem com a compreensão de gênero a partir das lentes analíticas da Decolonialidade e Interseccionalidade*. Para atingi-lo, consideramos que na lente da **Interseccionalidade** é identificado por meio da inserção de pelo menos dois marcadores sociais na definição do vocábulo. Marcadores esses que podem ser: pertencimento étnico racial, identidade de gênero, sexualidade, condição humana (com e sem deficiência), localização geopolítica, classe social. entre outros. Quanto ao viés da **Decolonialidade**, este é identificado ao se considerar os efeitos da colonização – colonialidade de gênero – na construção social do gênero, conforme verificado nas pesquisas de María Lugones; Rita Segato e Gení Nuñez.

Por fim, atendendo ao objetivo específico **D**, *elaborar um pequeno glossário, oferecendo uma atualização conceitual de cada conceito relacionado a gênero estudado nesta pesquisa* considerando a interseccionalidade e a decolonialidade como instâncias inerentes à interpretação desses termos.

Abaixo dispomos o **Quadro 3**, que consiste na sistematização do desenho metodológico da pesquisa.

Quadro 3 - Desenho Metodológico de acordo com os objetivos específicos.

OBJETIVO	O QUE	COMO	ONDE
A	Contextualizar gênero como uma categorização social, para além da binaridade e heteronormatividade enquanto estruturas hegemônicas de poder	Constituição de referencial teórico centrado nos estudos de gênero pelas lentes da interseccionalidade e decolonialidade.	Seções 2 e 3.
B	Categorizar as definições e relacionamentos do vocábulo gênero em tesouros especializados em questões de gênero	Constituição de referencial teórico centrado na Organização do Conhecimento, especificamente sobre elaboração e caracterização de Tesouros; e apresentação de uma releitura das dimensões da Organização Social e Crítica do Conhecimento.	Seção 2
C	Analisar se as definições e relacionamentos do termo gênero e outros termos apresentado nos tesouros convergem com a compreensão de gênero a partir das lentes analíticas da Decolonialidade e Interseccionalidade	Organização do material coletado e realização de análise de conteúdo na amostra constituída; elaboração de categorias de análise dos resultados sob as lentes teóricas da organização do conhecimento e dos estudos de gênero pelo viés da interseccionalidade e decolonialidade.	Seção 5
D	Elaborar um pequeno glossário, oferecendo uma atualização conceitual de cada conceito relacionado a gênero estudado nesta pesquisa	Proposição conceitual ampla e simplificada dos termos	Seção 5

Fonte: Elaborado pela autora.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando que um dos objetivos deste estudo é analisar a conceituação do termo “Gênero” e outros conceitos vinculados a ele em Tesouros, foram selecionados instrumentos provenientes de diferentes regiões geográficas, de modo a obter uma amostra representativa de Tesouros elaborados tanto em países colonizados quanto em nações que promoveram processos de colonização sobre outros territórios. Compreendendo a relevância de se considerar múltiplas perspectivas nessa análise, a presente investigação adotou, conforme indicado anteriormente, uma metodologia pautada na seleção de um conjunto diversificado de instrumentos.

Essa abordagem visa proporcionar uma compreensão mais ampla e contextualizada acerca das distintas formas pelas quais o conceito “Gênero” é estruturado e representado nesses instrumentos. Ao integrar Tesouros de origens diversas, almeja-se identificar possíveis nuances, variações e influências relacionadas aos aspectos históricos, socioculturais e epistemológicos que permeiam a construção desses instrumentos.

Um aspecto a ser destacado sobre os tesouros selecionados é que eles são frutos de esforços colaborativos envolvendo pesquisadores, ativistas e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Essa abordagem multidisciplinar pressupõe um olhar atento sobre as garantias literárias e culturais utilizadas para o seu desenvolvimento, valendo-se tanto da literatura especializada no assunto quanto de comunidades de prática (Moraes, 2014). Abordagem que confere a esses recursos uma visão ampla e diversificada dos vieses que orientam suas construções, sendo esses vieses correspondentes a contextos socioculturais específicos.

De acordo com as instruções fornecidas, a apresentação dos resultados e análises da pesquisa será estruturada da seguinte forma: Na seção 5.1 “Caracterização dos tesouros sobre gênero”, apresentamos a caracterização dos instrumentos selecionados para o estudo. Esta subseção terá como objetivo descrever e analisar as características desses Tesouros, focando em sua estrutura, abrangência temática e princípios de organização.

Em seguida, na seção 5.2 “Análises da conceituação e hierarquização dos termos em tesouros de gênero”, são apresentadas as análises da conceituação e hierarquização dos seguintes termos: gênero; homem; mulher; patriarcado; matriarcado; sexo; sexualidade; cisgeneridade; binarismo; família; transgênero; e, intersexo ou intersexualidade. Essa subseção centra-se em investigar como esses conceitos-chave são definidos, relacionados e organizados nos instrumentos terminológicos definidos como objetos empíricos da tese.

Por fim, na seção 5.3, “Proposição conceitual: mini glossário de gênero ancorados nos viéses da interseccionalidade e da decolonialidade” constituímos um mini glossário para a conceituação dos termos analisados na seção anterior, considerando as lentes da interseccionalidade e da decolonialidade. Essa última subseção tem em vista propor definições atualizadas desses conceitos, almejando inspirar a revisão e atualização dos Tesouros existentes ou a construção de novos instrumentos terminológicos alinhados a essas abordagens teóricas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS TESAUROS SOBRE GÊNERO

Esta subseção corresponde à caracterização dos Tesouros sobre Gênero. Assim, apresentamos cada um dos instrumentos selecionados para o estudo: Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres; Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero; Tesouro de Género: lenguaje con equidad; Tesouro Homossaurus; Women Thesaurus; e Family Thesaurus. O objetivo central é descrever e examinar as características desses Tesouros, com foco em sua estrutura, abrangência temática e princípios de organização.

5.1.1 Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres - TEG

O Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres - TEG⁷² (1998) é considerado um instrumento pioneiro no campo dos estudos de gênero e feministas no Brasil. Desenvolvido por Cristina Bruschini, Danielle Ardaillon e Sandra G. Unbehaum, sua criação reflete a ampliação da discussão sobre gênero e estudos feministas ocorrida na década de 1990 no país. Publicado pela Editora 34 em coedição com a Fundação Carlos Chagas, instituição que, junto à Fundação Ford, financiou o projeto, o TEG foi concebido com o objetivo de promover uma indexação mais precisa desses estudos, uma vez que as possibilidades oferecidas pelos *subject headings* (cabeçalhos de assuntos) da *Library of Congress* eram consideradas limitadas para a organização e recuperação da informação sobre gênero e mulheres naquela época.

Fundamentado em uma abordagem feminista, o TEG buscou “facilitar o acesso a informações sobre a condição feminina, ou ainda para agilizar levantamentos bibliográficos e eventuais mapeamentos dos estudos de gênero” (Bruschini; Adaillon; Unbehaum, 1998, p. 12). Ao reconhecer a amplitude do assunto “gênero” e a necessidade de um recorte, as autoras

⁷² A abreviação TEG foi realizada pelas autoras para se referir “carinhosamente” ao tesouro.

demonstraram uma preocupação em refletir, por meio desse instrumento, a produção de conhecimento sobre os estudos feministas.

No entanto, a leitura da apresentação e da introdução da obra sugere uma tendência a observar o gênero a partir de uma perspectiva binária, com um foco na assimetria entre homens e mulheres. Tal abordagem pode ser considerada uma limitação, especialmente quando confrontada com os referenciais teóricos mais contemporâneos sobre gênero.

O processo de estruturação e elaboração do TEG envolveu três etapas principais: a primeira, dedicada à **conceituação**, uma vez que cada palavra é um conceito e estes são convertidos em termos ou descritores obrigatoriamente interrelacionados; a segunda, dedicada à **construção do instrumento**, fundamentada na **garantia literária** correspondente aos estudos de gênero em diferentes áreas do conhecimento, qualificando, assim, a sua interdisciplinaridade; e a terceira, inspirada em instrumentos construídos com o mesmo propósito, como o americano *A Woman Thesaurus* (AWT), organizado por Mary Ellen Capek (1987), e os tesouros da UNESCO.

Em relação à estruturação do TEG, o instrumento foi proposto para abarcar nove áreas temáticas principais: “Ciência e Tecnologia”, “Ciências Naturais e Saúde”, “Ciências Sociais e Cultura”, “Comunicação, Artes e Espetáculos”, “Economia e Emprego”, “Educação”, “História e Mudança Social”, “Lei, Governo e Políticas Públicas”, e “Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia”. Essa organização temática converge, em parte, com o arcabouço teórico sobre gênero apresentado no capítulo anterior. Além dessas áreas temáticas, o TEG também utiliza descritores etários, históricos e geográficos, o que permite observar o viés interseccional na construção desse instrumento.

A inclusão dos termos no TEG foi baseada em três estratégias específicas: **grau de especificidade** (com a utilização de termos detalhados para definir o conteúdo), **historicidade** (com a adoção de uma linguagem contemporânea) e **contexto cultural brasileiro** (em que cada termo inserido não pode ser compreendido apenas regionalmente). Essas estratégias visaram garantir a precisão, a atualidade e a abrangência da indexação e recuperação da informação relacionada aos estudos de gênero e feministas no Brasil.

A apresentação do Tesouro de Estudos de Gênero (TEG) é estruturada em duas partes distintas. A primeira parte consiste em uma listagem alfabética dos 1.750 termos inseridos no instrumento. Já a segunda parte compreende uma listagem temática, na qual os termos foram organizados em grupos temáticos (*subject groups*) e listas de delimitadores.

Os termos apresentados no tesouro seguem o princípio fundamental que é estar inevitavelmente relacionados a outros termos, organizados de acordo com três diferentes

abordagens: **lógica, ontológica e causal**. A organização lógica estabelece relações por analogia ou oposição entre os termos. A organização ontológica contempla as relações de ascendência, descendência e pertencimento a um todo. Já a organização causal define as relações de efeito entre os termos. Além dessa estruturação dos relacionamentos, a apresentação do TEG também obedece a uma legenda específica para os arranjos ou disposição dos termos, estabelecendo as seguintes convenções:

- **Broader Term (BT)** – Termos mais amplos, evidencia a ascendência de cada termo até o termo genérico;
- **Narrower Term (NT)** – Termos mais restritos, elucida a descendência de termos específicos;
- **Related Term (RT)** – Refere-se aos termos relacionados;
- **Used (USE)** – para a indicação de termos recomendados;
- **Used for (UF)** – utilizado para indicar os termos de devem ser substituídos;
- **Subject Groups (SG)** – classificação da área temática que o termo pertence;
- **Delimiters groups (DG)** – grupos de delimitadores (etários, geográficos e históricos);
- **Scope note (SN)** – nota explicativa do conceito, quando necessário.

A construção e a apresentação do Tesouro de Estudos de Gênero (TEG) correspondem a um processo de sistematização desse instrumento. Nesta tese, essa sistematização será abordada como uma categoria de análise, denominada hierarquização, por ser este o eixo fundamental que permite observar e compreender os relacionamentos estabelecidos entre os termos. Esse processo de hierarquização possibilita enxergar como cada termo se comporta e se articula dentro da estrutura do instrumento, de forma a possibilitar a análise da lógica que fundamenta os arranjos e as conexões entre os diferentes termos do como a organização lógica, ontológica e causal que subjaz à construção do tesouro. Por fim, ressaltamos que a apresentação do instrumento não considera uma perspectiva decolonial, ou seja, não inclui na representação terminológica a crítica a colonialidade como algo que produz as concepções sobre gênero em territórios colonizados.

5.1.2 *Tesouro de Género: lenguaje con equidad*

O *Tesouro de Género: lenguaje con equidad* foi produzido pelo *Instituto de las Mujeres* no México, sob a coordenação de Nattie Liliana Golubov Figueroa (2006). O objetivo desse instrumento era criar uma ferramenta atualizada para a classificação e indexação de materiais relacionados à temática de gênero e mulheres, destinada a pesquisadores, bibliotecas e centros de documentação do país. Embora esse tesouro tenha sido qualificado como o primeiro instrumento desse tipo produzido na América Latina, é importante destacar que o Tesouro de Estudos de Género (TEG) havia sido desenvolvido no Brasil na década de 1990, sendo, portanto, anterior a ele.

Assim como o TEG, a produção do tesouro mexicano reflete o avanço dos estudos e das políticas públicas voltadas para as mulheres e para a diversidade de gênero. Nesse sentido, ambos os instrumentos assumem uma perspectiva alinhada aos estudos feministas, com ênfase nas diferenças sociais entre homens e mulheres, revelando uma tendência à abordagem da temática de gênero a partir do binarismo. No entanto, o Tesouro de Género mexicano apresenta uma concepção um pouco mais abrangente sobre gênero, ao descrever este assunto como complexo, variável e múltiplo. Para a sua construção, foram adotados inicialmente os termos utilizados nas comunicações do *Instituto de las Mujeres*, seguidos de consulta a especialistas em gênero e profissionais da área de Biblioteconomia, o que nos indica que a construção do instrumento contou com as garantias literária e científica

O instrumento conta com 3.104 termos, sendo 2.573 descritores e 531 não-descritores. Segundo consta no próprio tesouro, os termos não-descritores são aqueles que fazem parte do aporte bibliográfico e cultural do instrumento, mas não devem ser utilizados especificamente pois são menos precisos ou representam conteúdo discriminatório ou excludente. Nesse sentido, mesmo que um termo seja considerado inadequado para fins de organização do conhecimento, ele é parte do vocabulário que permite compreender as questões de gênero. Como exemplo, cita-se o termo “maricón”, utilizado de forma pejorativa para se referir a homossexuais, mas que foi acolhido pela própria comunidade em um movimento de ressignificação, quando proferido pelos membros desse grupo.

Cada descritor em espanhol do Tesouro de Género é acompanhado do respectivo termo em língua inglesa. Para a sua elaboração, foram primeiramente selecionados os termos correspondentes ao tema central, “gênero”, e foram indicados uma série de recursos bibliográficos pelos quais se podem buscar termos mais específicos, se necessário. Por se tratar

de um instrumento voltado para discutir gênero de uma perspectiva mais equânime, os termos foram diferenciados gramaticalmente, flexionando-os no masculino e feminino, ao invés de adotar exclusivamente o universal masculino, amplamente utilizado no idioma espanhol. Além disso, alguns termos foram colocados no plural, reconhecendo-se a pluralidade de sujeitos pertencentes a determinada categoria de forma interseccional, como no caso de “mulher jovem” que foi substituído por “mulheres jovens”.

O *Tesouro de Género: lenguaje con equidad* apresenta uma estrutura de organização dos termos em três ordens distintas: **hierárquica**, **alfabética** e **sistemática**. A ordem hierárquica contempla 18 áreas temáticas diferentes, cada uma ordenada alfabeticamente e posteriormente dividida em subtemas contendo seus respectivos descritores, com a hierarquia dos termos posicionando os mais inclusivos à esquerda e os mais específicos à direita. As grandes áreas temáticas abrangem “Ciencias y tecnología”, “Cultura y comunicación”, “Demografía y población”, “Desarrollo social y políticas públicas”, “Economía”, “Educación”, “Estado, gobierno y política”, “Estudios de género y feminismo”, “Familia y hogares”, “Historia, filosofía, ética y religión”, “Legislación y derecho”, “Movimientos, organizaciones u actores sociales”, “Psicología y identidad”, “Salud”, “Sexualidad”, “Teoría, metodología y análisis social”, “Trabajo” e “Violencia”. Já a ordem alfabética segue a ordenação alfabética dos termos, enquanto a ordem sistemática atribui relacionamentos entre os termos e outras especificidades. A organização obedece a seguinte legenda:

- a) **Nota de alcance (NA)** – permite determinar ou restringir o uso de termos específicos;
- b) **Término genérico (TG) y Término específico (TE)** – estabelecem as hierarquias conceituais permitindo que cada termo esteja relacionado a outro reciprocamente;
- c) **Término relacionado (TR)** – aponta os descritores que se relacionam aos termos, estabelecem contatos entre as cadeias hierárquicas e as amplia;
- d) **Usado por (UP)** – Acompanha os termos que não devem ser utilizados e aponta o descritor mais adequado.

No que se refere à garantia literária do *Tesouro de género: lenguaje con equidad*, esta se apresenta a partir da delimitação de seu marco conceitual em uma seção específica, se concentrando nos temas de gênero, linguagem e equidade de gênero. Diferentemente do *Tesouro Especializado de Género (TEG)*, este tesouro não inclui a apresentação de conceitos atrelados aos termos, o que impossibilita a avaliação da conceituação neste instrumento.

Portanto, nas análises desse instrumento nos concentraremos na categoria de hierarquização, considerando a organização sistemática deste tesouro.

5.1.3 Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero

O Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero foi criado por Rodrigo Amorim e Milo Carvalho, sob a orientação de Benildes Maculan, no ano de 2016, como atividade da disciplina “Tópicos em Indexação da Informação” do curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seu público-alvo é a comunidade LGBTQIA+, pesquisadores e estudantes. De acordo com os criadores, a ideia para este tesouro surgiu da necessidade de “relacionar termos que focalizam três temáticas principais sobre identidade de gênero (identidade de gênero, orientação sexual e violência)” e busca “uma melhor compreensão do vocabulário e ideias ligadas à grande variedade de identidades de gênero e orientações sexuais expressas pelas pessoas na atualidade” (Amorim; Carvalho, 2016, *on-line*).

Diferentemente dos outros dois tesouros analisados, este é um Tesouro *on-line*, construído a partir do aplicativo *Thesa*, um *software* específico para a elaboração de tesouros, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O tesouro conta com um mini vocabulário de aproximadamente 130 termos. Os criadores informam que, para sua construção, foram consultados três glossários, um dicionário e um tesouro sobre gênero, todos em língua portuguesa, embora não tenham sido fornecidas as referências bibliográficas desses materiais. Considerando a ausência de outro instrumento semelhante em português, supõe-se que o tesouro mencionado tenha sido o Tesouro Especializado de Gênero (TEG).

Quanto às suas características, o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero estabelece um relacionamento facetado, inspirado no sistema de classificação de dois pontos, ou *Cólon Classification*, desenvolvido por Ranganathan. Esse sistema utiliza os referentes Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (PMEST) como categorias para a organização dos conceitos. No entanto, o Tesouro em questão não faz uso das categorias Espaço e Tempo. O Tesouro conta com aproximadamente 130 descritores, sendo 130 preferidos e 7 não preferidos (denominados “não-descritores” no Tesouro de Gênero). Além disso, a seleção dos termos e seus relacionamentos é fundamentada na Teoria do Conceito de Dahlberg.

A organização do Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero é composta pelos arranjos sistemático e alfabético. Sua política de indexação visa converter a linguagem

natural em um vocabulário controlado, com o objetivo de facilitar a indexação e recuperação da informação. Nesse sentido, foi evitado o uso de siglas, e os termos foram padronizados no singular, sem o emprego de verbos. A representação sistemática do tesouro obedece a seguinte legenda:

- a) Definição – apresentando o conceito de alguns termos;
- b) Nota de escopo ou nota de aplicação – apresenta mais informações sobre os termos;
- c) Termo genérico (TG) – apresenta os termos considerados mais amplos;
- d) Termo específico (TE) – apresenta os termos mais restritos;
- e) Termo relacionado (TR) – apresenta termos relacionados ao termo em questão;
- f) Usado por (UP) – apresenta a delimitação de uso.

Além disso, cada termo é acompanhado de uma representação gráfica, pela qual é possível observar de forma mais dinâmica os relacionamentos.

No que diz respeito à atualização do Tesouro, há uma indicação de que o instrumento deve ser atualizado a cada dois anos, acompanhando o desenvolvimento da linguagem e dos vocabulários especializados referentes à temática. Como uma nota complementar, consta na apresentação do Tesouro que, devido ao número restrito de 130 termos permitido gratuitamente pela plataforma, algumas relações hierárquicas podem apresentar lacunas. Isso se justifica pelo fato de que este Tesouro foi desenvolvido como atividade de uma disciplina de graduação, não sendo, portanto, tão amplo, complexo e abrangente quanto os outros dois instrumentos anteriormente apresentados. Conseqüentemente, a ausência de referências na maioria dos termos enfraquece a garantia literária do Tesouro.

No que se refere ao viés, diferentemente dos outros, este Tesouro não se orienta a partir de uma abordagem feminista. Seu propósito é abarcar a questão de gênero sob a perspectiva da diversidade, de forma mais ampla que a binaridade. Entretanto, em algumas definições, observa-se que a binaridade aparece como um marcador de diferenças.

5.1.4 Homossaurus

O **Homossaurus** é um tesouro *on-line* sobre assuntos vinculados à diversidade LGBTQIAPN+, assim como o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, caracterizado anteriormente. De acordo com o *site*, o Homossaurus institui como missão

funcionar como um complemento para vocabulários mais amplos de termos e assuntos, como o *subject readings* da *Library of Congress*.

Este tesouro foi criado originalmente em 1997 pela IHLIA LGBT Heritage, uma instituição holandesa voltada para a preservação da informação sobre conhecimentos da população LGBTQIAPN+ e o registro e compartilhamento de sua história na Europa. Inicialmente, o Homossaurus fora idealizado para ser um vocabulário controlado que contemplasse as populações gay e lésbica, sendo posteriormente ampliado para atender outros grupos que correspondem às diversidades de identidade de gênero e sexualidade, como bissexuais, pessoas transgênero e intersexo, entre outras.

A primeira versão, nomeada “versão 0”, apresentava uma estrutura linear, ordenada apenas alfabeticamente, sem estabelecer ligações entre os termos. Por essa razão, assemelhava-se mais a um glossário ou dicionário do que a um tesouro, que essencialmente atribui hierarquias entre os relacionamentos dos termos. Assim, em 2013, o pesquisador Jack van der Wel e a pesquisadora Ellen Greenblatt transformaram o Homossaurus em um robusto e inclusivo tesouro.

A primeira versão do Homossaurus era um documento eletrônico em Word ou PDF, que circulava entre profissionais da informação e pesquisadores da diversidade LGBTQIAPN+, sendo amplamente utilizado por arquivos, bibliotecas e centros de informação voltados para questões de gênero em diferentes países. Em 2015, o projeto ganhou apoio do diretor da *Digital Transgender Archive* (DTA) para construir a “versão 1” do Homossaurus, que o tornou um instrumento online, aumentando sua acessibilidade e a possibilidade de diferentes pessoas e instituições se conectarem a um vocabulário comum.

Em 2016, o Homossaurus passou a ter um conselho editorial, o que permitiu a construção de um escopo mais bem delimitado para o tesouro. Um exemplo disso está na exclusão de termos “não-LGBTQ”, como “publicidade” e “literatura”, justamente porque este instrumento estava cada vez mais se caracterizando como um vocabulário especializado sobre questões LGBTQIAPN+. Com isso, o Homossaurus passou a ser usado de forma complementar nas atividades de pesquisa e organização do conhecimento sobre o assunto, o que resultou na “versão 2” desse tesouro.

Em 2021, o Homossaurus realizou mudanças de layout e suporte ao idioma, criando assim a “versão 3”, cuja atualização dos termos ocorre periodicamente. A última atualização foi realizada em 2023, na qual foram incluídos 530 novos termos pelo conselho editorial. Esse conselho atualmente é formado por 9 pesquisadores e profissionais de diferentes instituições e áreas do conhecimento da Holanda e Estados Unidos. Observamos que, por se tratar de um

tesauro *on-line* e ter uma equipe abrangente e interdisciplinar, as atualizações dos termos ocorrem de forma mais dinâmica. Além disso, o Homossaurus se destaca dos demais instrumentos por possibilitar a participação de qualquer pessoa interessada na sugestão de termos e feedbacks sobre o conteúdo disponibilizado, através de uma comunidade que interage via *Google Groups*, sendo esta a comunidade de prática que sustenta o endosso de usuário e garantia cultural como forma de autorização terminológica.

Não há no homossaurus uma apresentação das características do instrumento como ocorreu nos outros, tampouco, há explicações referentes a como cada sistematização fora idealizada. Ao acessar o Homossaurus, o usuário se depara com uma página inicial de apresentação. A partir desta, é possível navegar para a lista de termos, clicando no botão “vocabulary”. Caso haja interesse em buscar um termo específico, há um botão “search” disponível. A listagem dos termos que compõem o tesauro está organizada alfabeticamente, sem delimitação de áreas do conhecimento, diferentemente do observado em tesouros digitais offline.

Um aspecto interessante do Homossaurus é que todos os termos são acompanhados de suas respectivas definições. Característica que permite uma compreensão abrangente dos conceitos abordados no instrumento. Ao clicar em um termo específico, será possível coletar informações sobre a estruturação do tesauro que se apresenta a partir da seguinte legenda:

- ***Identifier*** – código alfanumérico que identifica cada termo;
- ***Preferred Term*** – são os termos preferidos, buscados;
- ***Description (Scope Notes)*** – notas de escopo ou definição dos termos;
- ***Issued (created)*** – data e horário em que o termo foi inserido no tesauro;
- ***Modified*** – informa data e hora em que foram realizadas mudanças em um termo, caso tenha ocorrido;
- ***Broader terms*** – Trata-se dos termos mais amplos relacionados ao termo buscado;
- ***Related terms*** – corresponde aos termos relacionados ao termo buscado;
- ***Hierarchy display*** – Exibição de hierarquia deste termo em relação a outros;
- ***Alternative Term (Use For)*** – indica a substituição de um determinado termo;
- ***History note*** – apresenta uma nota histórica sobre o termo buscado, quando necessário;
- ***Narrower Terms*** – Se referem aos termos mais restritos.

Ainda que na descrição do homossaurus esteja delimitado que ele é um tesouro específico para assuntos LGBTQIAPN+, consideramos que este é um tesouro sobre gênero com um viés interseccional haja vista que regionalidade, questões raciais, questões etárias, geográficas e sobre a condição humana (com e sem deficiência estão presentes nos termos que compõem o tesouro. Consideramos que o homossaurus, diferente de outros instrumentos não reduz seu escopo a apenas uma dimensão das questões de gênero. Além disso, foi percebido que este tesouro destina-se a qualquer pessoa que se interesse em adquirir conhecimento sobre gênero e sexualidade, sobretudo por ser a sua abordagem inclusiva para diferentes possibilidades da existência humana.

Por fim, identificamos como uma lacuna, o fato de o instrumento não apresentar garantia literária. Apesar de considerarmos que o conteúdo converge com diferentes produções bibliográficas sobre gênero, consideramos que a garantia sobre a descrição dos termos pauta-se na identificação dos membros do conselho editorial enquanto autoridades cognitivas sobre o assunto.

5.1.5 *Woman's Thesaurus*

O *Woman's Thesaurus* (2023) é um tesouro on-line produzido pelo Instituto Atria na Holanda, uma instituição que produz, organiza e disponibiliza um dos maiores acervos sobre gênero da Europa. É um instrumento recomendado como ponto de partida para quem pesquisa e/ou organiza acervos sobre mulheres, gênero, igualdade de gênero e feminismo. Todavia, ao estudarmos o site de forma mais profunda, percebemos que o referido tesouro não tende a direcionar seus estudos unicamente a partir de uma perspectiva feminista. Notadamente esse é o maior viés, entretanto, a temática gênero extrapola esse viés e inclui uma diversidade de temáticas relacionadas a gênero. Na definição de seu escopo consta que o *Woman Thesaurus* abrange

[...] desenvolvimentos teóricos nos estudos sobre mulheres e na prática acadêmica feminista que envolvem interseccionalidade, teorias de poder, o debate natureza versus cultura e teoria queer etc. Termos relacionados a homens e masculinidade também estão incluídos. Além disso, o *Thesaurus das Mulheres* contém indicações geográficas e temporais, juntamente com

termos para a forma da informação, como uma tese, estatísticas, um diário ou uma canção (Woman Thesaurus, 2023, *on-line*, tradução nossa)⁷³.

Não foram encontradas informações sobre as pessoas que criaram o *Woman Thesaurus*, apenas consta no site que foi produzido por pessoas que fazem parte do Instituto Atria. Outras informações relevantes também não foram encontradas, como a quantidade de termos incluídos no Woman Thesaurus ou detalhes sobre as garantias literária e cultural que embasaram sua construção. Apesar disso, considerando que se trata de um instituto de pesquisa e que o instrumento permite a busca e recuperação de uma vasta produção literária, pode-se inferir que a garantia literária está presente.

Quanto à estrutura do Woman Thesaurus, observa-se que ele apresenta uma listagem alfabética dos termos e uma organização hierárquica sistematizada. Além disso, a maioria dos termos é acompanhada de suas respectivas definições. Embora informações mais específicas sobre as características do instrumento não tenham sido localizadas, é possível afirmar que o Woman Thesaurus apresenta uma estrutura básica comum a tesouros, com listagem alfabética e definições terminológicas. A estruturação do *Woman Thesaurus* pode ser observada a partir da seguinte legenda:

- ***More general terms*** – onde são alocados os termos mais genéricos em relação ao termo buscado;
- ***More specific*** – inclui os termos mais específicos relacionados ao termo buscado;
- ***Related for*** – Insere os termos relacionados ao termo buscado;
- ***Used for*** – para substituir um termo que não é mais adequado para representar um assunto específico;
- ***Description*** – Apresenta uma definição do termo, onde será extraído os conteúdos relacionados a conceituação nas nossas análises.

É possível realizar a consulta ao instrumento de duas formas: selecionando a listagem de termos a partir da letra inicial de cada um deles ou pesquisando um termo de forma mais específica no comando “Search”. Assim como o Homossaurus, o Woman Thesaurus também abre um espaço para tirar dúvidas, opinar ou sugerir a inclusão ou exclusão de termos, o que

⁷³ Traduzido de: Theoretical developments in women's studies and feminist academic practice that involve intersectionality, theories of power, the nature versus culture debate, and queer theory, etc. Terms related to men and masculinity are also included. Additionally, the Women's Thesaurus contains geographical and temporal indications, along with terms for the form of information, such as a thesis, statistics, a diary, or a song.

consideramos ser uma boa perspectiva adotada por instrumentos disponibilizados on-line. A inserção e gestão desse espaço colaborativo possibilita uma atualização mais rápida nos conteúdos, tornando esses instrumentos mais próximos do desenvolvimento vocabular que se transforma constantemente.

5.1.6 *Family Thesaurus*

O último instrumento selecionado para a realização da pesquisa, o *Family Thesaurus* (2014), produzido pelo *Australian Institute of Family Studies - AIFS* (Instituto Australiano de estudos da família). Instrumento selecionado especificamente por tratar a temática sobre uma perspectiva diferente dos outros instrumentos, focando no assunto família, assunto essencialmente atravessado pelas questões de gênero. A primeira versão do *Family Thesaurus* foi publicada em 1983, considerando como garantia literária cerca de 1000 documentos presentes no acervo do banco de dados do AIFS, adotando uma terminologia básica das Ciências Sociais. Além disso, o instrumento descreve que foram consultados outros tesouros para a criação deste, entretanto, não especifica quais.

Em 1987 foi produzida a segunda edição na qual foram adicionados 180 termos, e excluídos outros 160 considerados desnecessários a partir de uma revisão do instrumento. Nessa versão foi dada uma maior atenção às notas de escopo e acrescentadas datas para marcar a inclusão dos novos termos. Até a sexta edição, publicada em 2001, o *Family Thesaurus* era impresso, posterior a isso, passou a ser disponibilizado em formato digital e foi atualizado anualmente até o ano de 2014, que corresponde a edição que utilizaremos como objeto.

Quanto a estrutura, o *Family Thesaurus* é organizado em sequência alfabética evidenciando a relação hierárquica entre os termos. É destacado na caracterização do instrumento que a pontuação é minimamente utilizada, assim como é evitado o uso de hífen sempre que possível. A estruturação do *Family Thesaurus* pode ser observada a partir da seguinte legenda:

- **Scope Note (SN)** – São as notas de escopo, pelas quais se define o significado ou uso pretendido dos termos;
- **History Note (HN)** – São as notas históricas, utilizadas para explicar as mudanças no uso de alguns termos;
- **Data (DT)** – Identifica a data em que o termo fora introduzido;

- **Broader Term (BT)** – Indica um termo mais genérico relacionado ao termo buscado;
- **Narrower Term (NT)** - Indica termos mais específicos em relação ao termo buscado;
- **Related Term (RT)** – Indica um ou mais termos conceitualmente relacionados ao termo buscado e são sempre recíprocos;
- **USE** – Direciona ao termo preferido;
- **Use for (UF)** – indica os termos não preferidos ou não recomendados.

A garantia literária da edição de 2014 do *Family thesaurus* conta com artigos de periódicos, documentos de conferências, livros, capítulos de livros, relatórios governamentais, relatórios de pesquisa, artigos não publicados, relatórios estatísticos, teses, vídeos e outras fontes de informação. Entretanto, não há especificações ou referência dessas fontes no tesouro. No que se refere a abordagem adotada, essa corresponde aos Estudos sobre Famílias, ou seja, não possui um enviesamento para uma abordagem específica como os outros tesouros que marcadamente correspondem ao viés feminista ou aos estudos LGBTQIAPN+.

Apresentados os instrumentos, direcionamos nossos leitores à próxima seção, onde operacionalizamos a análise da conceituação dos termos selecionados sob as lentes teóricas da interseccionalidade e da decolonialidade.

5.2 ANÁLISES DA CONCEITUAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DOS TERMOS EM TESAUROS DE GÊNERO

As análises referentes à conceituação e hierarquização dos termos selecionados nos Tesouros serão expostas de forma detalhada nesta subseção. Para isso, foram utilizadas as plataformas *Canva* e *Excel* para elaboração dos recursos visuais. No *Canva*, foram desenvolvidas representações gráficas em formato de mapas conceituais que ilustram a organização conceitual de cada termo pesquisado nos Tesouros. Nessas visualizações, o termo pesquisado é colocado em posição central, com sua conceituação ou ausência, tanto do termo quanto dos conceitos que acompanham os termos nos respectivos instrumentos, disposta ao redor, permitindo, assim, uma melhor compreensão da estruturação conceitual e dos significados atribuídos a cada termo.

Em seguida, a partir de quadros elaborados no *Excel*, processou-se a análise da hierarquização dos termos. Essa análise teve por referente a delimitação do termo genérico, dos termos específicos, dos termos relacionados e dos delimitadores de uso (use e usado para).

Através dessa sistematização, foi possível identificar padrões, divergências, lacunas e ausências na conceituação e hierarquização dos termos.

Nesta pesquisa, foi adotada uma perspectiva epistemológica alicerçada nos estudos de gênero, com enfoque na interseccionalidade e na decolonialidade. Isso significa que as definições e hierarquizações foram problematizadas considerando os diferentes espectros das identidades de gênero e sexualidade, interseccionadas a outras questões como pertencimento étnico-racial, classe social, região, idade, condição humana (com e sem deficiência), colonização e efeitos da colonialidade, entre outras dimensões socialmente construídas.

A abordagem interseccional permite-nos compreender como múltiplos marcadores sociais, tais como raça, gênero, sexualidade, classe e deficiência, interagem e se sobrepõem, configurando experiências únicas e complexas. Já a perspectiva decolonial nos convida a refletir sobre os efeitos da colonização e da colonialidade na construção social do gênero, conforme discutido pelas pesquisadoras María Lugones, Rita Segato e Gení Nuñez.

Consideramos que os Tesouros, ao estabelecerem conceitos aplicados a uma área do conhecimento, refletem o discurso, a filosofia e o engajamento político de uma época (Medeiros, 2021). Portanto, as definições conceituais são elementos indispensáveis na comunicação e devem ser cuidadosamente analisadas na construção de Sistemas de Organização do Conhecimento voltados para comunidades científicas e não científicas.

De acordo com a perspectiva de Ingtraut Dahlberg (1978), nem todos os conceitos necessitam de definições detalhadas em um sistema de organização do conhecimento, como um tesouro. Dahlberg argumenta que apenas os conceitos mais gerais, aqueles que abrangem um escopo mais amplo e que servem como base para outros conceitos mais específicos é que demandam definições mais detalhadas. A lógica por trás dessa abordagem é que os conceitos mais gerais e fundamentais precisam de definições robustas para estabelecer claramente seu significado e suas relações com outros conceitos. Isso facilita a compreensão do sistema conceitual como um todo e evita ambiguidades na estruturação do conhecimento. Por essa razão, os termos selecionados para análise foram qualificados por nós como mais abrangentes, uma vez que nos interessava discutir o gênero como uma construção social.

Entretanto, Tálamo, Lara e Kobashi (1993) enfatizam que o controle terminológico em tesouros deve ser realizado por meio do reconhecimento das propriedades de cada termo. Isso significa que, para cada conceito representado, é necessário identificar cuidadosamente suas características, relações, abrangência e nuances de significado. Esse minucioso reconhecimento das propriedades terminológicas permite uma definição precisa e contextualizada de cada conceito, evitando ambiguidades e garantindo a coerência do instrumento, sendo esse um

processo essencial para a construção de tesouros robustos e eficazes na representação e recuperação da informação. Portanto, as ausências dos termos ou ausência de conceitos inviabiliza as análises e, de forma simplificada, deixa a interpretação do termo sujeita à subjetividade de quem utiliza o instrumento.

Quanto as análises das hierarquias, destacamos que nos tesouros estudado foi possível identificar três principais tipos de termos que desempenham papéis fundamentais na estruturação e organização desses recursos informacionais. Primeiramente, os Termos Genéricos (TG) representam conceitos mais amplos, gerais ou abrangentes, situando-se em um nível hierárquico superior em relação aos termos específicos e estabelecendo relações hierárquicas do tipo “gênero-espécie” com esses últimos. A título de exemplo, tem-se o termo “Animal” como um TG em relação a “Mamífero”, assim como “Roupa” em comparação a “Camisa”.

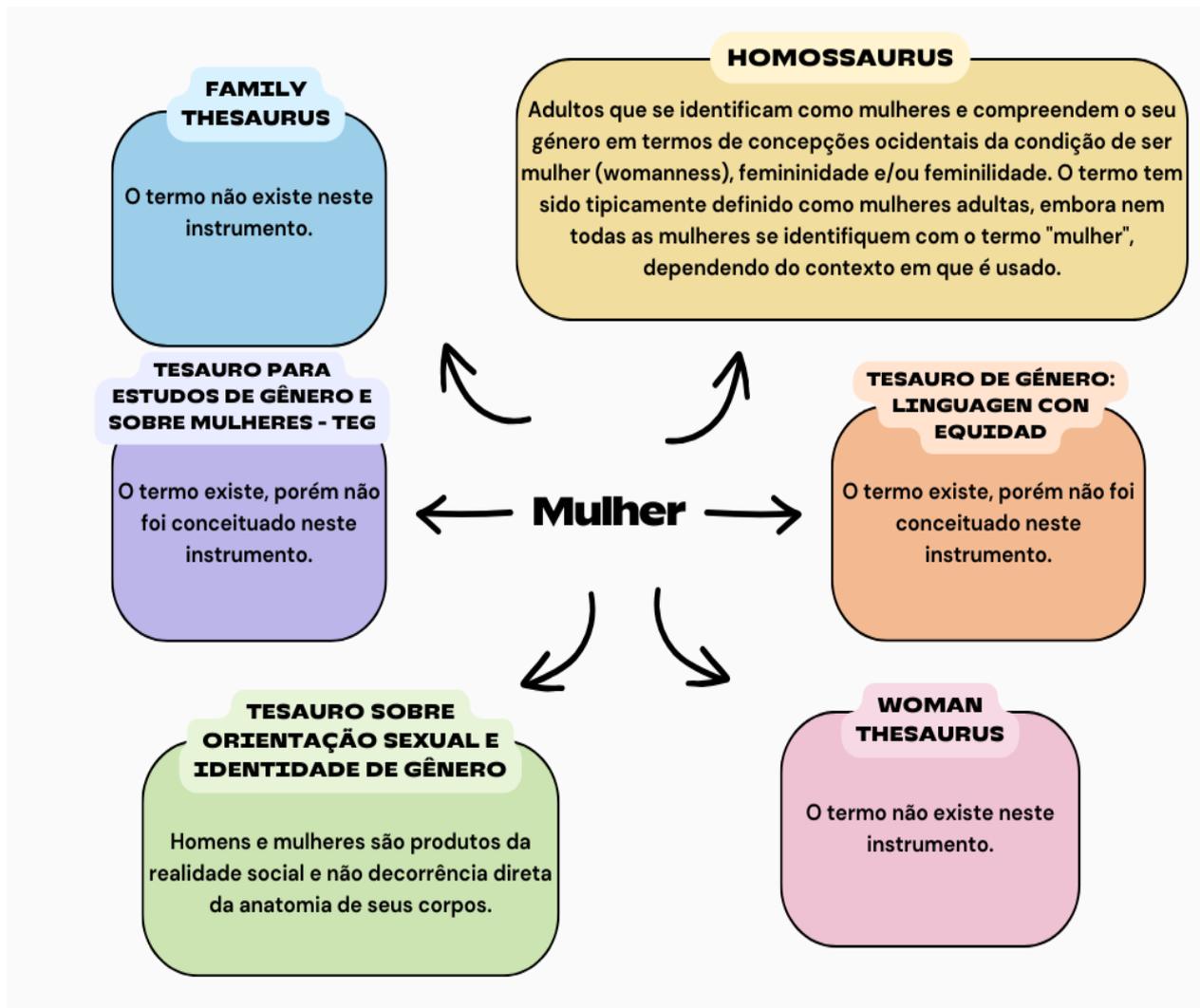
Por sua vez, os Termos Específicos (TE) representam conceitos mais restritos, detalhados ou especializados, posicionando-se hierarquicamente abaixo dos termos genéricos e estabelecendo, com esses, as mesmas relações hierárquicas do tipo “gênero-espécie”. Nesse sentido, “Fruto” é um TE em relação a “Árvore frutífera”, assim como “Calça” em comparação a “Roupa”. Por sua vez, os Termos Relacionados (TR) representam conceitos que possuem uma relação semântica, porém não hierárquica, com outros termos. São termos que estabelecem associações lógicas ou conceituais entre si, sem, contudo, haver uma relação de gênero-espécie. Exemplos desse tipo de termo são “Carro” relacionado a “Garagem” e “Educação” relacionado a “Aprendizagem”.

Por fim, os termos “Use” e “Used for” são utilizados para indicar relações de equivalência entre diferentes termos. O termo marcado como “Use” representa o termo preferencial ou autorizado a ser empregado, indicando que é o mais adequado para representar determinado conceito. Esse marcador orienta os usuários a utilizarem esse termo em detrimento de outros sinônimos ou variantes. Por outro lado, o termo “Used for” é empregado para indicar os termos sinônimos, variantes ou equivalentes do termo preferencial. Quando existem outros termos que se referem ao mesmo conceito, eles são marcados como “Used for”, remetendo o usuário do termo secundário ao termo preferencial a ser utilizado.

Para facilitar a compreensão dos termos e relacionamentos, realizaremos a tradução e acrescentaremos notas de rodapé com os termos no idioma de origem. Em paralelo, acrescentamos que as tabelas também identificam, via sistema de cores, quais instrumentos foram produzidos por países que historicamente colonizaram outros territórios (cor rosa) e países que foram colonizados (cor amarela).

5.2.1 Análises da conceituação e hierarquização do termo Mulher / Woman / Mujer

Figura 4 - Conceituação do termo Mulher.



Fonte: Elaboração própria em CANVA.

Analisar o conceito de “mulher” requer uma abordagem multifacetada que considere tanto os elementos biológicos quanto os socioculturais que permeiam essa identidade. O termo “mulher” não se restringe a uma definição monolítica, mas abrange um conjunto diverso de características e expressões nas quais indivíduos que se reconhecem e se identificam com essa identidade de gênero se veem representados. A proposição do conectivo “e” nessa conceituação é apropriada, pois sinaliza a inexistência de uma definição universal e inequívoca que abarque a totalidade das manifestações da mulheridade. Cada sujeita que se autodeclara mulher carrega

consigo uma miríade de experiências, vivências e expressões que transcendem uma delimitação rígida e estática dessa identidade.

Para além disso, a mulheridade se interconecta com outras categorias interseccionais, tais como raça, etnia, classe, sexualidade, condição humana, de modo que a compreensão holística desse construto deve considerar esses marcadores identitários que se imbricam e modulam as diferentes formas de ser e estar no mundo como mulher. A perspectiva decolonial é essencial nesse sentido, pois problematiza não só a categoria mulher como produto de um sistema colonial e efeito da colonialidade de gênero, como facilita o reconhecimento dos padrões hegemônicos e eurocentrados que têm historicamente definido e limitado as narrativas sobre o que é ser mulher.

Portanto, ao se conceituar “mulher” é importante que se reconheça a natureza fluida, complexa e multidimensional dessa identidade, evitando reducionismos e contemplando a diversidade que permeia as manifestações da feminilidade em suas múltiplas expressões. Essa compreensão deve estar atenta às interseccionalidades e aos processos de subalternização e marginalização que permeiam as experiências de diferentes mulheres em contextos históricos, sociais e culturais diversos.

Nos Tesouros analisados, observa-se que o termo “mulher” apresenta diferentes abordagens em relação à sua conceituação. No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e no *Tesouro de Género: linguagem con equidad*, o termo “mulher”, no primeiro e “mujeres” (mulheres), no segundo, existem, porém não foram conceituados nesses instrumentos. Essa ausência de definição pode refletir uma visão limitada ou parcial dessa identidade, negligenciando as nuances e disputas que envolvem sua conceituação. O mesmo ocorre com o termo no plural “mujeres”, que apesar de apresentar um termo mais plural, em reconhecimento das múltiplas formas de performar a feminilidade, não atribui uma conceituação. Nesse sentido, é fundamental que os Tesouros acompanhem as evoluções teóricas e epistemológicas dos Estudos de Gênero e Feministas e demonstrem isso através da conceituação, de modo a capturar os debates contemporâneos sobre a mulheridade.

Já no **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, observamos uma abordagem mais ampla e alinhada com os avanços teóricos dos Estudos de Gênero conforme o referencial teórico apresentado. Aqui, a definição do termo “mulher” indica que “homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos”. Concepção que vai além de uma visão biológica e essencialista do gênero, reconhecendo sua construção social e cultural. Ao adotar essa perspectiva, é evidenciado neste tesouro um

entendimento mais aprofundado e contemporâneo acerca das identidades de gênero refletindo importantes avanços teóricos e conceituais nos estudos de gênero.

Esse entendimento converge com as contribuições de teóricas de Raewyn Connel (2016) ao entender que essa identidade é corporificada socialmente, ou seja, desconstrói a noção de que o gênero é determinado exclusivamente por características biológicas. Além disso, ao reconhecer que a identidade de gênero é um processo de construção social, cultural e individual, o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero adota uma perspectiva alinhada com os debates contemporâneos em torno da fluidez e performatividade do gênero, alinhando-se assim a abordagem trabalhada tanto por Judith Butler (2024) que oferece uma interpretação interseccional sobre a corporeidade quanto por Geni Nuñez (2024) e Maria Lugones (2020) ao inferirem que a categoria mulher é atravessada pela colonialidade de gênero. Essa abordagem permite uma representação mais inclusiva e menos essencialista das diversas manifestações da feminilidade, ou seja, dos diferentes modos de ser mulher.

Assim, faz-se evidente que essa conceituação do termo “mulher” evidencia uma preocupação em acompanhar as evoluções teóricas e epistemológicas dos Estudos de Gênero, incorporando discussões relevantes sobre a despatologização das identidades de gênero, a desconstrução de binarismos e a afirmação da pluralidade de expressões de gênero. Portanto, a definição apresentada demonstra um esforço em direção a uma representação mais ampla, fluida e contextualizada do conceito de “mulher”, em contraposição à visão meramente biológica e essencialista.

No **Homossaurus**, o termo aparece no plural “mulheres” e é definido como “Adultos que se identificam como mulheres e compreendem o seu gênero em termos de concepções ocidentais de feminilidade, feminilidade e/ou feminilidade”⁷⁴. A conceituação do termo no plural demonstra uma preocupação em abarcar a diversidade inerente às expressões da feminilidade, reconhecendo que nem todas as mulheres necessariamente se identificam com o “feminino”, dependendo do contexto sociocultural em que são situadas. Isso evidencia uma compreensão abrangente e contemporânea do conceito de “mulher”, superando perspectivas essencialistas de gênero. Ao reconhecer que a identificação como mulher não se restringe a uma única forma de expressar a feminilidade, o Homossaurus alinha-se com os debates teóricos e epistemológicos mais avançados no campo dos Estudos de Gênero em consonância com a interseccionalidade.

⁷⁴ Traduzido de: “*Adults who self-identify as women and understand their gender in terms of Western conceptions of womanness, femaleness, and/or femininity. The term has typically been defined as adult female humans, though not all women identify with the term “female” depending on the context in which it is used*” (Homossaurus, 2024)

A definição apresentada reflete uma preocupação em abarcar a diversidade de modos de ser e de se apresentar como mulher, considerando as distintas concepções culturais e regionais de feminilidade. Essa abordagem mais nuançada contrasta com definições restritivas e padronizadas, que tendem a reduzir a identidade de gênero a características biológicas ou a um conjunto limitado de expressões socialmente esperadas.

Ao adotar uma perspectiva interseccional, busca-se ampliar o reconhecimento da diversidade de vozes, experiências e interpretações, em contraposição a uma visão monolítica e homogeneizante. Essa abordagem compreende, portanto, que não há uma única maneira de vivenciar e significar a realidade, mas, sim, uma pluralidade de perspectivas, reflexo da complexidade e heterogeneidade que caracteriza a condição humana (Collins; Bilge, 2021).

Por fim, nos instrumentos *Woman Thesaurus* e *Family Thesaurus*, identificamos que o termo “mulher” não está inserido nesses instrumentos, situação que nos causou surpresa, sobretudo por ser o *Woman Thesaurus* um instrumento de abordagem feminista. Essa ausência sugere um foco direcionado a outros conceitos, possivelmente com uma perspectiva mais ampla ou específica. Surpresa que também foi percebida ao buscarmos o termo no *Family Thesaurus*, mesmo que este não se caracterize como um tesouro de mesma abordagem.

Dito isso, entendemos que a adoção de definições mais precisas, nuançadas e alinhadas com os referenciais teóricos contemporâneos pode contribuir para uma melhor compreensão e organização do conhecimento relacionado ao tema. Cabe ressaltar, ainda, que não foi identificada nos instrumentos estudados uma relação mais direta com a perspectiva decolonial. No quadro abaixo apresenta, os a hierarquização do termo a partir dos termos genéricos, termos específicos e termos relacionados.

Quadro 4 - Hierarquização do termo mulher/mulheres.

MULHER					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
<i>Homosaurus</i>	Identidade de Gênero ⁷⁵	Amazonas; Mulheres bissexuais; Mulheres cisgênero; Mulheres heterossexuais; Mulheres trans; MAM (Mulheres que Amam Mulheres); Mulheres que fazem sexo com mulheres ⁷⁶	Pessoas cisgênero; Binarismos de gênero; Homens no fandom; Identidades de gênero e sexuais não euro-americanas; Pessoas transgênero; Mulheres ⁷⁷		
<i>Women's Thesaurus</i>	O termo não existe nesse tesauro				
<i>Family Thesaurus</i>	O termo não existe nesse tesauro				
Tesauro de gênero: linguagem con equidad	Estudos de gênero e feminismo ⁷⁸	Mulheres legisladoras; Mulheres artistas; Mulheres científicas; Mulheres camponesas; Mulheres empresárias/executivas; Mulheres escritoras; Mulheres intelectuais; Mulheres jovens; Mulheres ⁷⁹			
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)		amazonas; bruxas; filhas; heroínas; lésbicas; mães; mulheres na política; mulheres nas forças armadas; mulheres negras; noivas; primeiras-damas; princesas; prostitutas; rainhas.	história das mulheres; meninas.		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	Binário	Feminilidade	homem; matriarcado; vagina; feminismo		

Fonte: elaboração própria (2024)

⁷⁵ Traduzido de: Gender identity⁷⁶ Traduzido de: Amazons; Bisexual women; Cisgender women; Heterosexual women; Trans women; WLW (Women Loving Women); Women who have sex with women.⁷⁷ Traduzido de: Cisgender people; Gender binaries; Men in fandom; Non-Euro-American gender and sexual identities; Transgender people; Women⁷⁸ Traduzido de: Estudios de género y feminismo⁷⁹ Mujeres legisladoras; mujeres artistas; mujeres científicas; mujeres campesinas; mujeres empresarias/ejecutivas; mujeres escritoras; mujeres intelectuales; mujeres jóvenes; mujeres populares urbanas; mujeres profesionales; mujeres rurales.

Iniciamos a discussão hierárquica do **Homosaurus** que apresenta o termo identidade de gênero como genérico em relação à mulher, o que consideramos apropriado haja vista que mulher é uma categoria que representa uma identidade de gênero, portanto, descendendo dele. Continuando, o instrumento atribui como termos específicos, ou seja, aqueles que representam conceitos mais restritos, mais especializados, posicionando-se hierarquicamente abaixo dos termos genéricos os seguintes termos: “Amazonas”, “Mulheres bissexuais”, “Mulheres cisgênero”, “Mulheres heterossexuais”, “Mulheres trans”, “MAM (Mulheres que Amam Mulheres)” e “Mulheres que fazem sexo com mulheres”.

Nos chamou atenção a forma como esses termos específicos foram selecionados, visibilizando identidades de sexualidade e oferecendo um detalhamento da categorização desses corpos como cisgênero e transgênero. Além disso, identificamos a invisibilidade das mulheres lésbicas nessa hierarquização, sendo passível a interpretação de que esse grupo estaria representado pelos termos “mulheres que amam mulheres” e “mulheres que fazem sexo com mulheres”, o que também é a realidade de mulheres que se identificam como bissexuais ou pansexuais. Esse apagamento evidencia a perspectiva apresentada por Monique Wittig (2022) de que lésbicas não são consideradas mulheres em uma estrutura patriarcal. Ainda, consideramos que o termo “amazonas”, que remete a representação de mulheres guerreiras na mitologia grega como destoante dos demais, além de não oferecer uma dinâmica relacional do tipo gênero/espécie. Em razão disso, consideramos que este é um termo relacionado e não específico.

Quanto a correlação, delimitada por meio da categoria termos relacionados, foi indicado os seguintes termos: “Pessoas cisgênero”, “Binarismos de gênero”, “Homens no fandom”, “Identidades de gênero e sexuais não euro-americanas”, “Pessoas transgênero e Mulheres”. Consideramos coerente, haja vista que os termos relacionados representam conceitos que possuem uma relação semântica, porém não hierárquica, com outros termos. Por essa razão, apenas uma análise mais ampla sobre cada um desses termos, identificando a ausência de correlação entre eles, poderia ilustrar potenciais equívocos.

Em relação aos tesouros *Women's Thesaurus* e *Family Thesaurus*, eles não contemplam o termo “Mulher”, portanto, não são passíveis desse tipo de análise.

O **Tesouro de Gênero: Linguagen con Equidad**, mesmo não apresentando uma conceituação sobre os termos, oferece representação hierárquica e, por isso, pode ser incluído nessas análises. Este tesouro enquadra o termo “Estudos de gênero e feminismo” como genérico em relação ao termo mulher e isso reforça uma característica específica desse instrumento vinculada a uma perspectiva acadêmico/científica, como área do conhecimento. Atribui como

termos específicos os seguintes termos: “Mulheres legisladoras”, “Mulheres artistas”, “Mulheres científicas”, “Mulheres camponesas”, “Mulheres empresárias/executivas”, “Mulheres escritoras”, “Mulheres intelectuais”, “Mulheres jovens” e “Mulheres”, indicando o vínculo com ensino e profissionalização das mulheres. Aspectos interessantes se considerarmos o apagamento histórico das mulheres no campo do trabalho e da intelectualidade, reflexo de políticas patriarcais e coloniais (Lerner, 2019; Segato, 2021). Não houve, nesse instrumento, indicação de termos relacionados.

No **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)**, não é indicado um termo genérico para “Mulher”. Por sua vez, inclui uma lista de termos específicos na qual constam os termos: “amazonas”, “bruxas”, “filhas”, “heroínas”, “lésbicas”, “mães”, “mulheres na política”, “mulheres nas forças armadas”, “mulheres negras”, “noivas”, “primeiras-damas”, “princesas”, “prostitutas” e “rainhas”. Termos que expressam diversas formas pelas quais as mulheres foram historicamente categorizadas, indicando, com isso, a diversidade de posições políticas e sociais que as mulheres ocuparam ao longo do tempo.

Além disso, também fora atribuído como descendência do termo mulher o termo “mulheres lésbicas”, visibilizando, assim, esse grupo social. Por sua vez, esta foi a única identidade de sexualidade representada, o que também invisibiliza outras identidades de sexualidade. Supomos que a ausência da heterossexualidade como uma identidade vinculada a mulher, potencialmente presume que esta é a norma vigente, ou seja, o que é genérico quando se pensa em sexualidade de mulheres. Reconhecemos, ademais que a forma como a posição social das mulheres enquanto “mães”, “mulheres na política”, “mulheres nas forças armadas”, “noivas”, “primeiras-damas”, “princesas”, “prostitutas” e “rainhas” também coincide com as representações pelas quais mulheres foram historicamente reconhecidas, sobretudo, para a manutenção do patriarcado.

Como correlação, o TEG indica como termo relacionado “história das mulheres e meninas” que indica uma perspectiva epistêmica vinculada aos estudos feministas.

Por fim, no **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, o termo “Mulher” é hierarquicamente vinculado ao termo genérico “binário”, o que, assim como o termo identidade de gênero no Homossauros, indica a representação de uma identidade. Entretanto, aqui pode ser interpretada uma crítica ao binarismo de gênero, que evoca a cisgeneridade como norma para definir essas identidades (Butler, 2024).

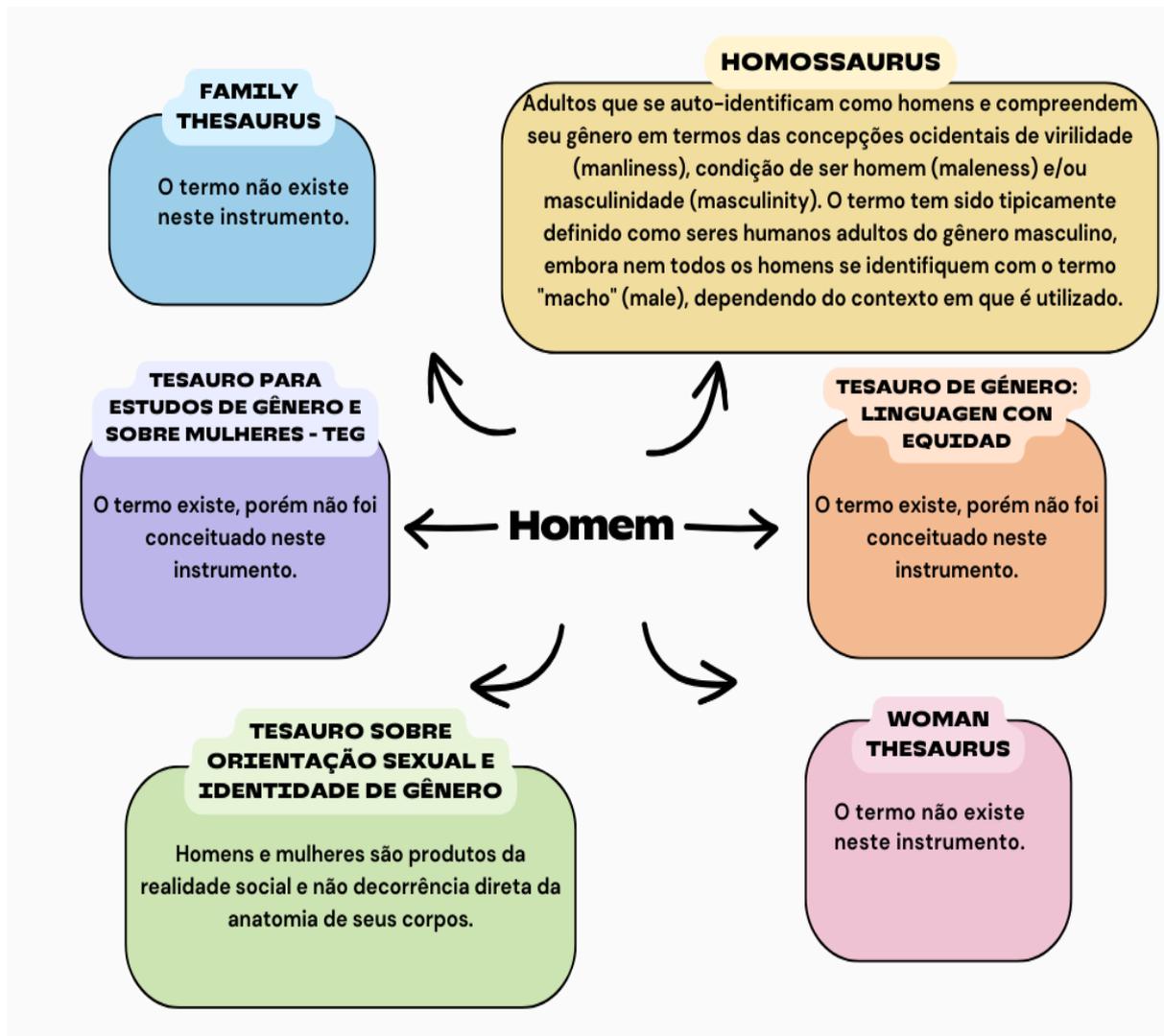
Além disso, atribuí como termo específico “Feminilidade”, o que consideramos coerente com a conceituação de mulher apresentada, pois este termo não pressupõe um vínculo com a anatomia dos corpos, mas sim com os modos de ser e se sentir uma mulher.

Como termos relacionados, foram atribuídos os seguintes: “homem”, “matriarcado”, “vagina” e “feminismo”, representando a proximidade semântica, porém não hierárquica dos termos. Cabe ressaltar que a representação dos termos relacionados pode indicar oposição ao que foi estabelecido nos termos específicos, o que justificaria, por exemplo a atribuição do termo “vagina” aqui. Destacamos que em nenhum dos instrumentos foi indicado delimitadores de uso a partir do termo “Mulher”, por isso, não foram analisados.

Por fim, consideramos que nos instrumentos analisados, quando o termo aparece, não houve um vínculo propriamente dito com as dinâmicas coloniais que atravessaram os processos de construção social da categoria “mulher”, o que fica como lacuna e indicação para atualização ou construção de novos instrumentos.

5.2.2 Análises da conceituação e hierarquização do termo Homem / Man / Hombre

Figura 5 - Conceituação do termo Homem.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

A conceituação do termo “homem”, da mesma forma que o termo “mulher”, considera tanto os aspectos biológicos quanto os socioculturais inerentes a essa identidade de gênero, posto que o construto “homem” não se limita a uma definição singular e universal, mas abrange um conjunto diversificado de características e expressões com as quais os indivíduos que se reconhecem e se identificam com essa identidade de gênero se veem representados. Nesse sentido, sinalizamos não ser possível assumir uma definição universal que abarque a totalidade das formas de expressar as masculinidades, pois cada sujeito que se autodeclara homem carrega

consigo uma gama de experiências, vivências e expressões que transcendem uma delimitação rígida e estática dessa identidade.

Para além disso, a categoria homem se intersecciona com outras categorias como raça, etnia, classe, sexualidade, localização geográfica e condição humana, de modo que a compreensão holística desse construto deve considerar esses marcadores identitários que se imbricam e modulam as diferentes formas de ser e estar no mundo como homem. Nesse contexto, assim como destacado no caso da categoria “mulher”, convergir uma perspectiva decolonial sobre o conceito é essencial, pois problematiza não apenas a categoria “homem” como produto de um sistema colonial e efeito da colonialidade de gênero, mas também facilita o reconhecimento dos padrões que têm historicamente definido e limitado as narrativas sobre o que significa ser homem, posicionando esses sujeitos como norma ou até mesmo como sinônimo de humanidade. Em face disso, a conceituação do “homem” deve ir além de definições limitadas ou monolíticas, buscando uma compreensão mais ampla e representativa dessa identidade em suas variadas formas de expressão e vivência.

No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e no **Tesouro de Gênero: linguagem con equidad**, o verbete “homem” está presente, porém não foi devidamente conceituado em ambos os instrumentos. Essa ausência de uma definição do termo sugere uma lacuna na representação do conceito de “homem” nesses Tesouros, o que pode limitar a compreensão e o uso adequado desse termo pelos usuários. Lacuna conceitual que reflete, em certa medida, a tendência em teorias de gênero e feministas de priorizar a análise e a representação da categoria “mulher”, em detrimento de uma teorização mais aprofundada sobre a identidade masculina. Essa assimetria nos estudos de gênero revela a necessidade de se problematizar e desconstruir a própria noção de “homem”, compreendendo-a como uma identidade fluida, complexa e multidimensional, e não como uma categoria universalizada.

No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, é apresentada uma abordagem mais ampla e complexa, indicando que “homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos”. Assim como exposto em relação ao termo “mulher”, essa concepção vai além de uma visão biológica e essencialista do gênero, reconhecendo sua construção social e cultural, refletindo, sobremaneira, os avanços teóricos e conceituais nos estudos de gênero.

No **Homossaurus**, o termo “homens” é conceituado de forma mais detalhada, sendo definido como “Adultos que se auto-identificam como homens e compreendem seu gênero em termos das concepções ocidentais de virilidade [manliness], condição de ser homem [maleness] e/ou masculinidade [masculinity]. O termo tem sido tipicamente definido como seres humanos

adultos do gênero masculino, embora nem todos os homens se identifiquem com o termo "macho" (male), dependendo do contexto em que é utilizado.”⁸⁰. Essa conceituação captura a diversidade de expressões da masculinidade, destacando que nem todos os indivíduos que se identificam como homens necessariamente se alinham com as noções hegemônicas de masculinidade. Essa abordagem reconhece que a experiência de gênero é contextual e que a compreensão do “masculino” pode variar de acordo com fatores culturais, sociais e individuais. Essa conceituação mais ampla do termo “homem” evidencia um avanço nos estudos de gênero, ao enquadrar os sujeitos masculinos também como objeto de análise e problematização. Tal perspectiva se alinha com a emergência dos Estudos das Masculinidades, campo que se propõe a desconstruir a noção de masculinidade como uma entidade fixa, explorando suas múltiplas expressões e intersecções com outras categorias identitárias (Connel, 2016; Bola, 2021).

Por fim, no **Woman Thesaurus** e no **Family Thesaurus**, o termo “homem” não existe. Essa lacuna sugere um direcionamento e um foco mais acentuados nos vieses desses instrumentos. O **Woman Thesaurus**, por exemplo, adota uma perspectiva mais centrada em questões especificamente relacionadas à mulher e ao feminismo, enquanto o **Family Thesaurus** provavelmente prioriza relações de termos vinculados à esfera familiar. Essa constatação revela uma tendência observada em diversos campos do conhecimento, a saber: o privilégio da análise das experiências de mulheres em detrimento de uma problematização mais aprofundada das identidades masculinas. Assimetria que reflete, em certa medida, a trajetória histórica dos estudos de gênero, em que as reivindicações e as perspectivas feministas ocuparam uma posição central nessa agenda de pesquisa. Não obstante, essa lacuna na representação do conceito de “homem” nesses tesouros também pode indicar uma lacuna maior nos próprios estudos de gênero, que, por longo período, tenderam a tratar a masculinidade como uma categoria natural, fixa e hegemônica, sem problematizá-la de forma adequada.

⁸⁰ Traduzido de: “Adults who self-identify as men and understand their gender in terms of Western conceptions of manliness, maleness, and/or masculinity. The term has typically been defined as adult male humans, though not all men identify with the term “male” depending on the context in which it is used” (Homossaurus, 2024).

Quadro 5 - Hierarquização do termo Homem.

HOMEM					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus	Identidade de gênero ⁸¹	Homens bissexuais; Homens cisgênero; Homens gays; Homens heterossexuais; Homens que fazem sexo com homens; MLM (Homens Amando Homens); Homens transexuais ⁸²	Cirurgia de afirmação de gênero; Ambiguidade de gênero; Binariedade de gênero; Diversidade de gênero; Minorias de gênero; Relações de gênero; Segregação de gênero; Estudos de gênero; Transgressão de gênero; Genocídio de gênero; Genderismo; Passar (de gênero); Sexo (corpo); Sigilo (transgênero); Transexualidade. ⁸³		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				
Family Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)		filhos; gays; heróis; pais	Meninos		
Tesauro de gênero: linguagem con equidad	Distribuição da população por sexo; Identidade de gênero; Masculinidade. ⁸⁴	androginia; virilidade ⁸⁵	mulheres ⁸⁶		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	Binário		androssexual; pênis; Mulher		

Fonte: elaboração própria (2024)

⁸¹ Traduzido de: Gender identity

⁸² Traduzido de: Bisexual men; Cisgender men; Gay men; Heterosexual men; Men who have sex with men; MLM (Men Loving Men); Trans men

⁸³ Traduzido de: Gender affirming surgery; Gender ambiguity; Gender binaries; gender diversity; gender minorities; gender relations; gender segregation; gender studies; gender transgression; gendercide; genderism; passing (gender); sex (body); stealth (transgender); transgenderism

⁸⁴ Traduzido de: Distribución de la población por sexo; identidad de género; masculinidad.

⁸⁵ Traduzido de: androginia; virilidad

⁸⁶ Traduzido de: mujeres.

O **Homossaurus** apresenta hierarquicamente o termo identidade de gênero como genérico em relação a homem, o que mais uma vez consideramos apropriado posto ser “homem” uma categoria que representa uma identidade de gênero, portanto, descende deste. Atribuí como termos específicos os termos: “Homens bissexuais”; “Homens cisgênero”; “Homens gays”; “Homens heterossexuais”; “Homens que fazem sexo com homens”; “HAH (Homens Amando Homens)”; “Homens transexuais”. Termos que evidenciam essencialmente o vínculo com as identidades de gênero cis e trans, identidades de sexualidade heterossexuais e não heterossexuais e vínculos com as expressões da afetividade ao qualificar como termos específicos os homens que amam homens e homens que fazem sexo com homens. Diferente do ocorrido com o termo mulher, não percebemos apagamentos de expressões da sexualidade como ocorreu com mulheres lésbicas no mesmo tesouro, o que indica mais atenção à discussão dessa categoria.

O mesmo tesouro atribui como termos relacionados: “Cirurgia de afirmação de gênero”; “Ambiguidade de gênero”; “Binariedade de gênero”; “Diversidade de gênero”; “Minorias de gênero”; “Relações de gênero”; “Segregação de gênero”; “Estudos de gênero”; “Transgressão de gênero”; “Genocídio de gênero”; “Genderismo”; “Passar (de gênero)”; “Sexo (corpo)”; “Sigilo (transgênero)”; “Transexualidade”. Termos como “Ambiguidade de gênero”, “Diversidade de gênero” e “Minorias de gênero” apontam para um reconhecimento da multiplicidade de formas de expressão e vivências do gênero, para além das concepções binárias. Essa perspectiva se alinha com abordagens interseccionais que destacam a necessidade de se compreender as diferentes intersecções relacionadas a “homem”. O termo “Binariedade de gênero”, por sua vez, sugere uma percepção crítica à estrutura dicotômica que historicamente tem organizado as concepções de gênero. Essa discussão se insere em debates decoloniais que buscam questionar e dismantlar as lógicas coloniais e patriarcais que impuseram a binariedade de gênero. Termos como “Genocídio de gênero” e “Segregação de gênero” indicam uma preocupação em visibilizar as formas de violência e opressão estruturais enfrentadas por pessoas com identidades e expressões de gênero dissidentes, o que também permite a inserção de uma prerrogativa interseccional e decolonial pois seus significados denunciam as violências históricas cometidas contra populações marginalizadas por suas identidades e expressões de gênero.

Além disso, termos como “Cirurgia de afirmação de gênero”, “Passar (de gênero)” e “Sigilo (transgênero)” abordam questões relacionadas aos processos de transição de gênero. Essa inclusão pode indicar um esforço em reconhecer e compreender as especificidades das experiências transgêneras, algo importante em uma perspectiva interseccional e decolonial. O

termo “Estudos de gênero” sugere a presença de reflexões acadêmicas sobre as questões de gênero.

O **Women's Thesaurus** e o **Family Thesaurus** não contemplam o termo “Homem”, portanto, não foram analisados em relação às suas hierarquizações. Contudo, essa ausência indica uma lacuna a ser melhor representada em atualizações ou reedições dos instrumentos.

O **Tesouro de Gênero: Linguagem com Equidade** atribui como termos genéricos “Distribuição da População por Sexo”, “Identidade de Gênero” e “Masculinidade”. Entendemos que o primeiro termo está desatualizado em relação às discussões contemporâneas dos estudos de gênero, pois “Distribuição da População por Sexo” remonta a uma terminologia não mais usual, uma vez que se entende que sexo se refere a características biológicas e não a construções sociais (Connell, 2016). Concordamos que “Identidade de Gênero” e “Masculinidade” podem ser considerados termos genéricos do vocábulo “homem”, dado ser perceptível a relação do tipo gênero/espécie. Expandindo essa relação hierárquica, os termos específicos indicados neste Tesouro são “Androginia” e “Virilidade”, ambos conectados a expressões performáticas do gênero, sendo que o primeiro transmite a ideia de subversão à masculinidade hegemônica e o segundo uma correspondência à expectativa patriarcal da expressão da masculinidade (Bola, 2021). Apesar disso, não são termos que indicam ascendência ou descendência, podendo ser melhor expostos como “termos relacionados”. Como correlação, o tesouro indica “Mulheres” como termo relacionado, sinalizando para uma oposição nessa correlação.

O **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** não atribui termo genérico ao termo “Homem”. Dentre os termos específicos, destacam-se “filhos”, “gays”, “heróis” e “pais”, termos que refletem relações familiares indicando parentesco, orientação sexual, representação de figuras heroicas na sociedade, representações sociais comuns em estruturas patriarcais. Adicionalmente, o termo “meninos” é considerado neste instrumento um termo relacionado a homens, entretanto, consideramos que este seria mais bem posicionado se fosse caracterizado como termo específico, pois indica uma fase do desenvolvimento humano experienciado por sujeitos que se reconhecem por essa identidade de gênero

O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, por sua vez, é o que expõe de forma mais tímida a hierarquização dos termos. Atribui como termo genérico o vocábulo “Binário” indicando ser essa uma das identidades de gênero da perspectiva do binarismo, o que indica uma crítica a esse sistema. Adicionalmente, determina como termo específico “androssexual” que significa uma atração ou predileção por características estereotipadas da masculinidade hegemônica; “pênis” e “Mulher”. Consideramos que o termo

“mulher” deveria ser reposicionado para um termo relacionado, uma vez que não indica relacionamento do tipo gênero/espécie, ascendência ou descendência.

Destacamos que em nenhum dos instrumentos foi indicado delimitadores de uso a partir do termo “Homem”, por isso, não foram analisados.

5.2.3 Análises da conceituação e hierarquização do termo Patriarcado / *Patriarchy*

Figura 6 - Conceituação do termo Patriarcado.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

De acordo com o referencial teórico constituído na tese, o patriarcado pode ser compreendido como uma construção histórica, social e cultural formada majoritariamente por homens, com apoio de algumas mulheres, que se perpetua por meio da repetição de comportamentos e de constante adequação estratégica para sua manutenção. Essa dinâmica ocorre em ritmos e momentos distintos, variando entre diferentes sociedades. A noção de patriarcado implica, portanto, em uma organização social centrada no poder masculino, na qual o homem detém a autoridade e o controle sobre as mulheres e crianças. Trata-se de um sistema

enraizado em estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais que se reproduz por meio da internalização de normas, valores e expectativas de gênero (Lerner, 2019).

Tendo em vista esse delineamento, a conceituação de “patriarcado” implica essencialmente em qualificá-lo como um sistema que evidencia o privilégio masculino na organização social, considerando, sobremaneira, que esse sistema foi utilizado como modelo a ser seguido em contextos de colonização de territórios, pessoas e povos (Quijano, 2010; Segato, 2021). Em face disso, é necessário considerar nesse processo de conceituação que o patriarcado é um sistema que favorece a categorização social impondo dinâmicas desiguais de obediência e subalternidade por meio de marcadores sociais como pertencimento étnico, grau de parentesco, classe social, identidade de gênero e sexualidade, condição humana e outros marcadores.

No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e no **Tesouro de Gênero: linguagen con equidad**, o termo “patriarcado” se faz presente, porém, não foi conceituado. Essa ausência de definição sugere uma lacuna na representação desse conceito-chave, que é fundamental para a compreensão das relações de gênero e da opressão histórica sofrida por mulheres, pessoas não brancas, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, entre outros grupos sociais historicamente subalternizados. Ao não definir claramente o conceito de patriarcado, esses tesouros deixam de representar uma ferramenta conceitual fundamental para a compreensão das relações de gênero e sua interseccionalidade com outras formas de opressão. Essa lacuna pode dificultar a análise crítica e a visibilização de fenômenos como a dominação masculina, a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho e a exclusão social.

Já no **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, o patriarcado é abordado de forma mais substantiva, sendo conceituado como um sistema em que “as normas masculinas reforçam o papel de gênero associando atributos e características a um gênero”. Essa definição aponta para a maneira como o patriarcado opera, estabelecendo padrões e expectativas de gênero que privilegiam características e comportamentos tradicionalmente associados à masculinidade. Bola (2021) destaca a necessidade de se pensar o patriarcado também a partir da experiência e da agência dos homens. Segundo Bola, o patriarcado não apenas oprime as mulheres, mas, também, impõe aos homens expectativas rígidas de masculinidade, limitando-os em sua expressão de gênero. Nesse sentido, a definição do tesouro, ao mencionar o reforço das “normas masculinas”, aponta para essa dimensão do patriarcado, que também molda as próprias concepções de masculinidade.

A ausência do termo “patriarcado” no **Homossaurus**, tesouro mais completo em relação às questões de gênero, é de fato surpreendente e merece uma análise mais aprofundada. O patriarcado é um conceito fundamental para a compreensão das dinâmicas de poder e opressão de gênero. Como discutido anteriormente, a partir das perspectivas de Gerda Lerner (2019), bell hooks (2020) e JJ Bola (2021), o patriarcado deve ser entendido como um sistema histórico de dominação masculina que se manifesta de formas diversas e interseccionais, afetando de maneira particular grupos marginalizados. Nesse sentido, a ausência dessa definição no **Homossaurus** é problemática, posto limita a capacidade desse instrumento de representar adequadamente as complexidades envolvidas nas relações de gênero. Sem uma abordagem substantiva do patriarcado, corre-se o risco de se negligenciar importantes aspectos das experiências de opressão e das lutas por igualdade de gênero.

Por outro lado, o **Woman Thesaurus** apresenta uma conceituação considerando o patriarcado como “Conceito utilizado nas teorias feministas e nos estudos sobre as mulheres nos anos setenta em referência às origens da opressão das mulheres; o poder automático dos homens como grupo sobre as mulheres”⁸⁷. Essa definição situa o termo no contexto dos estudos feministas e da compreensão da opressão histórica das mulheres. Adicionalmente, o Tesouro traz outra acepção do termo, relacionada ao “poder dos pais” e ao controle político e social das mulheres pelos homens, aspecto que nos permite reconhecer a centralidade paternalista nos arranjos familiares.

No **Family Thesaurus**, por sua vez, o patriarcado é conceituado como “Um tipo particular de estrutura de parentesco com o pai como chefe absoluto, mas também utilizada para o controle político e social das mulheres pelos homens”⁸⁸. Essa definição se aproxima da segunda acepção apresentada no **Woman Thesaurus**, enfatizando a dimensão do controle e do poder masculino na esfera familiar e social. Essa definição revela uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do termo em comparação com a ausência observada no **Homossaurus**.

A definição de patriarcado do **Family Thesaurus** articula duas importantes dimensões desse sistema de dominação: Uma delas é a dimensão familiar, na qual o patriarcado é caracterizado pela autoridade e o domínio do pai/homem na estrutura de parentesco, estabelecendo uma hierarquia de gênero no âmbito doméstico. E a segunda é a dimensão

⁸⁷ Traduzido de: 1. concept used in feminist theories and women's studies in the seventies in reference to the origins of women's oppression; the automatic power of men as a group over women
2. originally it referred to the 'power of fathers' linking the exercise of power with that of fatherhood (**Woman's thesaurus**, 2024).

⁸⁸ Traduzido de: A particular kind of kinship structure with the father as the absolute head, but also used for the political and social control of women by men (**Family Thesaurus**, 2014).

sociopolítica, por inferir que o patriarcado extrapola os limites da família, sendo utilizado como mecanismo de controle e subordinação das mulheres na esfera pública, abrangendo as esferas política, econômica e social. No entanto, mesmo essa definição ainda apresenta limitações. Ao focar predominantemente na relação de poder entre homens e mulheres, ela não contempla as intersecções entre o patriarcado e outras formas de opressão como o racismo, a desigualdade de classe e a heteronormatividade. Lacuna que dificulta uma compreensão mais ampla e complexa do modo como o patriarcado se manifesta de maneira diferenciada em relação a grupos socialmente marginalizados.

Quadro 6 - Hierarquização do termo Patriarcado.

PATRIARCADO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus	O termo não existe nesse tesouro				
Women's Thesaurus	antropologia ⁸⁹				
Family Thesaurus			Estrutura familiar; Pais; Sistema de parentesco; Matriarcado; Homens; Poder ⁹⁰		
Tesouro de género: linguagen con equidad	Dominação masculina; Falocentrismo; Tipos de família ⁹¹		sistema sexo/género; antecedentes familiares; clan; familia extendida; familia interetnica; familia interracial; familia monoparental; familia nuclear; familia numerosa; familia reconstituída; familia rural; familia urbana; matriarcado ⁹²		
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)			cultura; deuses; falocentrismo; matriarcado; poder; sexismo; teologia.		
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Género	masculinidade hegemônica		Feminismo; Machismo; matriarcado; sexismo		

Fonte: Elaboração própria (2024)

⁸⁹ Traduzido de: anthropology⁹⁰ Traduzido de: Family structure; Fathers; Kinship system; Matriarchy; Men; Power⁹¹ Traduzido de: dominación masculina; falocentrismo; tipos de familia⁹² Traduzido de: sistema sexo/género; antecedentes familiares; clan; familia extendida; familia interetnica; familia interracial; familia monoparental; familia nuclear; familia numerosa; familia reconstituída; familia rural; familia urbana; matriarcado

O termo “patriarcado” não existe no **Homossaurus**, portanto, não será possível realizar a análise hierárquica e correlação entre termos em sua estrutura.

No **Women's Thesaurus**, o termo “patriarcado” é representado apenas por sua associação ao termo genérico “antropologia”. Essa abordagem pode ser considerada insuficiente e problemática do ponto de vista da organização conceitual. Em primeiro lugar, a simples atribuição do patriarcado como um termo genérico da Antropologia não reflete adequadamente a natureza e a complexidade desse fenômeno social. O patriarcado transcende os limites disciplinares da Antropologia, permeando diversas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Política, os Estudos de Gênero, entre outras. Portanto, sua representação restrita à Antropologia não abarca a amplitude de sua conceituação e abordagens.

Além disso, a relação estabelecida entre “patriarcado” e “antropologia” não se configura como uma genuína relação hierárquica de gênero/espécie, ascendência ou descendência. O patriarcado não pode ser compreendido simplesmente como um objeto de estudo da Antropologia, pois ele perpassa diferentes objetos e fenômenos sociais. Essa representação acaba por reduzir o patriarcado a uma única perspectiva disciplinar, ignorando sua natureza multifacetada e transversal.

O **Family Thesaurus** não atribui termos genéricos nem termos específicos ao vocábulo “patriarcado”. Entretanto, atribui como termos relacionados: Estrutura familiar, Pais, Sistema de parentesco, Matriarcado, Homens, Poder. Termos que convergem com o referencial teórico apresentado. A não atribuição de termos genéricos ou específicos aqui sugere uma abordagem fragmentada e superficial, que não reflete a profundidade desse conceito. O termo patriarcado está sub-representado, uma vez que não apresenta uma hierarquização que evidencie suas relações de subordinação, coordenação e derivação com outros construtos.

No **Tesouro de Gênero: Linguagem com Equidade** foram atribuídos os termos genéricos “Dominação masculina” e “Falocentrismo”, bem como pelos “Tipos de família”. A atribuição do termo “Dominação masculina” como genérico do patriarcado revela a compreensão desse último como um sistema de dominação e privilégio exercido pelos homens sobre as mulheres, entretanto, consideramos que ele seria mais bem posicionado como termo específico, uma vez que patriarcado é um sistema, e dominação masculina um modo de operar nesse sistema. Já a vinculação do patriarcado ao “Falocentrismo”, também deveria ser, na nossa visão, reposicionado como termo específico pois também descende do patriarcado. Isso sugere uma abordagem que enfatiza a centralidade do falo e da masculinidade como norma e padrão a ser seguido, relegando as manifestações não masculinas a uma posição subalterna. Este tesouro, atribui como termos relacionados: sistema sexo/gênero, antecedentes familiares, clan, família

estendida, família interétnica, família interracial, família monoparental, família nuclear, família numerosa, família reconstituída, família rural, família urbana, matriarcado.

Consideramos que “sistema sexo/gênero” seria mais bem posicionado como termo específico pois remete, em uma abordagem acadêmica, a uma estrutura social que organiza e hierarquiza as relações de poder entre homens e mulheres, estabelecendo normas, expectativas e papéis de gênero que permeiam diversas esferas da vida (Rubin, 2017). “Antecedentes familiares”, “clã”, “família estendida”, “família interétnica”, “família interracial”, “família monoparental”, “família nuclear”, “família numerosa”, “família reconstituída”, “família rural” e “família urbana” evidenciam a diversidade de arranjos e configurações familiares, sendo adequadamente correlacionados ao patriarcado.

A representação do patriarcado no **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** apresenta uma abordagem distinta daquela observada no Family Thesaurus e no Tesouro de Gênero: Linguagem com Equidade. Nesse instrumento, não há a indicação de termos genéricos ou específicos relacionados diretamente ao patriarcado, o que pode ser considerado apropriado, uma vez que o patriarcado é compreendido como o termo mais genérico para identificar esse sistema de organização social. Essa decisão de não hierarquizar o patriarcado por meio de termos genéricos e específicos sugere uma preocupação em não fragmentar excessivamente esse conceito, preservando sua natureza sistêmica e complexa. Ao evitar essa segmentação conceitual, o TEG parece reconhecer a dificuldade de encapsular o patriarcado em uma estrutura taxonômica rígida, dada a amplitude e a multidimensionalidade desse fenômeno.

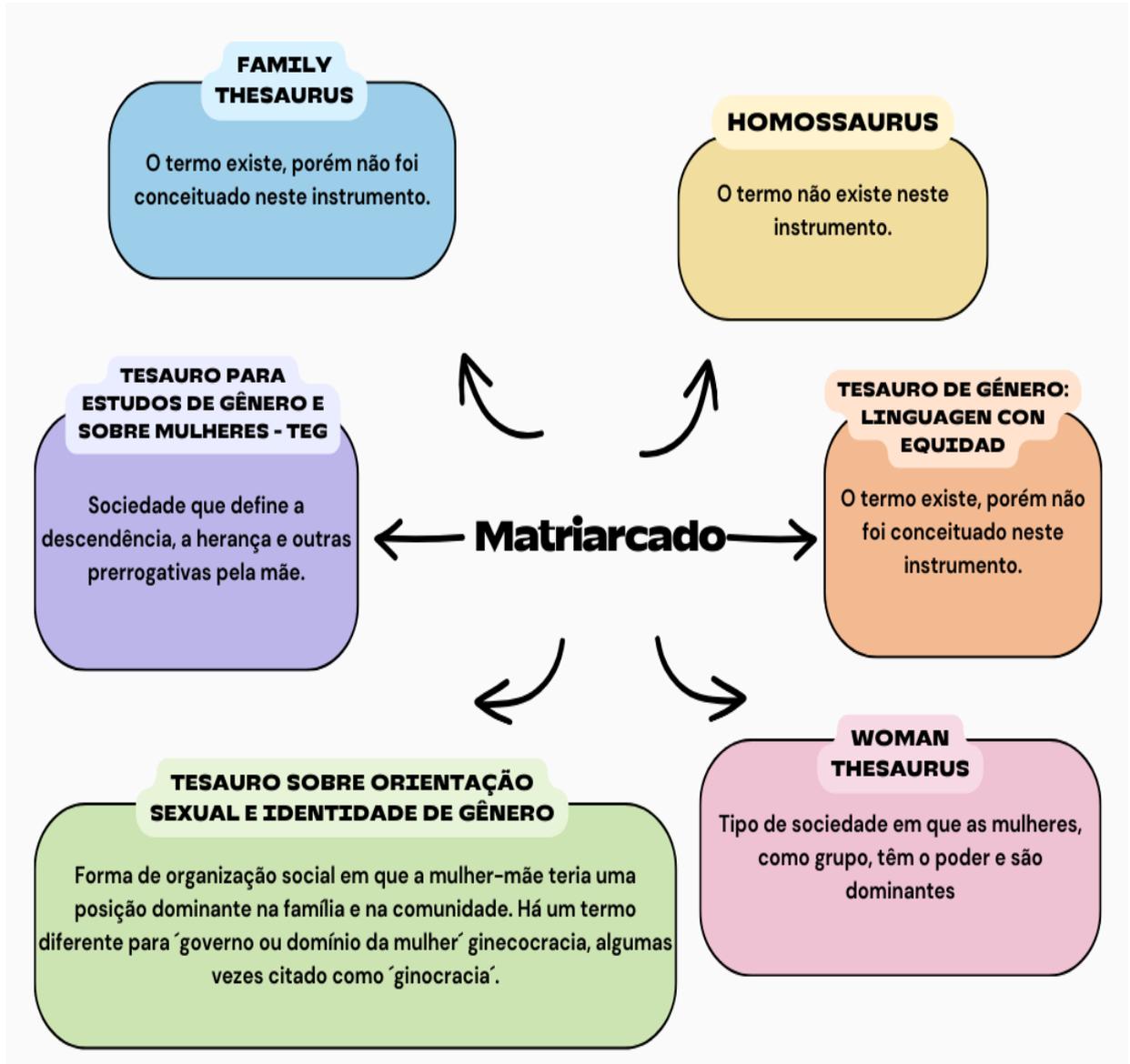
No entanto, o TEG estabelece correlações entre o patriarcado e outros termos, tais como: “cultura”, “deuses”, “falocentrismo”, “matriarcado”, “poder”, “sexismo” e “teologia”. Essa abordagem revela uma preocupação em posicionar o patriarcado dentro de um contexto mais amplo de relações de gênero, representações simbólicas, estruturas de dominação e sistemas de crenças.

No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, a representação do patriarcado apresenta uma estrutura conceitual distinta daquela observada no Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG). Nesse instrumento, o termo “masculinidade hegemônica” é atribuído como o termo genérico em relação ao patriarcado, o que consideramos uma abordagem inadequada. O patriarcado, enquanto um sistema de organização social baseado na dominação masculina, deve ser compreendido como o termo mais genérico, sendo a “masculinidade hegemônica” um dos seus elementos específicos.

Essa inversão hierárquica pode sugerir uma ênfase excessiva na manifestação da masculinidade como o aspecto central do patriarcado, em detrimento de uma compreensão mais ampla desse fenômeno. O patriarcado envolve não apenas a hegemonia da masculinidade, mas também toda uma estrutura de poder, privilégios, representações e relações de gênero que se perpetuam por meio de diversos mecanismos sociais, culturais, políticos e econômicos (Lerner, 2019). No entanto, esse instrumento estabelece correlações entre o patriarcado e outros termos relevantes, como “Feminismo”, “Machismo”, “Matriarcado” e “Sexismo”. Esse modo de relacionar o patriarcado a conceitos adjacentes é vista como positiva, pois indica uma preocupação em posicionar o fenômeno dentro de um contexto mais amplo de relações de gênero e sistemas de poder.

5.2.4 Análises da conceituação e hierarquização do termo Matriarcado / *Matriarchy*

Figura 7 - Conceituação do termo Matriarcado.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

O matriarcado pode ser compreendido como uma organização social na qual as mulheres detêm maior poder e autoridade em relação às pessoas de outras identidades de gêneros. Diferentemente do patriarcado, no qual o privilégio masculino é a norma predominante, o matriarcado se caracteriza pela liderança feminina, tanto no âmbito familiar quanto na esfera pública, no que concerne ao governo e à definição das prioridades comunitárias. Para uma compreensão mais elucidativa desse sistema, evoca-se o conceito de “matripotência” que se refere à capacidade inerente das mulheres de gerar vida, nutrir e cuidar,

conferindo a elas um poder social e simbólico que não se limita apenas à reprodução biológica e a atos de serviço.

A matripotência se estende à esfera da produção, da organização social e da transmissão de conhecimentos e valores culturais. Portanto, a conceituação do vocábulo matriarcado implica no reconhecimento da agência e do protagonismo feminino na estruturação das relações sociais, econômicas e políticas, tendo a matripotência como um eixo fundamental na representação de autoridade e liderança. Essa valorização da maternidade como eixo organizador evidencia uma ontologia e uma cosmologia distintas daquelas que sustentam o patriarcado, questionando a naturalização do domínio masculino e propondo uma alternativa pautada na agência e no protagonismo das mulheres.

No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres** (TEG), matriarcado é conceituado como “Sociedade que define a descendência, a herança e outras prerrogativas pela mãe”. Essa conceituação ressalta as características estruturais e organizacionais de sociedades matriarcais, evidenciando que nessas configurações os laços familiares e a transmissão de bens e privilégios se dão mediante a linhagem materna. Corresponde, assim, à conceituação esperada, pois dá ênfase na linhagem materna como referência estruturante, evidenciando que as mulheres desempenham um papel primordial na definição da identidade, do status e dos direitos dos indivíduos na sociedade matriarcal.

O **Tesouro de Género: linguagen con equidad** inclui o termo “matriarcado”, porém não apresenta uma conceituação. Essa ausência de definição no referido tesouro, que se propõe a ser um instrumento de promoção da equidade de gênero, sugere uma lacuna importante na abordagem do fenômeno do matriarcado nessa perspectiva. Portanto, essa lacuna na representação do matriarcado sugere a necessidade de um maior detalhamento e abrangência na incorporação de conceitos-chave relacionados às dinâmicas de gênero, a fim ampliar a compreensão sobre sistemas de organização social diferentes do patriarcado.

A definição de matriarcado apresentada no **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** revela *insights* sobre essa forma alternativa de organização social que se contrapõe ao modelo hegemônico do patriarcado. Ao conceituá-lo como uma “Forma de organização social em que a mulher-mãe teria uma posição dominante na família e na comunidade”, o Tesouro destaca a centralidade da figura da mulher, especialmente as que experienciam a maternidade, como eixo estruturante dessa configuração. A ênfase na “mulher-mãe” como ocupante de uma posição dominante, tanto no âmbito da unidade familiar quanto no contexto comunitário mais amplo, evidencia uma inversão radical de pensamento em relação à lógica patriarcal. Destacamos que o termo “mulher-mãe” contribui sumariamente para a

compreensão de “matriarcado”, podendo, inclusive, ser um termo específico, posto ser descendente.

Contrastando com a conceituação apresentada, o Tesouro também faz uma distinção entre esse conceito e o termo “ginocracia”, sendo esse último definido como o “governo ou domínio da mulher”. É importante problematizar o uso do termo “ginocracia”, pois faz referência a características biológicas femininas, o que pode ser considerado problemático do ponto de vista interseccional e crítico à colonialidade de gênero. Essa terminologia corre o risco de reificar uma visão essencialista da liderança feminina, atrelando-a exclusivamente a aspectos fisiológicos, em detrimento de uma compreensão mais ampla das dinâmicas de poder e organização social. Recomendamos, inclusive que o termo ginocracia seja acrescentado como delimitador de uso, ressaltando ser ele pejorativo. É preferível entender a ginocracia como uma das dimensões do matriarcado, contextualizada como distante de uma abordagem interseccional, haja vista que o matriarcado abrange um arranjo social muito multifacetado, no qual o domínio feminino permeia diversas esferas da vida comunitária, não se restringindo apenas à esfera político-administrativa. Distinção considerada por nós fundamental para evitar uma visão limitada do matriarcado, que o equipare simplesmente a uma forma de governança feminina.

Novamente, o **Homossaurus** não contempla o termo “matriarcado” em seu escopo. A omissão do matriarcado no Homossaurus sugere uma lacuna na abordagem desse tesouro em relação a formas alternativas de organização social e arranjos de gênero que divergem do modelo patriarcal predominante. Essa ausência pode refletir uma perspectiva eminentemente ocidental e eurocentrada na construção desse instrumento, ou a necessidade de incluir quem pesquisa gênero em outros territórios de modo a incorporar a diversidade de cosmologias e ontologias que desafiam a hegemonia do modelo patriarcal. Isso tornaria esse tesouro mais representativos e sensível às lutas políticas e às transformações sociais em curso.

A definição de matriarcado apresentada no **Woman Thesaurus** revela importantes *insights*, mas também suscita reflexões críticas sobre a abordagem adotada. Aqui, matriarcado é conceituado como “Tipo de sociedade em que as mulheres, como grupo, têm o poder e são dominantes, enfatizando o caráter de domínio e protagonismo feminino nesse arranjo social. Essa ênfase na posição de poder exercida pelas mulheres, enquanto coletividade, captura um aspecto fundamental da lógica patriarcal que se contrapõe diretamente à subordinação feminina observada nos sistemas patriarcais. Ao ressaltar esse aspecto de “domínio” e “poder” das mulheres, a definição do *Woman Thesaurus* sugere uma inversão simétrica da estrutura de gênero, em que a autoridade masculina é substituída pela autoridade feminina. Essa perspectiva

revela a compreensão do matriarcado como uma forma de organização social espelhada no patriarcado, na qual é feita uma troca de posições entre homens e mulheres. Embora essa interpretação capte elementos importantes da lógica matriarcal, ela corre o risco de simplificar um fenômeno social mais complexo. O matriarcado não se constitui apenas como uma inversão do patriarcado, mas implica em uma reestruturação profunda das relações de poder, das dinâmicas familiares, da transmissão de bens e da própria concepção de autoridade e liderança.

Por fim, no **Family Thesaurus** o termo “matriarcado” é listado, porém sem fornecer uma conceituação. Essa ausência é bastante significativa, uma vez que o termo correlato patriarcado foi conceituado nesse mesmo instrumento. Ao não o conceituar, o tesauro invisibiliza essa forma distinta de organização familiar e comunitária, sugerindo que, no escopo do Family Thesaurus, o matriarcado é subteorizado. Isso aponta para a necessidade de ampliar a garantia literária de sustenta a elaboração e atualização do instrumento.

Comparando a conceituação do termo matriarcado nos tesouros estudados, observamos importantes nuances e lacunas na forma como esse conceito foi abordado. De um lado, definições como a do Woman Thesaurus enfatizam o caráter de “domínio” e “poder” exercido pelas mulheres em sociedades matriarcais, sugerindo uma inversão simétrica da estrutura de gênero em relação ao patriarcado. Essa interpretação simplifica excessivamente o termo. Já o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, destaca aspectos estruturais e ontológicos fundamentais do matriarcado. Nessa conceituação, a centralidade da “mulher-mãe” e de sua posição dominante na família e na comunidade evidencia uma alternativa radical à lógica patriarcal. Por outro lado, a ausência de conceituações substantivas do matriarcado em tesouros como o Family Thesaurus e o Homossaurus revela lacunas importantes na representação dessa forma alternativa de organização social, o que sugere uma marginalização ou invisibilização do termo, validando uma abordagem centrada no modelo patriarcal hegemônico, o que nos remonta à necessidade de reparação epistêmica como observado nas pesquisas de Melissa Adler (2016).

Quadro 7 - Hierarquização do termo Matriarcado.

MATRIARCADO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus	O termo não existe nesse tesouro				
Women's Thesaurus	antropologia ⁹³				
Family Thesaurus			Estrutura familiar; Sistema de parentesco; Mães; Patriarcado; Poder ⁹⁴		
Tesouro de gênero: linguagen con equidad	tipos de familia		antecedentes familiares; clan; familia extendida; familia interétnica; familia interracial; familia monoparental; familia nuclear; familia numerosa; familia reconstituída; familia rural; familia urbana; patriarcado.		
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)			comunidade; deusas; patriarcado; poder; utopias.		
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	cidadania das mulheres	famílias	Família monoparental; patriarcado; feminilidade; feminismo; mulher		

Fonte: Elaboração própria (2024)

⁹³ Traduzido de: anthropology⁹⁴ Traduzido de: Family structure; Kinship system; Mothers; Patriarchy; Power.

O **Homosaurus** não inclui o termo “matriarcado”, portanto não é possível realizar uma análise hierárquica e de correlação desse conceito neste tesouro. No **Women's Thesaurus**, o “matriarcado”, assim como ocorreu no termo “patriarcado”, é representado apenas pelo termo genérico “antropologia”, o que consideramos pouco eficiente dada a quantidade de temas que podem ser objeto de estudo da área.

No **Family Thesaurus**, não há atribuição de termo genérico ou de termos específicos para o “matriarcado”, limitando, portanto, a realização de uma análise hierárquica. No entanto, o tesouro traz termos relacionados, como “Estrutura familiar”, “Sistema de parentesco”, “Mães”, “Patriarcado” e “Poder”. Esses termos convergem com o referencial teórico apresentado. Entretanto, a não atribuição de termos genéricos ou específicos para o matriarcado sugere uma abordagem superficial, que não reflete a profundidade e a complexidade desse conceito. O matriarcado parece estar sub-representado, uma vez que não apresenta uma hierarquização que evidencie suas relações de subordinação, coordenação e derivação com outros construtos.

O **Tesouro de Género: Linguagen con Equidad** atribui como termo genérico “tipos de família”, o que consideramos inadequado pois matriarcado seria o termo mais genérico para representar essa estrutura de organização social. Nesse sentido, o termo seria melhor posicionado como termo específico, posto ser descendente do matriarcado. Ademais, a correlação pode ser analisada a partir dos seguintes termos relacionados: “tipos de família”, “antecedentes familiares”, “clan”, “família extendida”, “família interétnica”, “família interracial”, “família monoparental”, “família nuclear”, “família numerosa”, “família reconstituída”, “família rural”, “família urbana” e “patriarcado”; termos que fazem sentido considerando “tipos de família” como termo específico.

Assim como o Family Thesaurus, o **Tesouro para Estudos de Género e sobre Mulheres (TEG)** também não apresenta termos genérico e específicos para “matriarcado”. No caso do termo genérico, realmente não há necessidade de apresentação, pois este é o termo mais abrangente para representar esse constructo. Adicionalmente, atribui como termos relacionados “comunidade”, “deusas”, “patriarcado”, “poder” e “utopias”. Essa associação sugere uma visão mais contextualizada e interdisciplinar do termo, relacionando-o a questões de organização social, cosmologia, relações de poder e alternativas utópicas.

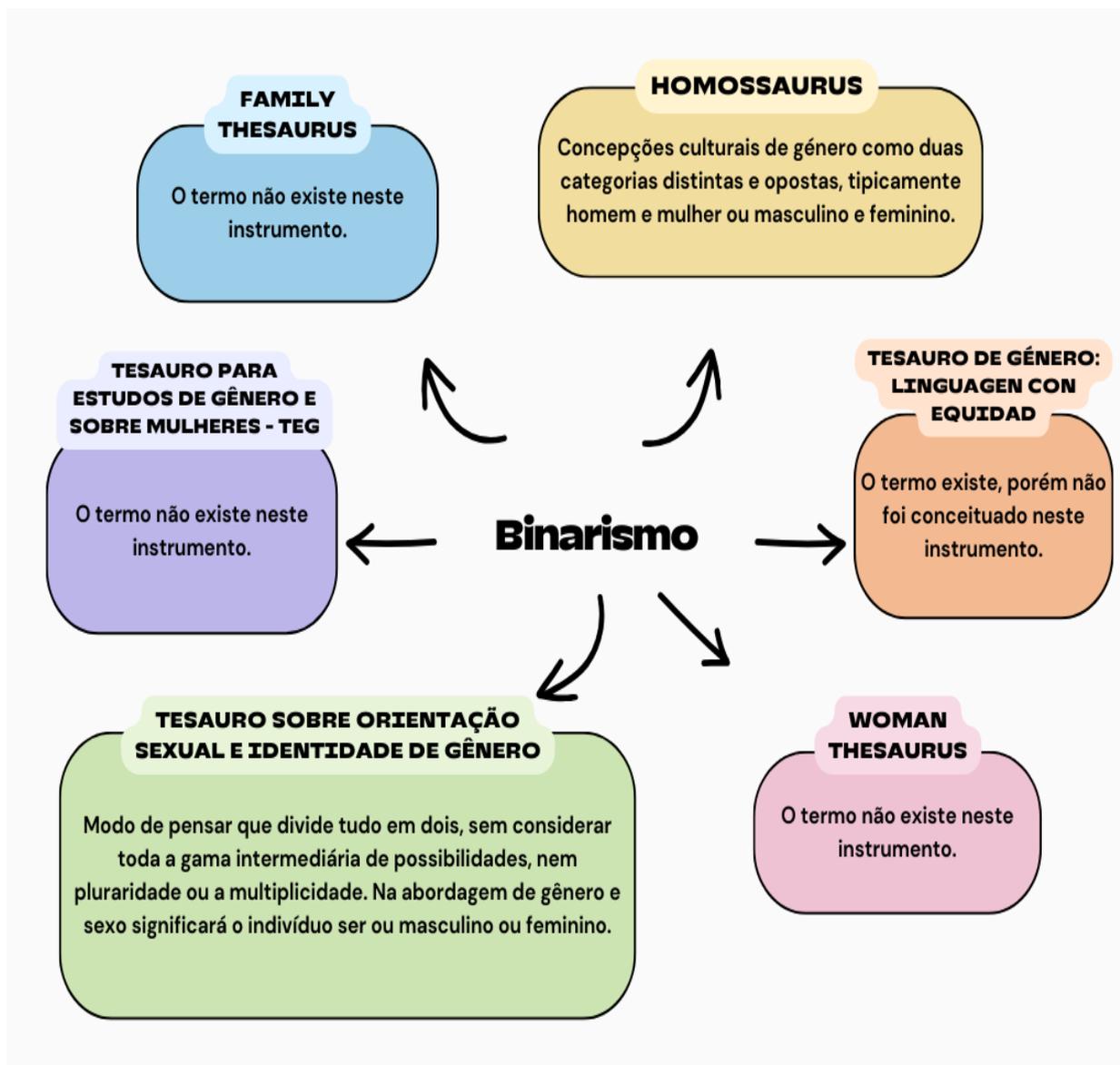
No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Género**, o termo “matriarcado” é atribuído como um termo específico de “cidadania das mulheres”. Essa abordagem pode ser considerada inadequada, uma vez que o matriarcado é um conceito mais amplo que deveria ser o termo genérico, do qual a “cidadania das mulheres” seria um termo descendente. Além disso,

o tesouro associa o matriarcado ao termo específico “famílias”, indicando uma ênfase na organização familiar. Para além disso, o tesouro correlaciona o matriarcado a outros termos, como “família monoparental”, “patriarcado”, “feminilidade”, “feminismo” e “mulher”. Essa abordagem revela uma compreensão do matriarcado como um fenômeno entrelaçado com questões de gênero, sexualidade, movimentos sociais e estruturas familiares.

A análise dos referidos tesouros revela a complexidade e os desafios enfrentados na representação conceitual do “matriarcado”. A ausência ou a inadequação das estruturas hierárquicas, bem como a diversidade de abordagens, evidenciam a necessidade de se construir ou atualizar instrumentos que contemplem a amplitude, a interdisciplinaridade e a profundidade desse fenômeno social. Assim será possível desenvolver uma compreensão mais robusta e sistemática do matriarcado, alinhada com os avanços teóricos e empíricos nessa área de estudos.

5.2.5 Análises da conceituação e hierarquização do termo Binarismo / *Binarism*

Figura 8 - Conceituação do termo Binarismo.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

O binarismo pode ser compreendido como uma forma de estruturação do pensamento que tende a classificar e organizar o mundo em apenas duas dimensões ou categorias, reduzindo a complexidade dos fenômenos, ignorando a fluidez das experiências. Ao classificar o mundo em apenas duas dimensões diametralmente opostas, como “certo/errado”, “masculino/feminino” ou “nós/eles”, o binarismo obscurece a diversidade de experiências, identidades e possibilidades que compõem o tecido social. Essa estrutura binária silencia e marginaliza as formas de existência que não se encaixam perfeitamente em um dos polos dessa

dicotomia. Nesse sentido, o binarismo pode ser compreendido como uma estratégia de organização do pensamento que, ao simplificar excessivamente a compreensão da realidade, reforça relações de poder assimétricas.

Em termos de conceituação, binarismo é um dos vocábulos menos conceituado nos tesouros que fazem parte deste estudo. Desse modo, a insuficiência conceitual do binarismo nos instrumentos terminológicos analisados - a exemplo do **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)**, do **Family Thesaurus** e do **Woman Thesaurus** - evidencia uma lacuna relevante a ser suprida no processo de atualização e desenvolvimento de novos instrumentos. Isso se faz necessário para que esses tesouros possam efetivamente abarcar e refletir a complexidade das discussões contemporâneas sobre gênero.

Embora o **Tesouro de Gênero: linguagem con equidad** inclua o termo “binarismo” em seu conteúdo, não apresenta uma conceituação ou definição clara desse construto teórico. Essa ausência é observada não apenas nesse termo, mas, também, em relação a outros conceitos abordados no instrumento terminológico.

O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** apresenta uma conceituação detalhada e situada do termo, demonstrando um notável grau de compreensão desse construto, pois o binarismo é definido como “Modo de pensar que divide tudo em dois, sem considerar toda a gama intermediária de possibilidades, nem pluralidade ou a multiplicidade”. Essa conceituação evidencia uma leitura crítica do binarismo enquanto estrutura de pensamento que tende a reduzir a complexidade das experiências humanas a uma dicotomia rígida e excludente. Além disso, destaca que o binarismo se manifesta na compreensão do indivíduo como sendo exclusivamente masculino ou feminino. Essa caracterização adicional revela uma abordagem sensível às implicações concretas do binarismo na vida das pessoas, especialmente daquelas que desafiam normas impostas pela colonialidade de gênero.

O **Homosaurus**, por sua vez, conceitua o binarismo como “Concepções culturais de gênero como duas categorias distintas e opostas, tipicamente homem e mulher ou masculino e feminino”⁹⁵. Isso revela, como no Tesouro anterior, uma abordagem alinhada com as principais perspectivas teóricas e epistemológicas dos Estudos de Gênero e da Teoria Queer. Ao enfatizar que o binarismo de gênero se manifesta na concepção de apenas “duas categorias distintas e opostas” - tipicamente homem/masculino e mulher/feminino -, a definição apresentada no

⁹⁵ Traduzido de: Cultural conceptions of gender as two distinct and opposing categories, typically man and woman or masculine and feminine.

Homossaurus evidencia uma leitura crítica desse fenômeno como estrutura normativa que ignora a multiplicidade e a fluidez das expressões de gênero.

A análise da conceituação do termo binarismo em instrumentos como o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e o Homossaurus demonstra a importância de se desenvolver definições robustas desse construto teórico-analítico, evidenciando uma compreensão crítica do binarismo alinhada com as perspectivas predominantes nos Estudos de Gênero. Em contraste, a insuficiência conceitual do binarismo em outros instrumentos terminológicos revela uma lacuna relevante a ser superada.

Quadro 8 - Hierarquização do termo Binarismo.

BINARISMO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus			Meninos; Gênero; Identidade de gênero; Estereótipos de papel de gênero; Papéis de gênero; Segregação de gênero; Meninas; Homens; Mulheres ⁹⁶		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesouro				
Family Thesaurus	O termo não existe nesse tesouro				
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)	O termo não existe nesse tesouro				
Tesouro de gênero: linguagem con equidad	diferença; diferença sexual ⁹⁷		dialecticismo		
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	diversidade sexual	Binário	cisgênero		

Fonte: Elaboração própria (2024)

⁹⁶ Traduzido de: Boys; Gender; Gender identity; Gender role stereotypes; Gender roles; Gender segregation; Girls; Men; Women

⁹⁷ Traduzido de: diferencia; diferencia sexual

No **Homossaurus** o “binarismo” não possui termo genérico e termos específicos, mas atribui como termos relacionados “Meninos”, “Gênero”, “Identidade de gênero”, “Estereótipos de papel de gênero”, “Papéis de gênero”, “Segregação de gênero”, “Meninas”, “Homens” e “Mulheres”. Essa associação indica uma compreensão do binarismo como fenômeno intrinsecamente ligado às construções sociais de gênero e às dinâmicas de poder que permeiam essas categorias. Essa abordagem revela uma compreensão do binarismo como um construto imbricado nas próprias bases sobre as quais se erguem as identidades de gênero na sociedade. Ao relacioná-lo a termos como “Estereótipos de papel de gênero”, “Papéis de gênero” e “Segregação de gênero”, o **Homossaurus** demonstra uma leitura do binarismo como um princípio organizador fundamental das hierarquias e assimetrias de poder que se materializam nas expressões de masculinidade e feminilidade.

Por outro lado, nos instrumentos **Women's Thesaurus**, **Family Thesaurus** e **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)**, o termo “binarismo” inexistente. Essa ausência sugere uma lacuna significativa nesses instrumentos em relação a um dos conceitos centrais para a compreensão crítica das questões de gênero. Ausência que também pode sinalizar um viés androcêntrico e normativo na construção desses instrumentos terminológicos, que tendem a privilegiar abordagens mais tradicionais e binárias do gênero, em detrimento de perspectivas críticas e descoloniais que problematizam essas estruturas.

No **Tesouro de Género: Linguagen con Equidad** o “binarismo” é associado aos termos genéricos “diferença” e “diferença sexual”, indicando uma compreensão do fenômeno como vinculado a uma visão dicotômica das relações de gênero. No entanto, não há atribuição de nenhum termo específico relacionado diretamente ao binarismo, sugerindo uma conceituação superficial e pouco aprofundada desse construto. Além disso, o único termo relacionado indicado é “dialecticismo”, o que sinaliza uma possível abordagem do binarismo como fenômeno inerentemente ligado a uma estrutura dialética de pensamento. Essa perspectiva, embora não seja equivocada, revela-se insuficiente para capturar a complexidade do binarismo e suas implicações nas dinâmicas sociais de gênero.

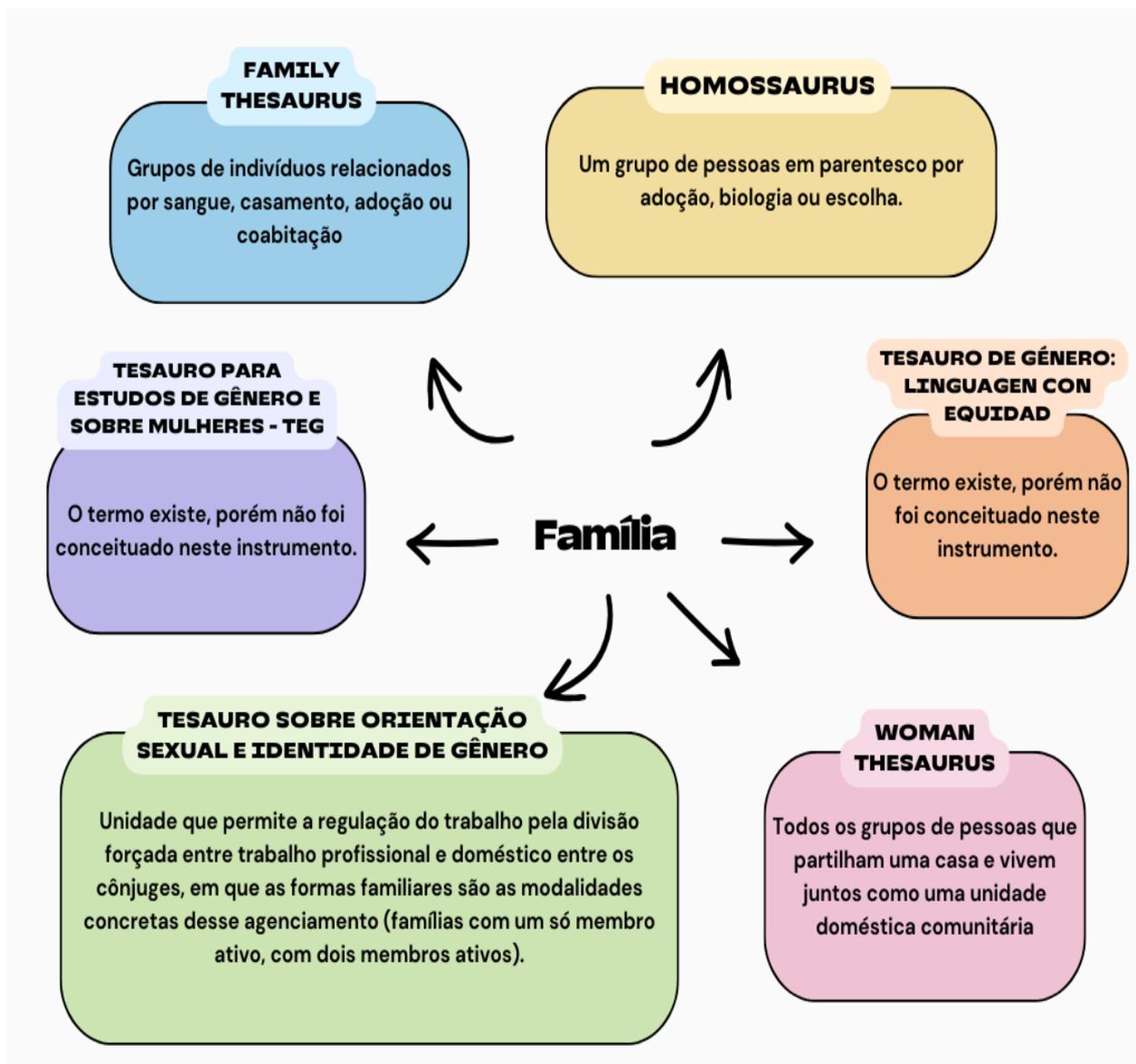
No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, “diversidade sexual” é atribuído como termo genérico, sugerindo que binarismo desce deste. Adicionalmente, o instrumento atribui o termo específico “binário” a esse construto, reforçando sua vinculação. Ao indicar “cisgênero” como termo relacionado, este instrumento revela uma abordagem que compreende esse fenômeno como conectado às normas sociais que impõem a correspondência entre sexo e identidade de gênero. Associação que demonstra uma leitura do binarismo como

dispositivo de poder que marginaliza e invisibiliza as diversas formas de identidade e expressão de gênero que não se encaixam nessa estrutura rígida.

Essa diversidade de representações demonstra que a hierarquização do binarismo nos instrumentos terminológicos ainda enfrenta desafios e lacunas. No entanto, o **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** serve como modelo a ser considerado, pois sua abordagem se alinha mais profundamente com as perspectivas teóricas e epistemológicas contemporâneas nos campos dos Estudos de Gênero.

5.2.6 Análises da conceituação e hierarquização do termo Família / *Family*

Figura 9 - Conceituação do termo Família.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

Frederich Engels (2020) argumenta que a família nuclear burguesa emergiu da transição para a propriedade privada, subordinando a mulher ao homem nas funções de reprodutora e mantenedora do lar. Gerda Lerner (2019) contribui com essa discussão ao destacar a família patriarcal como a principal instituição para a subordinação das mulheres, consolidando o patriarcado. Complementar a isso, Silvia Federici (2017), Geni Nuñez (2023) e Oyèrónké Oyèwùmí (2020) analisam como a família nuclear e o trabalho doméstico não remunerado das

mulheres foram centrais para a manutenção do sistema capitalista por meio da colonização dos corpos e da sexualidade, problematizando a imposição de modelos familiares ocidentais eurocêntricos em contextos não ocidentais. Reunindo essas perspectivas, a família é compreendida como uma instituição histórica e socialmente construída, profundamente imbricada nas relações de poder de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais. Longe de ser natural e universal, a família reflete e reproduz as assimetrias estruturais presentes na sociedade, atuando como um mecanismo crucial para a manutenção de sistemas de dominação.

O **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e o **Tesouro de Gênero: linguagem con equidad** não atribuem conceituação ao termo família, dando a ver uma abordagem limitada ou enviesada em relação às dinâmicas de gênero no âmbito familiar. Essa lacuna também se relaciona a questões de organização do conhecimento, pois enquanto ferramentas de representação e acesso à informação, eles carregam em sua estrutura as perspectivas, vieses e prioridades de seus contextos de produção.

No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, família é definida como “Unidade que permite a regulação do trabalho pela divisão forçada entre trabalho profissional e doméstico entre os cônjuges, em que as formas familiares são as modalidades concretas desse agenciamento (famílias com um só membro ativo, com dois membros ativos)”. Essa formulação evidencia a família como uma instituição social fundamental na estruturação das relações de gênero, especificamente no que se refere à organização do trabalho produtivo e reprodutivo (Federici, 2017). Ao destacar as “formas familiares” como “modalidades concretas desse agenciamento”, a definição aponta para a diversidade de arranjos familiares, reconhecendo a pluralidade de configurações possíveis. Essa conceituação evidencia que a família não é uma entidade natural e universal, mas uma construção social historicamente determinada, fundamentada em relações de poder assimétricas de gênero. Ao evidenciar esse caráter político e estrutural da família, o tesouro contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de gênero em âmbito doméstico e social.

O **Homossaurus** conceitua família como “Um grupo de pessoas em parentesco por adoção, biologia ou escolha”⁹⁸, rompendo, assim, com uma visão restrita e normativa de família ao reconhecer a diversidade de arranjos familiares, indo além da configuração tradicional baseada em laços consanguíneos. Ao incluir a adoção e a escolha como formas de constituição familiar, o Homossaurus abre espaço para a legitimação de arranjos não normativos como casais homoafetivos, famílias monoparentais, famílias reconstruídas, entre outros arranjos. Essa

⁹⁸ Traduzido de: A group of people in kinship through adoption, biology, or choice (Homossaurus, 2024).

abordagem demonstra um alinhamento com perspectivas teóricas contemporâneas que compreendem a família como uma instituição social diversa e fluida, em constante transformação (Nuñez, 2023). Além disso, essa conceituação também se distancia de uma visão essencialista e biológica de família, por reconhecer que os laços familiares podem ser construídos por meio de escolhas, afetos e vínculos socioafetivos, e não apenas por consanguinidade. Posicionamento que representa um avanço no sentido de desconstruir a família como uma entidade natural e imutável. Da mesma forma, a definição apresentada explicita como é possível determinar de forma enxuta a conceituação de um termo sem tornar seu significado simplório.

O **Woman Thesaurus** define família como “Todos os grupos de pessoas que partilham uma casa e vivem juntos como uma unidade doméstica comunitária”⁹⁹ se afastando, assim, de uma visão restrita e normativa de família e valorizando a diversidade de arranjos familiares, que não se limitam a laços consanguíneos. Ao adotar essa abordagem, o **Woman Thesaurus** sinaliza uma preocupação em representar de maneira mais inclusiva as diversas configurações familiares, abrangendo arranjos não tradicionais, como grupos de amigos que dividem um lar, famílias reconstituídas, comunidades intencionais, entre outras possibilidades. Essa conceituação também se distancia de uma visão essencialista de família, reconhecendo que os laços familiares podem ser forjados por meio da escolha, da afetividade e do cotidiano compartilhado, e não apenas pela consanguinidade ou por vínculos legais como o casamento, por exemplo.

Por fim, ao definir a família como “Grupos de indivíduos relacionados por sangue, casamento, adoção ou coabitação”¹⁰⁰, o **Family Thesaurus** ancora-se em uma compreensão tradicional e limitada de família. Embora inclua algumas formas de constituição familiar além da consanguinidade, como a adoção e a coabitação, sobrepondo a esses os vínculos legais e biológicos. Essa visão restritiva de família pode ser entendida como reflexo de uma organização social ainda amplamente marcada por estruturas de poder patriarcais, cisnormativas e heteronormativas. Nesse sentido, a análise da conceituação do **Family Thesaurus** revela a necessidade de se repensar criticamente a organização do conhecimento sobre a família, a fim de superar visões essencialistas e hegemônicas. Essa tarefa implica questionar e desconstruir as estruturas de poder que subjazem à própria representação terminológica dessa instituição social.

⁹⁹ Traduzido de: All groups of persons sharing a home and living together as a communal household unit

¹⁰⁰ Traduzido de: Groups of individuals related by blood, marriage, adoption or cohabitation (Family Thesaurus, 2014)

Comparando os conceitos apresentados, entendemos que alguns tesouros adotam definições mais amplas e inclusivas, reconhecendo a diversidade de arranjos familiares, outros mantêm uma visão mais restritiva e normativa. Essa diversidade de abordagens revela a família como uma instituição social complexa, historicamente determinada e profundamente imbricada nas relações de poder de gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros marcadores.

Essas divergências nas definições de família refletem as disputas teóricas e políticas em torno desse conceito. A análise comparativa dessas definições, à luz das contribuições teóricas de autoras como Federici, Lerner, Oyèwùmí e Núñez, evidencia a necessidade de se investir em uma representação terminológica da família que reflita sua natureza histórica, social e política questionando e desafiando estruturas de poder imbricadas nessa instituição, isso poderá valorizar a pluralidade de arranjos familiares e suas intersecções com diferentes marcadores sociais. Portanto, indicamos que atualizações e construções futuras que tesouros sobre gênero adotem uma perspectiva interseccional e decolonial alinhadas com as lutas contemporâneas por equidade, justiça social e reconhecimento da diversidade de formas de viver em família.

Quadro 9 - Hierarquização do termo Família.

FAMÍLIA					
Tesaurus	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus		Crianças; Filhas; Membros da família de pessoas LGBTQ+; Pais; Netos(as); Avós; Membros da família LGBTQ+; Mães; Sobrinhos(as); Pais; Irmãos(ãs); Filhos ¹⁰¹			
Women's Thesaurus	Arranjos de convivência doméstica ¹⁰²	famílias monoparentais; família por etapas; família nuclear; famílias de pai solteiro; família de acolhimento; famílias de mãe solteira ¹⁰³	reagrupamento familiar; história familiar; casamento; relações familiares ¹⁰⁴		
Family Thesaurus		Famílias de fazenda; Famílias com avós; Famílias nucleares; Famílias monoparentais; Famílias de áreas remotas; Famílias rurais; Famílias com pais do mesmo sexo; Famílias reconstituídas ¹⁰⁵	Adoção; Cuidadores; Crianças; Coabitação; Filhas; Família estendida; Auxílios familiares; Antecedentes familiares; Aconselhamento familiar; Economia familiar; Formação da família; Direito de família; Educação para a vida familiar; Política familiar; Relações familiares; Tamanho da família; Estrutura familiar; Terapia familiar; Consórcios familiares; Genealogia; Netos(as); Avós; Famílias de difícil acesso; Domicílios; Relações intergeracionais; Sistema de parentesco; Casamento; Pais; Irmãos(ãs); Filhos ¹⁰⁶		
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)		famílias ampliadas; famílias de baixa renda; famílias de classe alta; famílias de classe média; famílias interétnicas; famílias interracialias; famílias monoparentais; famílias nucleares	ancestrais; articulação trabalho/família; avós; bebês; casais; chefes de família; cultura; divórcio; domicílios; estilos de vida; estrutura social; filhas; filhos; genealogia; incesto; legislação sobre a família; mães; netos; pais; parentela; recasamento; relações familiares; status social.		
Tesouro de género: linguagen con equidad	tipos de família		antecedentes familiares; clan; família estendida; família interétnica; família interracial; família monoparental; família numerosa; família reconstituída; família rural; família urbana; matriarcado; patriarcado		
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	matriarcado	família monoparental	feminismo		

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹⁰¹ Traduzido de: Children; Daughters; Family members of LGBTQ+ people; Fathers; Grandchildren; Grandparents; LGBTQ+ family members; Mothers; Niblings; Parents; Piblings; Siblings; Sons

¹⁰² Traduzido de: family reunification; family history; marriage; family relationships

¹⁰³ Traduzido de: single-parent families; step family; nuclear family; single-father families; foster family; single-mother families

¹⁰⁴ Traduzido de: family reunification; family history; marriage; family relationships

¹⁰⁵ Traduzido de: Farm families; Grandparent families; Nuclear families; One parent families; Remote area families; Rural families; Same-sex parented families; Step-families

¹⁰⁶ Traduzido de: Adoption; Carers; Children; Cohabitation; Daughters; Extended family; Family allowances; Family background; Family counselling; Family economics; Family formation; Family law; Family life education; Family policy; Family relations; Family size; Family structure; Family therapy; Family trusts; Genealogy; Grandchildren; Grandparents; Hard to reach families; Households; Intergenerational relations; Kinship system; Marriage; Parents; Siblings; Sons

Ao analisarmos o conceito de “família” no **Homossaurus**, percebemos que a ausência de um termo genérico para “família” configura-se como aspecto relevante, pois evita a definição de um conceito central ou normativo de família, privilegiando, ao invés disso, a representação da diversidade de componentes e arranjos familiares. Ao adotar termos específicos como “Crianças”, “Filhas”, “Membros da família de pessoas LGBTQ+”, “Pais”, “Netos(as)”, “Avós”, “Membros da família LGBTQ+”, “Mães”, “Sobrinhos(as)”, “Pais”, “Irmãos(ãs)” e “Filhos”, o Homossaurus demonstra um esforço em abarcar a pluralidade de vínculos, laços e relações que podem constituir uma família.

Ao enfatizar a representação de membros LGBTQ+ e suas famílias, o Homossaurus sinaliza um compromisso em legitimar e visibilizar arranjos familiares não heteronormativos. Além disso, a ausência de termos relacionados e de delimitadores de uso também é significativa. Essa escolha sugere uma recusa em estabelecer hierarquias, conectividades ou restrições na representação dos elementos que compõem a família. Postura que evita a reprodução de estruturas de poder e valoriza a singularidade e a autonomia desses componentes familiares. Dessa forma, o Homossaurus se posiciona como um instrumento que reflete os avanços teóricos e políticos dos Estudos de Gênero, contribuindo para a transformação de visões naturalizadas e restritivas sobre a família.

No **Women's Thesaurus** é atribuído como termo genérico “Arranjos de convivência doméstica (households)”, o que sinaliza uma abordagem que se distancia de uma definição normativa de família, reconhecendo a diversidade de configurações em que as pessoas podem estabelecer suas relações de cuidado, afeto e organização da vida cotidiana. Além disso, adota como termos específicos “famílias monoparentais”, “famílias de pai solteiro”, “famílias de mãe solteira” e “família de acolhimento”, revelando uma atenção às realidades familiares marcadas por diferentes configurações. Essa abordagem busca dar visibilidade a arranjos familiares que, historicamente, foram marginalizados e estigmatizados, especialmente as famílias chefiadas por mulheres, predominantemente não brancas e de baixa renda.

A presença do termo “família por etapas” também sinaliza uma compreensão mais fluida e processual da organização familiar ao permitir contemplar as transformações, reconfigurações e pluralidade de arranjos familiares ao longo do tempo. Nos termos relacionados, a menção a “reagrupamento familiar”, “história familiar” e “relações familiares” aponta para uma abordagem que considera os aspectos socioculturais, históricos e relacionais que permeiam a constituição das famílias, a reconhecendo como uma instituição imbricada em dinâmicas de poder, afeto e cuidado que ultrapassam os limites dos núcleos domésticos. A inclusão do termo “casamento” como termo relacionado, por sua vez, também caracteriza essa

instituição, o que coaduna com o referencial teórico estudado pois a concepção ocidental de família converge para uma estrutura nuclear/patriarcal.

No **Family Thesaurus** a ausência de um termo genérico para “família” sugere uma abordagem que evita a definição de um modelo normativo ou central de família. Essa escolha terminológica revela uma possível tentativa de evitar a reprodução de concepções hegemônicas e fixas sobre essa instituição. Ao analisar os termos específicos, observa-se uma diversidade de configurações familiares contempladas, tais como “Famílias de fazenda”, “Famílias com avós”, “Famílias nucleares”, “Famílias monoparentais”, “Famílias de áreas remotas”, “Famílias rurais”, “Famílias com pais do mesmo sexo” e “Famílias reconstituídas”. Pluralidade de termos específicos que sinaliza para um esforço em reconhecer a heterogeneidade de arranjos familiares, ultrapassando a noção tradicional de família nuclear. Entretanto, consideramos o termo “Famílias com pais do mesmo sexo” limitado em face das lentes da interseccionalidade e decolonialidade estudados, podendo ser realocado como delimitador de uso, indicando “Família homoafetivas” ou “Família com pais do mesmo gênero” como delimitadores de uso.

Ao observarmos os termos relacionados podemos identificar a abrangência de aspectos diversos da organização familiar, tais como: processos de formação e transformação da família pelos termos “Adoção”, “Coabitação”, “Formação da família”, “Recasamento”; dinâmicas de cuidado e intergeracionalidade a partir de “Cuidadores”, “Netos(as)”, “Avós”, “Relações intergeracionais”; questões jurídico-normativas através de “Direito de família”, “Política familiar”; dimensões econômicas por meio dos termos “Economia familiar”, “Auxílios familiares”; e aspectos estruturais e de parentesco em “Tamanho da família”, “Estrutura familiar”, “Sistema de parentesco”. Variedade de termos relacionados que sugere uma compreensão de família como um fenômeno complexo, permeado por múltiplas dimensões sociais, culturais, econômicas e jurídicas. Essa abordagem indica um esforço em situar a família em um contexto mais amplo, evitando uma visão essencialista.

No **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)** não há atribuição de termo genérico. Nos termos específicos, observa-se uma atenção a diferentes perfis socioeconômicos e étnico-raciais de família, como “famílias ampliadas”, “famílias de baixa renda”, “famílias de classe alta”, “famílias de classe média”, “famílias interétnicas” e “famílias interracialis”. Essa diversidade de representações aponta para uma compreensão da família como fenômeno marcado por interseccionalidades, reconhecendo a influência de fatores como classe, raça e etnicidade na estruturação dos arranjos familiares. Além disso, a inclusão de termos específicos como “famílias monoparentais” e “famílias nucleares” sugere uma atenção às dinâmicas de gênero que permeiam as organizações familiares, com um possível esforço em

problematizar a hegemonia do modelo nuclear tradicional, aspecto interessante se considerarmos que este é um instrumento produzido na década de 1990.

Ao analisarmos os termos relacionados, sobressai a presença de conceitos como “ancestrais”, “cultura” e “estrutura social”, que sinalizam uma perspectiva decolonial na abordagem da família. Essa inserção de elementos de ancestralidade e contextualização sociocultural revela uma tentativa de situar a família para além de uma visão individualista ou ahistórica, reconhecendo sua imbricação com processos históricos e comunitários mais amplos. Outros termos relacionados, como “articulação trabalho/família”, “legislação sobre a família” e “status social”, também apontam para uma compreensão da família enquanto instituição imersa em dinâmicas sociais, políticas e jurídicas mais abrangentes. A presença de conceitos como “divórcio”, “recasamento” e “relações familiares” sugere uma visão processual e não essencialista da família, atenta às transformações, rupturas e recomposições que podem ocorrer ao longo do tempo. Não foram indicados delimitadores de uso nesse instrumento.

O **Tesouro de Género: linguagem con equidad** atribui como termo genérico o vocábulo “tipos de família”, o que consideramos um equívoco pois família é mais genérico do que apresentação de seus tipos. Embora não haja a presença de termos específicos, a lista de termos relacionados apresenta uma gama de arranjos familiares contemplados, tais como “família estendida”, “família interétnica”, “família interracial”, “família monoparental”, “família numerosa”, “família reconstituída”, “família rural” e “família urbana”. Variedade terminológica que acena para uma concepção de família que transcende a noção restrita da família nuclear tradicional. Além disso, a inclusão de termos como “clan”, “matriarcado” e “patriarcado” dá a ver uma postura crítica em relação às estruturas de poder que permeiam as organizações familiares, o que evidencia o esforço em historicizar e contextualizar a família, reconhecendo-a como uma instituição imbricada em dinâmicas sociais, culturais e políticas mais amplas.

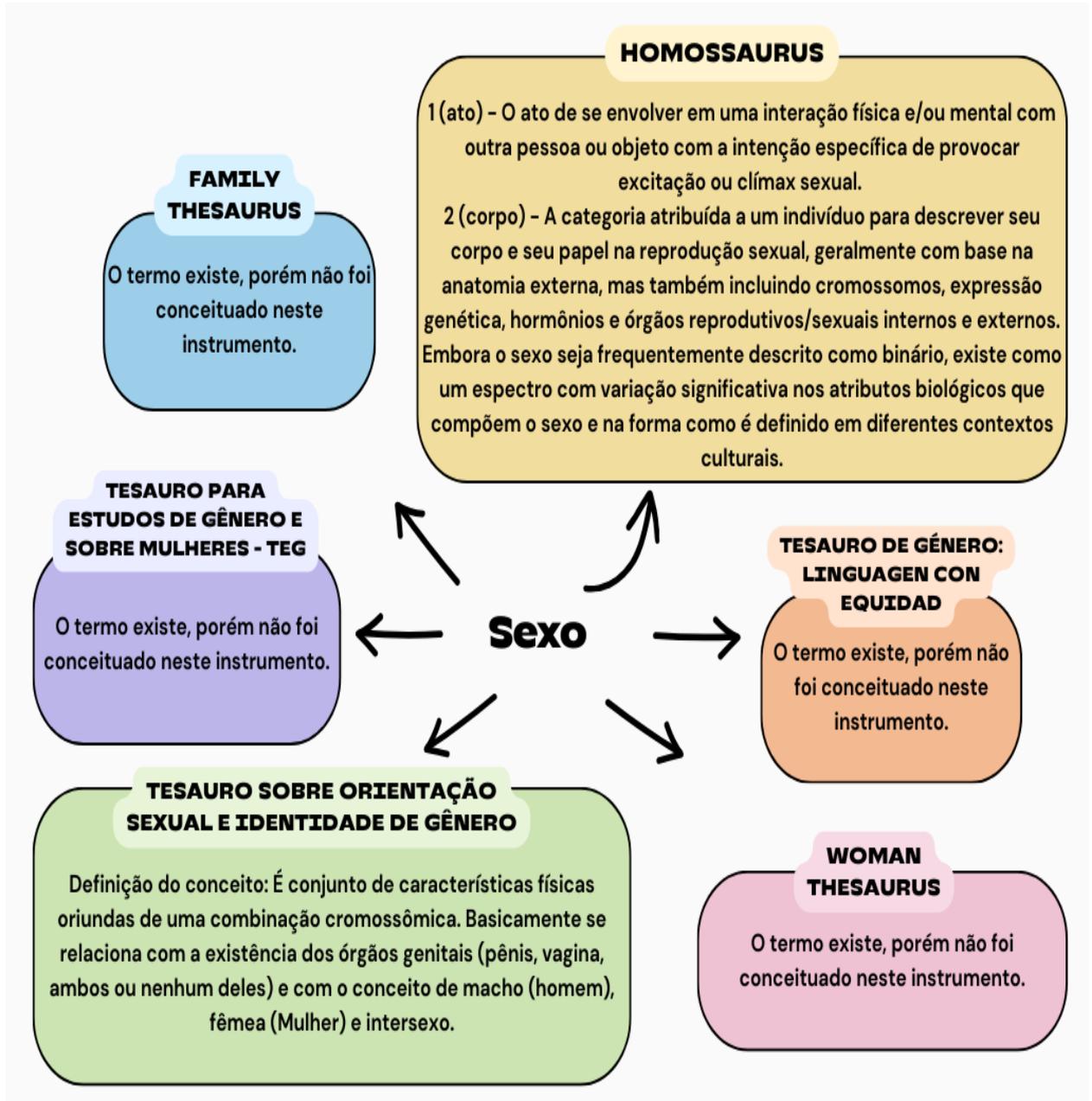
O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Género** atribui o termo genérico “matriarcado” apontando, assim, para um esforço em visibilizar modelos familiares estruturados a partir de lógicas matrilineares e matrifocais, em contraposição à predominância do patriarcado na organização familiar hegemônica. Ao estabelecer “família monoparental” como termo específico, o tesouro reconhece e legitima arranjos familiares liderados por uma pessoa, essa representação pode ser interpretada como uma tentativa de contestar a normatividade da família nuclear. Ainda, a presença do termo relacionado “feminismo” sugere uma abordagem comprometida em situar a discussão sobre família no âmbito das lutas políticas

e teóricas empreendidas pelos movimentos feministas, indicando uma compreensão da família como instituição permeada por relações de gênero e poder.

Portanto, a análise comparativa dos tesouros demonstra o avanço na representação do conceito de família, refletindo uma postura mais inclusiva, pluralista e atenta às dinâmicas de poder que atravessam essa instituição. Essa evolução terminológica é um importante indicativo da transformação dos paradigmas teóricos e da legitimação da diversidade de arranjos familiares no campo dos Estudos de Gênero

5.2.7 Análises da conceituação e hierarquização do termo Sexo / Sex

Figura 10 - Conceituação do termo Sexo.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

Fundamentada nos aportes teóricos de Judith Butler (2018), Gayle Rubin (2017) e Geni Núñez (2023), entendemos o sexo não apenas como característica biológica, mas, também, como prática sexual, buscando superar visões essencialistas e binárias acerca do significado desse termo. O sexo não se restringe a uma anatomia binária entre masculino e feminino, uma vez que a intersexualidade extrapola essa dicotomia (Núñez, 2023).

As normas de gênero que regem a inteligibilidade dos corpos e práticas sexuais são produtos de processos de colonização que instituem a cisnormatividade como padrão dominante (Butler, 2018). Nesse sentido, as concepções hegemônicas sobre os corpos, suas potencialidades e limites são informadas por epistemologias coloniais que estabeleceram padrões de beleza, saúde e normalidade a partir de um referencial branco, ocidental, burguês e cisgênero. O ato sexual, por sua vez, não se restringe a uma atividade corporal e individual, mas deve ser compreendido como uma prática social e política permeada por políticas do sexo, nas quais as práticas sexuais são constituídas por configurações de poder que extrapolam a esfera da intimidade.

O **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e o **Tesouro de Gênero: linguagem con equidad** incluem o termo “sexo”, mas não estabelecem uma conceituação. Contextualizamos que esses instrumentos terminológicos refletem e consolidam determinadas compreensões acadêmicas e políticas sobre as categorias circunscritas em um dado momento histórico. Nesse sentido, a não problematização do conceito de “sexo” pode ser interpretada como um indício das próprias tensões e disputas teóricas que permeavam esses campos de estudo à época de sua elaboração.

Por outro lado, o **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** conceitua sexo como “conjunto de características físicas oriundas de uma combinação cromossômica. Basicamente se relaciona com a existência dos órgãos genitais (pênis, vagina, ambos ou nenhum deles) e com o conceito de macho (homem), fêmea (Mulher) e intersexo”. Ao concentrar-se exclusivamente nas características físicas do sexo, ignora como essas próprias características são informadas e produzidas por normas de gênero socialmente construídas, naturalizando uma suposta “realidade” do sexo, sem reconhecer que essa “realidade” é, na verdade, um efeito de poder. Entretanto, apesar das limitações apontadas, parece haver um esforço no instrumento em reconhecer e incorporar, ainda que de forma insuficiente, identidades além da cisgeneridade como as identidades intersexo. Mas há muito a ser aprimorado nessa direção.

O **Homossaurus** apresenta uma definição mais ampla, com dois aspectos, sendo o primeiro: “O ato de se envolver em uma interação física e/ou mental com outra pessoa ou objeto com a intenção específica de provocar excitação ou clímax sexual”¹⁰⁷; e o segundo: “A categoria atribuída a um indivíduo para descrever seu corpo e seu papel na reprodução sexual, geralmente com base na anatomia externa, mas também incluindo cromossomos, expressão

¹⁰⁷ Traduzido de: The act of engaging in a physical and/or mental interaction with another person or object with the specific intent to elicit sexual arousal or climax (Homossaurus, 2024)

genética, hormônios e órgãos reprodutivos/sexuais internos e externos. Embora o sexo seja frequentemente descrito como binário, existe como um espectro com variação significativa nos atributos biológicos que compõem o sexo e na forma como é definido em diferentes contextos culturais”¹⁰⁸. Como pode ser visto, a primeira definição é mais ampla, abrangendo não apenas o ato sexual em si, mas, também, a excitação e a atividade sexual de maneira geral. A segunda reconhece que o sexo não se resume a uma classificação binária, mas, sim, a um espectro com variação significativa nos atributos biológicos que o compõem. Ou seja, admite a existência de uma diversidade de características sexuais biológicas para além da simples divisão entre masculino e feminino. Ao afirmar que o sexo é definido de diferentes formas em diferentes contextos culturais, a definição também reconhece que a compreensão do sexo é socialmente construída e não apenas uma realidade puramente biológica e universal.

Os Tesouros **Woman Thesaurus** e **Family Thesaurus** não possuem uma definição específica para o termo “sexo”, o que consideramos ser passível de revisão dado tratar-se de um termo fundamental para a compreensão das questões de gênero. Portanto, observamos que os Tesouros apresentam diferentes abordagens e ênfases em relação à conceituação de sexo. Alguns trazem uma definição mais restrita, focada nas características físicas e genitais, enquanto outros adotam uma visão mais ampla e complexa, considerando o sexo como um espectro com múltiplas variações e definições em diferentes contextos culturais.

¹⁰⁸ Traduzido de: The category assigned to an individual to describe their body and its role in sexual reproduction, usually based on external anatomy, but also including chromosomes, gene expression, hormones, and internal and external reproductive/sexual organs. Although sex is often described as binary, it exists as a spectrum with significant variation in the biological attributes that comprise sex and the way it is defined in different cultural contexts.

Quadro 10 - Hierarquização do termo Sexo.

SEXO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus		1 Jogo anal; Sexo anal; Asfixia autoerótica; Brincadeira de peito; Sexo químico; Jogo de peito; Sexo clitoriano; Cotging (cultura gay); Cruising (cultura LGBTQ+); Cunilíngua; Disciplina; Ducha; Enemas; Massagem erótica; Exibicionismo; Felação; Frotage; Porra; Transar; Se beijando; Sexo manual; Masturbação; Sexo na lama; Masturbação mútua; Brincar com os mamilos; Sexo oral; Controle do orgasmo; Sexo fálico; Sexo por telefone; Rimming; Encenação; Fetiche por borracha e látex; Sexo mais seguro; Tesoura; Sexting; Abstinência sexual; Relações sexuais; Sexo sem cinto; Sexo tântrico; Tribadismo; Jogo de urina; Sexo vaginal; Voyeurismo. 2 Sexo atribuído; Cromossomos; Endosex; Órgãos genitais; Gônadas; Hormônios; Intersexo; Características sexuais secundárias ¹⁰⁹	1 Consentimento; Códigos de lenço; Torções e fetiches; Libido; Orgasmo; Acessórios sexuais; Locais sexuais; Excitação sexual; Função sexual; Sexualidade; Comportamento sexual situacional; Sodomia; Yiff 2 gênero ¹¹⁰		
Women's Thesaurus	identidade; categorias sociais ¹¹¹	Transexualismo ¹¹²	Mulher; Homem; Interseccionalidade ¹¹³		
Family Thesaurus				gênero; comportamento sexual; sexualidade ¹¹⁴	

¹⁰⁹ Traduzido de: 1 Anal play; Anal sex; Autoerotic asphyxiation; Breast play; Chemsex; Chest play; Clitoral sex; Cottaging (Gay culture); Cruising (LGBTQ+ culture); Cunnilingus; Discipline; Douching; Enemas; Erotic massage; Exhibitionism; Fellatio; Frottage; Fucking; Getting laid; Kissing; Manual sex; Masturbation; Mud sex; Mutual masturbation; Nipple play; Oral sex; Orgasm control; Phallic sex; Phone sex; Rimming; Roleplay; Rubber and latex fetish; Safer sex; Scissoring; Sexting; Sexual abstinence; Sexual intercourse; Strap-on sex; Tantric sex; Tribadism; Urine play; Vaginal sex; Voyeurism. 2 Assigned sex; Chromosomes; Endosex; Genitals; Gonads; Hormones; Intersex; Secondary sex characteristics

¹¹⁰ Traduzido de: 1 Consent; Handkerchief codes; Kinks and fetishes; Libido; Orgasm; Sex accessories; Sex locations; Sexual excitement; Sexual function; Sexuality; Situational sexual behavior; Sodomy; Yiff 2 gender

¹¹¹ Traduzido de: identity; social categories

¹¹² Traduzido de: Transsexualism

¹¹³ Traduzido de: woman; men; interseccionalidade

¹¹⁴ Traduzido de: woman; men; interseccionalidade

SEXO					
Tesaurus	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Tesouro de género: linguagen con equidad	Distribuição da população por sexo; cuerpo ¹¹⁵	homens; mulheres; fêmea; macho ¹¹⁶	diferença sexual ¹¹⁷		
Tesouro para estudos de género e sobre mulheres (TEG)		sexo seguro	comportamento sexual; emoções; género; prazer; relações sexuais; sexualidade		
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Género	Corpo	faustão; pênis; vagina	sexualidade		

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹¹⁵ Traduzido de: distribución de la población por sexo; cuerpo

¹¹⁶ Traduzido de: hombres; mujeres; hembra; macho

¹¹⁷ Traduzido de: diferencia sexual

O **Homossaurus** revela uma abordagem abrangente sobre sexualidade humana. Não adota um termo genérico para “sexo”, mas inclui termos específicos que demonstram apreender a sexualidade como um espectro multifacetado, englobando uma ampla variedade de práticas, desde as consideradas “convencionais” até menos normativas, tais como asfixia autoerótica, sexo químico, fetichismo e jogos de urina. Essa diversidade terminológica sugere um desafio às noções restritivas de “sexo bom”, conforme ressaltado por Rubin (2017), e uma valorização da pluralidade de expressões sexuais. Além disso, a inclusão de identidades e culturas LGBTQ+, por meio de termos como “cotging” (sexo em banheiros públicos) e “cruizing” (encontros em locais específicos para prática sexual), demonstra um reconhecimento de experiências sexuais não-heteronormativas.

Outro aspecto relevante é a distinção entre “sexo atribuído” e outros termos relacionados a características biológicas como “cromossomos”, “órgãos genitais” e “hormônios”. Essa diferenciação revela uma compreensão da complexidade entre os aspectos biológicos e sociais da sexualidade. Da mesma forma, conceitos fundamentais como “Consentimento”, “Códigos de lenço”, “Torções e fetiches”, “Libido”, “Orgasmo”, “Acessórios sexuais”, “Locais sexuais”, “Excitação sexual”, “Função sexual”, “Sexualidade”, “Comportamento sexual situacional”, “Sodomia” e “Yiff” (relacionada a personagens antropomórficos de animais na cultura furry), demonstram o cuidado em explorar diversos aspectos da sexualidade humana. Essa abordagem ampla e fundamentada é essencial para se promover uma compreensão mais inclusiva e informada da sexualidade.

A análise do **Woman Thesauru's** revela uma abordagem que busca categorizar a experiência humana, especialmente no que se refere à identidade de gênero, por meio de termos genéricos como “identidade” e “categorias sociais”, coincidindo com as discussões realizadas pelos Estudos de Gênero. Entretanto, ao estabelecer “transexualismo” como termo específico sugere-se uma tentativa de situar a identidade trans dentro de um sistema de categorização. Porém, consideramos que esse termo seria mais bem aproveitado se indicado como delimitador de uso, uma vez que o sufixo *ismo* torna o termo pejorativo, devendo ser substituído por transexualidade. De igual maneira, ao incluir “Mulher” e “Homem”, o instrumento reconhece a existência de diferentes identidades de gênero, mas ainda dentro do sistema binário tradicional. Todavia, a inclusão do termo “Interseccionalidade” indica que o Thesaurus reconhece que a identidade de gênero é influenciada por outros fatores que, assim como indicado por Collings e Bilge (2021), desmistifica a aparente simplicidade da vida, revelando a complexidade das interações entre indivíduos, culturas e contextos humanos.

A ausência de uma estrutura hierárquica tradicional no **Family Thesaurus** dificulta a análise interpretativa da hierarquização do termo “sexo” neste instrumento. Sem essa organização hierárquica, torna-se complexo identificar as relações conceituais entre os diferentes termos e compreender as nuances de significado que poderiam ser reveladas por essa estrutura. No entanto, foi indicado que o termo “sexo” é utilizado para se referir a “gênero”, “comportamento sexual” e “sexualidade”. Uma abordagem atualizada e mais inclusiva enriqueceria a representação das relações familiares, identidades de gênero e expressões sexuais, refletindo de forma mais precisa a diversidade e pluralidade dessas questões nas sociedades. Nos estudos de gênero, é essencial reconhecer a distinção entre sexo, enquanto características biológicas, e gênero, como uma construção social e cultural. Além disso, a sexualidade deve ser compreendida em toda a sua complexidade, indo além de uma visão simplista do comportamento sexual. Destaca-se que essa é a primeira delimitação de uso identificada na análise da hierarquização dos termos.

Ao atribuir como termos genéricos, “Distribuição da população por sexo” e “corpo”, o **Tesouro de gênero: linguagem con equidad** apresenta uma incoerência, pois eles descendem do termo sexo. Essa problemática se agrava quando observamos os termos específicos elencados: “homens”, “mulheres”, “fêmea” e “macho”, o que reafirma uma estrutura centrada no binarismo de gênero, ignorando a diversidade de identidades e expressões existentes. Essa abordagem reflete uma visão eurocêntrica e colonizada de gênero, desconsiderando as múltiplas formas de vivência e compreensão do gênero em diferentes contextos culturais. Além disso, o termo relacionado “diferença sexual” também apresenta uma inadequação, pois reduz a complexa questão do gênero a uma mera diferenciação biológica.

O **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** não apresenta termo genérico para o vocábulo “sexo”, o que consideramos adequado posto ser esse o termo mais genérico, a partir do qual se originam outros. Destaca como termo específico o descritor “sexo seguro”, evidenciando a vinculação entre sexo e aspectos de saúde e prevenção. Quanto aos termos relacionados, observamos uma tentativa de abarcar diferentes facetas da temática, como “comportamento sexual”, “emoções”, “gênero”, “prazer”, “relações sexuais” e “sexualidade”. Contudo, essa seleção de termos sugere uma compreensão fragmentada, que não reflete adequadamente abordagens contemporâneas dos Estudos de Gênero, o que é esperado já que este instrumento foi organizado na década de 1990.

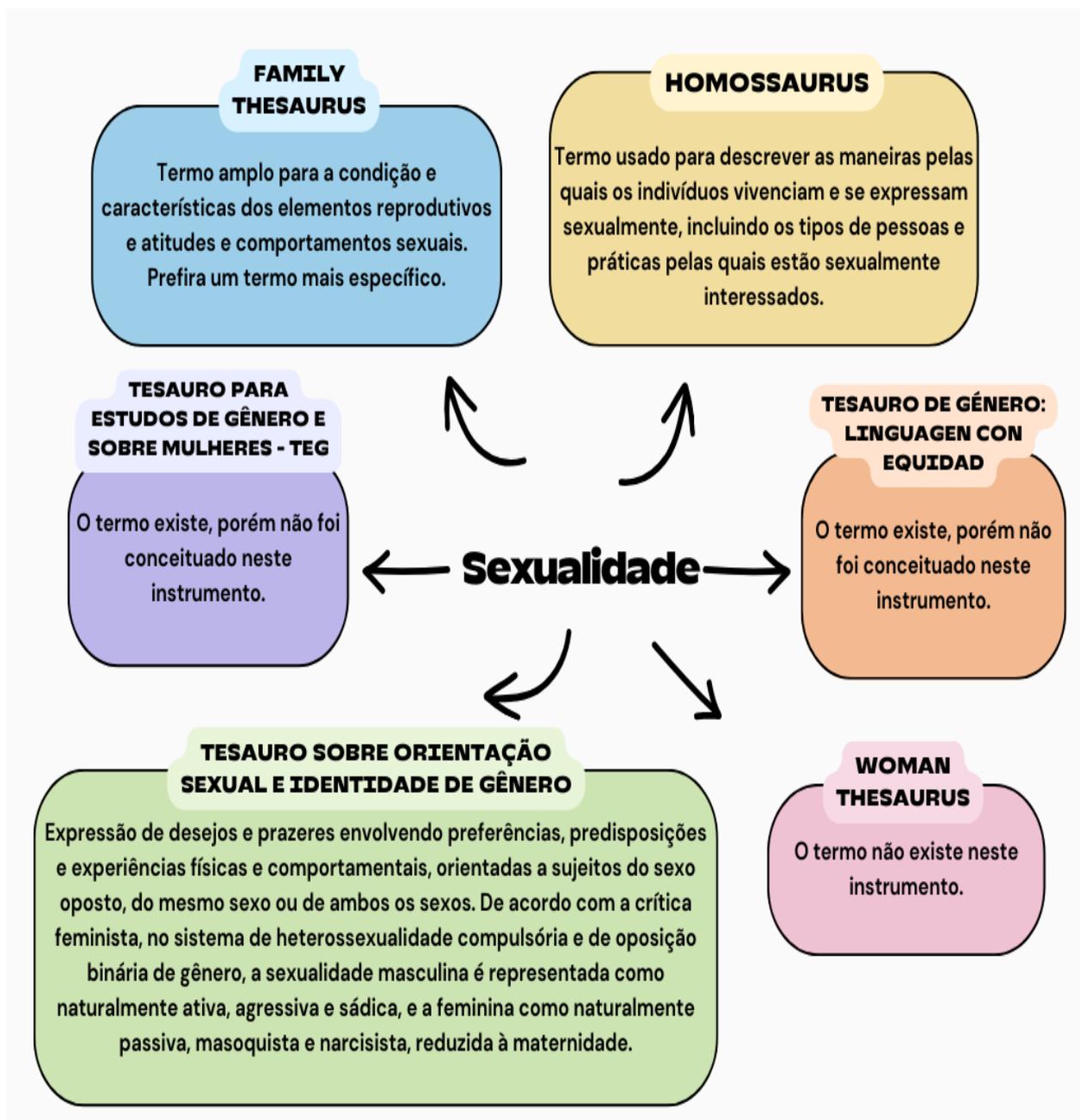
Por fim, o **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** revela aspectos importantes ao escolher “corpo” como termo genérico, pois isso denota o reconhecimento da centralidade do corpo nas discussões sobre sexo. Essa abordagem holística incorpora uma

compreensão do corpo como *locus* de experiências, significados e construções identitárias, alinhada a perspectivas contemporâneas nesse campo. No entanto, a seleção dos termos específicos “Faustão”, “Pênis” e “Vagina” sugere algumas problemáticas, uma vez que “faustão” não faz parte do escopo de estudos de gênero. Os outros termos dão ênfase em aspectos anatômicos e biológicos da sexualidade indicando a persistência de uma visão mais tradicional focada na heteronormatividade. De forma correlata, indica como termo relacionado apenas o termo “sexualidade”, o que demonstra a correlação, mas não extrapola uma abordagem mais superficial.

Diante disso, notamos que enquanto alguns instrumentos demonstram uma visão mais abrangente e pluralista, reconhecendo a diversidade de expressões, outros ainda refletem uma perspectiva mais limitada e normativa. O Homossaurus se destaca por oferecer uma abordagem que desafia noções restritivas de “sexualidade convencional”, incorporando uma ampla variedade de práticas e manifestações da sexualidade humana. Essa diversidade evidencia um esforço em valorizar a pluralidade para além de uma visão binária e heteronormativa. Por outro lado, tesouros como o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e o Tesouro de género: linguagen con equidad ainda apresentam limitações ao enfatizarem aspectos biológicos e anatômicos em detrimento de uma compreensão mais complexa. De modo geral, a análise desses instrumentos sugere a necessidade de uma revisão de modo a alinhar suas estruturas conceituais com as tendências teóricas e políticas contemporâneas dos Estudos de Gênero. Empreender esse esforço poderá contribuir para a construção de tesouros mais representativos.

5.2.8 Análises da conceituação e hierarquização do termo Sexualidade / *Sexuality* / *Sexualidad*

Figura 11 - Conceituação do termo Sexualidade.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

A sexualidade humana pode ser compreendida como um fenômeno que transcende a concepção biológica, portanto, deve ser analisada como uma construção social, cultural e histórica, permeada por relações de poder e normas que regulam os corpos, os desejos e as

identidades. Conforme argumentado por Michel Foucault (1988), a sexualidade não é uma essência inata dos indivíduos, é, antes, um efeito de dispositivos que produzem e disciplinam os corpos, resultando em categorias normativas de sexualidade. Em complemento a isso, Judith Butler (2003, 2015) problematiza que tanto o gênero quanto a sexualidade são performativamente constituídos por meio de uma repetição de atos, gestos e discursos. Dessa forma, a autora desafia a presumida relação entre sexo biológico, gênero e desejo sexual, evidenciando a fluidez e a plasticidade das expressões de gênero e sexualidade.

Gayle Rubin também contribui ao propor o conceito de “sistemas de sexo/gênero” para compreender como as sociedades transformam a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. A autora ressalta a importância de desafiar a “hierarquia erótica”, que valoriza determinadas práticas e identidades sexuais consideradas “aceitáveis” em detrimento de outras, vistas como abjetas ou perversas, o que na prática é tudo aquilo que se distancia da heteronormatividade e da monogamia. Em consonância com essa forma de compreensão, Adrienne Rich (1980) desenvolve a noção de “heterossexualidade compulsória”, argumentando que a heterossexualidade é imposta como a norma natural e obrigatória, invisibilizando e marginalizando outras formas de expressão. Rich instiga a compreensão da sexualidade como um contínuo, abrangendo uma diversidade de desejos, práticas e relacionamentos.

Adicionalmente, bell hooks (2017) enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional da sexualidade, reivindicando uma política sexual emancipatória que considere a diversidade de experiências. Essa perspectiva é complementada por Geni Núñez (2023), que justifica que as imposições que regulam a sexualidade são, também, resultantes da colonialidade de gênero, via colonização dos corpos e dos afetos e imposição da monogamia e da cis-heteronormatividade.

Em conjunto, esses referenciais teóricos desafiam concepções essencialistas da sexualidade, evidenciando sua natureza construída, historicamente situada e atravessada por relações de poder. Essa abordagem abre espaço para romper com padrões heteronormativos e denunciar mecanismos de exclusão e controle dos corpos. Portanto, uma conceituação mais abrangente da sexualidade requer a adoção de uma perspectiva que considere a multiplicidade de marcadores sociais e a diversidade de vivências e significados atribuídos à sexualidade em diferentes contextos históricos e culturais.

No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e no **Tesouro de Género: linguagem con equidad**, o termo aparece, porém não é conceituado, limitando, com isso, nossa análise. No *Woman,s Thesaurus*, por sua vez, o termo não existe.

No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, a sexualidade é definida como a “expressão de desejos e prazeres envolvendo preferências, predisposições e experiências físicas e comportamentais orientadas a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos”. Além disso é destacada a crítica feminista da heterossexualidade compulsória e da oposição binária de gênero na qual a sexualidade masculina foi representada como sendo naturalmente “ativa, agressiva e sádica”, enquanto a sexualidade feminina seria “passiva, masoquista e narcisista, reduzida à maternidade”. Essa definição envolve diversos aspectos-chave da compreensão contemporânea da sexualidade, incluindo a pluralidade de orientações sexuais, pois abarca a atração e o desejo sexual voltados para pessoas heterossexuais e não heterossexuais, reconhecendo a diversidade de expressões da sexualidade humana. Inclui, ainda, dimensões físicas e comportamentais ao abranger tanto aspectos fisiológicos (corpo) quanto comportamentais (experiências). Além disso, percebemos uma compreensão um pouco mais fluida da sexualidade pois ao expor “preferências, predisposições e experiências” sugere-se uma compreensão da sexualidade como fenômeno construído e sujeito a transformações ao longo da vida.

Dessa forma, a definição conceitual alinha-se com o referencial teórico apresentado, que problematiza a naturalização e a normatividade da heterossexualidade, bem como a rigidez das categorias binárias de gênero, destacando como essas normas e representações hegemônicas da sexualidade atuam para subjugar e limitar as possibilidades de expressão e vivência da sexualidade, especialmente no que se refere às mulheres e às identidades e práticas sexuais dissidentes.

O **Homossaurus** adota uma abordagem mais ampla, descrevendo a sexualidade como as “maneiras pelas quais os indivíduos vivenciam e se expressam sexualmente, incluindo os tipos de pessoas e práticas pelas quais estão sexualmente interessados”¹¹⁸. Essa definição não se limita a uma concepção biológica ou normativa da sexualidade, mas valoriza a diversidade de formas de expressão e vivência da sexualidade. Além disso, ao incluir em sua conceituação “os tipos de pessoas e práticas pelas quais os indivíduos estão sexualmente interessados”, o Homossaurus acolhe a diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero e práticas sexuais, superando uma visão binária e heteronormativa da sexualidade. Essa abordagem se alinha com as perspectivas teóricas contemporâneas que têm problematizado a naturalização e a normatividade da heterossexualidade, bem como a rigidez das categorias binárias de gênero,

¹¹⁸ Traduzido de: Term used to describe the ways in which individuals experience and express themselves sexually, including the types of people and practices they are sexually interested in (Homossaurus, 2024).

reivindicando o reconhecimento da fluidez e da multiplicidade de possibilidades de expressão da sexualidade humana.

Ao focar na maneira como “os indivíduos vivenciam e se expressam sexualmente”, o Homossaurus reconhece a agência e a singularidade das experiências sexuais em detrimento de concepções essencialistas ou generalizantes desse fenômeno. Essa abordagem se distancia de uma visão da sexualidade como essência inata ou uma categoria universal, e valoriza, em seu lugar, a diversidade e a particularidade das vivências sexuais individuais. Ao adotar essa perspectiva centrada no sujeito, o Homossaurus alinha-se com as críticas desenvolvidas por teóricas pós-estruturalistas como Judith Butler (2003), que problematizaram a noção de uma identidade sexual fixa e monolítica, enfatizando, em vez disso, o caráter performativo, fluido e contextual da sexualidade.

Por fim, o **Family Thesaurus**, infere que sexualidade é um “Termo amplo para a condição e características dos elementos reprodutivos e atitudes e comportamentos sexuais” e recomenda que se utilize um termo mais específico¹¹⁹. A conceituação proposta pelo tesouro reduz a sexualidade a uma mera “condição e características dos elementos reprodutivos”, bem como “atitudes e comportamentos sexuais”. Além disso, a ênfase dada aos “elementos reprodutivos” sugere uma concepção da sexualidade primordialmente orientada para a procriação, desconsiderando que a prática sexual pode ocorrer independentemente da capacidade ou do desejo reprodutivo. Abordagem que consideramos essencialista, pois negligencia o desenvolvimento teórico dos estudos de gênero, que demonstraram a natureza sociocultural e histórica da sexualidade.

Os contrastes observados nos instrumentos analisados ilustram a evolução conceitual em torno sexualidade, dando a ver como os tesouros mais recentes refletem uma compreensão mais complexa e alinhada com os desenvolvimentos teóricos dos estudos de gênero.

¹¹⁹ Traduzido de: Broad term for the condition and characteristics of reproductive elements and sexual attitudes and behaviours. Prefer more specific term (Family Thesaurus, 2014).

Quadro 11 - Hierarquização do termo Sexualidade.

SEXUALIDADE					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus		Sexualidade infantil; Organizações de pesquisa sexual e de reforma sexual ¹²⁰	Sexo anônimo; Sexo casual; Cibersexo; Erotismo; Estudos de gênero; Sexo em grupo; Homoerotismo; Hipersexualidade; Libido; Orgasmo; De passagem (sexualidade); Pornografia; Sexo público; Sedução; Sexo (ato); Acessórios sexuais; Locais de sexo; Festas de sexo; Sexologia; Sexting; Abstinência sexual; Autonomia sexual; Disfunção sexual; Excitação sexual; Função sexual; Minorias sexuais; Práticas sexuais; Reforma sexual; Papéis sexuais; Comportamento sexual situacional ¹²¹		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				
Family Thesaurus		Bissexualidade; Heterossexualidade; Homossexualidade; Intersexualidade; Comportamento sexual; Transexualismo ¹²²	Gênero; Puberdade; Reprodução (biológica); Papel sexual ¹²³		
Tesauro de gênero: linguagem con equidad	Sexualidade ¹²⁴	sexualidade infantil; sexualidade do adolescente; sexualidade do idoso ¹²⁵	Corpo; Comportamento sexual; parafilias ¹²⁶		
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)		bissexualidade; heterossexualidade; homossexualidade; sexualidade feminina; sexualidade masculina; transsexualidade.	desejo; identidade; impotência; sexo.		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	identidade sexual	diversidade sexual	sexo biológico; faustão; sexismo		

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹²⁰ Traduzido de: Children's sexuality; Organizations for sexual research and sexual reform¹²¹ Traduzido de: Anonymous sex; Casual sex; Cybersex; Eroticism; Gender studies; Group sex; Homoeroticism; Hypersexuality; Libido; Orgasm; Passing (Sexuality); Pornography; Public sex; Seduction; Sex (Act); Sex accessories; Sex locations; Sex parties; Sexology; Sexting; Sexual abstinence; Sexual autonomy; Sexual dysfunction; Sexual excitement; Sexual function; Sexual minorities; Sexual practices; Sexual reform; Sexual roles; Situational sexual behavior.¹²² Traduzido de: Bisexuality; Heterosexuality; Homosexuality; Intersexuality; Sexual behaviour; Transsexualism¹²³ Traduzido de: Gender; Puberty; Reproduction (Biological); Sex role¹²⁴ Traduzido de: Sexualidad¹²⁵ Traduzido de: sexualidad infantil; sexualidad adolescente; sexualidad de adultos mayores¹²⁶ Traduzido de: cuerpo; comportamiento sexual; parafilias

O **Homossaurus** não adota termo genérico. Entretanto, inclui os termos específicos relacionados à “Sexualidade infantil” e às “Organizações de pesquisa sexual e de reforma sexual”. Ao privilegiar esses recortes temáticos, o Homossaurus sinaliza um enfoque voltado para questões socialmente sensíveis e eticamente complexas no âmbito da sexualidade. O Homossaurus integra, ainda, uma extensa rede de correlação, abrangendo uma série de aspectos concernentes à sexualidade, por meio dos termos relacionados: “Sexo anônimo”, “Sexo casual”, “Cibersexo”, “Erotismo”, “Estudos de gênero”, “Sexo em grupo”, “Homoerotismo”, “Hipersexualidade”, “Libido”, “Orgasmo”, “De passagem (sexualidade)”, “Pornografia”, “Sexo público”, “Sedução”, “Sexo (ato)”, “Acessórios sexuais”, “Locais de sexo”, “Festas de sexo”, “Sexologia”, “Sexting”, “Abstinência sexual”, “Autonomia sexual”, “Disfunção sexual”, “Excitação sexual”, “Função sexual”, “Minorias sexuais”, “Práticas sexuais”, “Reforma sexual”, “Papéis sexuais” e “Comportamento sexual situacional”. Essa configuração reflete a riqueza e a diversidade do campo da sexualidade, abrangendo desde práticas e comportamentos sexuais até aspectos psicológicos, fisiológicos e socioculturais, transcendendo visões reducionistas ou fragmentadas. Ao incorporar termos relacionados a movimentos sociais e a campos de estudos, o Homossaurus sinaliza uma inserção da temática em um contexto mais amplo de debates e transformações sociais.

O **Woman’s thesaurus** não inclui o termo sexualidade, portanto não será possível a análise da hierarquização. Essa limitação de escopo sugere que o “Women’s Thesaurus” provavelmente não está voltado especificamente para a abordagem da sexualidade sob a perspectiva de gênero. Seu foco principal parece estar em outras questões relacionadas às mulheres, sem contemplar de forma detalhada os aspectos da sexualidade, o que consideramos uma limitação significativa.

Assim como o Homossaurus, o **Family Thesaurus** não contempla um termo genérico para a categoria “sexualidade”. Em seu lugar, o tesouro atribui termos específicos como “Bissexualidade”, “Heterossexualidade”, “Homossexualidade”, “Intersexualidade”, “Comportamento sexual” e “Transexualismo”. É importante ressaltar que o termo “Transexualismo” utilizado no tesouro é considerado inadequado, uma vez que outras expressões relacionadas carregam o sufixo “-dade” ao invés de “-ismo”, esse último comumente associado a uma conotação pejorativa. Com isso, o termo indicado para essa substituição seria transexualidade, e, em consequência disso, “transexualismo” deveria ser indicado como um delimitador de uso a ser substituído por “transexualidade”.

Além disso, o tesouro inclui os termos relacionados “Gênero”, “Puberdade”, “Reprodução (biológica)” e “Papel sexual”. Enquanto a inclusão do termo “Gênero” aponta

para um reconhecimento da relevância das questões de identidade e expressão de gênero no âmbito da sexualidade. Sinalizando uma compreensão da intersecção entre essas duas esferas, o termo “Puberdade” indica uma preocupação com as transformações físicas e psicossociais que ocorrem durante um período específico do desenvolvimento humano, o qual está intimamente relacionado à emergência e ao desenvolvimento da sexualidade. Por outro lado, os termos “Reprodução (biológica)” e “Papel sexual” sugerem uma abordagem mais normativa e biológica da sexualidade, enfatizando aspectos como a função reprodutiva e os papéis socialmente atribuídos com base no gênero. Essa configuração terminológica sugere uma estruturação conceitual fragmentada e potencialmente limitada na representação da temática da sexualidade, carecendo de uma sistematização que permita compreender de forma holística e integrada a complexidade inerente a esse campo de estudo.

O **Tesouro de Género: Linguagen con Equidad** atribui o termo “sexualidade” como o termo genérico e com isso o tesouro reconhece a sexualidade como um fenômeno complexo e abrangente. Atribui como termos específicos “sexualidade infantil”, “sexualidade do adolescente” e “sexualidade do idoso”, demonstrando, assim, uma preocupação em contemplar as particularidades e as nuances da expressão da sexualidade em diferentes etapas do desenvolvimento. Destacamos que esse é o primeiro instrumento a contemplar a sexualidade da pessoa idosa, o que indica uma abordagem interseccional que inclui a condição etária. Adicionalmente, a inclusão de termos relacionados como “Corpo”, “Comportamento sexual” e “parafilias”, sugere uma abordagem abrangente sem ser reducionista ou essencialista. Essa estruturação denota um entendimento da sexualidade como fenômeno que abrange não apenas os aspectos físicos e comportamentais, mas, também, as diversas formas de expressão da sexualidade, incluindo aquelas consideradas atípicas ou não convencionais (parafilias).

Diferentemente do anterior, o **Tesouro para estudos de Género e sobre Mulheres (TEG)** adota uma classificação mais segmentada, com termos específicos como “bissexualidade”, “heterossexualidade”, “homossexualidade”, “sexualidade feminina”, “sexualidade masculina” e “transexualidade”. Essa estruturação reflete uma preocupação em representar a diversidade das orientações sexuais e das expressões de gênero, possivelmente buscando visibilizar identidades e experiências historicamente subalternizadas. Ao diferenciar as vivências da “sexualidade feminina” e da “sexualidade masculina”, o TEG sinaliza uma atenção às assimetrias de gênero e às particularidades das experiências sexuais de homens e mulheres. Essa abordagem pode ser interpretada como um esforço em representar a desconstrução da normatização heterossexual e a universalização da experiência masculina típicas de paradigmas androcentrados. Ao determinar os termos relacionados “desejo”,

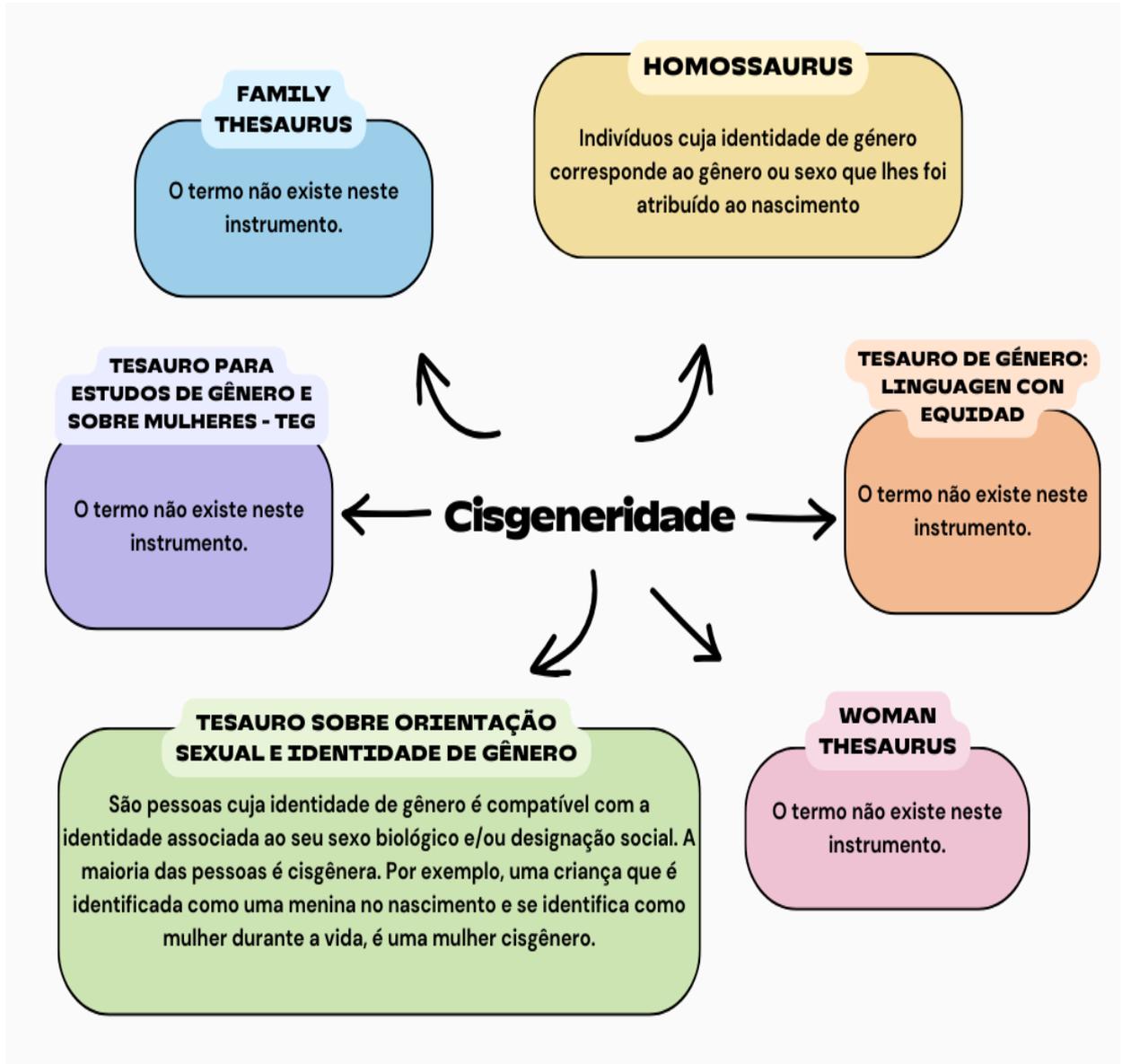
“identidade”, “impotência” e “sexo”, o TEG demonstra uma compreensão da sexualidade a partir de uma correlação ampla, envolvendo tanto dimensões biológicas quanto construções socioculturais. Destacamos que esse é o único instrumento a apontar “impotência” como um termo relacionado à sexualidade e isso é relevante considerando tratar-se de um componente significativo nos estudos da sexualidade.

O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** indica como termo genérico “identidade sexual” para definir o conceito central, o que não parece refletir de forma adequada a complexidade e multidimensionalidade da sexualidade humana, reduzindo a sexualidade à sua dimensão identitária, deixando de lado outros aspectos fundamentais como desejos, práticas, orientações e expressões. Como termo específico, o tesouro atribui “diversidade sexual”. Embora o reconhecimento da diversidade sexual seja importante, o uso desse termo não demonstra um entendimento aprofundado sobre os diferentes elementos que compõem a sexualidade. A inclusão de termos relacionados como “sexo biológico” e “sexismo” sugere uma perspectiva limitada e superficial acerca da sexualidade e das relações de gênero, especialmente considerando o referencial teórico apresentado. O termo “faustão”, por sua vez, também não parece ter relação com a temática da sexualidade, sendo, portanto, considerado um equívoco.

Em conclusão, a análise comparativa dos diferentes tesouros abordados revela distintas abordagens e níveis de complexidade na representação da sexualidade. O Homossaurus e o Tesouro de Género: Linguagen con Equidad apresentam uma compreensão mais ampla e multidimensional do fenômeno, reconhecendo sua natureza multifacetada e englobando variados aspectos, desde as práticas e comportamentos até as dimensões psicológicas, fisiológicas e socioculturais. Por outro lado, o Women's Thesaurus parece ter uma lacuna significativa em relação à temática da sexualidade, enquanto o *Family Thesaurus*, apesar de incluir termos específicos, carece de uma terminologia mais adequada, especialmente no que se refere à transexualidade. Por sua vez, o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) adota uma visão mais segmentada e detalhada, buscando representar a diversidade das orientações sexuais e expressões de gênero, refletindo uma preocupação em visibilizar identidades e experiências historicamente subalternizadas. Já o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero apresenta uma abordagem mais limitada, reduzindo a sexualidade à sua dimensão identitária. Essa diversidade de perspectivas evidencia a complexidade e a necessidade de um entendimento amplo e multidimensional da sexualidade humana, que contemple sua riqueza e pluralidade de manifestações.

5.2.9 Análises da conceituação e hierarquização do termo Cisgênero / Cisgender

Figura 12 - Conceituação do termo Cisgeneridade.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

A cisgeneridade pode ser compreendida como a condição em que a identidade de gênero e a designação sexual (genitália) de uma pessoa estão em conformidade com as expectativas sociais hegemônicas (Connell, 2016, Butler, 2018, Núñez, 2023). Nessa perspectiva, a cisgeneridade representa a aderência do indivíduo ao sistema binário de gênero, no qual apenas as categorias de “homem” e “mulher” são consideradas legítimas e naturais.

Quando transferida a análise para a normatividade dos afetos, entendemos a vinculação da cisgeneridade com a heteronormatividade. A heteronormatividade refere-se à norma social que pressupõe e privilegia a heterossexualidade como a orientação sexual “natural” (Rubin, 2017). Nesse sistema, espera-se que uma pessoa seja atraída romanticamente e sexualmente por indivíduos do “sexo oposto”.

Dessa forma, a cisgeneridade e a heteronormatividade se complementam enquanto instâncias que regulam os corpos e os afetos. A cisgeneridade, ao reforçar o sistema binário de gênero, encontra-se firmemente ancorada na heteronormatividade, uma vez que a conformidade com as normas de gênero dominantes é condição para a manutenção da heterossexualidade como a forma naturalizada de expressão da sexualidade. Assim, a cisgeneridade e a heteronormatividade se retroalimentam, sustentando um sistema de poder e privilégio que invisibiliza outras formas de identidade e expressão de gênero e sexualidade.

No que concerne a esse termo, o **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)**, o **Tesouro de Género: linguagem con equidad**, o **Woman Thesaurus** e o **Family Thesaurus** não possuem uma conceituação. Estimamos que os dois primeiros não incluam o termo por não fazer parte da discussão sobre gênero comum ao contexto da época. Mesmo sendo um tesouro on-line, o que possibilitaria atualizações mais frequentes, a ausência do termo “cisgeneridade” no **Woman Thesaurus** não se justifica plenamente, uma vez que se esperava que esse instrumento acompanhasse a evolução dos estudos de gênero e incorporasse conceitos emergentes, como a cisgeneridade. No entanto, a não inclusão do termo sugere que talvez o processo de atualização e revisão desse instrumento não tenha sido tão ágil ou alinhado com as discussões mais recentes no campo.

No caso do **Family Thesaurus**, por ser um tesouro mais recente, a ausência do termo “cisgeneridade” é ainda menos justificável, pois esperava-se que um instrumento contemporâneo incorporasse conceitos e terminologias atualizadas, refletindo o estado da arte dos estudos de gênero. A não inclusão desse termo no tesouro pode indicar uma lacuna na abrangência e atualização do instrumento, não acompanhando adequadamente a evolução do campo.

O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** conceitua cisgeneridade como “pessoas cuja identidade de gênero é compatível com a identidade associada ao seu sexo biológico e/ou designação social. A maioria das pessoas é cisgênera. Por exemplo, uma criança que é identificada como uma menina no nascimento e se identifica como mulher durante a vida, é uma mulher cisgênera”. Essa conceituação demonstra um alinhamento com abordagens contemporâneas que reconhecem a distinção entre sexo biológico e identidade de gênero, a

existência de uma “norma” cisgênera predominante e a necessidade de compreender a diversidade de expressões de gênero. Conforme destacado, a cisgeneridade, ao reforçar o sistema binário de gênero, encontra-se firmemente ancorada na heteronormatividade, uma vez que a conformidade com as normas de gênero dominantes é condição para a manutenção da heterossexualidade como forma naturalizada de expressão da sexualidade.

A conceituação do **Homossaurus** para cisgeneridade, apesar de incompleta, capta de forma precisa as expectativas sociais dominantes em torno da correspondência entre sexo e identidade de gênero. De fato, a definição reflete a compreensão normativa da cisgeneridade como uma “correspondência natural” entre a designação sexual atribuída ao nascimento e a posterior expressão de gênero do indivíduo. A necessidade de se expandir a análise para contemplar a relação entre a normalização dos corpos e a normalização dos afetos é pertinente, pois a heteronormatividade não se manifesta apenas na expectativa de correspondência entre sexo e gênero, mas, também, na imposição de um modelo hegemônico de relacionamentos e expressões da sexualidade. Essa articulação entre a regulação dos gêneros e a regulação da sexualidade é fundamental para uma compreensão mais ampla da cisgeneridade como dispositivo de poder que opera na produção e manutenção de uma matriz heterossexual compulsória.

Observamos, portanto, que a conceituação de “cisgeneridade” se encontra presente em apenas dois dos tesouros analisados neste estudo, a saber: o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e o Homossaurus. As definições apresentadas nesses instrumentos são semelhantes, enfatizando a compatibilidade entre a identidade de gênero de um indivíduo e o sexo/gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Essa variação na representação desse conceito em apenas alguns dos tesouros investigados reflete a emergência relativamente recente da discussão sobre identidade de gênero e suas diversas expressões na sociedade. Essa constatação aponta para a necessidade de um processo de revisão e atualização mais constante desses tesouros ou a criação de novos, a fim de que eles reflitam mais adequadamente o estado da arte das discussões em torno da diversidade de identidades e expressões de gênero na contemporaneidade.

Quadro 12 - Hierarquização do termo Cisgênero.

CISGÊNERO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus		Crianças cisgênero; homens cisgênero; mulheres cisgênero; jovens cisgênero ¹²⁷	Identidade cisgênero; Pessoas cissexuais; Demiboy; Demigirl; Género atribuído à nascença; Identidade de género; Homens; Identidades sexuais e de género não euro-americanas; Pessoas transgênero; Mulheres ¹²⁸		Pessoas cis ¹²⁹
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				
<i>Family Thesaurus</i>	O termo não existe nesse tesauro				
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)	O termo não existe nesse tesauro.				
Tesauro de género: linguagen con equidad	O termo não existe nesse tesauro				
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Género	Binário	mulher -cis; homem-cis	binarismo; transexual		Cis

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹²⁷ Traduzido de: Cisgender children; Cisgender men; Cisgender women; Cisgender youth¹²⁸ Traduzido de: Cisgender identity; Cissexual people; Demiboy; Demigirl; Gender assigned at birth; Gender identity; Men; Non-Euro-American gender and sexual identities; Transgender people; Women.¹²⁹ Traduzido de: Cis people.

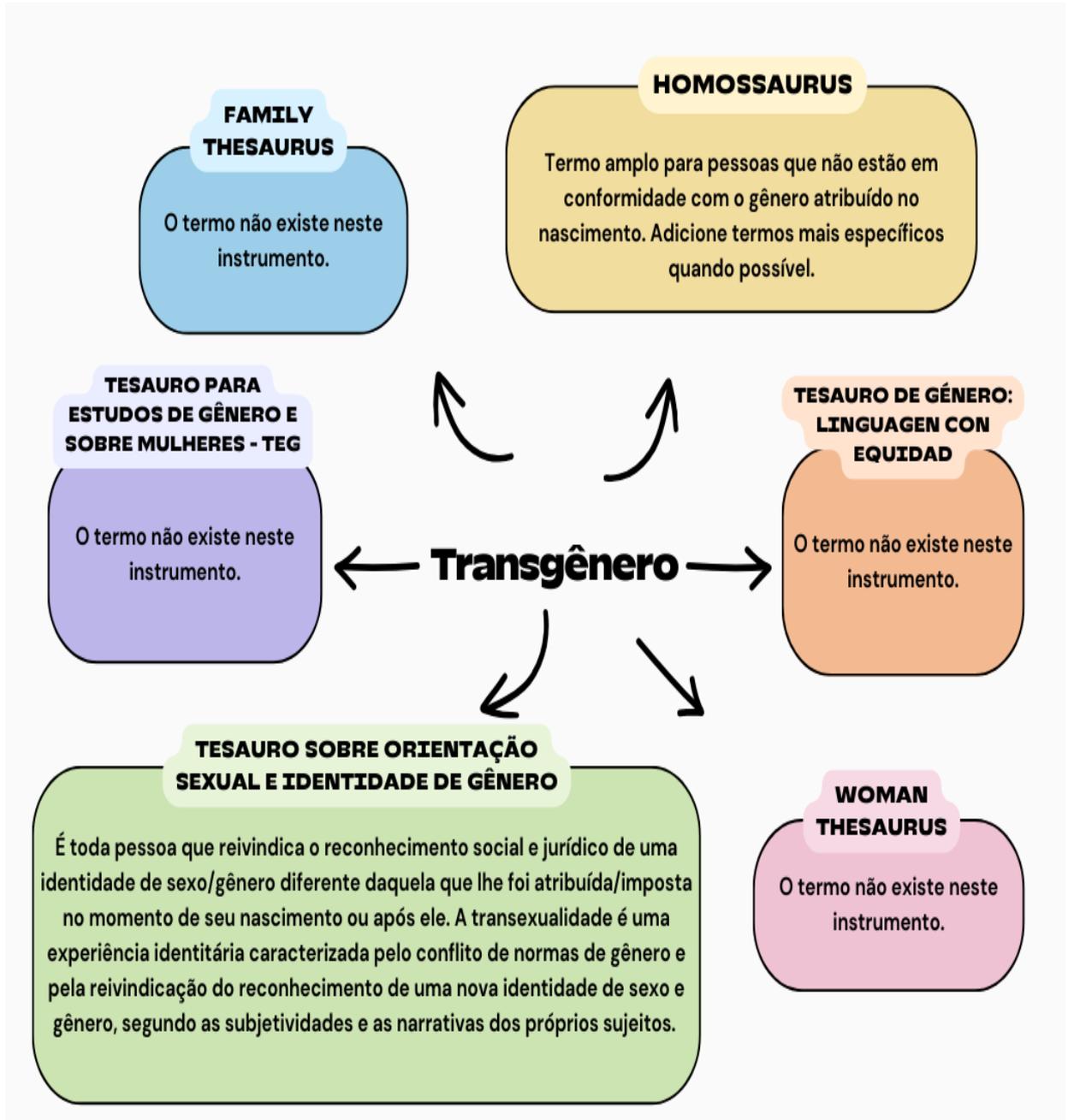
A ausência de um termo genérico para “cisgênero” no **Homosaurus** sugere que esse tesouro concebe o “cisgênero” como um conceito amplo. Adicionalmente, atribui termos específicos como “crianças cisgênero”, “homens cisgênero”, “mulheres cisgênero” e “jovens cisgênero”, denotando uma abordagem que enfatiza a identidade de gênero de indivíduos cuja expressão de gênero é congruente com o sexo biológico atribuído no nascimento. Além disso, a inclusão de termos relacionados como “identidade cisgênero” e “pessoas cissexuais” reforça essa perspectiva fixa nas expectativas hegemônicas. Com base no referencial apresentado, recomendamos a inserção do termo heteronormatividade como relacionado a cisgeneridade.

A representação do termo “cisgênero” no **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** suscita questionamentos acerca de suas estruturas conceituais. Primeiramente, a categorização do “binário” como termo genérico revela uma compreensão problemática, visto que o termo sugerido não se constitui como uma unidade conceitual em si. Com isso, a atribuição dos termos “mulher-cis” e “homem-cis” parece reificar uma lógica binária que dicotomiza a experiência de gênero. Preocupante é a associação entre “cisgênero” e conceitos como “binarismo” e “transexual”, sugerindo uma concepção limitada do “cisgênero” como mero contraponto à transexualidade, enquadramento que poderia ter sido ampliado a outros assuntos correlatos, como por exemplo a heteronormatividade. Por fim, a recomendação do uso do termo “cis” como delimitador de uso expõe a forma como o termo é verbalizado pela comunidade de prática.

Por outro lado, os demais tesouros analisados: o **Women's Thesaurus**, o **Family Thesaurus**, o **Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e o **Tesouro de Género: linguagen con equidad**, não apresentam o termo “cisgênero” em suas estruturas, o que inviabiliza as análises, como demonstrado anteriormente. Essa constatação aponta para a necessidade de um processo de revisão e atualização mais constante desses instrumentos, ou a criação de outros que sejam mais representativos.

5.2.10 Análises da conceituação e hierarquização do termo Transgênero / *Transgender*

Figura 13 - Conceituação do termo Transgênero.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

Na ótica butleriana (2018), a identidade transgênero é aquela que problematiza a suposta coerência entre sexo, gênero e desejo, revelando a performatividade e a fluidez inerentes às identidades de gênero. Nessa concepção, a identidade de gênero não se configura como uma entidade fixa, mas, sim, como uma constante reiteração e ressignificação de normas e

expectativas sociais. Segundo Connell (2016), as identidades transgênero evidenciam a diversidade das configurações de gênero, desestabilizando a noção de masculinidade e feminilidade, buscando sua superação e desconstrução. Ao reconhecer a transgeneridade, se abre espaço para compreender o gênero como um processo dinâmico, contextual e interseccional.

Para Guacira Lopes Louro (2008), a construção social do gênero é um contínuo inacabado, no qual instituições como família, escola, igreja, justiça e comunidades médicas desempenham papéis significativos, de modo que gênero e sexualidade são compreendidos como construções sociais moldadas por inúmeras aprendizagens e práticas vivenciadas ao longo da vida. Ao relacionar essas perspectivas, Geni Núñez (2023) oferece uma análise mais abrangente destacando que as pessoas transgênero são vistas como aquelas que possuem essencialmente uma identidade de gênero, enquanto as pessoas cisgênero são consideradas a norma, devido à sua suposta conformidade com a designação sexual. Portanto, essa compreensão teórica da identidade de gênero transgênero evidencia a fluidez, a diversidade e a construção social do gênero, desestabilizando as noções essencialistas e binárias predominantes.

Os **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)**, o **Tesouro de Gênero: linguagem con equidade**, **Woman Thesaurus** e **Family Thesaurus**, não contemplam a conceituação do termo “transgênero”. Infere-se, a partir disso, que no caso dos dois primeiros tesouros, a ausência dessa terminologia se justifica por não fazer parte da discussão sobre gênero predominante no contexto temporal em que foram concebidos. Entretanto, no que concerne ao **Woman Thesaurus**, por ser um tesouro on-line, esperava-se que esse instrumento acompanhasse a evolução dos estudos de gênero e incorporasse conceitos emergentes. Nesse sentido, a não inclusão desse termo sugere que os processos de atualização e revisão não estão alinhados com as discussões mais recentes no campo. Lacuna também percebida no **Family Thesaurus**, outro que não inclui o termo, estando em desalinho com a evolução dos Estudos de Gênero contemporâneos

O **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** conceitua “transgênero” como “toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e jurídico de uma identidade de sexo/gênero diferente daquela que lhe foi atribuída/imposta no momento de seu nascimento ou após ele”, evidenciando a noção de autonomia e autodeterminação da identidade de gênero, em contraposição a normas de gênero impostas. Além disso, destaca que “a transexualidade é uma experiência identitária caracterizada pelo conflito de normas de gênero e pela reivindicação do reconhecimento de uma nova identidade de sexo e gênero, segundo as subjetividades e as

narrativas dos próprios sujeitos”. Essa concepção envolve, portanto, a reivindicação do reconhecimento de uma nova identidade em acordo com as subjetividades e narrativas próprias dos indivíduos, configurando-se como uma experiência identitária que desafia e busca por transpor as normas de gênero. Dessa forma, o tesouro adota uma abordagem centrada no protagonismo dos indivíduos na construção de suas identidades de gênero, evidenciando uma concepção fundamentada no reconhecimento da autodeterminação da identidade de gênero.

O **Homossaurus** conceitua o termo “transgênero” de forma mais abrangente, como um “Termo amplo para pessoas que não estão em conformidade com o gênero atribuído no nascimento”¹³⁰, orientando a utilização de termos mais específicos quando possível. Essa concepção abrange uma diversidade de expressões e vivências de gênero que desafiam as normas impostas socialmente. Ademais, o Homossaurus orienta a utilização de termos mais específicos quando possível. O conceito enfatiza que ser transgênero implica não estar em conformidade com o gênero atribuído no momento do nascimento. Essa perspectiva desafia a noção de que existe uma correspondência natural entre sexo biológico e identidade de gênero, reconhecendo a autonomia dos indivíduos em construir suas próprias identidades de gênero. Portanto, a definição adotada pelo Homossaurus está em conformidade com o referencial teórico apresentado, que compreende o gênero como uma construção social e cultural.

Ao analisarmos os Tesouros, observamos que a conceituação de “transgênero” está presente em apenas dois deles, com definições que buscam representar a complexidade dessa identidade de gênero. No entanto, a ausência dessa conceituação nos demais instrumentos aponta para a necessidade de uma maior inclusão e representação dessa temática.

¹³⁰ Traduzido de: Broad term for people who do not conform to their gender assigned at birth. Add more specific terms when possible.

Quadro 13 - Hierarquização do termo Transgênero.

TRANSGÊNERO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus	Minorias de gênero; pessoas LGBTQ+ ¹³¹	Pessoas agênero; Pessoas andróginas; Pessoas bigênero; Pessoas transgênero enclausuradas; Pessoas demigênero; FtXs; Pessoas de gênero flúido; MtXs; Pessoas não binárias; Pessoas transgênero mais velhas; Pessoas pangênero; Pessoas do terceiro gênero; Homens trans; Mulheres trans; Pessoas transfemininas; Crianças transgênero; Estudantes universitários transgênero; Filhas transgênero; Pais transgênero; Mães transgênero; Pais transgênero; Filhos transgênero; Jovens transgênero; Pessoas transgênero <i>queer</i> ; Pessoas transmasculinas; Pessoas transexuais; Pessoas trigênero ¹³²	Pessoas cisgênero; Clocking (Gênero); Crossdressers; Pessoas eonistas; Cirurgia de afirmação do gênero; Gênero atribuído à nascença; Diversidade de gênero; Identidade de gênero; Perturbação da identidade de gênero; Marcadores de gênero; Identidade não conforme ao gênero; Pessoas não conformes ao gênero; Identidade queer de gênero; Pessoas queer de gênero; Terapia hormonal (gênero); Homens; Sem identidade hormonal; Identidades sexuais e de gênero não euro-americanas; Não-operatório; Pais de pessoas transgênero; Parceiros de pessoas transgênero; Passing (Gênero); Perseguição; de pessoas transgênero; Pós-operatório; Pré-operatório; Leitura (gênero); Stealth (transgênero); t4t; Trans; Inclusão trans; Personagens transgênero; Comunidade transgênero; Centros comunitários transgênero; Identidade transgênero; Pessoas transgênero no fandom; Pessoas transgênero nas forças armadas; Pessoas transgênero no local de trabalho; Pessoas transgênero de cor; Pessoas transgênero com doenças crônicas; Transgenderismo; Identidade transgênero-queer; Transição (gênero); Estado de transição; Transfobia; Travestis; Mulheres ¹³³		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesauro				

¹³¹ Traduzido de: Gender minorities; LGBTQ+ people

¹³² Traduzido de: Agender people; Androgynous people; Bigender people; Closeted transgender people; Demigender people; FtXs; Genderfluid people; MtXs; Non-binary people; Older transgender people; Pangender people; Third gender people; Trans men; Trans women; Transfeminine people; Transgender children; Transgender college students; Transgender daughters; Transgender fathers; Transgender mothers; Transgender parents; Transgender sons; Transgender youth; Transgenderqueer people; Transmasculine people; Transsexual people; Trigender people

¹³³ Cisgender people; Clocking (Gender); Crossdressers; Eonist people; Gender affirming surgery; Gender assigned at birth; Gender diversity; Gender identity; Gender identity disorder; Gender markers; Gender non-conforming identity; Gender non-conforming people; Genderqueer identity; Genderqueer people; Hormone therapy (Gender); Men; No hormone identity; Non-Euro-American gender and sexual identities; Non-operative; Parents of transgender people; Partners of transgender people; Passing (Gender); Persecution; of transgender people; Post-operative; Pre-operative; Reading (Gender); Stealth (Transgender); t4t; Trans; Trans inclusivity; Transgender characters; Transgender community; Transgender community centers; Transgender identity; Transgender people in fandom; Transgender people in the military; Transgender people in the workplace; Transgender people of color; Transgender people with chronic illnesses; Transgenderism; Transgenderqueer identity; Transitioning (Gender); Transitioning status; Transphobia; Transvestites; Women

TRANSGÊNERO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
<i>Family Thesaurus</i>			O termo não existe nesse tesauro		
Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)			O termo não existe nesse tesauro.		
Tesauro de gênero: linguagen con equidad			O termo não existe nesse tesauro.		
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	LGBTQIA+	Travesti; Transformista; andrógino	Transexual		

Fonte: Elaboração própria (2024)

O Tesouro Homossaurus adota uma abordagem abrangente e detalhada na conceituação de identidades de gênero. Inicialmente, o instrumento utiliza os termos genéricos “Minorias de gênero” e “pessoas LGBTQ+” como forma de abarcar essa temática de maneira ampla (HOMOSSAURUS, [data]). A partir desses termos genéricos, o tesouro estabelece uma hierarquia de termos mais específicos, refletindo a diversidade de identidades e expressões de gênero, tais como: “Pessoas agênero”, “Pessoas andróginas”, “Pessoas bigênero”, “Pessoas transgênero enclausuradas”, “Pessoas demigênero”, “FtXs”, “Pessoas de gênero fluido”, “MtXs”, “Pessoas não binárias”, “Pessoas transgênero mais velhas”, “Pessoas pangênero”, “Pessoas do terceiro gênero”, “Homens trans”, “Mulheres trans”, “Pessoas transfemininas”, “Crianças transgênero”, “Estudantes universitários transgênero”, “Filhas transgênero”, “Pais transgênero”, “Mães transgênero”, “Pais transgênero”, “Filhos transgênero”, “Jovens transgênero”, “Pessoas transgênero queer”, “Pessoas transmasculinas”, “Pessoas transexuais” e “Pessoas trigênero”. Essa lista de termos específicos demonstra que o Homossaurus reconhece a fluidez e a complexidade das identidades de gênero, abrangendo desde identidades não-binárias até categorias mais estabelecidas como “Homens trans” e “Mulheres trans”. Além disso, os termos específicos contemplam diferentes contextos como “Crianças transgênero”, “Estudantes universitários transgênero”, “Pais transgênero” e “Jovens transgênero”, evidenciando uma preocupação em representar a diversidade de vivências relacionadas à temática

Adicionalmente, o Homossaurus amplia significativamente seu vocabulário ao incluir uma série de outros termos relacionados às identidades de gênero, como: “pessoas cisgênero”, “clocking (gênero)”, “crossdressers”, “pessoas eonistas”, “cirurgia de afirmação do gênero”, “gênero atribuído à nascença”, “diversidade de gênero”, “identidade de gênero”, “perturbação da identidade de gênero”, “marcadores de gênero”, “identidade não conforme ao gênero”, “pessoas não conformes ao gênero”, “identidade queer de gênero”, “pessoas queer de gênero”, “terapia hormonal (gênero)”, “homens”, “sem identidade hormonal”, “identidades sexuais e de gênero não euro-americanas”, “não-operatório”, “pais de pessoas transgênero”, “parceiros de pessoas transgênero”, “passing (gênero)”, “perseguição de pessoas transgênero”, “pós-operatório”, “pré-operatório”, “leitura (gênero)”, “stealth (transgênero)”, “t4t”, “trans”, “inclusão trans”, “personagens transgênero”, “comunidade transgênero”, “centros comunitários transgênero”, “identidade transgênero”, “pessoas transgênero no fandom”, “pessoas transgênero nas forças armadas”, “pessoas transgênero no local de trabalho”, “pessoas transgênero de cor”, “pessoas transgênero com doenças crônicas”, “transgenderismo”, “identidade transgênero-queer”, “transição (gênero)”, “estado de transição”, “transfobia”,

“travestis” e “mulheres”. O vocabulário do Homossaurus demonstra, com isso, um esforço em abranger uma ampla gama de termos relacionados às identidades de gênero. Essa expansão terminológica vai além das categorias binárias tradicionais, refletindo uma compreensão da fluidez e da complexidade inerentes à experiência de gênero.

Além de definições mais técnicas (“cirurgia de afirmação do gênero”, “terapia hormonal”), o glossário incorpora termos que denotam aspectos psicossociais e interacionais das identidades de gênero, como “clocking (gênero)”, “passing (gênero)” e “leitura (gênero)”, abordagem que sugere uma sensibilidade às nuances performativas e contextuais da expressão de gênero. A presença de termos que se cruzam com outras dimensões identitárias, como raça e condições de saúde (“pessoas transgênero de cor”, “pessoas transgênero com doenças crônicas”), denota uma compreensão interseccional das experiências de pessoas transgênero. Essa perspectiva reconhece que as identidades de gênero não se manifestam de forma isolada, mas são moldadas pela interação com outros marcadores sociais.

Além disso, a inclusão de termos relacionados a diferentes etapas e aspectos da transição de gênero (“pré-operatório”, “pós-operatório”, “estado de transição”) demonstra um esforço em representar a complexidade e a diversidade de experiências relacionadas à identidade de gênero. Essa abordagem holística sugere uma valorização da agência individual e da autodeterminação das pessoas em seus processos de transição. Por fim, a constante atualização do Homossaurus, priorizando a incorporação de terminologias mais recentes, reflete um esforço em acompanhar a evolução dos debates e discussões em torno das questões de gênero.

Em contraste, instrumentos como o **Women's Thesaurus**, o *Family Thesaurus*, o **Tesouro para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)** e o **Tesouro de Género: linguagen con equidad**, não incluem o termo “transgênero” em suas estruturas. Essa lacuna terminológica limita a capacidade de análise desses recursos, conforme demonstrado anteriormente.

O Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero indica como termo genérico “LGBTQIA+”, essa abordagem não é considerada adequada, pois a sigla LGBTQIA+ representa uma ampla gama de identidades e sexualidades distintas, não podendo ser tratada como um termo genérico.

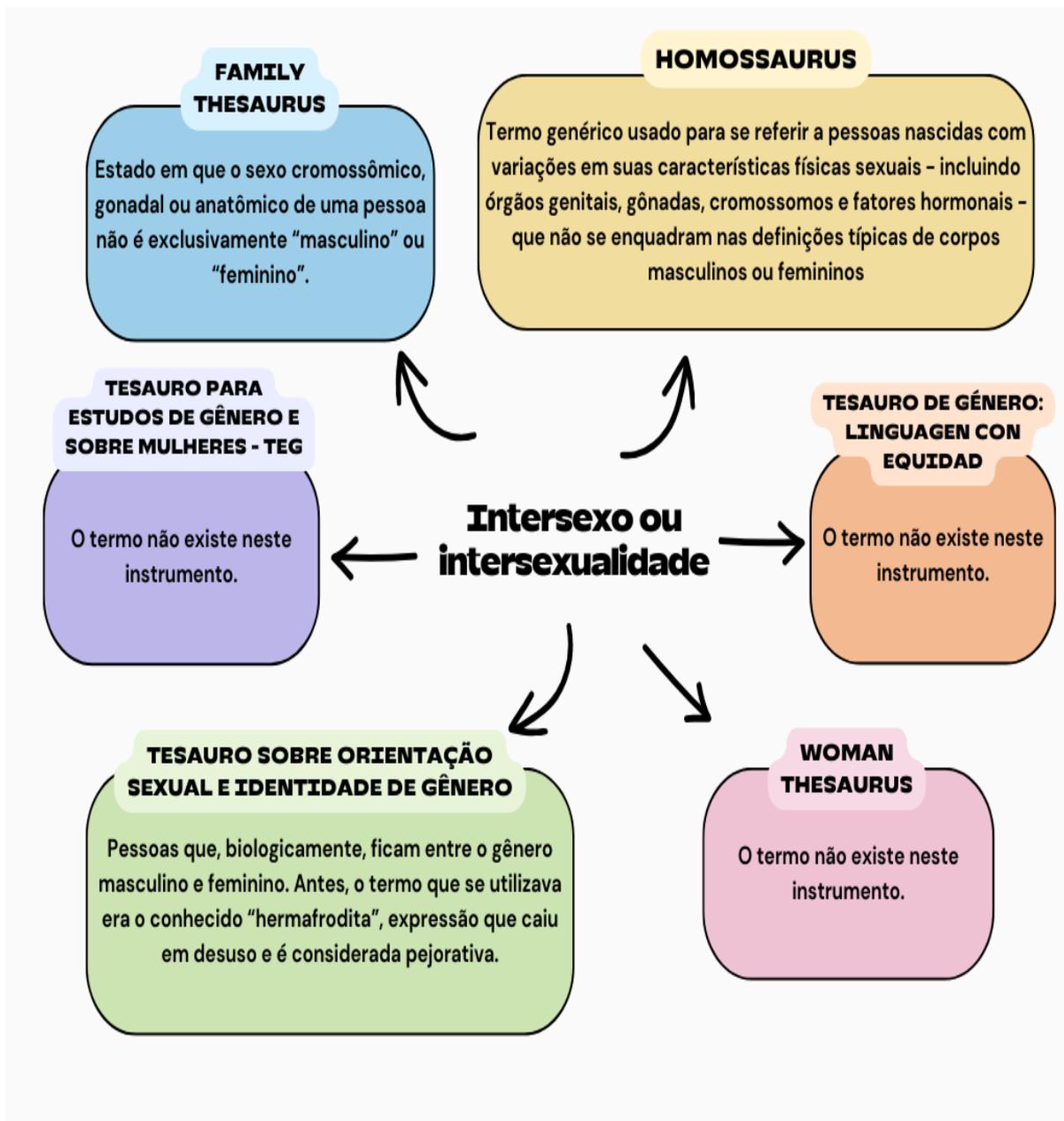
Adota como termos específicos “Travesti”; “Transformista”; “andrógino”. Positivamente, destaca-se a inclusão do termo “Travesti” como um termo específico, o que representa um avanço na visibilidade e reconhecimento de uma categoria social historicamente marginalizada devido à intersecção de marcadores sociais como classe e identidade de gênero. Em paralelo, a adoção do termo “Transformista” como um termo específico neste tesouro

evidencia uma possível compreensão equivocada acerca desta expressão de gênero. O termo “Transformista” não é comumente utilizado para designar identidades de gênero, mas, sim, para se referir a performances artísticas e de entretenimento. Adicionalmente, atribui como termo relacionado “Transexual”, que é outro termo utilizado para representar a transgeneridade.

Com base na exposição da hierarquização apresentada, destacamos o Homossaurus como o instrumento mais representativo das subjetividades relacionadas ao vocábulo “transgênero”, o que incorpora não apenas definições técnicas, mas, também, termos que denotam os aspectos psicossociais e interacionais das identidades de gênero

5.2.11 Análises da conceituação e hierarquização do termo Intersexo / *Intersex* ou Intersexualidade / *Intersexuality*

Figura 14 - Conceituação do termo Intersexo ou Intersexualidade.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

A intersexualidade é uma condição na qual um indivíduo apresenta características sexuais primárias e/ou secundárias que não se enquadram nas definições convencionais de masculino ou feminino. Algumas dessas características intersexuais incluem: genitais ambíguos ou atípicos; cromossomos divergentes do padrão XX (feminino) ou XY (masculino); gônadas

(órgãos reprodutivos) que não se caracterizam claramente como ovários ou testículos; níveis ou padrões hormonais sexuais atípicos; e, desenvolvimento puberal que não segue os padrões típicos de maturação masculina ou feminina.

Lugones (2020) e Löwy (2019) explicam que a estrutura colonial, em estreita articulação com o patriarcado e amparada por classificações biológicas, estabeleceu uma interpretação normativa de gênero na qual o pênis foi associado ao masculino e a vagina ao feminino. Contudo, esse sistema não reconhece as pessoas intersexo e postula que os corpos intersexuais devem ser “corrigidos” cirurgicamente, considerando as expressões divergentes do padrão “oficial” de cada gênero como desafios às certezas e crenças sobre o caráter “binário e sexuado” da humanidade. Essa necessidade imperativa de alinhar corpos com apenas duas categorias (homem e mulher) legitimou intervenções cirúrgicas precoces e outras medidas químicas em muitas crianças intersexuais.

No entanto, a intersexualidade é uma variação natural da diferenciação sexual humana, ocorrendo em aproximadamente 1 a 2% da população. Ela pode ser identificada no nascimento ou pode se manifestar posteriormente durante o desenvolvimento e maturação sexual. É crucial adotar uma abordagem respeitosa, inclusiva e centrada nas experiências e direitos das pessoas intersexuais, reconhecendo a intersexualidade como parte da diversidade humana e uma questão de direitos humanos e justiça social. Portanto, é esperado que a conceituação de intersexualidade avance no sentido de reconhecê-la como uma variação natural e legítima da diferenciação sexual humana.

No **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)**, no **Tesouro de Género: linguagen con equidad** e no **Woman Thesaurus**, o termo não existe, o que inviabiliza nossas análises. Com isso, reconhecemos a necessidade de atualização e ampliação desses tesouros, de forma a abarcar a intersexualidade e reconhecê-la como parte da diversidade humana e parte dos Estudos de gênero.

No **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero**, a definição de intersexualidade como “Pessoas que, biologicamente, ficam entre o gênero masculino e feminino” apresenta uma simplificação funcional para o propósito do instrumento. Ademais, a indicação de substituição do termo “hermafrodita” por “intersexual” denota uma evolução na forma de perceber e discutir essa identidade, distanciando-se de concepções pejorativas acerca dessa comunidade. Essa abordagem, ao se afastar da visão patológica historicamente imposta à intersexualidade, abre espaço para uma perspectiva mais respeitosa e afirmativa dessa condição.

A conceituação de intersexualidade apresentada no **Homossaurus** também evidencia uma abordagem mais abrangente e compreensiva em relação a essa condição. Ao defini-la como

“Termo genérico usado para se referir a pessoas nascidas com variações em suas características físicas sexuais - incluindo órgãos genitais, gônadas, cromossomos e fatores hormonais - que não se enquadram nas definições típicas de corpos masculinos ou femininos”¹³⁴, o Homossaurus contempla a diversidade de manifestações da intersexualidade, indo além da simplificação binária entre os gêneros masculino e feminino. Essa definição holística evidencia uma perspectiva que reconhece a intersexualidade como variação natural da diferenciação sexual humana, compreendendo-a como parte do espectro da diversidade corporal e de gênero.

No *Family Thesaurus*, o termo é definido como “Estado em que o sexo cromossômico, gonadal ou anatômico de uma pessoa não é exclusivamente 'masculino' ou 'feminino’”¹³⁵. Essa conceituação reflete uma compreensão da intersexualidade como variação natural do processo de diferenciação sexual humana, rejeitando a noção de que indivíduos intersexuais representam uma “anormalidade” ou “desvio” dos padrões normativos de gênero. Ademais, isso demonstra um alinhamento com as perspectivas mais recentes dos estudos de gênero, que têm buscado despatologizar a intersexualidade e reconhecê-la como uma variante natural da experiência humana. Essa abordagem conceitual representa um avanço significativo na forma como a intersexualidade é compreendida e tratada, alinhando-se a um movimento mais amplo de reconhecimento e inclusão da diversidade sexual e de gênero.

A falta de abordagem da “intersexualidade” em instrumentos fundamentais como o Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG), o Tesouro de Género: linguagem con equidad e o Woman Thesaurus evidencia uma lacuna significativa que necessita ser preenchida. Em contrapartida, outros tesouros, como o Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero, o Homossaurus e o *Family Thesaurus*, apresentam conceituações mais amplas e atualizadas acerca da intersexualidade. Nesse contexto, faz-se imperativo que os tesouros e vocabulários controlados pertinentes aos estudos de gênero sejam atualizados e expandidos, de modo a incorporar a intersexualidade de maneira afirmativa e respeitosa. Atualização que revela-se fundamental para consolidar o reconhecimento da intersexualidade como parte legítima da diversidade humana e dos próprios estudos de gênero.

¹³⁴ Traduzido de: An umbrella term used to refer to people born with variations in their physical sex characteristics--including genitals, gonads, chromosomes, and hormonal factors--that do not fit typical definitions of male or female bodies.

¹³⁵ Traduzido de: The state where a person's chromosomal, gonadal or anatomical sex is not exclusively 'male' or 'female'.

Quadro 14 - Hierarquização do termo Intersexo ou Intersexualidade.

INTERSEXO OU INTERSEXUALIDADE					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus	Sexo (corpo) ¹³⁶	Perturbações do desenvolvimento sexual; Modelo de cirurgia genital precoce; Modelo de Hopkins; Variações intersexuais ¹³⁷	Hermafroditas; Mutilação genital intersexo; Identidade intersexo; Movimento intersexo; Pessoas intersexo; Intersexfobia ¹³⁸		
Women's Thesaurus	O termo não existe nesse tesouro				
<i>Family Thesaurus</i>	Sexualidade ¹³⁹		Gênero ¹⁴⁰		Hermafroditismo; intersexo ¹⁴¹
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)	O termo não existe nesse tesouro.				
Tesouro de género: linguagen con equidad	O termo não existe nesse tesouro.				
Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero	diversidade sexual		Andrógino		

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹³⁶ Traduzido de: Sex (body)¹³⁷ Traduzido de: Disorders of sexual development; Early genital surgery model; Hopkins model; Intersex variations.¹³⁸ Traduzido de: Hermaphrodites; Intersex genital mutilation; Intersex identity; Intersex movement; Intersex people; Intersexphobia.¹³⁹ Traduzido de: Sexuality¹⁴⁰ Traduzido de: Gender.¹⁴¹ Traduzido de: Hermaphroditism; intersex.

Ao estabelecer “Sexo (corpo)” como o termo genérico, o Homossaurus situa a intersexualidade no âmbito da corporeidade e da diferenciação sexual, reconhecendo-a como uma característica inerente à diversidade do desenvolvimento humano, o que se considera apropriado, uma vez que a intersexualidade deriva do conceito de sexo. Os termos específicos elencados: “Perturbações do desenvolvimento sexual”, “Modelo de cirurgia genital precoce”, “Modelo de Hopkins” e “Variações intersexuais”, denotam uma compreensão da intersexualidade em sua complexidade. Essa estruturação conceitual abrange não apenas as condições médicas relacionadas, como, também, as intervenções cirúrgicas e normativas historicamente impostas à população intersexual em uma tentativa de “adequá-la” aos padrões binários de gênero.

Além disso, os termos relacionados destacados, como “Hermafroditas”, “Mutilação genital intersexo”, “Identidade intersexo”, “Movimento intersexo”, “Pessoas intersexo” e “Intersexofobia”, evidenciam uma abordagem que contempla os aspectos socioculturais, políticos e identitários envolvidos na experiência intersexual. Essa estruturação conceitual ampla e diversificada demonstra o esforço do Homosaurus em incorporar a intersexualidade em suas múltiplas dimensões, evitando uma visão limitada ou patologizante do fenômeno.

Nos instrumentos **Woman’s Thesaurus, Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)** e **Tesouro de gênero: linguagem con equidad** não aparecem o termo limitando a capacidade de análise desses recursos. Portanto, faz-se necessária a atualização desses instrumentos, de modo a contemplar a intersexualidade e suas múltiplas dimensões.

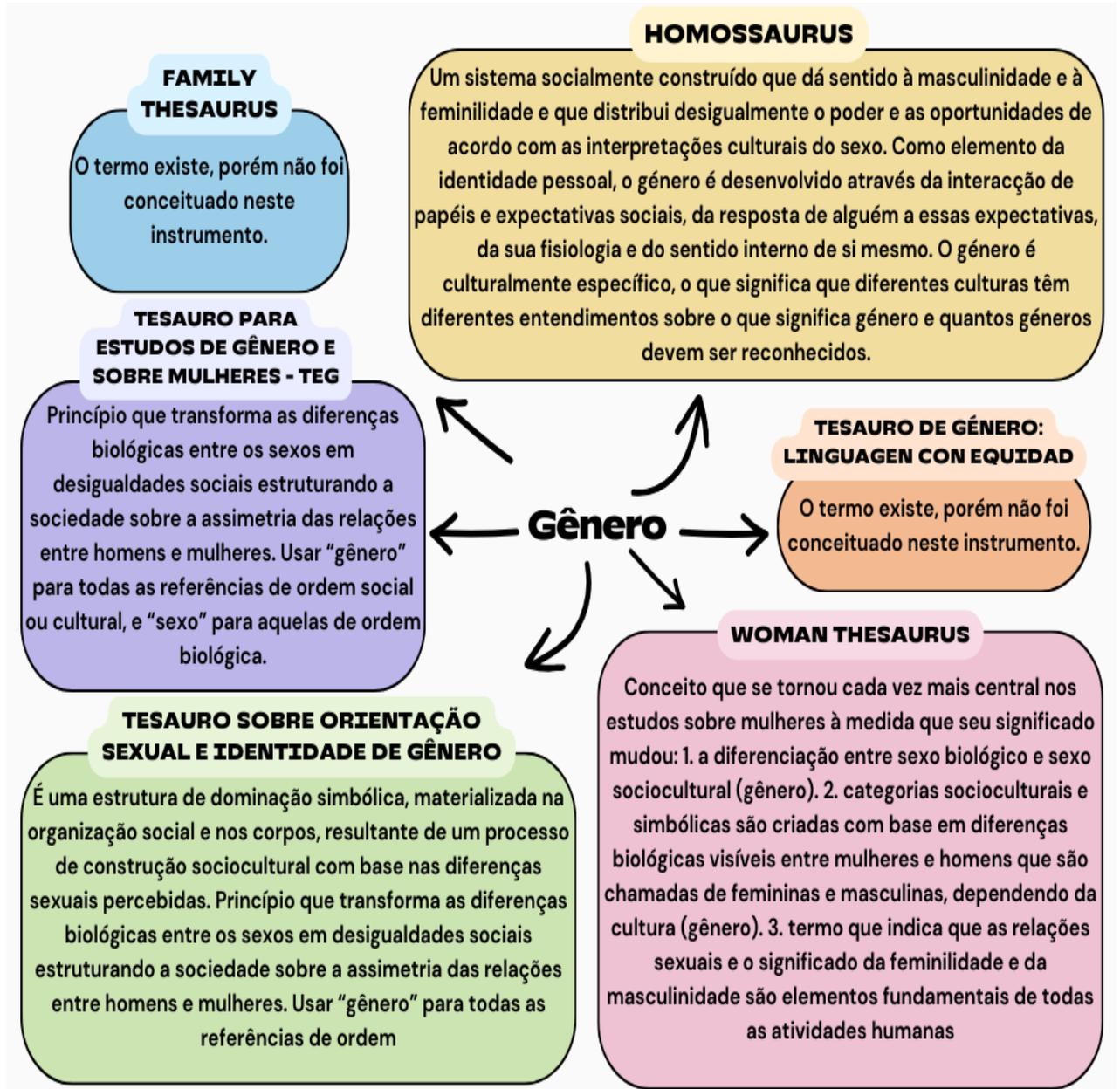
No *Family Thesaurus* o termo “Sexualidade” foi indicado como termo genérico, o que também consideramos adequado posto que intersexualidade é uma derivação de sexualidade. Estabelece correlação com o termo “Gênero”, o que consideramos generalista e não adequado como termo específico. Já os termos “Hermafroditismo” e “Intersexo” são indicados como delimitadores de uso, ou seja, recomendação para substituição. O primeiro é adequando, pois hermafroditismo é considerado um termo pejorativo. O termo intersexo, por sua vez, deveria ser indicado como termo preferido.

De acordo com as análises apresentadas, a intersexualidade é um dos termos que mais necessita de atualização ou inserção nos próximos instrumentos a serem construídos, haja vista que isso estaria em concordância com os avanços dos estudos de gênero. A ausência do termo “intersexualidade” em outros tesouros evidencia uma lacuna que precisa ser preenchida a fim de consolidar o reconhecimento da intersexualidade como parte legítima da diversidade humana.

Quanto aos instrumentos que conceituaram a intersexualidade, eles o fizeram de maneira adequada. No entanto, recomenda-se que seja incorporada uma atualização nesses instrumentos, apontando a relevância da discussão sobre a colonialidade de gênero como parte significativa da construção conceitual da intersexualidade e de seus relacionamentos. Essa abordagem permitiria uma compreensão mais contextualizada e crítica acerca das implicações socioculturais, políticas e normativas que historicamente têm incidido sobre as pessoas intersexo. Dessa forma, a atualização e o aprimoramento desses tesouros, de modo a refletir as perspectivas contemporâneas dos estudos de gênero, mostra-se fundamental para consolidar o reconhecimento da intersexualidade como parte integrante da diversidade humana em toda a sua complexidade.

5.2.12 Análises da Conceituação e hierarquização do termo *Gênero / Gender / Genero*

Figura 15 - Conceituação do termo Gênero.



Fonte: Elaboração própria em CANVA

Em relação à análise desse último termo, justifica-se que ele foi intencionalmente posicionado desta forma por ser o conceito mais abrangente para a compreensão de todos os outros termos/conceitos. Portanto, gênero configura-se como um daqueles conceitos que Dahlberg (1978) denominou como mais geral, demandando, assim, uma definição detalhada para a apreensão de seu significado enquanto domínio de conhecimento. Posicionar gênero

como um termo de caráter abrangente visa destacar sua centralidade enquanto sistema amplo de categorização e hierarquização social, ao qual todos os outros estão subordinados. O que não significa, portanto, que essa subordinação é estruturante, ou seja, quando se discute gênero não se deve conceber que uma das categorias seja hierarquicamente superior a outra, nem tão pouco isolada, distante. Razão que nos estimula a perceber o gênero como um rizoma onde diversas questões e representações sociais fazem parte e interagem de forma interseccional.

Compreender gênero como uma construção social implica reconhecer que as identidades de gênero e sexualidade não se constituem enquanto fenômenos naturais, mas, sim, como elementos edificados e instrumentalizados como formas de exercício do poder nas estruturas sociais. Essa compreensão alargada revela-se fundamental para desvelar os processos pelos quais determinadas normas, performances e classificações foram estabelecidas e naturalizadas ao longo da história. Alinhando isso às reflexões apresentadas por Joan Scott (2012), Guacira Louro (2008), Raewyn Connell (2016) e Butler (2024), compreendemos o gênero como um espectro que deve ser observado e debatido de forma discursiva, política, social, histórica e cultural a partir de diferentes dimensões aqui nomeadas como interseccionalidade.

É incontestável que os estudos de gênero emergiram como resultado da luta coletiva das mulheres, as quais organizaram suas reivindicações por meio do movimento feminista. Entretanto, é fundamental compreender que a temática não se alinha exclusivamente à essa agenda, visto que as mulheres não são as únicas protagonistas dessas discussões. Para apreender as diversas dimensões abarcadas pelo gênero faz-se premente a necessidade de generificar outros sujeitos, sejam eles cis ou trans, ampliando, portanto, o escopo para incluir homens, mulheres e pessoas que não se enquadram na dinâmica binária de gênero. A inclusão dos homens, por exemplo, revela-se imprescindível, uma vez que a binaridade de gênero historicamente ancorada nas categorias homem e mulher nos oferece maior compreensão acerca de como o homem foi erigido como a norma, o sinônimo de humanidade, enquanto outros sujeitos foram outrificados (Beauvoir, 2014; Romeiro; Silveira, 2023). Por sua vez, a inserção de indivíduos que não se enquadram em uma perspectiva binária mostra-se igualmente relevante, visto que essa categoria social reivindica o reconhecimento e a garantia de direitos sociais, configurando-se como um desafio frente à lógica do binarismo de gênero consolidada nos processos de corporificação social, os quais idolatram a cis-heteronormatividade como prerrogativa fundamental para a consolidação da colonialidade de gênero (Núñez, 2023).

Além dessa imposição normativa, é perceptível que, subvertendo a cisgeneridade, as pessoas trans são comumente vistas como detentoras de identidade de gênero, enquanto as

peças cis são consideradas a norma e, portanto, mais facilmente aceitas devido à suposta conformidade com a designação sexual masculina ou feminina e às construções sociais atribuídas, por vezes, antes do nascimento (Beauvoir, 2014; Romeiro & Silveira, 2023). Maria Lugones (2020), Rita Segato (2021) e Geni Núñez (2023), ao denunciarem as formas pelas quais os corpos e os afetos foram colonizados, explicam que parte do êxito do empreendimento colonial resultou da exploração sexual e da instituição da heteronormatividade, implicando na regulação da sexualidade, uma vez que as práticas sexuais entre pessoas cisgênero e heterossexuais foram durante muito tempo essencializadas. Conforme destacado por Geni Núñez (2018, 2022), a colonialidade persiste, renovando constantemente suas práticas com base em valores sociais convenientes a uma elite que classifica subjetivamente as pessoas mediante ideologias de gênero em defesa da chamada “família nuclear” ou “família cristã”. Diante disso, propomos a problematização contínua dessas imposições sobre corpos e afetos, visando a desnaturalização e desclassificação dos dispositivos hegemônicos que moldam as concepções normativas de masculinidade, feminilidade e heterossexualidade.

Concluindo a sintetização de nossa argumentação sobre o gênero como uma construção social à luz da interseccionalidade e da decolonialidade, entendemos que o gênero, nos termos socioculturais, históricos e filosóficos da organização humana, constitui um sistema de categorização social no qual são arbitrariamente estabelecidas relações hierárquicas com base na agrupação ou diferenciação de pessoas que compartilham uma mesma origem ou características semelhantes, sob uma concepção de dominação da realidade. Nesse ponto de vista, compreendemos que o conceito de gênero não pode ser apreendido de forma fixa e estática, tampouco apenas orientado a designar a diferença através de uma lógica cisgênero, binária e compulsoriamente orientada à heterossexualidade, uma vez que se configura como construção social atravessada por múltiplos contextos históricos, culturais e políticos. Nesse sentido, gênero inevitavelmente perpassa e territorializa a existência de cada indivíduo e comunidade, o que demanda, portanto, uma abordagem sensível às suas nuances e interseccionalidades, que, por sugestão nossa, ocorreria de maneira rizomática.

Com base na argumentação apresentada, analisaremos como o termo “gênero” foi conceituado no **Tesouro Para Estudos de Gênero e Sobre Mulheres (TEG)**, instrumento oriundo de movimentos sociais e discussões realizadas nos anos 1990 no Brasil e que se propõe a discutir gênero a partir da perspectiva feminista, colocando o termo em centralidade para problematizar as desigualdades de gênero experimentadas por mulheres nas relações sociais. De acordo com o TEG, o termo “gênero” é definido como um “princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre

a assimetria das relações entre homens e mulheres”. Essa conceituação se aproxima parcialmente da perspectiva apresentada por nós, especialmente ao compreender o gênero como uma construção social que engendra relações de poder e hierarquias.

Entretanto, ao enquadrar essas hierarquias apenas nas desigualdades entre homens e mulheres, limita-se ao binarismo de gênero, o que invisibiliza, por exemplo, as vivências de pessoas intersexo, não binárias ou agênero. Dessa forma, a conceituação do TEG revela-se limitada diante das abordagens que compreendem o gênero como um espectro fluido e performativo, cujas interseccionalidades devem ser consideradas de maneira ampla e situada. Essa perspectiva indica uma intencional universalização do termo “gênero”, posicionando o binarismo de gênero como central para se compreender gênero. Além disso, a conceituação apresentada não estabelece uma crítica à colonialidade, revelando a desatualização do conceito se comparado aos estudos mais recentes desenvolvidos no Brasil, na América Latina e em diferentes outros territórios.

Ademais, ao recomendar aos consulentes “usar ‘gênero’ para todas as referências de ordem social ou cultural, e ‘sexo’ para aquelas de ordem biológica”, percebemos um alinhamento parcial do TEG com o referencial apresentado, pois entende o gênero como algo não essencializado. Porém destaca os aspectos biológicos como algo em separação, o que não coaduna com uma perspectiva interseccional nem decolonial uma vez que a interseccionalidade estabelece uma conexão entre mais de um eixo e a decolonialidade não objetiva estabelecer um lugar fixo para discutir uma coisa ou outra.

O **Homossaurus** conceitua gênero como um “sistema socialmente construído que dá sentido à masculinidade e à feminilidade e que distribui desigualmente o poder e as oportunidades de acordo com as interpretações culturais do sexo. Como elemento da identidade pessoal, o gênero é desenvolvido através da interação de papéis e expectativas sociais, da resposta de alguém a essas expectativas, da sua fisiologia e do sentido interno de si mesmo. O gênero é culturalmente específico, o que significa que diferentes culturas têm diferentes entendimentos sobre o que significa gênero e quantos gêneros devem ser reconhecidos”¹⁴². Conceito que apresenta uma perspectiva teórica mais alinhada com as abordagens contemporâneas dos estudos de gênero e sexualidade que o TEG, notadamente influenciadas pelas contribuições do pensamento pós-estruturalista, da teoria queer e do desenvolvimento dos

¹⁴² Traduzido de: A socially constructed system that gives meaning to masculinity and femininity and that unevenly distributes power and opportunity according to cultural interpretations of sex. As an element of personal identity, a gender is developed through the interaction of social roles and expectations, one’s response to those expectations, one’s physiology, and one’s internal sense of self. Gender is culturally specific, meaning that different cultures have different understandings of what gender means and how many genders should be recognized.

estudos de gênero ao longo do tempo. Por ser o Homossaurus um Tesouro on-line e que conta com uma comunidade diversa entre pessoas cientistas e não cientistas, a atualização do instrumento ocorre de forma mais dinâmica se comparado aos instrumentos impressos.

Dando enfoque à conceituação, observamos que a definição apresentada indica que o gênero deve ser compreendido como um “sistema socialmente construído”, rejeitando, assim, as noções essencialistas que concebem o gênero como algo natural, biológico ou inerente aos sujeitos. Todavia, percebemos uma aproximação à lógica binária por destacar que gênero dá sentido à masculinidade e feminilidade, o que abre margem para interpretação de que estes referentes por si só representam os modos de se experimentar as existências. Entretanto, apesar dessa abordagem orientada ao binarismo, consideramos ser positiva a não determinação de que masculinidade e feminilidade representam respectivamente as categorias homens e mulheres. É importante ressaltar que tanto a masculinidade quanto a feminilidade não são categorias estanques ou binárias, mas, sim, fluidas, interseccionais e sujeitas a contestações e transformações. Nesse sentido, os estudos contemporâneos buscam compreender e valorizar a diversidade de expressões de gênero para além das normas hegemônicas.

Na conceituação apresentada pelo Homossaurus, o gênero é compreendido como um sistema que distribui desigualmente poder e oportunidades de acordo com interpretações culturais do sexo. Essa perspectiva indica uma conexão com os estudos sobre o patriarcado, uma vez que esse sistema tem fertilizado a desigualdade com base em diferenciações sociais inventadas. Ademais, a conceituação do Homossaurus incorpora a subjetividade como elemento fundamental na construção da identidade de gênero. Essa perspectiva reconhece a interação dinâmica entre expectativas sociais e o sentido que o próprio indivíduo constrói sobre sua identidade de gênero, envolvendo percepções estéticas, fisiológicas e psicológicas de si. Ao afirmar que “gênero é culturalmente específico”, o instrumento amplia o entendimento sobre o gênero, adequando-o a contextos culturais particulares. Dessa forma, reconhece-se que diferentes culturas possuem distintas compreensões sobre o significado de gênero e o número de gêneros a serem considerados. Essa conceituação extrapola, portanto, a visão binária de gênero, abrindo espaço para o reconhecimento de uma pluralidade de possibilidades de vivenciar a existência humana.

O **Woman’s Thesaurus** estabelece que a conceituação do gênero “se tornou cada vez mais central nos estudos sobre mulheres à medida que seu significado mudou”, com isso, define gênero a partir de três aspectos: “1. A diferenciação entre sexo biológico e sexo sociocultural (gênero). 2. categorias socioculturais e simbólicas são criadas com base em diferenças biológicas visíveis entre mulheres e homens que são chamadas de femininas e masculinas,

dependendo da cultura. 3. termo que indica que as relações sexuais e o significado da feminilidade e da masculinidade são elementos fundamentais de todas as atividades humanas¹⁴³. A conceituação do *Woman's Thesaurus*, assim como a do TEG, adota uma abordagem feminista, reconhecendo que o significado de gênero tem se transformado ao longo do tempo. Nesse sentido, o *Woman's Thesaurus* apresenta três definições de gênero: a primeira definição estabelece uma conexão entre gênero, sexo biológico e cultura social, aproximando-se das compreensões sobre gênero presentes na segunda onda do movimento feminista. Essa definição pode ser considerada confusa, uma vez que tende a equiparar gênero e sexo.

A segunda definição proposta pelo *Woman's Thesaurus* apresenta ressonâncias com a abordagem teórica de Joan Scott (2012) ao considerar o gênero como um sistema simbólico que sedimenta as diferenças biológicas percebidas entre mulheres e homens inscritas em contextos culturais particulares. Entretanto, essa definição ainda se ancora em uma perspectiva binária de gênero ao não reconhecer a possibilidade de expressões de gênero que vão além da dicotomia mulher-homem. Essa rigidez conceitual contrasta com a tendência contemporânea de se reconhecer a diversidade de possibilidades de vivenciar o gênero.

A terceira definição do *Woman's Thesaurus* avança em relação às anteriores ao reconhecer a conexão intrínseca entre gênero e sexualidade. Essa definição aponta que “as relações sexuais e o significado da feminilidade e da masculinidade são elementos fundamentais de todas as atividades humanas”. Essa concepção dialoga com as teorizações de autoras como Judith Butler (2018) e Raewyn Connel (2016), que compreendem o gênero e a sexualidade como mutuamente constituídos, rejeitando a noção de uma identidade de gênero estável e prévia à expressão sexual. Nessa perspectiva, as normas de gênero e os ideais de masculinidade e feminilidade estão intrinsecamente vinculados aos regimes de heteronormatividade, produzindo e regulando as práticas e desejos sexuais considerados inteligíveis. Entretanto, não indica que isso corresponde, necessariamente, a homens e mulheres, nem à heterossexualidade em si. Ao estabelecer essa associação entre gênero e sexualidade, a terceira definição do *Woman's Thesaurus* avança em direção a uma compreensão mais complexa e relacional de ambas as dimensões, afastando-se de uma visão essencialista e binária. Dessa forma, ela se aproxima de abordagens teóricas contemporâneas que buscam desconstruir a suposta coerência entre sexo, gênero e desejo sexual.

¹⁴³ Traduzido de: concept that has become increasingly central to women's studies as its meaning has changed: 1. the differentiation between biological sex and socio/cultural sex (gender) 2. socio-cultural and symbolic categories are created on the basis of visible biological differences between women and men which are called feminine and masculine, depending on the culture (gender) 3. term indicating that sexual relationships and the meaning of femininity and masculinity are fundamental elements of all human activities

O **Tesouro sobre orientação sexual e identidade de gênero** apresenta uma definição de gênero que se aproxima de abordagens teóricas contemporâneas, compreendendo-o como “uma estrutura de dominação simbólica, materializada na organização social e nos corpos, resultante de um processo de construção sociocultural com base nas diferenças sexuais percebidas. Princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres. Usar “gênero” para todas as referências de ordem social ou cultural, e “sexo” para aquelas de ordem biológica”. Essa concepção afirmada pelo Tesouro dialoga com a perspectiva desenvolvida no referencial teórico desta tese, enfatizando o caráter performativo e relacional do gênero em oposição a uma visão essencialista e binária. Contudo, a definição mantém a distinção entre as categorias “gênero” e “sexo”, atribuindo ao primeiro os aspectos socioculturais e ao segundo as questões biológicas. Essa separação, amplamente utilizada, tem sido problematizada por abordagens teóricas que adotam a interseccionalidade e a decolonialidade, as quais questionam a naturalização das diferenças corporais e a reificação do binarismo de gênero. Além disso, a definição apresentada no Tesouro é exatamente igual à apresentada no TEG, sem fazer referência a esse instrumento.

Tanto no **Tesouro de Género: linguagen con equidad**, que contém o termo em sua estrutura, quanto no *Family Thesaurus*, verifica-se a carência de uma definição conceitual para o termo “gênero”. Essa lacuna restringe as possibilidades de diálogo e articulação teórica entre esses instrumentos e o referencial adotado nesta pesquisa.

Ao fim desse percurso, entendemos que as análises efetuadas revelam uma ausência significativa de articulação entre as concepções de gênero representadas nos tesouros e os debates contemporâneos sobre a colonialidade de gênero e a decolonialidade. Não identificamos, salvo no Homossaurus, uma abordagem capaz de subverter explicitamente a perspectiva binária de classificação de gênero ou que incorpore concepções dissidentes das noções hegemônicas como a cisnormatividade, a heterossexualidade, excluindo assim as identidades não-binárias e as existências intersexuais. Essa lacuna indica que os instrumentos analisados ainda não elaboram uma conceituação e hierarquização de gênero que vá além da binaridade, o que acaba por induzir uma interpretação meramente colonizada das questões de gênero. Faz-se necessário, portanto, ampliar os estudos que reflitam sobre gênero considerando a colonialidade como um importante fator influenciador desses processos.

O Homossaurus, por sua vez, se diferencia dos demais por apresentar uma conceituação alinhada com abordagens contemporâneas, entendendo-o como um sistema socialmente construído que distribui desigualmente poder e oportunidades. Embora haja uma aproximação

com a lógica binária ao mencionar masculinidade e feminilidade, o conceito reconhece a fluidez e a diversidade das expressões de gênero, destacando-o como elemento subjetivo da identidade pessoal, construído na interação entre expectativas sociais e a subjetividade individual. Para além disso, o Homossaurus afirma que o gênero é culturalmente específico, abrindo espaço para reconhecer uma pluralidade de formas de vivenciar a existência humana para além do binarismo.

Quadro 15 - Hierarquização do termo Gênero.

GÊNERO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
Homosaurus		Sexo atribuído; expressão de gênero; identidade de gênero ¹⁴⁴	Cirurgia de afirmação de gênero; Ambiguidade de gênero; Binários de gênero; Diversidade de gênero; Minorias de gênero; Relações de gênero; Segregação de gênero; Estudos de gênero; Transgressão de gênero; Gendercídio; Genderismo; Passagem (gênero); Sexo (corpo); Furtividade (transgênero); Trangenderismo ¹⁴⁵		
Women's Thesaurus	identidade; categorias sociais ¹⁴⁶	Androginia; feminilidade; masculinidade ¹⁴⁷	Interseccionalidade ¹⁴⁸		
<i>Family Thesaurus</i>			Feminilidade; Diferenças de gênero; Intersexualidade; Masculinidade; Homens; Discriminação sexual; Papel sexual; Mulheres ¹⁴⁹		sex ¹⁵⁰
Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres (TEG)			construção social da realidade; divisão sexual do trabalho; estudos de gênero, classe e raça; estrutura social; ideologia de gênero; organização social; relações de gênero; sexo; socialização;		
Tesouro de género: linguagen con equidad	Estudos de gênero e femininismo ¹⁵¹	Distinção público-privado; estudos de gênero; estudos sobre mulheres; estudos sobre gays e lésbicas; estudos sobre masculinidade; ideologia de gênero; papéis de gênero; relações de gênero; sistemas de	Feminismo; gênero e democracia; gênero e equidade; gênero e poder; gênero e trabalho; gênero e história; história do gênero ¹⁵³ .		

¹⁴⁴ Traduzido de: Assigned gender; gender expression; gender identity.

¹⁴⁵ Traduzido de: Gender affirming surgery; Gender ambiguity; Gender binaries; gender diversity; gender minorities; gender relations; gender segregation; gender studies; gender transgression; gendercide; genderism; passing (gender); sex (body); stealth (transgender); trangenderism.

¹⁴⁶ Traduzido de: identity; social categories

¹⁴⁷ Traduzido de: Androgyny; femininity; masculinity

¹⁴⁸ Traduzido de: intersectionality.

¹⁴⁹ Traduzido de: Femininity; Gender differences; Intersexuality; Masculinity; Men; Sex discrimination; Sex role; Women.

¹⁵⁰ Traduzido de: Sex.

¹⁵¹ Traduzido de: Estudios de género y feminismo

¹⁵³ Traduzido de: Feminismo; Género y democracia; género y equidad; género y poder; género y trabajo; história de género.

GÊNERO					
Tesauros	Termo Genérico	Termo específico	Termo relacionado	Used	Used for
		gênero; socialização de gênero; tecnologia e gênero ¹⁵² .			
Tesauro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero		Identidade	Identidade de gênero		

Fonte: Elaboração própria (2024)

¹⁵² Traduzido de: distinção público-privado; estudos de gênero; estudos sobre mulheres; estudos sobre gays e lésbicas; estudos sobre masculinidade; ideologia de gênero; papéis de gênero; relações de gênero; sistemas de gênero; socialização de gênero; tecnologia e gênero.

A observação de que o **Homossaurus** “não estabelece um termo genérico para gênero” converge com a abordagem conceitual contemporânea nesta área de estudos. De fato, a compreensão do “gênero” como um termo guarda-chuva, que abarca uma ampla gama de fenômenos relacionados à identidade, expressão e experiência de gênero, tem sido amplamente adotada e consolidada na literatura acadêmica. Essa perspectiva desafia noções essencialistas e binárias de gênero, reconhecendo-o como um constructo social, cultural e histórico, em constante transformação. Ao evitar a definição de um termo genérico, o Homossaurus alinha-se a uma abordagem mais nuançada e complexa do gênero, que valoriza sua diversidade e fluidez.

A observação de que o Homossaurus apresenta como termos específicos “sexo atribuído”, “expressão de gênero” e “identidade de gênero”, encontra ressonância com as abordagens teóricas contemporâneas nos estudos de gênero. O termo “sexo atribuído” refere-se à designação de gênero atribuída a um indivíduo no momento do nascimento, com base em suas características sexuais primárias. Essa categorização binária - geralmente classificada como “masculino” ou “feminino” - é socialmente imposta e nem sempre corresponde à identidade de gênero que a pessoa viria a desenvolver posteriormente. Essa abordagem desafia a noção de que o gênero é algo essencial e determinado biologicamente. Ao reconhecer o “sexo atribuído” como uma construção social, a análise se alinha a uma perspectiva mais nuançada do gênero, que o compreende como um fenômeno multidimensional, fluido e constantemente negociado. O termo específico “expressão de gênero” refere-se à maneira como um indivíduo se apresenta e se expressa em relação aos padrões socialmente estabelecidos. Essa dimensão da experiência de gênero envolve uma gama de características e comportamentos, como vestimenta, estilo, maneirismos, interesses e formas de se comunicar, revelando que essas expressões são construídas socialmente e variam conforme o contexto cultural e histórico.

O texto apresenta um engajamento profundo e sofisticado com os debates teóricos e conceituais na área de estudos de gênero. Nota-se a utilização de uma ampla gama de termos especializados, tais como: “Cirurgia de afirmação de gênero”, “Ambiguidade de gênero”, “Binários de gênero”, “Diversidade de gênero”, “Minorias de gênero”, “Relações de gênero”, “Segregação de gênero”, “Estudos de gênero” e “Transgressão de gênero”, que evidenciam uma compreensão crítica das dinâmicas de poder e das hierarquias de gênero presentes na sociedade. Outros conceitos, como “Gennericídio”, “Generismo”, “Passagem (gênero)”, “Sexo (corpo)”, “Furtividade (transgênero)” e “Trangenerismo”, dão a ver uma familiaridade aprofundada com o vocabulário específico dos estudos de gênero e das teorias queer. Esse repertório abrangente de termos e conceitos demonstra um domínio teórico e analítico à altura de uma produção

acadêmica de alto nível na área de estudos de gênero e sexualidade, evidenciando expertise e engajamento profundo com os debates contemporâneos nesse campo. Além disso, a inclusão de termos específicos de contextos culturais sugere uma abordagem *bottom-up*, que combina a linguagem acadêmica com a terminologia preferida pela comunidade de prática.

O **Woman's Thesaurus** adota “identidade” e “categorias sociais” como termos genéricos, o que pode ser considerado uma abordagem razoável. Nessa perspectiva, posicionar a “identidade” como o conceito mais amplo que engloba as questões de gênero apresenta-se como uma opção conceitual plausível, uma vez que o gênero pode ser compreendido como uma expressão específica da identidade individual e coletiva. Entretanto, a adoção de “categorias sociais” como outro termo genérico revela-se menos adequada. O gênero constitui-se em uma categoria social fundamental, que estrutura e organiza diversos aspectos da vida em sociedade. Portanto, não é apropriado considerar o gênero como uma subcategoria ou um desdobramento de um conceito mais amplo como “categorias sociais”.

Ao analisar os termos específicos adotados pelo *Woman's Thesaurus* - “Androginia”, “feminilidade” e “masculinidade” - é necessário considerar o contexto histórico e os avanços recentes nos estudos de gênero. De fato, o termo “androginia” teve uma maior proeminência nas décadas de 1980 e 1990, refletindo uma visão mais binária e dicotômica do gênero. Nesse período, a androginia era comumente entendida como uma expressão de gênero que combinava características “masculinas” e “femininas” de maneira equilibrada. Por outro lado, os termos “feminilidade” e “masculinidade” carregam uma perspectiva essencialista e binária de gênero, que não corresponde aos avanços conceituais e teóricos das últimas décadas. Os estudos de gênero contemporâneos têm se afastado dessa visão dicotômica, passando a compreender o gênero como um espectro. Atribuí como termo relacionado “interseccionalidade”, o que consideramos bastante pertinente por ser este o termo que representa um viés fundamental para os estudos de gênero contemporâneos, uma vez que permite analisar as múltiplas camadas de opressão e privilégio que se interseccionam na constituição das identidades e experiências de indivíduos e grupos.

O **Family Thesaurus** não indica termos genéricos nem específicos para gênero. Enquanto concordamos que o termo “gênero” é o mais geral, a ausência de termos específicos de gênero nesse instrumento é problemática, pois o domínio da família está intrinsecamente vinculado às relações de gênero, especialmente à luz da crítica ao patriarcado (Lerner, 2019, Bola, 2021). Essa ausência limita a capacidade do tesouro de representar adequadamente a diversidade de dinâmicas, arranjos e vivências familiares que não se restringem à estrutura nuclear heteronormativa. Ao mesmo tempo, a falta de uma abordagem interseccional, que

considere as intersecções entre gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais, obscurece as experiências de grupos historicamente marginalizados no âmbito familiar. Portanto, a situação merece, de fato, uma atenção especial, pois a família, enquanto objeto de estudo e domínio de conhecimento, é profundamente informada e conformada pelas relações de gênero. Ignorar essa dimensão fundamental implica em uma representação empobrecida e enviesada desse campo de conhecimento com consequências para a produção, organização e disseminação do saber.

A inclusão do termo “Intersexualidade” no *Family Thesaurus* é pertinente, pois a teorização sobre essa temática dentro dos estudos de gênero ainda se encontra em estágio inicial. Nesse sentido, a inserção desse termo no tesouro pode ser vista como um aspecto positivo, uma vez que sinaliza um esforço de representar essa dimensão emergente e ainda pouco explorada das identidades de gênero. O tesouro também inclui outros termos relacionados, tais como “Feminilidade”, “Diferenças de gênero”, “Masculinidade”, “Homens”, “Mulheres” e “Papel sexual”, evidenciando uma tentativa de abarcar a complexidade das relações de gênero e sua influência na estruturação da esfera familiar. No entanto, essa abordagem ainda parece apresentar um viés do binarismo de gênero, não refletindo plenamente as perspectivas contemporâneas dos estudos de gênero. Dessa forma, recomenda-se que em futuras atualizações do *Family Thesaurus* haja a inclusão de um conjunto mais amplo de termos que espelhem a diversidade de identidades de gênero e sexualidades, de modo a proporcionar uma representação mais abrangente e alinhada com os avanços teóricos e metodológicos nesse campo de estudos.

A indicação do verbete “sexo” como delimitador de uso no *Family Thesaurus* sugere uma perspectiva “biologicista” e binária que não acompanha os avanços teóricos e epistemológicos dos estudos de gênero nas últimas décadas. A utilização desse termo como delimitador para a representação de questões de gênero revela uma confusão conceitual que precisa ser urgentemente endereçada. Ao equiparar gênero e sexo, o tesouro acaba por reforçar uma visão essencialista e reducionista que concebe o gênero como mera decorrência do sexo biológico. Essa abordagem não reflete a compreensão contemporânea do gênero como uma construção social, cultural e histórica perpassada por relações de poder e que se intersecciona com outras categorias sociais

Assim como observado no *Family Thesaurus*, o **Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG)** também não indica termos genéricos e específicos relacionados diretamente à categoria “gênero”, o que suscita críticas semelhantes. No entanto, ao examinar os termos relacionados presentes no TEG, observa-se que o instrumento explicita de forma mais

clara a correlação entre gênero e outros conceitos-chave, tais como: “construção social da realidade”, “divisão sexual do trabalho”, “estudos de gênero”, “classe e raça”, “estrutura social”, “ideologia de gênero”, “organização social”, “relações de gênero”, “sexo” e “socialização”. Essa abordagem, embora ainda apresente limitações, revela um esforço do TEG em contextualizar o gênero dentro de uma perspectiva mais ampla que considera suas intersecções com outras categorias sociais relevantes.

Ao estabelecer essas conexões terminológicas, o tesouro sinaliza uma compreensão do gênero como uma construção social, cultural e histórica permeada por relações de poder e desigualdades. Mesmo sendo este um instrumento da década de 1990, essa perspectiva converge com os avanços teóricos e metodológicos contemporâneos dos estudos de gênero. Apesar dessa abordagem mais contextualizada, a mera indicação desses termos relacionados não é suficiente para garantir uma representação fidedigna e abrangente da complexidade das questões de gênero, sobretudo considerando as lentes da interseccionalidade e decolonialidade, importantes aportes para compreender gênero na realidade de um país que ainda convive com os efeitos da colonialidade.

O Tesouro de Género: Lenguaje con Equidad indica como termo genérico “Estudos de Género e Feminismo”, demonstrando uma clara perspectiva feminista em sua estruturação conceitual. Embora os estudos de gênero de fato tenham fortes vínculos com o feminismo, dada a centralidade da análise das relações de poder e desigualdades de gênero nessas duas áreas, não seria preciso indicar, necessariamente, o feminismo como termo genérico. Os estudos de gênero, em sua acepção mais ampla, abarcam tanto as perspectivas feministas quanto outras abordagens que problematizam as dinâmicas de gênero, como os estudos sobre masculinidades, a teoria queer, entre outros.

Seria interessante que o tesouro explorasse a possibilidade de indicar “Estudos de Género” como um termo genérico mais amplo, que pudesse abarcar as diversas perspectivas e abordagens teóricas que compõem esse vasto campo interdisciplinar. Dessa forma, o feminismo poderia ser indicado como um dos enfoques relevantes dentro dos estudos de gênero como um termo específico, sem ser colocado em posição de destaque em relação a outras vertentes igualmente importantes.

Os termos específicos elencados: “Distinção público-privado”, “Estudos de gênero”, “Estudos sobre mulheres”, “Estudos sobre gays e lésbicas”, “Estudos sobre masculinidade”, “Ideologia de gênero”, “Papéis de gênero”, “Relações de gênero”, “Sistemas de gênero”, “Socialização de gênero” e “Tecnologia e gênero”, denotam uma preocupação em abarcar diversas perspectivas e enfoques relacionados às dinâmicas de gênero. Ao incorporar conceitos

como “Estudos sobre gays e lésbicas” e “Estudos sobre masculinidade”, o tesouro sinaliza uma tentativa de contemplar a pluralidade de identidades e expressões de gênero para além da abordagem tradicionalmente centrada nas questões referentes às mulheres. Por sua vez, a inclusão de termos como “Ideologia de gênero”, “Papéis de gênero” e “Sistemas de gênero” sugere a compreensão do gênero enquanto construção sociocultural e estrutural alinhada com os avanços teóricos e metodológicos desse campo de estudos. Essa riqueza terminológica indica que o Tesouro de Género: Lenguaje con Equidad procura representar a complexidade das discussões sobre gênero de maneira mais abrangente quando comparado a outros instrumentos.

O Tesouro adota termos relacionados “Feminismo”, “Gênero e democracia”, “Gênero e equidade”, “Gênero e poder”, “Gênero e trabalho”, “Gênero e história” e “História do gênero”. Essa escolha terminológica sinaliza uma orientação do tesouro em direção à compreensão do gênero como categoria imbricada nas dinâmicas de poder, nas estruturas sociais e nos processos históricos. Ao estabelecer essas conexões, o instrumento revela uma preocupação em situar as discussões sobre gênero dentro de um arcabouço mais amplo que contempla suas implicações na esfera política, econômica e social.

A inclusão de termos como “Gênero e democracia”, “Gênero e equidade” e “Gênero e poder” sugere que o tesouro busca problematizar as relações de gênero a partir de uma lente crítica, atenta às desigualdades e assimetrias que permeiam as experiências de indivíduos e grupos sociais. Com isso, a adoção de termos como “Gênero e trabalho” e “Gênero e história” revela uma preocupação do tesouro em articular as questões de gênero com outras dimensões centrais da organização social, como a esfera produtiva e os processos históricos. Essa perspectiva interdisciplinar permite uma compreensão mais ampla e contextualizada das relações de gênero afinada com as tendências atuais dos estudos de gênero.

A análise do **Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero** revela algumas lacunas e pontos de atenção em sua estruturação hierárquica. Um aspecto positivo é que o tesouro não adota um termo genérico, o que converge com a compreensão de que a categoria “gênero” é mais ampla. No entanto, a adoção do termo específico “Identidade” apresenta-se como um equívoco, pois a palavra “identidade” isoladamente não denota suficiente especificidade. Seria mais adequado que o instrumento utilizasse termos mais precisos, como “Identidade de gênero”, “Sexualidade” ou “Orientação sexual”, por exemplo. Nesse sentido, a indicação de “Identidade de gênero” como termo relacionado não se sustenta, uma vez que esse seria mais bem alocado como termo específico. A ausência de outros termos relacionados limita as análises sobre a estrutura e a abrangência do tesouro. Diante disso,

sugerimos uma revisão e atualização do instrumento, sobretudo por se tratar de um tesouro online, o que facilitaria sua constante atualização.

A análise dos diferentes tesouros evidencia, nitidamente, os avanços e desafios na representação das questões de gênero nesses instrumentos. Enquanto o Homossaurus adota uma abordagem mais alinhada com as perspectivas teóricas contemporâneas, o Woman's Thesaurus ainda reflete uma visão mais binária e tradicional dos estudos de gênero, mais conectada ao feminismo. Por outro lado, o *Family Thesaurus* apresenta lacunas que limitam sua capacidade de representar a diversidade de arranjos e vivências familiares. Já o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) adota uma abordagem mais contextualizada, embora ainda careça de uma perspectiva interseccional e decolonial mais robusta. O Tesouro de Gênero: Lenguaje con Equidad se destaca por sua orientação feminista e pela riqueza terminológica, buscando contemplar a pluralidade de identidades e expressões de gênero. Ao estabelecer relações entre o gênero e dimensões como poder, trabalho e história, o instrumento revela uma compreensão mais ampla e contextualizada. Por fim, a análise do Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero revela lacunas, como a adoção do termo “Identidade” de forma imprecisa e a ausência de outros termos relacionados, deixando evidente a necessidade de revisão e atualização desse instrumento.

Neste contexto, a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC) emerge como uma abordagem teórica promissora para articular os campos da Organização do Conhecimento e dos Estudos de Gênero. Ao propor uma perspectiva mais contextualizada e atenta às dimensões de poder, a OSCC pode contribuir para superar as limitações observadas em instrumentos construídos sob uma visão universalizada, abrindo espaço para pesquisas que evoquem uma reparação epistêmica.

Esta investigação aponta, pois, para a necessidade de uma maior teorização acerca das questões de gênero no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, corroborada pelo crescente interesse da pós-graduação nessa área. Essa tendência é evidenciada pela criação e atuação do GT 12 do ENANCIB, que se consolidou como importante espaço para debates e reflexões sobre gênero na Ciência da Informação. Além disso, este estudo sinaliza a necessidade da construção de um novo tesouro de gênero que considere de forma robusta as lentes analíticas da interseccionalidade e da decolonialidade. Empreitada que deve ser amparada por um estudo abrangente envolvendo tanto a comunidade científica quanto a comunidade de prática, articulando a garantia cultural e a garantia científica.

A seguir será apresentada a última subseção de análise dos resultados, que consiste na proposição conceitual acerca dos termos selecionados para a pesquisa, as quais podem ser inseridas em atualizações de tesouros sobre gênero já existentes, podendo, ainda, inspirar a construção de novos instrumentos futuramente.

5.3 PROPOSIÇÃO CONCEITUAL: MINI GLOSSÁRIO DE GÊNERO ANCORADOS NOS VIÊSES DA INTERSECCIONALIDADE E DA DECOLONIALIDADE

Quadro 16 - Mini glossário de Gênero.

TERMO	CONCEITUAÇÃO	GARANTIA LITERÁRIA
Homem	Na esfera biológica, o “homem” é definido como o indivíduo da espécie humana que apresenta características sexuais masculinas, tais como cromossomos XY, genitália externa masculina e produção de testosterona, entre outras particularidades fisiológicas. Em contrapartida, a partir da ótica dos Estudos de Gênero, o “homem” é concebido como uma construção social e cultural que se refere a um conjunto de atributos, comportamentos, papéis e expectativas tradicionalmente associados à masculinidade em determinado contexto. Essa concepção ultrapassa a dimensão biológica, abarcando aspectos psicológicos, sociais e culturais, assim como também extrapola a ideia de cisgeneridade, considerando as existências transmasculinas. Sob uma perspectiva interseccional, a definição de “homem” deve considerar a interseção de diversas categorias sociais, tais como raça, classe, sexualidade, idade, deficiência, entre outras, que podem influenciar e moldar as experiências, identidades e expressões da masculinidade. Ademais, a definição de “homem” deve ser analisada de forma histórica e contextual, uma vez que a compreensão e as expectativas acerca da masculinidade variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas, refletindo transformações sociais, políticas e econômicas, como os processos de colonização e colonialidade de gênero, interseccionais e histórico-culturais, reconhecendo a complexidade e a diversidade das manifestações da masculinidade nas sociedades.	Connel (2016), Butler (2018, 2024), Bola (2021), Lugones (2020), Segato (2021) e Nuñez (2023).
Mulher	Sob uma perspectiva biológica, a “mulher” costumava ser definida como indivíduo da espécie humana que apresenta características sexuais femininas, tais como cromossomos XX, genitália externa feminina e predominância de produção de hormônios como estrogênio e progesterona. No entanto, na abordagem dos Estudos de Gênero, a definição de “mulher” vai além da dimensão biológica. Aqui, a “mulher” é compreendida como uma construção social e cultural, ou seja, desvinculada ao essencialismo “nascer mulher” e vinculada ao existencialismo “ter sido tornada mulher” referindo-se a um conjunto de atributos, comportamentos, papéis e expectativas tradicionalmente associados à feminilidade, abrangendo aspectos psicológicos, sociais e culturais. Sob uma perspectiva interseccional, a definição de “mulher” deve considerar a interseção de outras categorias sociais, como pertencimento étnico-racial, classe, sexualidade, idade e deficiência, pois influenciam e moldam as experiências, identidades e expressões plurais da feminilidade. Além disso, a definição de “mulher” deve ser analisada historicamente e contextualmente, uma vez que a compreensão e as expectativas acerca da feminilidade variam ao longo do tempo e entre diferentes culturas, refletindo transformações sociais, políticas e econômicas, como os processos de colonização e colonialidade de gênero.	Scott (2012), Beauvoir (2014), Connel (2016), Butler (2018, 2024), Bola (2021), Lugones (2020), Segato (2021), Nuñez (2023).
Patriarcado	O patriarcado é um sistema inventado que levou cerca de 2500 anos para se consolidar nos moldes conhecidos atualmente. Consiste em um sistema social, político e econômico fundamentado na dominância masculina, no qual	Saffioti (2015), Lerner (2019), Bola (2021).

TERMO	CONCEITUAÇÃO	GARANTIA LITERÁRIA
	<p>majoritariamente os homens detêm o poder e exercem autoridade sobre as mulheres, crianças e outros grupos ocupando as principais posições de liderança e tomada de decisão nos principais setores da vida pública e privada. Nesse sentido, o patriarcado se caracteriza pela dominância masculina, pela subordinação das mulheres, relegadas a papéis e espaços sociais de menor prestígio, com menos autonomia e direitos; pela hierarquização de gênero – que define quem detém e quem não alcança determinados privilégios sociais; controle sobre a sexualidade, o trabalho e a vida de diferentes sujeitos; e a Legitimação cultural – na qual o patriarcado é sustentado por crenças, normas e práticas culturais que naturalizam a dominação masculina, permeando diversas esferas da sociedade, incluindo a família, a economia, a política, a religião e a cultura, perpetuando desigualdades de gênero.</p>	
Matriarcado	<p>O matriarcado pode ser definido como um sistema social, político e econômico no qual as mulheres detêm mais poder que os homens e outros grupos na sociedade, ocupando as principais posições de liderança e tomada de decisão na vida pública e privada. Essa noção de matriarcado se aproxima do conceito de “matripotência” (potência/poder materno) descrito por Oyèrónké Oyéwùmí (2022) no contexto da sociedade e cultura Yorubá. Nessa perspectiva, a “matripotência” advém da lógica espiritual da sociedade, na qual o destino das mães e de seus filhos, independentemente do gênero, são percebidos como espiritualmente conectados. Nesse contexto, o matriarcado se sustenta em uma visão cosmológica que reconhece o poder e a agência das mulheres, especialmente das mães, como inerentes à própria estrutura social e espiritual. Portanto, o matriarcado não se limita apenas a uma inversão da hierarquia de gênero, mas se enraíza em uma lógica sociocultural e espiritual que coloca as mulheres, particularmente as mães, em uma posição de proeminência e autoridade na sociedade.</p>	<p>Lerner (2019), Oyéwùmí (2022), Castro (2022) e Nuñez (2023).</p>
Sexo	<p>Sexo é entendido a partir de duas perspectivas principais: a biológica, relacionada às características corporais, e a prática sexual, compreendida como uma experiência social e política. Na perspectiva do corpo, o sexo não se restringe a designação de uma anatomia binária entre masculino e feminino, visto que a intersexualidade, por exemplo, extrapola essa dicotomia. As normas de gênero que regem a inteligibilidade dos corpos e das práticas sexuais são produtos de processos de colonização que instituem a cisnormatividade como padrão dominante. Dessa forma, as concepções hegemônicas sobre os corpos, suas potencialidades e limites, são informadas por epistemologias coloniais que estabeleceram padrões de beleza, saúde e normalidade a partir de um referencial branco, ocidental, burguês e cisgênero. O ato sexual, por sua vez, não se restringe a uma atividade corporal e individual, mas deve ser compreendido como uma prática social e política permeada por relações de poder que extrapulam a esfera da intimidade (Rubin, 2017). Nesse sentido, a sexualidade é constituída por configurações de poder que moldam as possibilidades e os limites das práticas sexuais.</p>	<p>Butler (2018), Rubin (2017), Foucault (2022) e Nuñez (2023)</p>
Sexualidade	<p>Compreendemos a sexualidade como um espectro multidimensional que transcende a dimensão fisiológica e abrange uma vasta gama de elementos psicológicos, socioculturais, éticos, políticos e espirituais. Trata-se de uma esfera fundamental da experiência humana, que se manifesta em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos e relacionamentos. Consequentemente, a sexualidade deve ser compreendida como um fenômeno fluido, diverso e dinâmico, que se transforma ao longo da vida e entre diferentes contextos socioculturais. Ela está intrinsecamente relacionada à identidade, autonomia e bem-estar do indivíduo, envolvendo também questões de poder, privilégio e opressão. Nesse sentido, a sexualidade deve ser reconhecida como um direito fundamental, que deve ser vivenciado de forma segura, prazerosa e responsável. Entretanto, a sexualidade é constantemente sujeita a</p>	<p>Rubin (2017), Nuñez (2023), Foucault (2022) e Butler (2024).</p>

TERMO	CONCEITUAÇÃO	GARANTIA LITERÁRIA
	<p>juízos morais e hierarquizações sociais, que privilegiam determinadas práticas e identidades em detrimento de outras. Tais normativas sociais, atravessadas pelo processo de colonização e colonialidade de gênero delimitaram o que é considerado aceitável ou inaceitável na esfera da sexualidade, naturalizando, assim, a heterossexualidade como a forma “normal” de expressão sexual e relegando outras identidades não heterossexuais e determinadas práticas sexuais à marginalização e estigmatização.</p>	
Cisgeneridade	<p>Refere-se à correspondência entre a identidade de gênero de uma pessoa e o sexo atribuído ao nascimento. Trata-se da condição na qual a percepção de si mesmo quanto ao gênero (por exemplo, como homem, mulher ou pessoa não-binária) está alinhada com as características sexuais designadas. Além disso, a cisgeneridade é entendida como a norma predominante, em contraste com a transgeneridade, que descreve a condição daqueles cuja identidade de gênero difere do sexo designado ao nascer. Essa distinção conceitual permite compreender a cisgeneridade como a forma mais comum de expressão da identidade de gênero na sociedade, sendo posicionada como uma condição “normal” ou “padrão” e, portanto, uma “regra” social a ser seguida. É importante ressaltar que a cisgeneridade é atravessada pela colonialidade de gênero e pela interseccionalidade, sendo considerada uma condição basilar para a manutenção das políticas do sexo e da sexualidade.</p>	<p>Rubin (2017), Lugones (2020), Nuñez (2023), e Butler (2024).</p>
Binarismo	<p>Trata-se da noção de que o gênero é compreendido e estruturado de forma dicotômica, limitando-se à divisão binária entre “masculino” e “feminino”, considerada a norma social predominante. Tal compreensão desconsidera a existência de identidades que não se encaixam nessa estrutura dual, como as identidades não-binárias, fluidas, transgêneras, por exemplo, estabelecendo o gênero como uma categoria fixa e bipolarizada. O binarismo de gênero exclui e invisibiliza a diversidade de expressões e vivências de gênero, estando intrinsecamente relacionado a outras estruturas de poder e opressão, como a cis-heteronormatividade, considerada elemento-chave na manutenção de privilégios, hierarquias e desigualdades baseadas no gênero.</p>	<p>Bento (2017), Preciado (2022) e Butler (2024)</p>
Família	<p>instituição baseada na monogamia e na propriedade privada que emergiu como resultado da transição de uma organização social pautada na propriedade comum para a propriedade privada dos meios de produção levando à emergência da família patriarcal, na qual o homem exerceria autoridade sobre a esposa e os filhos. Como instituição, a família teria como função principal a regulação da herança e a legitimação da paternidade, o que explica o valor historicamente atribuído à virgindade de mulheres como condição fundamental para o casamento. Dessa forma, a família estaria diretamente relacionada à ascensão da propriedade privada e à necessidade de transmiti-la aos herdeiros legítimos. O filósofo francês Michel Foucault abordou a família como uma instituição disciplinar que exerce poder e controle sobre os indivíduos, relacionando-a às transformações históricas na sexualidade e nos dispositivos de saber-poder. Judith Butler, por sua vez, problematizou a noção de família heteronormativa, defendendo a pluralidade de arranjos familiares e a desconstrução das normas de gênero e sexualidade. bell analisou a família a partir de uma perspectiva interseccional, destacando a necessidade de compreender as relações de poder e as desigualdades de raça, classe e gênero no âmbito familiar.</p>	<p>Engels (2019), hooks (2018), Lerner (2019)</p>
Transgênero	<p>Identidade de gênero não-cisgênera, refere-se à condição em que a identidade de gênero de um indivíduo não corresponde ao sexo biológico atribuído no nascimento. Essa característica da experiência humana revela a natureza fluida e multifacetada do gênero, desafiando as noções binárias tradicionalmente aceitas. Pessoas trans ou transgênero são indivíduos cujo gênero com o qual se identificam difere daquele designado no nascimento e abrange homens e</p>	<p>Butler (2018), Connel (2016)</p>

TERMO	CONCEITUAÇÃO	GARANTIA LITERÁRIA
	mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias. Não se trata de uma “condição” ou “distúrbio”, mas sim de uma forma legítima e saudável de identidade de gênero. Algumas pessoas trans optam por realizar procedimentos cirúrgicos para redesignar o sexo para que este esteja em conformidade com a sua identidade de gênero embora nem todas as pessoas trans desejem ou tenha condições socioeconômicas para fazer essa transição. Além disso, é importante ressaltar que a transgeneridade é independente da orientação sexual de uma pessoa, que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual, entre outras formas de orientação dos afetos. Portanto, a transgeneridade representa uma vasta gama de identidades e expressões de gênero que desafiam as concepções binárias tradicionalmente aceitas, revelando a diversidade e a riqueza da experiência humana.	
Intersexo	A intersexualidade é uma condição biológica natural na qual um indivíduo apresenta características sexuais primárias e/ou secundárias que não se enquadram claramente nas categorias binárias de masculino ou feminino convencionalmente estabelecidas. Essa variação da diferenciação sexual humana pode se manifestar de diversas formas, como genitais ambíguos, cromossomos divergentes do padrão XX/XY, gônadas atípicas, padrões hormonais sexuais incomuns e desenvolvimento puberal divergente. No entanto, a interpretação normativa de gênero, amparada por classificações biológicas rígidas, não reconhece a intersexualidade como uma variação legítima, legitimando intervenções cirúrgicas e outras medidas para "corrigir" esses corpos a fim de encaixá-los nas categorias binárias. É crucial adotar uma abordagem respeitosa e inclusiva, reconhecendo a intersexualidade como parte da diversidade humana e uma questão de justiça social.	Lugones (2020), Löwy (2019) e Butler (2018, 2024).
Gênero	Conceito multifacetado que tem sido objeto de amplo estudo e debate em diversas disciplinas acadêmicas, especialmente nos Estudos de Gênero - um campo interdisciplinar que envolve diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Gênero pode ser compreendido como a categorização socialmente construída que orienta os modos de ser, sentir e os relacionamentos entre os diferentes sujeitos em uma determinada sociedade. A compreensão de gênero evoluiu ao longo do tempo, superando a visão binária tradicional de masculino e feminino, homem e mulher, para reconhecer um amplo espectro de identidades e expressões de gênero e sexualidade. Enquanto o sexo biológico é determinado principalmente por características cromossômicas, hormonais e anatômicas, o gênero é uma construção social e cultural moldada por normas, crenças e estruturas de poder na sociedade, tal como a colonização e a colonialidade de gênero. Dessa forma, o conceito de gênero se intersecciona com outras categorias sociais, como raça, classe, sexualidade e deficiência, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional para a compreensão das complexas e sobrepostas experiências de marginalização e opressão enfrentadas pelos diferentes sujeitos. Portanto, a compreensão e a conceitualização de gênero continuam em constante evolução, refletindo os esforços contínuos para desafiar as normas de gênero tradicionais, promover a igualdade de gênero e criar sociedades mais inclusivas e equitativas.	Scott (1995, 2012), Connel (2016), Butler (2018, 2024), Saffioti (2015), Rubin (2017), Lugones, (2020), Segato (2021), Oyéwùmí (2022), Nuñez (2023)

Fonte: Elaboração própria

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, buscamos investigar a relação entre as questões de gênero na esfera acadêmica e na realidade social, articulando os Estudos de Gênero e a Organização Social e Crítica do Conhecimento (OSCC). Esse esforço de pesquisa partiu da questão central que objetivamos responder: de que maneira os Estudos de Gênero podem contribuir para evidenciar os modos de tratamento, conceituação e hierarquização de gênero conferidos pelos Sistemas de Organização do Conhecimento voltados para a linguagem?

Em resposta a esse problema de pesquisa, consideramos que a OSCC se revelou uma abordagem fundamental para a investigação constituída, dado que essa perspectiva teórica propõe uma análise contextualizada e crítica dos processos de construção e representação do conhecimento. Ao destacar as dimensões de poder inerentes a esses processos, a OSCC abre espaço para questionamentos sobre a forma como as estruturas de gênero são inscritas e reificadas nos instrumentos e práticas da Organização do Conhecimento. Nesse sentido, a articulação entre os Estudos de Gênero e a OSCC permitiu uma compreensão mais aprofundada sobre como as desigualdades e hierarquias de gênero se materializam na linguagem e nos sistemas de organização do conhecimento.

A linguagem, com seus símbolos, signos e abstrações, desempenha papel fundamental tanto na interação cotidiana quanto como poder coercitivo que produz e reproduz desigualdades. Essa relação entre linguagem e realidade é por vezes marcada por uma confusão entre significado e referente, levando à utilização intercambiável do vocabulário cotidiano nas práticas de representação da informação e do conhecimento. Com isso, concordamos com Monique Wittig (2019, p. 117) quando ela pontua que "a linguagem projeta feixes da realidade sobre o corpo social, marcando-o e moldando-o violentamente".

As marcas sociais e corporais resultantes desse poder da linguagem são evidenciadas cotidianamente em diferentes aspectos da vida prática, os quais estão, inexoravelmente, imbricados à cultura. Cabe destacar que apesar de esses instrumentos representarem um domínio específico, o cotidiano não será necessariamente ordenado por eles, pois a realidade social se constrói e modifica a partir das relações e dos movimentos sociais, que conseqüentemente modulam a linguagem.

Ao observarmos um importante evento como as Olimpíadas, por exemplo, é possível identificarmos a materialização dessas questões sob diferentes aspectos. A maior representatividade de mulheres na delegação brasileira, bem como seus expressivos resultados

esportivos, sinaliza avanços na inclusão, embora ainda haja barreiras culturais que impedem a participação igualitária de atletas de determinadas nacionalidades. Além disso, o protagonismo de atletas não brancas conquistando medalhas evidencia a importância da interseccionalidade na problematização das desigualdades, uma vez que mulheres negras foram historicamente consideradas a base produtiva do cuidado; portanto, o destaque como atleta, e ainda mais como vencedoras, muda toda a estrutura social, e isso foi, por muitas vezes, salientado por Angela Davis (2016).

Outro aspecto relevante foi a participação de atletas grávidas, como Yaylagul Ramazanova (Azerbaijão) e Nada Hafez (Egito), que desafiaram estereótipos de gênero associados à maternidade. Entretanto, a acusação de abandono parental sofrida pela atleta Flávia Maria de Lima (Brasil) revela a persistência de assimetrias no julgamento da parentalidade, com o abandono paterno sendo muitas vezes naturalizado pela cultura.

As Olimpíadas de 2024, em curso no exato momento em que esta tese é finalizada, evidenciaram de forma contundente as questões de estereótipos de gênero enraizadas no campo esportivo. Um exemplo emblemático foi a fala do atleta brasileiro Caio Bonfim, medalhista de bronze na modalidade marcha atlética. Após sua conquista, Bonfim revelou ter sido frequentemente alvo de chacota por parte de indivíduos que associavam a marcha a um "rebolado", com o intuito de ofender sua expressão de masculinidade, o que é uma ressonância da masculinidade cis e hegemônica. Outra problemática que emergiu nas discussões olímpicas foi o caso do atleta Holandês que possuía condenação por abuso sexual infantil. Mesmo não havendo relação direta entre esse crime e a competição, sua presença no evento esportivo de alta visibilidade revela certa "passabilidade" concedida pelas instituições responsáveis, que permitiram sua permanência na disputa, apesar da gravidade da condenação. Esse episódio reforça a necessidade de se repensar as estruturas de poder que, muitas vezes, legitimam e invisibilizam a violência de gênero.

As Olimpíadas de 2024 jogaram luzes sobre diversas outras intersecções relacionadas às questões de gênero, tais como etarismo, estereótipos, parentalidade, representatividade e política internacional, demonstrando, em face disso, o quanto essas questões são pessoais e coletivas, especialmente quando contextualizadas. Um caso que despertou atenção particular foi a acusação direcionada à medalhista de ouro do boxe olímpico, a argelina Imane Khelif, que sofreu assédio *on-line* por não corresponder aos padrões normativos de feminilidade. Esse episódio reacende a discussão sobre o binarismo de gênero como um sistema excludente, incapaz de abarcar as múltiplas expressões da corporalidade e da identidade de gênero. Portanto, a análise desses eventos evidencia como os estereótipos e as assimetrias de gênero

estão profundamente enraizados no plano cultural, político e social, reforçando a necessidade urgente de se repensar as estruturas, representações e práticas que perpetuam essas desigualdades.

Retomando os objetivos específicos apresentados na tese, entendemos que o primeiro foi atingido nas seções 2 e 3, uma vez que o referencial teórico foi construído com foco na Organização do Conhecimento e nos Estudos de Gênero. Ademais, foi realizada uma releitura das dimensões da Organização Social e Crítica do Conhecimento propostas por Trivelato (2022), uma vez que essa abordagem teórica não apenas oferece o aporte necessário para a produção de estudos como o nosso, mas, também, posiciona o nosso engajamento como parte dos estudos da OSCC. Assim, compreendemos como as questões de gênero se materializam em sistemas de organização do conhecimento e como esses instrumentos podem tanto naturalizar quanto contestar as desigualdades de gênero.

O percurso teórico apresentado na pesquisa demonstrou a evolução dos estudos de gênero a partir do feminismo e da crítica ao patriarcado, compreendido como um sistema que concentra poder e privilégios sociais em homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e que performam uma masculinidade hegemônica. Essa crítica ao patriarcado foi apropriada também por outros grupos sociais, como pessoas não brancas, LGBTQIAPN+ e com deficiência, posicionando a interseccionalidade como uma abordagem discursiva fundamental para compreender a interseção entre múltiplos eixos de subordinação. Ao aprofundar a discussão sobre a operacionalização da interseccionalidade, foi enfatizada a crítica à colonialidade de gênero, que permitiu compreender como a cisgeneridade e a heterossexualidade reforçam as desigualdades de gênero por meio de imposições coercitivas e violentas.

Em relação aos resultados, a análise realizada examinou como cada um dos termos é definido e hierarquizado nos Tesouros. A categorização aplicada nas análises foi constituída de modo a verificar se as definições e os relacionamentos dos termos "gênero" e outros conceitos convergem com a compreensão de gênero contemporânea. A análise dos diferentes tesouros evidenciou os avanços e desafios na representação das questões de gênero nesses instrumentos. Enquanto o Homossaurus adota uma abordagem mais alinhada com as perspectivas teóricas contemporâneas, o Woman's Thesaurus ainda reflete uma visão mais binária e tradicional dos estudos de gênero, mais conectada ao feminismo. Por outro lado, o *Family Thesaurus* apresenta lacunas que limitam sua capacidade de representar a diversidade de arranjos e vivências familiares. Já o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) adota uma abordagem mais contextualizada, embora ainda careça de uma perspectiva interseccional e decolonial mais robusta. O Tesouro de Género: Lenguaje con Equidad se destaca por sua orientação feminista

e pela riqueza terminológica, buscando contemplar a pluralidade de identidades e expressões de gênero. Ao estabelecer relações entre o gênero e dimensões como poder, trabalho e história, o instrumento revela uma compreensão mais ampla e contextualizada. Por fim, a análise do Tesouro sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero revela lacunas, deixando evidente a necessidade de revisão e atualização desse instrumento. Além disso, foi apresentado um mini glossário com o objetivo de delinear uma revisão conceitual fundamentada nos referenciais estudados.

A partir desse conjunto de elementos, consideramos, ainda, que os resultados dão a ver uma limitação interpretativa sobre gênero na conceituação e hierarquização dos termos em Tesouros, o que reitera os pressupostos indicados na introdução desta tese. O primeiro pressuposto apontava que o gênero pode ser lido como uma categorização social naturalizada a partir de estruturas de poder que hierarquizam sujeitos pertencentes a diversas categorias, como identidades de gênero, sexualidade, políticas do sexo, colonialidade e suas intersecções. Esse pressuposto foi confirmado tanto na composição do referencial teórico quanto na análise interpretativa dos resultados. O segundo pressuposto pontuava que os Tesouros investigados conceituavam gênero e outros termos a partir de um enviesamento pautado na binaridade e cisgeneridade, o que de fato foi confirmado na maioria dos instrumentos analisados. Isso indica uma lacuna a ser resolvida, considerando que, no contexto brasileiro, gênero é uma construção social atravessada pelos efeitos da colonialidade e outras intersecções. Por fim, o terceiro pressuposto apontava que a noção de classificação social de gênero pode ser explicitada via Organização do Conhecimento, tanto em termos de sua conceituação e definição (Teoria do Conceito), quanto por meio do estudo das dimensões e hierarquias correlatas às categorias de gênero (representação hierárquica). Essa suposição foi comprovada nas análises, na medida em que constatamos que parte dos instrumentos investigados ainda representa uma abordagem alinhada ao binarismo de gênero.

A principal limitação encontrada no desenvolvimento desta pesquisa residiu na seleção dos referenciais teóricos, a qual exigiu um fôlego maior do que inicialmente previsto, a fim de abarcar adequadamente as diversas lentes teóricas analisadas. Os estudos de gênero, por se manifestarem em um campo amplo e interdisciplinar, demandaram cuidadosa curadoria dos materiais que comporiam a fundamentação teórica da investigação. Essa tarefa revelou-se complexa, uma vez que era necessário não apenas garantir abrangência na revisão da literatura, mas, também, especificidade na seleção de obras que contemplassem a intersecção entre gênero e outras temáticas. Essa necessidade de adotar uma perspectiva multidimensional e descolonizadora na fundamentação teórica decorre do anseio de desconstruir percepções

hegemônicas e limitadas de gênero, historicamente pautadas em uma visão binária, cisgênera e orientada à heteronormatividade. Para alcançar uma compreensão mais abrangente e crítica das dinâmicas de gênero, foi imprescindível o diálogo com referenciais teóricos que problematizassem essa abordagem reducionista, incorporando outros marcadores de sentido e de prática em nossa pesquisa.

Não sem razão, ressaltamos, pois, que este estudo aponta para a necessidade de uma maior teorização acerca das questões de gênero no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Indicação que encontra respaldo no cenário atual da pós-graduação nessas áreas, o qual demonstra um crescente interesse em desenvolver estudos nessa direção. Essa tendência pode ser evidenciada pela criação e vinculação da comunidade acadêmica ao GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, do ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), no qual as temáticas relacionadas às questões de gênero têm encontrado um terreno fértil para debates e reflexões. Essa iniciativa revela um esforço em consolidar esse campo de estudos como uma agenda de pesquisa relevante e estratégica para o desenvolvimento da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e dos Sistemas de Organização do Conhecimento mais representativos.

Além disso, esta pesquisa também sinaliza a necessidade da construção de um novo tesouro de gênero que considere, de forma mais robusta, a interseccionalidade e a decolonialidade como parte integrante da garantia literária. Essa empreitada deve ser amparada por um estudo abrangente que envolva tanto a comunidade científica quanto a comunidade de prática, por meio da articulação entre a garantia cultural e a garantia científica. Nesse sentido, manifesto o interesse em dedicar a futura carreira, após a conclusão do doutoramento, a essa frente de investigação, incluindo, sobremaneira, a garantia cultural como parte da construção da pesquisa futura. Iniciativa que, certamente, será fundamentada pela compreensão de que a Ciência da Informação tem um papel estratégico a desempenhar na construção de ferramentas e modelos conceituais capazes de refletir a complexidade das dinâmicas de gênero, em diálogo com outros campos do conhecimento. Desse modo, espera-se contribuir para o avanço da área e para a promoção de uma representação e organização da informação mais alinhada com as demandas de justiça social e da equidade representacional/informacional.

Por fim, convidamos quem nos lê a adotar uma perspectiva rizomática ao refletir sobre as questões de gênero, pois essa abordagem permite compreender o gênero não como um sistema de categorização social que estabelece relações hierárquicas rígidas, mas como uma rede potencial de elementos heterogêneos que se interconectam de maneira imprevisível e não linear. Essa perspectiva valoriza a multiplicidade, a conectividade e a desterritorialização,

características fundamentais para uma compreensão mais fluida, complexa e transformadora das dinâmicas de gênero. Ao adotar essa forma de reflexão, podemos apreender a fluidez, a contingência e a pluralidade inerentes às expressões de gênero, em oposição aos modelos fixos e essencialistas. Estratégia analítica que potencializa compreendermos, de forma mais abrangente, como o gênero, enquanto construção social, está imbricado em sistemas mais amplos de poder, hierarquização e dominação, abrindo, a partir disso, caminhos para desafiar e subverter essas estruturas.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa. **Cruising the library**: Perversities in the organization of knowledge. New York: Fordham University Press, 2017.
- ADLER, Melissa. **For sexual perversion see paraphilias**: Disciplining Sexual Deviance at the Library of Congress. 268f. Thesis (Library and Information Science Doctorate) – Philosophy Department, University of Wisconsin-Madison, 2012.
- ADLER, Melissa. The case for taxonomic reparations. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.
- AMORIM, Igor Soares. Rizoma: potência conceitual à biblioteconomia e ciência da informação. **Texto Digital**, v. 16, n. 1, p. 76-104, 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Coordenações e Ementas de GT**. 2022. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 07 mar. 2023.
- BALAJI, B. Preedip; DHANAMJAYA, Madiraju. Towards a Model of Urban Studies Classification. **Knowledge Organization**, v. 47, n. 7. p. 574-581, 2020.
- BAK, Greg; ALLARD, Danielle; FERRIS, Shawna. Knowledge Organization as Knowledge Creation: surfacing community participation in archival arrangement and description. **Knowledge Organization**, v. 46, n. 7, p. 502-521, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARITÉ, Mario. Literary Warrant. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 6. p.517-530, 2018.
- BARITÉ, Mario. Em direção a uma conceituação geral das garantias: primeiras anotações. In: BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini (orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Editora da UFPA, 2019. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento; 5)
- BARITÉ, Mario; FERNÁNDEZ-MOLINA, C. Metodologias top-down y bottom-up de análisis de dominio: perspectiva desde la garantía literária. In: DESAFIOS E PERSPECTIVAS CIENTÍFICAS PARA A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ATUALIDADE, 2012, Marília. Anais [...]. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BEGHTOL, Clare. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of documentation**, v. 42, n. 2, p. 84-113, 1986.
- BEGHTOL, Clare. Domain analysis, literary warrant, and consensus: the case of fiction studies. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 1, p. 30-44, 1995.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BLUMENBERG, Hans. **Teoria da não-conceitualidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Haruka Nakayama (1986)

BOLA, JJ. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre: Dublinense, 2021.

BORBA, Julian; FERREIRA, Matheus; SILVA, Gregório; AMORIM, Lucas. Polarização ideológica entre deputados federais no Brasil (2005-2021). **Estudos Históricos**, v. 37, n. 81, p. 1-28, 2024.

BORGES, J. L. O Idioma Analítico de John Wilkins. *In*: BORGES, J. L. **Prosa Completa**, v. 3. Barcelona: Bruguera, 1985. p. 109-113.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; BIGOLIN, Pedro. Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, n. 1, p. 156-195, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.845, de 01 de agosto de 2013. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.650 de 17 de maio de 2012. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e

para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.151, de 1995**. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

BRASIL. **Diário da câmara dos deputados**. Terça-feira, 21 de janeiro de 1997. Ano 52, nº 10, Brasília, 1997.

BRASIL. Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14701.htm#:~:text=L14701&text=Regulamenta%20o%20art.%20231%20da,19%20de%20dezembro%20de%201973. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.151, de 1995**. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113718.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.310, de 08 de março de 2022. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar o registro imediato, pela autoridade judicial, das medidas protetivas de urgência deferidas em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114310.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007. Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111460.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.642, de 03 de abril de 2018. Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113642.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.836, de 04 de junho de 2019. Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113836.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13871.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.880, de 08 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica, na forma em que especifica. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113880.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965

(Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.

Diário Oficial da união, Brasília, DF, 2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114192.htm Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.326, de 12 de abril de 2022. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar à mulher presa gestante ou puérpera tratamento humanitário antes e durante o trabalho de parto e no período de puerpério, bem como assistência integral à sua saúde e à do recém-nascido. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114326.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.540, de 03 de abril de 2023. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14540.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.541, de 03 de abril de 2023. Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14541.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.541%2C%20DE%203,Art. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.542, de 03 de abril de 2023. Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para dispor sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114542.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.542%2C%20DE%203,Nacional%20de%20Emprego%20\(Sine\).](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114542.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.542%2C%20DE%203,Nacional%20de%20Emprego%20(Sine).) Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114550.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2023/lei/L14597.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023. Cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima; institui o selo “Não é Não - Mulheres Seguras”; e altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte). **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114786.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4132.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.001 de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da união**, Brasília, DF, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm. Acesso em: 09 ago. 2024.

BROUGHTON, Vanda; LOMAS, Elizabeth. Philosophical foundations for the organization of religious knowledge: irreconcilable diversity or a unity of purpose?. **Knowledge Organization**, v. 47, n. 5, p. 372-392, 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e as políticas das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: N-1 Edições: Crocodilo, 2019.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 11, p. 348-359, 2006.

CAPURRO, Rafael. Digitization as an ethical challenge. **AI & Society**, v. 32, n. 2, p. 277-283, 2017.

CASTRO, Mary Garcia. Desencontros entre cosmopercepções africanas (etnias yorùbá e igbo) e feminismos ocidentais sobre maternidade. Notas a partir de Ifi Amadiume E Oyèrónké Oyéwùmí. **(Syn)Thesis**, v. 15, n. 1, p. 6-22, 2022.

CLARKE, Stella. Origins and Trajectory of the Long Thesaurus Debate. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 3, p. 138-144, 2016.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. Sob o “melhor interesse”? O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, p. 495-518, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Pali: nVersos, 2016.

CONNELL, Raewyn.; PIERCE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Nadine da Silva. **O uso da produção científica de mulheres pelos programas de ciência da informação brasileiros: análise das bibliografias indicadas nos editais de seleção de mestrado**. 2022. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, Brasília, v. 7, n. 2, 1978.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão; SALDANHA, Gustavo Silva. Transtorno do espectro autista e tautismo: Uma questão de prefixo? Epistemicídio e capacitismo na análise crítica à infocomunicação. **Encontros Bibli**, v. 28, Número especial, p 1-22, 2023.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. **Construção de thesauri: experimento empírico para coleta de termos em formação profissional**. 1979. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Informação Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói; Rio de Janeiro: Intertexto; Ed. Interciência, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

ESPÍRITO SANTO, Hajime Ozakido.; LOBO, Rafael Rodrigues de Barros. Desafios encontrados para acessibilidade e inclusão na educação. **Revista Ciência em Evidência**, [S. l.], v. 4 (FC), p. 1-14, 2023.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317–332, 2009.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e o Estado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2020.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Antonieta de Barros: educação, gênero e mobilidade social em Florianópolis na primeira metade do século XX**. 282f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FIGUEROA, Nattie Liliana Golubov. **Tesouro de gênero: language con equidad**. Mexico, DF: Instituto de las Mujeres, 2006.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2022 (volume 1).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2022 (volume 2).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: O cuidado de si**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2022 (volume 3).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: As confissões da carne**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2022 (volume 4).

FOSKETT, D.J. **A study of the role of categories in a thesaurus for educational documentation**. Strasbourg: Council of Europe, 1972.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Escola Sem Partido”: Imposição da mordça aos educadores. **e-Mosaicos**, v. 5, n. 9, p. 11-13, 2016.

FROHMANN, Bernd. The social construction of knowledge organization: the case of Melvil Dewey. *In*: ALBRECHTSEN, Hanne; OERNAGER, Susanne (ed.). **Knowledge organization and quality management: Proceedings of the Third international ISKO Conference 20-24 June 1994 Copenhagen**. Frankfurt/Main: INDEKS Verlag, 1994. p. 109-117.

GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SALES, Rodrigo. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 237-257.

GOMES, Pablo. **A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para justiça de transição**. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix;. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

GUEDES, Roger; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 17., 2016, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Francisco Arrais; PINHO, Fabio Assis. The metaphorical dimension of LGBTQ information: challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 49-57, 2017.

HJØRLAND, Birger. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HODGE, Gail. **Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: Beyond Traditional Authority Files**. Washington, DC: The Digital Library Federation Council on Library and Information Resources, 2000.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

Hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

Hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

KARAWAJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Dalto. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 64-84, 2014.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O governo dos índios sob a gestão do SPI: História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 155-172, 1992.

LIMA, Gercina Ângela de. Gênese da classificação: uma análise de conteúdo a partir da definição. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 01, p. 197-237, 2021.

LITTLETREE, Sandra; BELARDE-LEWIS, Miranda; DUARTE, Marisa. Centering Relationality: a conceptual model to advance indigenous Knowledge Organization practices. **Knowledge Organization**, v. 47, n. 5, p. 410-426, 2020.

LOPES HUERTAS, Maria José; RAMÍREZ, Isabel Torres. Terminología de género. Sesgos, interrogantes, posibles respuestas. **Datagramazero: Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 5, out. 2005.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

LÖWY, Ilana. Intersexo e transexualidades: as tecnologias da medicina e a separação do sexo biológico do sexo social. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, p. 130-142, 2019

- LUCIANO, Maria Cristina Félix. **Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em Ciência da Informação (1994- 2019)**. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de João Pessoa, João Pessoa, 2021.
- LUGONES, María. Rumo ao feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.
- MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, p. 945-970, 2019.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, v. 73, n. 4, p. 700-715, 2017.
- MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; SEMIDÃO, Rafael; FERREIRA, Marcio. Methodological aspects of critical theories in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 2, p. 118-125, 2016. Mary Ellen Capek (1987)
- MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015.
- MEDEIROS, Laís Virginia Alves. Quais sentidos para gênero? Uma análise de dicionários. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 21, p. 71-93, 2021.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 635-655, 2012.
- MIGNOLO, Walter D. **Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000
- MIGNOLO, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista lusófona de educação**, v. 48, n. 48, 2020.
- MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. **Revista IRIS: Informação, Memória e Tecnologia**, v. 3, p. 72-92, 2017.
- MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007. v. 8.
- MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; COSTA, Deniz; SILVA, Fábio Gomes da. A organização do conhecimento religioso: análise da representação do Candomblé, do

Islamismo e da Umbanda em sistemas de organização do conhecimento. *In*: MELO, Diogo Jorge de; SANTOS, Luane Bento dos; ROMEIRO, Nathália Lima; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). **Repensar o sagrado**: as tradições religiosas no Brasil e sua dimensão informacional. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota).

MORAES, Miriam Gontijo. Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o tesouro para estudos de gênero e sobre a mulher. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 2014.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes et al. Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, p. 3949-3958, 2022. Nakayama (1986)

MOURA, Maria Aparecida et al. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, v. 14, n. 2, 2018.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. 132 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

NUÑEZ, Geni. **Mãe (nem) sempre sabe**: existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-94.

OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, geração e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. **Anais [...]** Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 4, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45785>. Acesso em: 21 fev. 2023.

OLSON, Hope. Mapping Beyond Dewey's Boundaries: Constructing Classificatory Space for Marginalized Knowledge Domains. **Library trends**, v. 47, n. 2, p. 233-254, 1998.

OLSON, Hope. Classification and universality: Application and construction. **Semiotica**, v. 139, n. 1/4, p. 377-391, 2002.

OLSON, Hope A. How we construct subjects: A feminist analysis. **Library trends**, v. 56, n. 2, p. 509-541, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-94.

PERROT, Michele. **Une histoire des femmes est-elle possible?** Paris: Rivage, 1984.

- PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- PINHO, Fábio. Assis. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 117 – 143, maio/ago., 2017.
- POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, v. 2, p. 19-33, 1998.
- PRECIADO, Paul. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**: Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.
- RIBEIRO, Ana Rosa Pais; DECOURT, Beatriz; ALMEIDA, Tatiana de. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 208–234, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. 112 p. (Coleção Feminismos Plurais).
- ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ROMEIRO, Nathália Lima.; GARCEZ, Dirnéle Carneiro.; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; SOUZA, Miriely da Silva.; ALVES, Ana Paula Meneses. Categorização das novas masculinidades em ambientes socioinformacionais: reflexões a partir dos estudos de gênero e decolonialidade. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, [S. l.], n. 86, p. 136–151, 2024.
- ROMEIRO, Nathália Lima; DOS SANTOS, Bruno Almeida. Bibliografia lilás: Lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. **Encontros Bibli**, v. 25, p. 1-22, 2020.
- ROMEIRO, Nathália Lima; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; GARCEZ, Dirnéle Carneiro. O uso da inteligência artificial deepfake como pornografia de vingança: aspectos normativos e estratégias para combater o problema. *In*: ROMEIRO, Nathália Lima. **Informação, diálogos**

e ações para enfrentamento a violência contra meninas e mulheres. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2022. (Selo Nyota).

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Apropriação dos estudos de gênero por trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação/ENANCIBs de 2018-2021. *In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2022, Porto Alegre, **Anais [...]**.2022.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. El activismo digital como estrategia para enfrentar la violencia sexual: consideraciones a la luz de los estudios decoloniales y las teorías de la mediación. **Encontros Bibli**, v. 28, Número especial, p. 1-26, 2023.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo.** São Paulo: UBU, 2017.

SALES, Rodrigo de; CAFÉ, Lígia. Diferenças entre tesouros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, p. 99-116, 2009.

SALDANHA, Gustavo Silva; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da Silva; LIMA, Grazielle dos Santos; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima. Quem matou Marielle? Organização do Conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ABECIN, 2018. v. 1, p. 1018-1039.

SAFFIOTI, Helleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Bruno Almeida dos; ROMEIRO, Nathália Lima. Bibliografia fora do armário: o que nos revela a ciência da informação brasileira sobre questões de gênero e dissidências sexuais? **Bibliothecae**. it, v. 10, n. 2, p. 465-497, 2021.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; VALÉRIO, Erinaldo Dias. O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do (a) bibliotecário (a). **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 5, p. 14-23, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, n. 45, p. 327351, 2012.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo da Silva; PIZARRO, Daniella Cmara. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2018.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil*. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês et al. Dorothy Porter Wesley e a Organização do Conhecimento na Coleção Especial Moorland-Spangarn Research Center. **Liinc em revista**, v. 17, n. 2, p. 1-23, 2021.

SILVA, Ilse Gomes. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. **Lutas Sociais**, v. 20, n. 36, p. 140-150, 2016.

SILVA, Márcio Ferreira da. **A questão da representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da umbanda**. 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

SIMÕES, Maria da Graça de Melo. **A representação de Etnia e a sua evolução na Classificação Decimal Universal**. 2010. 600 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) - Departamento de Bibliotecologia, Universidad de Salamanca, Salamanca, 2010.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização do Conhecimento. *In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUSA, Brisa Pozzi de; TOLENTINO, Vinicius de Souza. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 166-207, 2017.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 197-200, 1992.

TAYLOR, Dayana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

THARANI, Karim. Just KOS! enriching digital collections with hypertexts to enhance accessibility of nonwestern knowledge materials in libraries. **Knowledge Organization**, v. 47, n. 3, p. 220-230, 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **Formação discursiva e os sistemas de classificação bibliográfica**: impactos, desdobramentos e implicações na representação da informação da área da religião. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

TRIVELATO, Rosana M. S.; MOURA, Maria A. A Diversidade cultural e os sistemas de representação da informação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 2., 2017, Recife. **Anais [...]**. Recife: ISKO-Brasil, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Ementa da disciplina Informação e questões de gênero**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

VICKERY, Bian Campbell. Thesaurus -a new word in documentation. **Journal of Documentation**, v.4, n.181-9, dec. 1960.

VIGLIONI, Torquato Augusto. Como o gênero influencia nos cálculos e relações epistêmicas. **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, v. 2, n. 06, 2021.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el insurgir, re-existir y re-vivir. **Educación Online**, n. 4, 2009.

WITIG, Monique. **O pensamento hetero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

YRIGOYEN, Raquel. De la tutela indígena a la libre determinación del desarrollo, participación, consulta y consentimiento. **El Otro Derecho**, n. 40, p. 12-53, 2009.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural**: uma análise a partir do conceito de garantias. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/2021/03/17/ondas-do-feminismo/> Acesso em: 09 ago. 2024.